



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TESE DE PROFESSOR TITULAR**

PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BUENO

**GEOGRAFIA ELEITORAL DE OEIRAS (PI):
historicidade e espacialidade das votações de 2000 a 2024**

**OEIRAS – PI
2025**

PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BUENO

**GEOGRAFIA ELEITORAL DE OEIRAS (PI):
historicidade e espacialidade das votações de 2000 a 2024**

Tese apresentada à banca de Avaliação como requisito para a obtenção do título de Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Oeiras.

**Oeiras
2025.**

FICHA CATALOGRÁFICA

Página reservada para a colocação da ficha catalográfica, que deverá ser confeccionada após a apresentação deste trabalho e feitas as alterações sugeridas pela banca examinadora.

Essa ficha deverá ser solicitada ao (a) bibliotecário (a) do campus onde se concluiu o curso de mestrado.

PAULO HENRIQUE DE CARVALHO BUENO

GEOGRAFIA ELEITORAL DE OEIRAS (PI):
historicidade e espacialidade das votações de 2000 a 2024

Tese apresentada à banca de Avaliação como
requisito para a obtenção do título de Professor
Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí – Campus Oeiras.

Aprovada em: _____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Paulo Henrique Gomes de Lima

Dr. Antônio Cardoso Façanha

Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

Dr. Francisco de Oliveira Barros Júnior

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica nunca é solitária, há compartilhamento com familiares e amigos da vida pessoal e profissional. Nesse sentido, no mestrado e doutorado foram feitos agradecimentos que se reiteram, ainda que os nomes não se repitam, saibam que a gratidão permanece. Contudo, esses em especial, repetem-se em função de sua presença em todos os momentos. A Deus, Ser Maior, pela oportunidade que nos concede de viver, conquistar e sermos conquistados, nas mais variadas dimensões humanas. Aos meus pais, João Bueno (*in memoriam*) e Benedita Bueno, fontes de inspiração para o seguir terreno. Enfim, que tenhamos o prazer de aprender com o mundo à nossa volta. Sou infinitamente grato!

A decisão de fazer uma pesquisa e apresentá-la a uma banca com o intuito de obtenção do título de Professor Titular surgiu em 2024, a partir de um projeto submetido ao edital de fluxo contínuo de pesquisa voluntária do IFPI, sobre a Geografia Eleitoral de Oeiras, objeto que desde a nossa chegada à cidade, setembro de 2013, gerou-nos curiosidades. Inicialmente, alguns desafios surgiram, o que exigiu solicitações de auxílios dos próximos. Nesse sentido, agradece-se: ao Prof. Dr. Francílio, do IFPI – Campus Piripiri, pela parceria, uma vez que aceitou fazer parte do projeto e fez a parte de geoprocessamento que substancia o estudo; ao Prof. Msc. Wellington pela contribuição na construção de mapas da geofísica de Oeiras. Ao Prof. Msc. Alysson pela participação no projeto e na busca de dados solicitados. Enfim, aos demais que, porventura, esqueci, agradeço-os também, profundamente.

Partilhar escritos acadêmicos exige que outrem se entregue ao que está lendo e imagine-se no universo pesquisado. Com efeito, agradecemos ao meu irmão, Prof. Dr. José Luis e ao meu sobrinho/afilhado Msc. Daniel Bueno, pelas leituras atentas e comentários significativos para o seguir. Somos gratos ao amigo prof. Dr. Alex, que leu atentamente o escrito. Gratidão ainda ao Prof. Msc. Eduardo, um amigo e leitor das minhas aventuras acadêmicas desde 2017, neste íterim temos dialogado constantemente e suas ponderações são verves para seguirmos as produções teóricas.

A trajetória acadêmica proporciona aprendizados que se iniciam na graduação e se estendem ao longo dos aprofundamentos teóricos e metodológicos. Nessa direção, agradece-se aos membros da banca por seus distintos auxílios. Ao prof. Dr. Carlos Sait, desde a disciplina Organização do Espaço na licenciatura até a

supervisão do pós doutoramento nos acompanha nesse evoluir das produções analíticas no bojo da Geografia. Ao Prof. Dr. Façanha, foi quem nos iniciou na sistematização do conhecimento lá na disciplina de Geografia Urbana e Organização Espacial do Mundo. Ao Prof. Dr. Francisco Júnior, contribuiu conosco no mestrado em Políticas Públicas (orientador) e durante todo o processo do doutoramento. Ao Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes, sua tese serviu de inspiração para nosso objeto no doutoramento. Saibam, nobres professores, vocês foram e são inspirações para muitos. Registra-se, ainda, agradecimento a prof^a. Dr. Jesuíta pelos ensinamentos proporcionados na orientação do doutorado, muito do delineamento desse escrito é fruto desse aprendizado.

Por fim, de maneira mais geral agradecemos aos amigos que construímos no IFPI desde Março de 2010, momento de entrada na instituição, e que hoje estão espalhados pelos diversos *campi* do estado. De forma mais específica, aos amigos do IFPI – Oeiras, pelos diálogos, escutas e reflexões da pesquisa, bem como pelo nosso trilhar laboral na instituição.

RESUMO

A Geografia eleitoral pode ser definida como o campo que busca a interação entre processos eleitorais e espaço geográfico, o que o permite compreender como a organização espacial pode interferir nas decisões do eleitorado e de que forma os candidatos trabalham o espaço para induzirem resultados nas eleições. Nessa direção, objetiva-se analisar a historicidade das eleições municipais em Oeiras – PI desde os anos de 1948 e a construção identitária dos dois grupos políticos que dominam a cena eleitoral no município, bem como a espacialidade dos votos dos candidatos a prefeito nos pleitos de 2000 a 2024. Com efeito, a pesquisa em tela norteia-se pelo seguinte questionamento: historicamente, como tem sido a alternância no poder dos dois grupos políticos em Oeiras? Argumenta-se que, oriundos de famílias notáveis da cidade, há mais de meio século os chefes do executivo local eleitos pertencem a um dos dois grupos políticos (Boca Preta ou Tupamaro), o que tem inibido que uma terceira via chegue ao poder. Metodologicamente, para além de revisão bibliográfica da temática de geografia política e do voto, fez-se uso de entrevista semi estruturada a liderança política mais longeva da cidade. Ademais, buscou-se dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI) e usou-se técnicas de geoprocessamento para espacialização dos votos no espaço municipal oeirense. Como resultados, indicam-se: o grupo Tupamaro, desde 1948, gestou a cidade de Oeiras nos intervalos de 1949 a 1966, depois de 1971 a 1982, em seguida de 1997 a 2008, 42 anos, portanto. Já os gestores Boca Preta administraram Oeiras por 34 anos, de 1967 a 1970, depois de 1983 a 1996 e de 2009 a 2024. Na eleição de 2024 saiu-se vitorioso o candidato opositor, mas não completamente pertencente ao grupo Tupamaro, fato que sinaliza algumas modificações na história eleitoral de Oeiras. Ademais, na temporalidade analisada não se registrou a presença feminina a frente da gestão municipal, apenas candidaturas em três momentos, 1992, 2008 e 2010. A participação política de pessoas fora do grupo nos pleitos teve papel pouco significativo no angariamento de votos, em que a maior votação ocorreu ao candidato do PT, em 2012, com 888 votos.

Palavras-chaves: Eleições Municipais. Gestão Municipal. Controle Político. Geografia Eleitoral.

ABSTRACT

Electoral geography can be defined as the field that seeks the interaction between electoral processes and geographic space, which allows us to understand how spatial organization can interfere in the electorate's decisions and how candidates work the space to induce results in the elections. In this direction, the objective is to analyze the historicity of the municipal elections in Oeiras - PI since 1948 and the identity construction of the two political groups that dominate the electoral scene in the municipality, as well as the spatiality of the votes of the candidates for mayor in the elections from 2000 to 2024. In effect, the research in question is guided by the following question: historically, how has the alternation in power of the two political groups in Oeiras been? It is argued that, coming from notable families in the city, for more than half a century the elected heads of the local executive have belonged to one of the two political groups (Boca Preta or Tupamaro), which has inhibited a third way from coming to power. Methodologically, in addition to a bibliographic review on the subject of political geography and voting, semi-structured interviews were conducted with the city's longest-serving political leaders. Furthermore, data were sought from the Superior Electoral Court (TSE) and the Regional Electoral Court of Piauí (TRE/PI), and geoprocessing techniques were used to spatialize votes in the municipal space of Oeiras. The results indicate that the Tupamaro group, since 1948, managed the city of Oeiras from 1949 to 1966, then from 1971 to 1982, and then from 1997 to 2008, 42 years, therefore. The Boca Preta administrators administered Oeiras for 34 years, from 1967 to 1970, then from 1983 to 1996 and from 2009 to 2024. . In the 2024 election, the opposition candidate, but not entirely belonging to the Tupamaro group, was victorious, a fact that signals some changes in the electoral history of Oeiras. Furthermore, in the time period analyzed, there was no female presence at the head of the municipal administration, only candidacies in three moments, 1992, 2008 and 2010. The political participation of people outside the group in the elections played a minor role in garnering votes, in which the largest number of votes went to the PT candidate, in 2012, with 888 votes.

Keywords: Municipal Elections. Municipal Management. Political Control. Electoral Geography.

RESUMEN

La geografía electoral puede definirse como el campo que busca la interacción entre los procesos electorales y el espacio geográfico, lo que permite comprender cómo la organización espacial puede interferir en las decisiones del electorado y cómo los candidatos trabajan el espacio para inducir resultados en las elecciones. En esta dirección, se pretende analizar la historicidad de las elecciones municipales en Oeiras - PI desde 1948 y la construcción identitaria de los dos grupos políticos que dominan el escenario electoral en el municipio, así como la espacialidad de los votos de los candidatos a la alcaldía en las elecciones de 2000 a 2024. En efecto, la investigación en cuestión está guiada por la siguiente pregunta: históricamente, ¿cómo ha sido la alternancia en el poder de los dos grupos políticos en Oeiras? Se argumenta que, al provenir de familias notables de la ciudad, durante más de medio siglo los jefes electos del ejecutivo local han pertenecido a uno de los dos grupos políticos (Boca Preta o Tupamaro), lo que ha inhibido la llegada al poder de una tercera vía. Metodológicamente, además de una revisión bibliográfica sobre el tema de geografía política y votación, se realizó una entrevista semiestructurada al líder político más antiguo de la ciudad. Además, se buscaron datos del Tribunal Superior Electoral (TSE), del Tribunal Electoral Regional de Piauí (TRE/PI) y se utilizaron técnicas de geoprocésamiento para espacializar los votos en el espacio municipal de Oeiras. Los resultados indican: el grupo Tupamaro, desde 1948, gestionó la ciudad de Oeiras en los intervalos de 1949 a 1966, luego de 1971 a 1982, luego de 1997 a 2008, 42 años, por tanto. Los directivos de Boca Preta administraron Oeiras durante 34 años, de 1967 a 1970, después de 1983 a 1996 y de 2009 a 2024. En las elecciones de 2024, resultó victorioso el candidato de la oposición, pero no perteneciente totalmente al grupo Tupamaro, hecho que señala algunos cambios en la historia electoral de Oeiras. Además, en el período analizado no hubo registro de presencia femenina al frente de la gestión municipal, solo candidaturas en tres momentos, 1992, 2008 y 2010. La participación política de personas ajenas al grupo en las elecciones jugó un papel menor en la captación de votos, en las que el mayor número de votos fue para la candidata del PT, en 2012, con 888 votos.

Palabras clave: Elecciones Municipales. Gestión Municipal. Control político. Geografía Electoral

SUMÁRIO

Introdução	19
Capítulo 1 – Geografia Política, do voto e território.....	26
1.1. Geografia Política e Geografia Eleitoral: breves reflexões	26
1.2. Território e Políticas Públicas em uma abordagem geográfica ..	40
1.3. Geografia e Políticas Públicas: algumas reflexões	40
1.4. Território e Políticas Públicas: uma abordagem geográfica	47
Capítulo 2 – Oeiras em destaque: caracterização geofísica, processos de urbanização e dinâmicas recentes.....	61
2.1 Caracterização geofísica de Oeiras	61
2.2 Urbanização de Oeiras: breve histórico	70
2.3 Produção do espaço urbano de Oeiras: uma análise de suas dinâmicas recentes	85
Capítulo 3 – Geografia eleitoral de Oeiras	98
3.1 Resultados eleitorais em Oeiras de 1948 a 1996: um breve histórico	98
3.2 Geografia eleitoral de Oeiras: espacialização dos votos de 2000 a 2020.....	116
3.3 Eleições municipais de 2024: sinais de modificações na historicidade eleitoral de Oeiras	141
Conclusões	154
Referências	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Padrões estaduais de distribuição espacial proposto por Ames (2003)	35
Quadro 2 – População de Oeiras. 1940 a 2022	78
Quadro 3 – IDH dos municípios do Território Vale do Canindé. 2000/2010	83
Quadro 4 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras. 1948 a 1962	104
Quadro 5 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras. 1966 a 1976	106
Quadro 6 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras. 1982 a 1996	108
Quadro 7 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras. 2000 a 2024	116
Quadro 8 – Povoados dos quadrantes do município de Oeiras. 2020	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Sistêmico para Geografia Eleitoral inserido no recorte espacial.....	31
Figura 2 – Localização de Oeiras e seus municípios limítrofes. 2024.....	62
Figura 3 – Geologia de Oeiras	63
Figura 4 – Tipos climáticos de Oeiras	64
Figura 5 – Unidades de relevo de Oeiras	65
Figura 6 – Hidrografia de Oeiras	66
Figura 7 – Solos de Oeiras	67
Figura 8 – Tipos de vegetação em Oeiras	68
Figura 9 – Mapa dos locais de Interesse Geomorfológico da cidade de Oeiras. 2023	69
Figura 10 – Planta de Oeiras de 1809	73
Figura 11 – Territórios de desenvolvimento do Piauí, com destaque para a localização do Território Vale do Rio Canindé. 2020	76
Figura 12 – Evolução urbana de Oeiras. 1985 a 2023	90
Figura 13 – Bairros popularmente nominados de Oeiras. 2024	96
Figura 14 – Lançamento de condomínio horizontal em Oeiras. 2023	97
Figura 15 – Apresentação da chapa de Rocha Neto para o executivo de Oeiras. 1948	109
Figura 16 – Mensagem do prefeito Augusto Rocha Neto à Câmara. 1948	110
Figura 17 – Relato após perda da eleição de 1962	111
Figura 18 – Foto do candidato B. Sá. 1982	112
Figura 19 – Cartaz de campanha de Acilino Homero Praça. 1970	114
Figura 20 – Povoados e localidades com seções eleitorais no município de Oeiras. 2020	120
Figura 21 – Espacialização dos votos de B. Sá pelas seções eleitorais de Oeiras. 2000	123

Figura 22 – Espacialização dos votos de Tapety Neto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2000	124
Figura 23 – Espacialização dos votos de Augusto Nunes pelas seções eleitorais de Oeiras. 2004	126
Figura 24 – Espacialização dos votos de José Nataniel (Tiel) pelas seções eleitorais de Oeiras. 2004	127
Figura 25 – Espacialização dos votos de B. Sá pelas seções eleitorais de Oeiras. 2008	129
Figura 26 – Espacialização dos votos de Aleksandra Tapety pelas seções eleitorais de Oeiras. 2008	130
Figura 27 – Espacialização dos votos de Lukano Sá pelas seções eleitorais de Oeiras. 2012	132
Figura 28 – Espacialização dos votos de Tapety Neto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2012	133
Figura 29 – Espacialização dos votos de José Raimundo pelas seções eleitorais de Oeiras. 2016	135
Figura 30 – Espacialização dos votos de Abimael Rocha pelas seções eleitorais de Oeiras. 2016	136
Figura 31 – Espacialização dos votos de José Raimundo pelas seções eleitorais de Oeiras. 2020	138
Figura 32 – Espacialização dos votos de Hailton Filho pelas seções eleitorais de Oeiras. 2020	139
Figura 33 – Síntese das votações das eleições de 2000 a 2020 por quadrantes	141
Figura 34 – Convenções dos candidatos Zé Alberto e Dr. Hailton	146
Figura 35 – Primeiro “Arrochão” e “Arrastão” em Oeiras. 2024	147
Figura 36 – Caminhada no bairro Rodagem Floriano em Oeiras. 2024.	148
Figura 37 – Espacialização dos votos de Zé Alberto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2024	149
Figura 38 – Espacialização dos votos de Hailton Filho pelas seções eleitorais de Oeiras. 2024	150
Figura 39 – Comunidades com urnas eleitorais em Oeiras nas eleições de 2024.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População dos municípios do Território Vale do Rio Canindé, considerando os anos de 2000, 2010 e 2022	77
Tabela 2 – Percentual das atividades na composição do PIB de Oeiras. 2016 a 2021	79
Tabela 3 – Pessoas ocupadas formalmente no mercado de trabalho em Oeiras. 2016 a 2021	83
Tabela 4 – Loteamentos implantados na zona urbana da cidade de Oeiras. 2000 a 2017	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Famílias cadastradas no CadÚnico. 2012 a 2023 (referência de dezembro de cada ano)	80
Gráfico 2 – Pessoas inscritas no CadÚnico. 2012 a 2023 (referência de dezembro de cada ano)	81
Gráfico 3 – Quantidade de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Oeiras. 2004 a 2024	82
Gráfico 4 – Percentual de loteamentos implantados na zona urbana de Oeiras – PI. 2000 a 2017	93
Gráfico 5 – Loteamentos implantados por Bairro da cidade de Oeiras – PI. 2000 a 2017	95
Gráfico 6 – Quantidade de eleitores aptos a votarem e abstenção em Oeiras. 2000 a 2020	118
Gráfico 7 – Taxa de abstenção nas eleições de Oeiras. 2000 a 2020	118
Gráfico 8 – Quantidade de votos brancos e nulos nas eleições de Oeiras. 2000 a 2020	119
Gráfico 9 – Síntese dos votos na eleição de Oeiras para prefeito por quadrante. 2024	152

LISTA DE SIGLAS

ARENA 1 – Aliança Renovadora Nacional
BDTD – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
DEM – Democratas
MDB (ARENA 2) – Movimento Democrático Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PODE – Podemos
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
REDE – Rede Sustentabilidade
UDN – União Democrática Nacional

Prefácio
GEOGRAFANDO UMA TRAJETÓRIA

A Geografia, como os outros campos das ciências humanas e sociais, é um campo de linhas de pensamentos, composto por variadas abordagens teórico-metodológicas. Os (as) geógrafos (as) representam os diversos interesses, conflitantes entre si, dos contextos sociais nos quais estão inseridos (as). Estão situados (as) em sociedades de classes e as suas divisões impactam nos seus trabalhos. Coerentes com esta abordagem teórica, poderíamos falar em geografias, assim como em sociologias, medicinas, psicologias e seguirmos pluralizando outras áreas de saber. O pensamento científico em movimentação dialética, produzido por uma diversidade de pensadores (as), trabalhando em diversas direções. Ciência feita de encontros e dissonâncias, vitalizadoras das nossas experiências universitárias. Estamos encarando as complexas relações cotidianas. Somos sujeitos (as) dos saberes alinhados e desafinados entre si. Entre acordos e rupturas, trilhamos as novas vidas científicas.

Um (a) geógrafo (a) apresenta os seus marcadores identitários na sociedade complexa em que está inserido. Assume posições, expõe análises, emite pareceres e exercita a sua cidadania. É uma pessoa de sonhos, desejos e projetos, não limitados ao exercício profissional. Em foco está Paulo Henrique de Carvalho Bueno, um trabalhador da educação, representante dos conhecimentos geográficos, pesquisador e indivíduo atento aos sinais dos tempos em que vive. Atenção alicerçada em anos de inspiração e transpiração. Acompanhamos a trajetória de um sujeito batalhador, homem de lutas. Alguém empenhado em um projeto pessoal e coletivo de crescimento. Na companhia das letras, investiu no seu processo de capacitação e deu uma série de saltos qualitativos na direção de ser um homem com gravidade. Uma criatura de qualidades, entre estas a de zelar pelas éticas da convicção e da responsabilidade no seu ofício de educador. Um zelador e defensor da escola pública, a quem serve como professor e é grato pela formação recebida ao longo dos seus anos de estudo.

Conheci Paulo Henrique de Carvalho Bueno em suas incursões pelas políticas públicas. Era o seu investimento na pós-graduação. Mestrado e doutorado feitos em um campo abrangente e dialogável com a geografia. No nosso convívio, percebi a abertura de um estudioso empenhado em superar as barreiras entre os vários campos disciplinares. Um geógrafo disposto a mostrar a abrangência e as potencialidades da área na qual é graduado. Paulo Henrique penetrava em estudos sobre os polos de saúde teresinenses. Particularizou as casas de pensão, no polo central da cidade, abrigos dos “turistas da saúde”, clientes ou pacientes interessados nos serviços médicos da capital. Hospedarias de gente vinda dos interiores piauienses e de outros estados, foram objeto de uma das suas pesquisas. Na dedicação ao seu trabalho investigativo, Paulo Henrique chegou a ficar hospedado em uma delas, para sentir na própria pele as experiências vividas pelos sujeitos da sua pesquisa. Um exercício imersivo, participante, de entrega ao seu fazer de pesquisador. Um investigador de uma geografia aberta, elástica, em diálogo com outros saberes na tentativa de lançar um olhar complexo sobre as questões desassossegadoras da humanidade. Nada do que é humano é estranho aos pensadores sensíveis, indignados, curiosos e focados na compreensão dos nossos paradoxos.

Espaço, cidade, território e outros conceitos, compunham o glossário de Paulo Henrique. O seu encontro com um sociólogo foi dadivoso para os dois. Da minha parte, fiquei lisonjeado em acompanhar um mestrando sensível à importância de um consistente referencial teórico para a efetivação de suas análises. A preocupação com o uso preciso das categorias analíticas e a conjugação dos verbos desconstruir e criticar. Uma abordagem crítica daquilo que está sendo estudado, faz parte das inquietações de um pesquisador em suas idas às raízes das questões que levanta nas suas investigações. Paulo Henrique buscava fundamentar um olhar crítico sobre os discursos emitidos, principalmente os oficiais, em relação ao que investigava. Desvendar as máscaras sociais é um objetivo de quem está comprometido com mudanças sociais e vê o trabalho intelectual em sua dimensão interventiva. Um trabalhador pensante e atento aos sinais dos tempos em que vive. O que não fica fechado em seu gabinete de estudos, mas dialoga com os movimentos sociais em seus projetos emancipatórios, de equidade e justiça social.

Paulo Henrique segue mostrando a amplitude da sua geografia. Uma ciência e os tratamentos que dispensa aos temas emergentes e relevantes do cotidiano. Nas páginas seguintes, ele alicerça a dimensão política dos nossos trabalhos de

pesquisadores. O geógrafo aborda uma “geografia eleitoral” em uma cidade do interior piauiense. Vai às urnas dos processos eleitorais e reafirma a ideia do conhecimento histórico como fundamento para os nossos empenhos analíticos. Paulo Henrique, um investigador inquieto, rumando em várias direções temáticas, ancorado nos (as) autores (as), suas referências analíticas. Mais maduro, profundo e experiente, apresenta os resultados de uma nova pesquisa na qual acompanha as eleições municipais em um específico espaço do Piauí, estado a ganhar visibilidade com as pesquisas dos (as) geógrafos (as) interessados em projetá-lo. Contextualizar as espacialidades locais em um mundo globalizado, mercantilizado, incerto, neoliberal. Sociedades de mercado, disputas de poder, progressos e retrocessos de relações mediadas por tecnologias. Novas barbáries e inteligência artificial. Vastidão temática para desafiar os pensadores sensíveis e indignados.

Somos multidimensionais. O nosso lado intelectual é uma dimensão de um conjunto mais amplo. Paulo Henrique explicita outras facetas, além dos seus talentos intelectuais. Dotado de uma inteligência emocional, é um ser agregador e afetuoso no tratamento dos que com ele convivem no cotidiano. Intrépido, sabe o que quer e sustenta os seus posicionamentos teóricos e políticos. Escrever sobre Paulo Henrique, em um momento no qual objetiva dar mais um salto na sua carreira professoral, é honroso por saber da trajetória de altos e baixos, lutas e conquistas suadas por um sujeito batalhador. Um jovem sai da zona rural piauiense e vai batalhar na capital do estado. Foi focado na realização de um projeto de vida. E deu certo. Conquistas estudantis em um país de desiguais. Poucos conseguem ir tão longe. Ser Doutor nos brasis de apartação social. E vai tentar ser Professor Titular da instituição pública de ensino em que trabalha. Tempo de colheita de um semeador da educação. Com livros, se fez e deu o seu retorno para os seus estimuladores.

Paulo Henrique conquistou respeitabilidade pelas suas virtudes pessoais e profissionais. A qualidade dos serviços que presta dignifica a nobre tarefa de ser um educador sempre voltado para a conjugação do verbo crescer. Comprometido com uma pedagogia libertadora, veste a camisa de uma geografia crítica e aliada aos interesses dos excluídos. Aliança construída com alicerces teóricos que atingem as raízes dos nossos principais problemas sociais. As páginas seguintes atestam o valor de Paulo Henrique de Carvalho Bueno. Um escritor e analista cuidadoso, profundo e sintonizado com as expectativas em torno do que seja um educador convicto e responsável. Paulo Henrique é uma influência substantiva, exemplo a servir de

referência para os jovens interessados na conquista de um espaço profissional e uma consequente vida digna, com brilho. Com inspiração e transpiração, ele segue fazendo a sua hora.

Francisco de Oliveira Barros Júnior.
Professor Titular de Ciências Sociais da UFPI, atualmente aposentado.

1. INTRODUÇÃO

A geografia política e suas ramificações permitem compreender como as ações institucionais e da sociedade imprimem, no espaço, suas características e dinâmicas, o que influi nos [re]fazer cotidianos das formas e conteúdos. Nessa direção, o interesse pela temática, em especial no ramo das políticas públicas, já tem uma temporalidade significativa.

Na verdade, esse interesse iniciou-se no mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no qual se pesquisou “As casas de Pensões do Polo de Saúde de Teresina: produção espacial e políticas públicas”, trabalho defendido em agosto de 2008, no qual se teve o fito de analisar a produção espacial, via territórios e redes, das pensões, assim como a existência ou não de políticas públicas voltadas para esses estabelecimentos prestadores de serviços de hospedagem. Na ocasião, as leituras realizadas na disciplina Teoria Política trouxeram aproximações com discussões não realizadas na graduação em geografia, concluída na mesma universidade, em especial aquelas relacionadas aos clássicos da sociologia, à formação do estado, ao poder e à cidadania. Essas reflexões foram coadunadas com a geografia e buscou-se compreender como os processos que elas apresentavam dinamizam as produções espaciais.

No doutorado, realizado no mesmo programa e instituição, aliou-se novamente as discussões das políticas públicas e as produções espaciais. Nessa produção, fez-se uso do conceito de Centralidade, no qual se compreende que as transformações passam, inexoravelmente, pela identificação de áreas centrais, capazes de gerar novos fluxos de pessoas, mercadorias ou informações, uma das evidências dos processos de [re]estruturação urbana e das cidades. Destarte, objetivou-se examinar a produção, o uso e a gestão dos territórios dos serviços de saúde da zona Leste em Teresina, especificamente nos bairros Fátima, Jóquei e São Cristóvão. Na ocasião, partiu-se do suposto de que essa nova centralidade tem como principal fator mobilizador a busca de um público consumidor diferenciado social e economicamente, para a qual concorrem outros fatores, como a relativa saturação espacial do centro principal da capital, o que enseja a demanda de novas frações espaciais para sua produção e reprodução. Nesse sentido, o estudo visou responder a duas questões: I) Como se dá a produção e reprodução desse novo [re]arranjo espacial? II) Como se

estruturam e se dinamizam os serviços de saúde na produção, uso e gestão de suas novas territorializações? Os resultados da pesquisa culminaram na tese intitulada “Centralidade dos serviços de saúde em Teresina (PI): produção, uso e gestão de territórios na zona Leste da cidade”, defendida em novembro de 2015.

As duas pesquisas realizadas propiciaram compreensões das interpenetrações entre a Geografia e as Políticas Públicas. Contudo, dado ser temática pouco examinada na realidade piauiense, em especial no curso de Licenciatura em Geografia da UFPI, buscou-se escrutinar objetos que evidenciavam esses diálogos. Nessa toada, produziu-se um escrito sob o título de “As interfaces entre a Geografia e as Políticas Públicas”, no qual se discutiu os possíveis diálogos entre a Geografia e as Políticas Públicas, tomando como referência analítica a Agenda 2015 de Teresina (PI), e seus planejamentos voltados ao setor do denominado polo de saúde da cidade.

Em 2019, no estágio pós-doutoral, realizado no Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPI, investigou-se novamente, a partir de um dos conceitos-chave da geografia, esses diálogos interdisciplinares. Naquele momento, examinou-se o “Território e Políticas Públicas em uma abordagem Geográfica”, com o objetivo de discutir e ressaltar a importância da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Argumentou-se que as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social se constituem o cerne da contribuição geográfica nesse campo temático. Logo, ao promoverem novas [re]produções espaciais, concretizam-se em processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), dado o caráter [i]material do território. Em síntese, a implementação de uma Política Pública sobre o Território dinamiza-o em função de haver nesse processo apropriação, controle e gestão do espaço-território por parte dos sujeitos envolvidos. Com efeito, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novas dinâmicas na diáde forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território.

Ainda nessa temática de pesquisa, escreveu-se, em 2022, uma pesquisa sobre “Impactos socioeconômicos produzidos pela instalação de um Instituto Federal: uma análise da realidade de Oeiras (PI)” com o intuito de identificar os possíveis impactos socioeconômicos provocados pela instalação de um Instituto Federal na cidade de Oeiras (PI). Partiu-se do suposto que a prestação de serviço educacional, formulado

e implementado como uma política pública, promove dinâmicas sociais e econômicas relevantes para a comunidade local, em função do dinamismo das formas e conteúdos presentes no espaço urbano oeirense. Com efeito, constatou-se que a instalação do IFPI em Oeiras contribuiu com a dinâmica da economia local, seja nas dimensões materiais (bens e serviços), seja nas áreas culturais (entretenimentos citadinos), fato(s) evidenciado(s) com a inserção de mais de dez milhões de reais anuais (conforme projeção para 2020 em valores brutos) só de salários a serem pagos aos servidores, recursos que ficam disponibilizados para o consumo da e na cidade.

As produções das formas e conteúdos espaciais são dinâmicas e [des]conformam de acordo com as ações sobre ele desencadeados. Daí, torna-se relevante compreender as características sociais, econômicas, políticas e culturais de uma dada realidade para que se possa intervir. Nessa direção, em 2023, discutiu-se “Território Vale do Canindé (PI): uma análise de suas vulnerabilidades socioespaciais a partir das condições econômicas”, escrito no qual se realizou exames sobre as condições socioeconômicas dos municípios do Território Vale do Canindé, no estado do Piauí, com vistas a revelar uma das faces de suas vulnerabilidades socioespaciais centradas, principalmente, no fator renda. Assinale-se que, dado o pouco dinamismo econômico dessas municipalidades, as maiores fontes de renda são os repasses federais, o que se reflete em condições de vulnerabilidades sociais graves, pois percentuais significativos dessas populações vivem em condições de extrema pobreza. Na temporalidade analisada (2016 a 2020), verificou-se que os índices de pessoas que vivem em condições extremas de pobreza diminuíram, mas todos os municípios da referida espacialidade possuem mais de 40% de seus residentes nessa situação financeira. Constatou-se também que, em todas as municipalidades analisadas, os assistidos pelo Programa Bolsa Família constituem parte considerável dessas populações. Com efeito, desvela-se a necessidade de implementação de políticas públicas com o fito de minimizar tais condições de fragilidades socioeconômicas, uma das causas de agravamento das vulnerabilidades socioespaciais aí presentes.

As investigações dialógicas entre Geografia e Políticas Públicas, um dos objetos de estudo da Geografia Política, instigaram novas leituras nesse ramo geográfico. Nesse sentido, propõe-se adentrar na Geografia Eleitoral e do Voto como nova aventura intelectual e acadêmica. É nessa reflexão da Geografia Eleitoral que se considera que Oeiras, primeira capital do Piauí, possui disputas políticas para o

executivo bastante acirradas – realidade comum na maioria dos municípios piauienses – nos quais dois grupos políticos têm se alternado no poder, a partir de pleitos eleitorais desde 1948, denominados de *Boca Preta* e *Tupamaro*.

Vale dizer que estudos na área da Geografia Eleitoral ainda são poucos no estado do Piauí, os quais têm se produzido mais no âmbito da ciência política. No âmbito da ciência geográfica, encontrou-se o de Azevedo (2012), que analisa se o aumento do número de municípios no estado na década de 1990 propiciou maior exercício da cidadania a partir da instituição de diversos conselhos municipais. Já na Ciência Política, Neves (2010) analisa os padrões votacionais dos deputados federais nas eleições de 1994 a 2006, enquanto Dantas Filho (2018) investiga os padrões para deputados estaduais nos pleitos de 1998 a 2014.

Assim, objetiva-se analisar a historicidade da construção identitária desses dois grupos nas eleições municipais em Oeiras – PI e a espacialização das votações nos pleitos de 2000 a 2024. Ressalte-se que a escolha temporal de mapeamento dos votos deu-se em função do uso da urna eletrônica para escolha dos candidatos, o que facilita sua cartografia.

Com efeito, a pesquisa em tela norteia-se pelo seguinte questionamento: historicamente, como tem sido a alternância no poder dos dois grupos políticos em Oeiras? Argumenta-se que, oriundos de famílias notáveis da cidade, desde 1948, os chefes do executivo local eleitos pertencem a um dos dois grupos políticos (*Boca Preta* ou *Tupamaro*), o que tem inibido que uma terceira via chegue ao poder.

Metodologicamente, o escrito se apoia em revisão bibliográfica, entrevista semi estruturada e mapeamento das votações do executivo das eleições de 2000 a 2024. No intuito de mapear as pesquisas de teses e dissertações que versam sobre a temática da Geografia eleitoral no Brasil, buscou-se fazer um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações da Capes – BDTD. A primeira busca ocorreu no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes com a utilização dos descritores “Geografia Eleitoral” e “Voto” separados pelo operador *booleano* “AND” no campo de busca, o que gerou 20 resultados. Ao averiguar o título das pesquisas e os programas das quais elas são oriundas constatou-se que apenas 08 trabalhos, 07 dissertações e uma 01 tese foram produzidas em Programas de Pós-Graduação de Geografia.

Já na pesquisa realizada na BDTD, selecionou-se a opção “busca avançada”, por apresentar mecanismo que permite maior precisão das pesquisas sobre o tema

investigado. Destarte, registraram-se 9 trabalhos, os quais foram submetidos à verificação do título, dos programas de pós-graduação em que foram produzidas e à leitura dos resumos, por fim foram selecionados apenas 3 trabalhos (todas dissertações) que versam sobre a Geografia eleitoral e foram produzidos nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, os quais já haviam sido encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Na construção do banco de dados cartográficos, demandou-se acesso a diversos órgãos governamentais, para aquisição de arquivos alfanuméricos e vetoriais, e posterior organização e espacialização dos dados a partir do SIG QGIS, versão 3.28. Nesse sentido, foram adquiridas planilhas com dados das eleições municipais dos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, juntos ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e respectiva localização das seções eleitorais via sítio do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TER-PI).

De posse desses materiais, foi possível selecionar apenas as informações relevantes para o estudo, tais como cargo (apenas prefeito), nome do candidato, local de votação e coordenadas do local de votação. Posteriormente, esses dados foram levados ao QGIS por meio da função “adicionar uma camada de texto delimitado” e, em seguida, exportados no formato “*shapefile*”.

Para cada ano de eleição foram produzidos mapas com os votos individuais de cada candidato, tanto para zona urbana quanto para a zona rural. Para essa última, foram delimitados quadrantes – Leste/Sudeste, Norte/Nordeste, Oeste/Sudoeste – para melhorar o potencial de análise.

Para elaboração do mosaico de mapas da expansão da mancha urbana do município de Oeiras, foi empregado o complemento *MapBiomas Collection* 7.0, disponível no QGIS, e Coleção 8.0, disponibilizada no site do *MapBiomas*, que são produzidos a partir de imagens *Landsat*. Foi selecionada apenas a classe “infraestrutura urbana”, com base nos limites do município de Oeiras, para os anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. A imagem de 2023 foi submetida à reclassificação por tabela – considerando os códigos da legenda para os valores de *pixel* e respectiva paleta de cores para a coleção 8.0.

Os arquivos matriciais obtidos para os cinco anos mencionados foram convertidos para arquivo vetorial, a partir do emprego da ferramenta *Poligonalizar* disponível no QGIS. Os valores comparativos da expansão urbana de 1985 para 2023

foram elaborados no editor de planilhas *Microsoft Excel*, subsidiados nos arquivos de Base da série histórica utilizada.

Foram ainda adquiridos arquivos vetoriais via banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a saber: faces de logradouros para o município de Oeiras; limite do estado do Piauí; malha de municípios do estado do Piauí, de onde foi recortado o município de Oeiras; sedes municipais do Piauí. Junto à Infraestrutura de Dados Espaciais, foi obtida a malha de rios do Brasil, de onde foram extraídas apenas os cursos d'água que passam por Oeiras.

Entrevistou-se a liderança política mais longeva de um dos grupos políticos com o fito de investigar quando foi a entrada da família na vida política, bem como sobre as rivalidades nos pleitos eleitorais. Nessa direção, gravaram-se as falas, transcreveram-nas e fizeram-se análises do discurso.

O escrito em tela, para além de introdução e conclusões, assim se delineia: capítulo 1 – discute-se a Geografia Política, Geografia Eleitoral e do Voto a partir das dissertações encontradas, bem como outras produções sobre a temática, no primeiro tópico. Ademais, em consonância com Castro (2021), já que as análises das políticas públicas sob o olhar geográfico já estão mais consolidadas, reproduz-se, com pequeno acréscimo reflexivo, nosso escrito sobre o conceito de território e suas possibilidades de uso para examinar as espacializações das políticas públicas e suas dinâmizações nas formas e conteúdos territoriais, no segundo tópico.

Capítulo 2 – dado a carência de estudos geográficos sobre Oeiras, decidiu-se realizar uma caracterização geofísica do município, bem como analisar a urbanização e produzir uma caracterização socioeconômica da cidade como mecanismo para evidenciar o palco em que se travam as disputas eleitorais, respectivamente, no primeiro e no segundo item da sessão. Ademais, no terceiro tópico examinou-se as dinâmicas mais recentes que retroalimentam o processo de expansão e adensamento urbano na primeira capital do Piauí, a partir do lançamento dos loteamentos na cidade desde os anos 2000.

Capítulo 3 – dividido em 3 tópicos: no primeiro, se examinou a historicidade das disputas eleitorais em Oeiras (PI), de 1948 a 1996, e a consequente formação dos dois grupos políticos e seus momentos de acesso à gestão executiva municipal. No segundo momento, fez-se a espacialização dos votos nos pleitos sob exame, 2000 a 2020, e suas análises da distribuição pelas zonas eleitorais do município. No terceiro

tópico, discutiu-se a eleição de 2024, a qual evidenciou alguns sinais de modificações da historicidade eleitoral de Oeiras.

Capítulo 1

1. GEOGRAFIA POLÍTICA, DO VOTO E TERRITÓRIO

1.1. GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOGRAFIA ELEITORAL: BREVES REFLEXÕES

A Geografia Política tem tido avanços significativos no Brasil, desde os finais dos anos de 1990. Atualmente, há diversos grupos de pesquisa sobre o tema, grupos de trabalho no Encontro Nacional da Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), além de um Congresso específico da temática – Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO), o qual teve sua quarta edição em 2023. Refletir sobre Geografia Política se faz necessário para compreendê-la:

[...] como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos para eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultaram numa forte contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores [...] (Castro, 2010, p. 17).

Na verdade, Castro (2010; 2021), Castro e Azevedo (2022), dentre outras pesquisadoras, têm se dedicado ao debate no âmbito da Geografia Política de forma densa e sistemática. Em “Geografia e Política: território, escala de ação e instituições”, Castro (2010) discute a evolução da Geografia Política e suas imbricações nas produções espaciais em suas diversas nuances, o que exige dos geógrafos novos olhares para que se compreenda a sociedade vivida. Nesse sentido, a política e suas ações são concretizadas no espaço geográfico e promovem dinâmicas nas formas e conteúdos, as quais exigem análise de diversos campos disciplinares para serem compreendidas. Sob este aspecto:

[...] questão fundadora da geografia política continua sendo compreender como a política, no seu sentido institucional e operacional, invade as mais diferentes dimensões do espaço e, ao contrário do início do século XX quando a causalidade da política era procurada na geografia, nas últimas décadas do século XX e nas

primeiras deste século XXI é cada vez mais necessário estudar como a geografia é informada pela política. Com a crescente visibilidade da política, seu campo tornou-se mais amplo e complexo, obrigando a uma renovação de suas perspectivas teóricas e conceituais e, estou de acordo com Brennetot, quando declara que a geografia política se tornou um dos sub-ramos mais dinâmicos e fascinantes da geografia contemporânea (Castro, 2021, p. 24).

Na diversidade temática da Geografia Política, “alguns temas já estão mais consolidados na disciplina, como as dimensões espaciais das políticas públicas e a gestão do território” (Castro, 2021, p. 24). Por exemplo, como apontou Bueno e Andrade (2019), há importância significativas da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Em síntese, as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social constituem o cerne da contribuição geográfica nesse campo temático. Logo, ao promover novas [re]produções espaciais, concretizam-se, também, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), dado o caráter [i]material do Território. Com efeito, a implementação de uma Política Pública sobre o Território o dinamiza em razão de, nesse processo, haver apropriação, controle e gestão do espaço-território por parte dos sujeitos envolvidos. Consequentemente, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novas dinâmicas na díade forma/conteúdo, as quais poderão ser lidas com base no conceito de Território.

Contudo, outros objetos têm despertado interesse, em especial no âmbito da Geografia Eleitoral, a qual inclui a Geografia do Voto. Nesse sentido, pesquisadores têm investigado os padrões espaciais das votações em determinados candidatos, bem como as motivações para essas votações – a personalidade ou o perfil ideológico, o sistema político brasileiro e suas repercussões nas produções espaciais, os desafios no bojo da democracia brasileira, populismo, o exercício da cidadania e os impactos das redes sociais nos processos eleitorais, dentre outros.

Por sua vez, Castro e Azevedo (2022) discutem a necessidade de que sejam retomadas as análises, no âmbito da Geografia Política, dos municípios como espaço de vida da sociedade, bem como escala significativa da gestão pública e da representação política. Para esses autores, a identificação das características e diferenças do conjunto de municípios brasileiros permite a compreensão das conexões entre espaço, voto e gestão do território por parte da sociedade civil. Nessa direção, o município, de acordo com Castro e Azevedo (2022, p. 34):

[...] emerge como território de ação, como distrito eleitoral fundamental, formal e informal, como o lugar onde interesses se organizam e a política se realiza por meio do voto. Na engenharia política da democracia representativa no Brasil, o município dispõe das condições institucionais que o tornam o espaço privilegiado da ação da sociedade, dos partidos políticos e de seus eleitos, cujas conexões eleitorais se encontram na ordem do dia mediante debates sobre emendas parlamentares. Em conjunto, os municípios compõem espaços de gestão cujos efeitos se fazem sentir no cotidiano de seus habitantes.

Castro e Azevedo (2022), com base na análise de artigos publicados em periódicos (com Qualis A1 e A2) brasileiros, entre 2015 e 2022, encontraram apenas três artigos que lidavam diretamente com o município como objeto específico de discussão, ou seja, esses textos examinaram como tais unidades efetivam seus papéis no federalismo brasileiro. Outros textos utilizam o município apenas como sustentáculo dos fenômenos que nele ocorrem, o que não o torna uma escala de reflexões. Castro e Azevedo (2022) apontam que ainda são incipientes as pesquisas que exploram, efetivamente, os municípios como objeto central nas discussões da Geografia Política e nas suas ramificações com vistas a evidenciar os processos que envolvem as escolhas eleitorais e ações desencadeadas nesses territórios. Com efeito, se faz necessário aprofundar os debates com o fito de refletir para o fato de que a:

[...] questão que se impõe é até que ponto a maior proximidade da representação no município favorece a superação do tradicionalismo das relações clientelistas em nome do maior universalismo de procedimentos. O cotidiano da política na escala municipal espelha a sociedade brasileira a partir de seu lugar de vida e traça um quadro sem retoques dos modos como se ordenam as relações entre eleitores e eleitos e a capilaridade do processo de decisão política e dos recursos públicos que o irrigam (Castro, Azevedo, 2022, p. 49).

Examinar, no âmbito da Geografia Política, como se dão os processos de escolhas eleitorais e suas nuances tem sido o alvo da Geografia Eleitoral, aqui entendida como ferramenta que possibilita analisar as correlações entre processos eleitorais e contextos espaciais, o que permite compreender como a organização espacial influencia as decisões do eleitorado e como podem ser influenciados por candidatos para induzir resultados eleitorais (Azevedo, 2023).

É consenso na literatura especializada que o escrito de André Siegfried, 1913, intitulado “*Tableau politique de la France de l’Ouest*”, pode ser considerado o pioneiro da Geografia Eleitoral (Azevedo, 2023). Por meio de uma revisão bibliográfica em

artigos publicados em periódicos, Azevedo (2023) analisou a produção nacional e internacional em Geografia Eleitoral, discussão que escrutinou as características e fragilidades nas pesquisas brasileiras. A partir do estudo de dois grandes temas da pesquisa em Geografia Eleitoral – Geografia da Representação e Geografia do Voto –, Azevedo (2023) discute o espaço geográfico enquanto composição, o uso político dos mapas eleitorais e o espaço enquanto efeito contextual, junto ao seu uso estratégico por candidatos e partidos.

As conclusões de Azevedo (2023), extraídas de dezenove artigos nacionais e trinta e um internacionais, indicam que a historiografia da Geografia Eleitoral evidencia um dilema sobre o papel do espaço na conformação do comportamento eleitoral: por um lado se comporta como um palco com características sociais que não podem ser consideradas como fatores explicativos, o que torna esse espaço apenas mais uma composição; por outro, tem-se a espacialidade como condicionante, contextual. Portanto, as produções brasileiras ainda carecem de mais abordagens contextuais. Enfim, adverte Azevedo (2023) que a Geografia Eleitoral é riquíssima em temáticas, sejam as mais tradicionais, sejam as que busquem analisar os impactos das redes sociais nas campanhas, nos padrões espaciais do voto e nas novas discussões sobre representação e partido político.

No âmbito das teses e dissertações, tem-se a de Braga (2008), que, ao refletir sobre os territórios políticos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) no Rio de Janeiro, buscou responder como se constituem seus territórios no referido município para a materialização de seus objetivos políticos. Suas incursões objetivaram analisar os resultados eleitorais dos candidatos ligados a IURD nas eleições de 2000 a 2006, e suas ligações com as territorialidades da referida instituição religiosa. Seus apontamentos finais evidenciaram que as territorializações da IURD se centram nas áreas periféricas da cidade e com baixos índices de desenvolvimento humano. Nesse cenário, quanto maior a quantidade/concentração de templos, maiores são as votações dos candidatos ligados a referida igreja.

Augusto (2012) parte do entendimento de que as discussões entre a Geografia e Política partidária, a partir da Geografia Eleitoral, possibilitam compreender as fundamentações utilizadas pelos eleitores em suas decisões de voto. Com efeito, com o uso da Geografia Eleitoral, o autor analisa como se constrói no imaginário social a escolha de determinados candidatos no momento do voto, se por identificação pessoal ou partidária. Vale dizer que dois parâmetros o auxiliam nessa compreensão

para o entendimento do comportamento do voto – renda e escolaridade. Sua pesquisa espacializa sua incursão em Guarapuava (PR) nas eleições de 2008 e 2010, em que aborda os pleitos municipal e nacional.

As conclusões de Augusto (2012) apontam que em Guarapuava as decisões do voto são complexas, mas prevalecem a identificação pessoal em detrimento da identificação partidária. Ademais, as variáveis de renda e escolaridade dos eleitores auxiliaram-no a entender as escolhas das camadas mais pobres, uma vez que, por desconhecimento de ideologias políticas e partidárias, têm nas benesses oferecidas por determinados candidatos fator significativo para o voto.

Em continuidade às incursões investigativas na temática, Augusto (2017) objetivou refletir a formação geográfica do voto português e brasileiro com base no comportamento do eleitor em suas votações nos pleitos locais e nacionais, a partir duas possibilidades: 1) por meio da identificação pessoal (candidato); 2) identificação partidária (partido). Acrescente-se que seus períodos temporais estão centrados nas eleições de 2011 e 2013 em Portugal, 2010 e 2014 no Brasil. Na verdade, as duas possibilidades postas pelo autor tornam-se suas hipóteses de pesquisas, ao acreditar que a primeira se dá nas eleições locais, enquanto a segunda torna-se mais visível nos pleitos nacionais. Suas conclusões indicam que não dá para determinar uma única motivação para o comportamento do voto, o que o torna híbrido, relacionado diretamente ao contexto territorial, uma vez que a decisão do voto pode advir da identificação partidária, pessoal ou de ambas nas distintas escalas (locais e nacionais) analisadas.

Cunha (2014), ao partir do pressuposto de que a maioria dos estudos da Geografia Eleitoral foca nas características sociais e espaciais que influenciam as decisões do eleitorado, bem como ao analisar a cartografização do fenômeno, adota o modelo sistêmico desenvolvido por Taylor (1978) como ferramenta para analisar as eleições municipais em Rio Grande, cidade do Rio Grande do Sul (RS) nos anos de 2004 e 2008, com seus respectivos mandatos examinados, o que evidenciará os momentos anteriores, durante e após o processo eleitoral.

Por sua vez, Cunha (2014) objetiva analisar as interações entre as escolhas nas urnas e suas consequências para distintos recortes espaciais, em que se discute como ocorre a retroalimentação das políticas formuladas pelos eleitos escolhidos e como essas [des]conformam as produções espaciais. Ou seja, como afirma Cunha (2014, p. 14):

[...] buscou-se por meio de uma interpretação das diferentes etapas de um processo eleitoral encontrar as interações entre os agentes políticos, os eleitores e o recorte espacial que os envolve e os integra, inserindo o processo eleitoral como segmento da política e não como um apêndice momentâneo. Na dissertação foram analisados o comportamento dos políticos e o ato de votar dos eleitores, para encontrar uma relação entre os dois atos (votos e ações políticas), como forma de explicar a formação, a atuação política e suas consequências.

A ideia de Sistema posto em Cunha (2014) para analisar as eleições municipais parte do pressuposto que esse acontecer é dinâmico, já que as condicionalidades sociais e espaciais interagem para concretizarem ações intencionais por parte dos candidatos e do eleitorado. Essa esquematização sistêmica é exposta na Figura 1, a qual é assim esclarecida por Cunha (2014, p. 25-26):

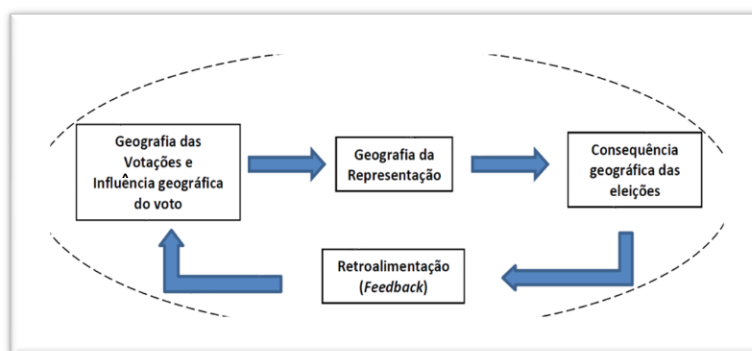
1º Estímulo – Geografia das votações e influência geográfica do voto: busca analisar os fatores geográficos que atuam na determinação da escolha dos votos, no sentido de identificar o que pode ser relevante para o eleitor escolher um candidato. As necessidades espaciais determinam a escolha de um projeto político que melhor responda os anseios de um grupo ou individual[...].

2º Processo Intermediário – Geografia da Representação: estuda a distribuição espacial dos votos e a representatividade formada a partir dos resultados das eleições. A pergunta chave é: os eleitores de determinados recortes espaciais conseguiram eleger o seu representante? [...].

3º Resultado – Consequência Geográfica dos votos: é a resposta política dada pelo candidato eleito aos recortes espaciais, ou seja, as atuações possuem direcionamento para pontos de concentração de seus votos. Como forma de representar os reflexos da política e consequentemente das eleições no espaço[...].

4º. Retroalimentação: Essa é o diferencial desse sistema geográfico para a análise eleitoral, pois é ele permite a continuidade dos processos eleitorais. Demonstrando que as ações políticas fazem parte das observações para o resultado dos próximos pleitos.

Figura 1 – Modelo Sistêmico para Geografia Eleitoral inserido no recorte espacial



Fonte: Taylor e Flint (2002) *apud* Cunha (2014, p. 23).

As conclusões de Cunha (2014) indicam que o modelo sistêmico para analisar o processo eleitoral em Rio Grande (RS), em 2004 e 2008, permitiu vislumbrar os interesses subjacentes às ações dos vereadores e eleitores, evidenciadas nas urnas e nas ações dos legisladores eleitos para com os distintos recortes espaciais de maiores votações. Na verdade:

[...] nos dois pleitos analisados o comportamento de eleitores e candidatos/vereadores foi similar, demonstrando que ambos buscam responder as suas necessidades. Tanto a resposta dos eleitores como as ações dos políticos possuem características semelhantes. Os comportamentos dispersos dos políticos eleitos vereadores foram bem aceitos quando seus votos obtiveram um mesmo parâmetro de distribuição (dispersos) com o mesmo tipo de ação. Os vereadores em distribuem suas ações e não agem de forma a beneficiar uma vizinhança que direcionou seus votos não conseguiram seguir na carreira em cargos políticos eletivos. Assim, foi possível observar uma direta relação entre a distribuição dos votos e dos atos políticos e as consequências no pleito seguinte, como resposta dos eleitores para legisladores locais (Cunha, 2014, p. 159).

Pereira (2014) examinou as formas de distribuição do voto no espaço e suas relações com a representação política dos deputados estaduais de Goiás, com vistas a responder sobre como se dá a relação entre a dimensão espacial do voto e a dimensão espacial da representação política na Assembleia Legislativa de Goiás, nas eleições de 2006 e 2010. Suas considerações finais indicam que há diversos padrões de votação para deputados em Goiás, fato que incentiva comportamentos diversos dos legisladores e cria conexões eleitorais com os espaços de suas referidas votações mais expressivas. Afinal, a espacialização dos votos coincide com a espacialização dos projetos apresentados pelos deputados nas legislaturas analisadas, o que fortalece suas bases e assegura seus votos nos distintos pleitos.

Soares (2019) objetivou discutir como os fenômenos político-territoriais, associados às estruturas sociopolíticas, podem ter influenciado o voto nas eleições presidenciais de 1998 e 2002 no Brasil. As conclusões de Soares (2019) apontam que os contextos políticos e econômicos influem significativamente nos pleitos eleitorais, uma vez que, se em 1994 os ganhos imediatos do Plano Real favoreceram a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, o mesmo Plano foi visualizado como continuidade do Plano Econômico. Contudo, as crises econômicas e políticas, ocorridas no segundo mandato de FHC, promoveram a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Ademais, o autor conclui que outro fator determinante para a vitória

eleitoral de Lula foi a interiorização do Partido dos Trabalhadores para além do espaço litorâneo do País.

Naves (2019) analisa as disputas e influências territoriais dos parlamentares eleitos nas legislaturas de 2002 a 2014 em Tocantins a partir das seguintes variáveis: período eleitoral, perfil ideológico, origem do parlamentar e senioridade. Sob este aspecto, dois perfis se constituem como mais significativos nas territorializações dos eleitos: 1) origem do deputado – promove uma votação mais concentrada, em especial quando esse vem do Poder Executivo municipal; 2) senioridade – promove uma votação concentrada e dispersa em função de que suas atuações nas legislaturas anteriores propiciaram canalização de recursos para diversos redutos eleitorais. Enfim, Naves (2019) aponta conclusivamente que as votações concentradas, dominantes ou compartilhados são mais presentes nos eleitos pela primeira vez ao mandato; e, a partir da segunda disputa eleitoral, as votações tendem a se espalhar geograficamente pelo Estado, portanto, mais dispersas.

Nogueira (2020), ao partir da reflexão sobre a ligação entre o candidato e os eleitores em eleições locais no seu reduto eleitoral em Goiânia, visou compreender a distribuição dos votos obtidos pelos candidatos a vereador em 2016, o que lhe permitiu, também, identificar o comportamento eleitoral da população nessas eleições. Suas conclusões indicam que: 1) as distribuições espaciais de votação dos vereadores na escala municipal possuem uma variedade de padrões espaciais de votação; 2) as bases eleitorais informais criadas pelos candidatos perpassam os limites políticos, o que permite o uso da escala de estudo por locais de votação; 3) há uma sobreposição de várias bases eleitorais de candidatos diferentes.

As pesquisas analisadas evidenciam que a Geografia Eleitoral tem avançado em produções acadêmicas, mas que possui desafios prementes. Ademais, conforme Azevedo (2023), se fazem necessárias investigações que busquem superar o dilema do papel do espaço nos momentos eleitorais, se este se constitui apenas um fator explicativo/composicional ou um componente condicionante/contextual. Enfim, as duas perspectivas têm suas relevâncias e devem dialogar a partir das correlações entre as geoestatísticas/cartografias e as análises explicativas causais.

De fato, as pesquisas aludidas, as quais foram desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, buscam ora identificar os padrões espaciais das votações em um dado candidato, ora compreender as motivações do eleitorado para que deposite seu voto na urna. Desse modo, os autores imergem nos estudos da

Sociologia Política, Ciência Política e Ciências Sociais como fundamentos para suas incursões investigativas.

No âmbito dos padrões espaciais, a literatura de Ames (2003) e Carvalho (2003) são basilares, uma vez que explicitam como as espacialidades das disputas territoriais e suas repercussões na conquista do poder constroem padrões de votações eleitorais, os quais são agrupados em quatro tipos, sedimentados em duas dimensões.

Ames (2003) em “Os Entraves da Democracia no Brasil” analisa, dentre diversas temáticas, os padrões espaciais dos legisladores eleitos no âmbito federal nas eleições da década de 1980 e 1990. Essa taxonomia parte do cruzamento de duas dimensões: 1) vertical (dominante/compartilhado) – medida a partir da força eleitoral do candidato em um dado município, e por meio da comparação entre seus votos e os dos demais candidatos; 2) horizontal (concentrado/disperso) – investiga se a votação de um dado candidato concentrou-se em poucos municípios ou foi dispersa pelo território estadual, ou seja, a distribuição geográfica dos municípios de suas votações revelará o grau de concentração ou dispersão de suas bases eleitorais.

A partir do entendimento das duas dimensões, para Ames (2003), os deputados têm seus padrões espaciais classificados em: 1) Concentrados – dominantes, nesse padrão, tende-se a se encontrar deputados que imprimiram historicamente relações tradicionais de empreguismo e clientelismo, em que se exemplifica a partir de representantes típicos, ex-prefeitos e membros de famílias tradicionais; 2) Concentrados – compartilhados, se centrariam em candidatos que concentram votações em um único município ou um pequeno grupo desses, evidência encontrada, principalmente, nas maiores cidades brasileiras; 3) Dispersos – Compartilhados, são os candidatos que buscam eleitores numericamente pouco expressivos em qualquer municipalidade, os quais podem ser identificados pelo pertencimento ou relações próximas a grupos organizados; 4) Dispersos – Dominantes, esses padrões ocorrem quando se verificam votações significativas em todos os municípios de um dado Estado, mas com alta concentração em alguns, o que no geral revela que o referido candidato realizou acordos com políticos locais ou ocupou altos cargos na administração estadual, o que viabilizou ações significativas nos municípios de maior votação. Esses padrões estão expostos no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Padrões estaduais de distribuição espacial proposto por Ames (2003)

Padrões estaduais de distribuição espacial			
% do total dos votos em municípios principais			
Distribuição dos votos em municípios principais	Dispersa	Baixa	Alta
		Dispersa – compartilhada	Dispersa – dominante
	Contígua	Concentrada – compartilhada	Concentrada – dominante

Fonte: Ames, 2003.

Ames (2012), ao discutir as estratégias eleitorais na representação proporcional com lista aberta, faz analogia dos padrões espaciais de deputados para os níveis municipais com vista a fazer uma taxonomia desses territórios. Com efeito, assim se configura:

Municípios concentrados-dominados. Esse é o clássico “reduto” brasileiro, onde um deputado domina um grupo de municípios contíguos. As famílias dos candidatos podem ter tradições de poder na região; pode ser que eles galguem os degraus da política a partir de empregos locais; talvez façam acordos com chefes locais[...]. *Municípios concentrados-compartilhados.* Em grandes áreas metropolitanas tais como a Grande São Paulo, uma determinada coorte de eleitores pode ser suficiente para eleger muitos candidatos. Os candidatos da classe trabalhadora, por exemplo, frequentemente recebem três quartos de sua votação estadual total de um único município, a cidade de São Paulo. Mas talvez eles nunca recebam mais do que 5% dos votos dados na cidade ou em qualquer outro município, pois compartilham esses municípios com muitos outros candidatos. *Municípios dispersos-compartilhados.* Alguns candidatos recorrem a coortes de eleitores cujo apoio é numericamente pequeno dentro de um único município. Dois exemplos comuns são os nipo-brasileiros e os evangélicos, protestantes que tipicamente votam em candidatos evangélicos. Essas coortes são coesas e leais, mas não são muito grandes; assim, os candidatos que dependem desses eleitores constroem coalizões compostas de pequenas fatias de muitos municípios. *Municípios dispersos-dominados.* Esse padrão se ajusta a candidatos que alguma vez tiveram cargos burocráticos de nível estadual, como secretário de educação, um cargo que tem um potencial clientelista substancial. O padrão também é típico de candidatos que fazem acordos com líderes locais[...] (Ames, 2012, p. 64-65).

As reflexões de Ames (2003, 2012) permitem que se visualize como o espaço se constitui fator relevante nas estratégias e ações políticas dos candidatos a um determinado cargo político, em especial a deputados federais. Na verdade, tal configuração espacial pode ser aplicada a estudos das eleições de deputados estaduais em qualquer unidade da federação e de vereadores em cidades de maiores portes demográficos.

Carvalho (2003) discute as eleições para a Câmara dos Deputados brasileira, em 1994 e 1998, para investigar os padrões espaciais desses pleitos e incrementar uma análise sobre o comportamento eleitoral dos parlamentares eleitos. Suas conclusões, do ponto de vista da taxinomia de Ames (2003) evidenciam que: os deputados eleitos nas duas eleições analisadas mostraram que, na dimensão horizontal, 46% dos eleitos têm votação concentrada, e 54% fragmentada; no que tange à dimensão vertical, verificou-se equilíbrio entre dominância – 49% em 1994, 47% em 1998, não dominância – 51% em 1994, 53% em 1998.

No que se refere ao comportamento eleitoral a partir do qual se busca compreender as variáveis que levam o eleitor a escolher seu candidato, três correntes são mais utilizadas na literatura que lida com a temática, são estas: as abordagens sociológica, psicológica/psicossociológica e da escolha racional.

A corrente sociológica parte do contexto social (imbricados de fatores socioeconômico, culturais e estruturais de classe) em que o eleitor está imerso como elemento fundamental para explicar sua opção de voto (Lago, 2005). Nessa direção, as interações sociais constroem identidades de coletivo social e influenciam as tomadas de decisões individuais nos momentos eleitorais. Daí que essa perspectiva visa:

[...] compreender os mecanismos através dos quais são construídas as identidades entre determinados grupos socialmente definidos e partidos e/ou ideologias políticas específicas. Os partidos, através de seus discursos, procuram angariar votos. Buscam uma forma de criar e manter identidade com grupos sociais, comunidades, segmentos, classes sociais. Ou ainda com grupos mais genéricos como “pobres”, “povo”, negros, mulheres, católicos, evangélicos, aposentados, etc. Essa identidade partidária, segundo a perspectiva sociológica, se dá sob a forma de um contrato entre eleitores e partidos/candidatos, onde aqueles são representados por estes (Lago, 2005, p.15).

A abordagem psicológica/psicossociológica busca compreender como o eleitor concebe sua existência a partir das opiniões expressas no contexto social e como esses elementos são utilizados em suas decisões no ato de votar (Augusto, 2020). Afinal,

Ao contrário do que acontece na abordagem sociológica, para a perspectiva psicossociológica, o indivíduo e suas motivações ao nível psicológico é que se constituem na unidade de análise. Seu pressuposto é de que o comportamento eleitoral se baseia na estrutura de personalidade dos indivíduos e no seu sistema de crenças, os quais são relativamente independentes do contexto social em que o sujeito vive (Lago, 2005, p.17).

Conforme Lago (2005), a abordagem da escolha racional tem fundamento na obra “Uma Teoria Econômica da Democracia” de Anthony Downs, em que a logicidade do voto pauta-se na escolha que traga mais ganhos individuais. Sob este aspecto, o racional é compreendido como “a ação que é eficientemente planejada para alcançar fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator” (Downs, 1999, p. 41). Com efeito, os sujeitos, por esse ângulo, são egoístas, mesmo agindo racionalmente, posto que a natureza humana:

[...] nos faz sentir mais intensamente o que nos afeta de modo direto do que o que nos afeta de modo indireto através dos outros, necessariamente leva ao conflito entre indivíduos. Cada um, conseqüentemente, tem uma maior consideração por sua própria segurança ou felicidade, do que pela segurança ou felicidade de outrem: e, quando essas entram em choque, está pronto a sacrificar o interesse de outrem ao seu próprio (Calhoun *apud* Downs, 1999, p. 49).

A escolha racional visa explicar as lógicas que levam os indivíduos a optarem por determinados candidatos em detrimento de outrem, o que traz algumas diferenciações em relações as outras duas abordagens. Contudo,

[...] a Teoria da Escolha Racional não é um modelo absolutamente oposto, por exemplo, à perspectiva sociológica. Ou seja, ela não nega a importância do contexto na determinação das escolhas político-eleitorais. Pelo contrário, admite que o contexto dentro do qual as escolhas são feitas é fator determinante para as referidas escolhas. Contudo, ao contrário da perspectiva psicossociológica, não pressupõe que haja um processo de automação do comportamento político-eleitoral determinado pelas condições socio-históricas e culturais de cada grupo social. A própria noção de racionalidade deve ser entendida como um elemento histórico, que interage e possui relação de influência recíproca com o contexto sociocultural. Contudo, o que a Teoria da Escolha Racional não apregoa é a ideia de que esse contexto possua determinação total e unilateral sobre como os indivíduos fazem suas escolhas (racionais). Mesmo em um contexto de pouca informação e sofisticação política é possível, segundo os defensores da Teoria da Escolha Racional, um comportamento dotado de racionalidade ou, ao menos, não irracional (Lago, 2005, p.28).

As discussões dos padrões espaciais, bem como sobre as motivações para o comportamento do eleitor têm norteadas diversas pesquisas que envolvem a Geografia Eleitoral. Contudo, as taxonomias, teorias de escolha dos votantes não são modelos fechados em que se deva encaixar as dinâmicas políticas brasileiras. Aliás, os contextos espaciais do País, com suas desigualdades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais, exigem dos pesquisadores que façam uso mais amplo dos mecanismos de compreensão da realidade vivida, em especial os ligados à política.

Discussões sobre a Geografia Eleitoral do Piauí, embora não tratando diretamente sobre eleições, encontram-se em Azevedo (2012), que analisou, comparativamente, os municípios criados entre 1985 e 1996 nos Estados do Piauí e Rio Grande do Sul, com o fito de discutir de que maneira a constituição de novos territórios municipais afetam o exercício da cidadania, a qual é escrutinada por meio da criação de conselhos municipais. Suas conclusões indicam que há diferenciações significativas nos conselhos municipais criados nos dois Estados, os quais têm contextos espaciais em suas diferenciações. No Piauí, os poucos conselhos criados, por conta de obrigações constitucionais, como os de Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente e Educação funcionam de forma precária, o que promove baixo exercício da cidadania por parte dos munícipes, diferentemente da realidade sul-rio-grandense.

No território piauiense, foram encontradas duas pesquisas que visam analisar os padrões espaciais das votações para deputados estaduais e federais, ambas as pesquisas foram desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Neves (2010) discutiu os padrões, pautado na taxonomia de Ames (2003) e Carvalho (2003), das votações dos deputados federais eleitos nos pleitos eleitorais de 1994 a 2006 e suas conexões eleitorais no período analisado, à luz das emendas parlamentares destinadas aos municípios piauienses. Suas conclusões indicam que: 1) o padrão mais constante é o disperso – dominante, entretanto, o disperso-compartilhado também se faz presente, fato que explica as altas taxas de reeleição nos pleitos e reforça a trajetória política dos deputados como destinadores de emendas, como forma de manutenção, dispersa, de seus redutos eleitorais; 2) os deputados mais alinhados às causas específicas, caso dos trabalhadores, tiveram um padrão concentrado – compartilhado, com exceção do deputado Antônio José Medeiros (Partido dos Trabalhadores) que teve o padrão disperso – compartilhado em função de sua trajetória política ao exercer cargo de secretário de Educação do Estado, o que permitiu interiorizar suas votações pelo território estadual.

Acrescente-se que Dantas Filho (2018) investigou os padrões das votações dos deputados estaduais do Piauí nas eleições de 1998 a 2014, ancorado na taxonomia de Ames (2003) e Carvalho (2003). Suas conclusões apontam que: 1) a configuração espacial do Estado favorece votações mais dispersas, posto que apenas a capital tem condições de eleger legisladores no padrão concentrado, o que faz com que se tenha o tipo disperso – dominante como sendo regra nos pleitos eleitorais analisados; 2) os deputados com longa trajetória política possuem dispersão dos votos mais

significativa, evidência das conexões com seus redutos eleitorais e sua expansão. Como conclusão principal, Dantas Filho (2018, p. 84) indica que:

[...] temos o fato de que a geografia do voto piauiense (sob a nomenclatura dos padrões de votação) não é uma condição estratégica *ex ante* da competição política, pois ao analisarmos tanto o vetor horizontal como o vetor vertical verificamos que as condições geográficas são tão determinantes que obrigam os deputados estaduais a reagir, e não a deliberar previamente, perante as circunstâncias da competição e as regras eleitorais que estão submetidos.

As reflexões de Neves (2010) e Dantas Filho (2018) evidenciam os padrões espaciais das votações dos deputados federais e estaduais eleitos, bem como algumas correlações com as conexões eleitorais territorializadas no Estado do Piauí, o que constitui relevantes estudos no âmbito da Geografia Eleitoral e lança luzes para outras frentes de pesquisa, em especial no âmbito da Geografia.

Ademais, as pesquisas analisadas indicam que a categoria Território, conceito-chave da Geografia, mesmo que não usado diretamente, se constitui em ferramenta significativa para que se discuta a Geografia Política, Geografia Eleitoral e a do Voto, seja nas escalas nacional, regional, estadual ou local. Nesse sentido, faz-se uma discussão conceitual de território na sessão seguinte com o objetivo de evidenciar as possibilidades de seus usos como lente analítica para essas temáticas.

1.2. TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA¹

Há, em Serpa (2011), uma indagação que permite reflexões sobre as interfaces entre dois campos disciplinares distintos que não se excluem. Este autor questiona sobre qual é o papel da Geografia frente às Políticas Públicas. Em um primeiro olhar, parece fácil a resposta, mas seu escrutínio revela as múltiplas facetas dessas inter-relações entre conhecimento geográfico e a formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas.

Nessa direção, objetiva-se analisar e ressaltar a importância da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Argumenta-se que as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social se constituem o cerne da contribuição geográfica. Logo, ao promover novas (re)produções espaciais, concretizam, também, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2011).

A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica sobre a temática, principalmente acerca das produções da Geografia sobre as Políticas Públicas e o conceito de Território. Nessa senda, para além de introdução e conclusão, o artigo se estrutura em duas seções: 1) Faz-se uma reflexão sobre como a Geografia tem abordado as Políticas Públicas. 2) Discute-se o conceito de Território e suas contribuições para as análises dessa temática.

1.3. GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS REFLEXÕES

O conceito de Políticas Públicas é polissêmico e tem sido alvo de muitas discussões desde seu surgimento como campo disciplinar nos Estados Unidos, com o objetivo de analisar as ações governamentais. Admite-se que quatro autores são considerados fundadores desta ciência: H. Laswell (1936) instituiu a análise de Política Pública; H. Simon (1957) elaborou conceitualmente a racionalidade condicionada aos decisores públicos; C. Lindblom (1959 -1979) debruçou-se sobre

¹ O escrito em tela contém pequenos acréscimos reflexivos em relação ao publicado em setembro de 2019, o qual foi desenvolvido durante o estágio pós-doutoral em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, sob a supervisão do prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade, o qual figura em coautoria.

as relações de poder e a integração dos processos decisórios; e Easton (1965) definiu Políticas Públicas de forma sistêmica, com interferências desde sua formulação, resultados e o ambiente (Souza, 2006).

No Brasil, os estudos sobre a temática se iniciam na década de 1970 (Melo, 1999), com vistas a compreender as inter-relações entre Estado e sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas. Na verdade, dado as repercussões das Políticas Públicas nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais, as pesquisas sobre o tema são alvo de diversas disciplinas, dentre elas a Geografia.

Souza (2006) historiciza os principais conceitos e modelos de análise de Políticas Públicas para, ao final, elaborar algumas considerações entre as teorias neo-institucionalistas e a análise de Políticas Públicas. Admite a existência de diversas definições, as quais se atrelam aos posicionamentos filosóficos e teóricos de cada estudioso. Contudo, apesar da amplitude conceitual encontrada, alguns elementos são nítidos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (Souza, 2006, p. 36).

As ideias postas por Souza (2006) remetem ao raciocínio de que as Políticas Públicas, desde sua formulação, execução e avaliação, dinamizam significativamente a tríade forma/conteúdo, as quais podem ser percebidas a partir das seguintes categorias geográficas: estrutura, processo, função e forma, conforme Santos (2008). Nessa direção, a estrutura corresponde à sociedade em todas suas dimensões; o processo se constitui nos movimentos e ações que modificam as estruturas, a função refere-se às significações dadas pela sociedade aos objetos e estruturas espaciais, o que assegura a existência e reprodução social, e a forma são as elaborações humanas (i)materiais que permitem as atividades cotidianas (Santos, 2008).

A discussão de Souza (2006) ainda aponta para uma visão holística das Políticas Públicas e para análises interdisciplinares nesse campo temático ao afirmar que

[...] do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (Souza, 2006, p. 25).

As reflexões interdisciplinares indicadas por Souza (2006) incluem a Geografia como campo disciplinar capaz de fornecer elementos substanciais para as análises das Políticas Públicas. Nessa direção, tem-se que no âmbito geográfico internacional, em 1974, Harvey iniciou essa discussão ao refletir sobre “Que tipo de Geografia para que tipo de Política Pública?”. Em seu escrutínio, o teórico britânico parte do pressuposto que a instauração do Estado Corporativo como instrumento de reprodução do *status quo* exige dos geógrafos novos enfrentamentos para compreender as contradições dessa instituição. Essa exigência “[...] surge de uma mistura estranha de ambição pessoal, imperialismo disciplinar, necessidade social e obrigação moral” (Harvey, 2017, p. 488). Entretanto, as duas últimas são basilares para compreender as obrigações dos geógrafos no que se refere às Políticas Públicas, uma vez que remetem à responsabilidade dos pesquisadores para com a busca da diminuição das desigualdades em todas as suas faces (Harvey, 2017).

De fato, em razão de as Políticas Públicas interferirem diretamente na produção espacial, torna-se essencial que se investigue a espacialidade das ações públicas e como estas promovem novas dinâmicas e (re)arranjos espaciais nas frações do espaço em que são materializadas. Contudo, o interesse geográfico na realidade brasileira por essa temática é recente, uma vez que somente em 2013, no X Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – ENANPEGE, houve um grupo de discussão sobre “Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais”, o qual também se fez presente nos encontros de 2015 e 2017, apesar de, conforme

Saquet (2010), diversos órgãos públicos voltados para o planejamento regional do país abrigarem geógrafos em seus quadros desde meados do século XX.

Dentre as pesquisas recentes têm-se as de Melazzo (2010), um dos coordenadores do grupo de trabalho aludido no ENANPEGE, que reflete acerca do ciclo das Políticas Públicas – formulação, implementação e avaliação. Ademais, o analista expõe que a complexidade existente no campo das Políticas Públicas implica em interferências na prática do planejamento e gestão espacial. Para atingir seus objetivos, o autor mapeia e problematiza conceitualmente Políticas Públicas para adentrar discursivamente em sua formulação, processo de planejamento e planos de intervenções – questão central de sua análise minuciosa. Nessa direção, compreende que Políticas Públicas são:

[...] conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais (Melazzo, 2010, p. 19).

As reflexões de Melazzo (2010) evidenciam as multifaces das Políticas Públicas, como campo de disputa de poder, repleto de conflitos, os quais possuem sua historicidade e espacialidade. Com efeito, tal compreensão permite que se examinem os jogos de interesses presentes no processo de formulação, implementação e avaliação de uma dada Política Pública, haja vista que possibilita verificar como os agentes atuam e se conformam no campo de disputa, seja nos momentos de elaboração, seja nas intervenções.

Serpa (2011), em seu escrito sobre o papel da Geografia frente às políticas, reflete sobre uma indagação instigante: “o que a Geografia tem a dizer, a contribuir, em relação à formulação e à implementação de políticas públicas? [...]” (Serpa, 2011, p. 38). Suas formulações levam-no a afirmar que a especificidade da dimensão espacial das Políticas Públicas se constitui o cerne da contribuição geográfica ao debate, principalmente quando se analisa a distribuição espacial de programas, planos e projetos governamentais que propiciam novas dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, os conceitos geográficos de escala, território, região, dentre outros “[...] oferecem a oportunidade para a Geografia avançar nessa discussão, norteando-se por uma abordagem dialética e cultural para a análise das

Políticas Públicas [...]. Isso dá à Geografia também um papel ativo no campo político [...]" (Serpa, 2011, p. 46).

Mello-Théry (2011) analisa as políticas territoriais como uma das faces de contribuição da Geografia para a temática de Políticas Públicas. Destaca que as relações entre política (e ação) pública e território permitem reflexões e teorizações acerca das abordagens geográficas para a temática em tela, uma vez que parte do pressuposto que a atuação das Políticas Públicas possui reflexos e conflitos espaciais-territoriais, os quais são o cerne da gestão do território.

As teorizações geográficas sobre as Políticas Públicas, segundo Mello-Théry (2011), apontam para quatro direções: 1) Constatação de que a Política Pública fomenta novas dinâmicas no território. 2) Análise crítica da atuação estatal em favor dos segmentos com maior poder econômico e político. 3) Discussões que indicam a necessidade de intervenção do Estado na regulação das ações sociais que repercutem no território. 4) Estudos que buscam compreender que a gestão do espaço e a intervenção territorial devem ser alvo de ação do Estado.

Theis e Galvão (2012) expõem que a formulação de Políticas Públicas é mais efetiva se as espacialidades forem tomadas como dimensão relevante nesse processo. Entretanto, argumentam que os conceitos de Espaço, Território e Região são instrumentos significativos nessa direção. Esse argumento parte do pressuposto que as desigualdades sociais e espaciais são históricas e temporais, o que requer seus entendimentos para que haja mais efetividade na execução de ações estatais.

Rocha (2012) empreende um estudo sobre a seletividade espacial das Políticas Públicas, com base no conceito de território urbano como categoria operacional, e a baixada fluminense como espaço analítico. Nesse caminho, Rocha (2012, p. 101) questiona: Como se pode "[...] pensar as políticas públicas a partir de uma reflexão geográfica no urbano? b) De que forma essas políticas públicas se apresentam no urbano e que exemplos podem ser evidenciados? [...]". Assim, parte do pressuposto que as Políticas Públicas são práticas espaciais que se processam e dinamizam a produção do espaço urbano em suas mais diversas dimensões. Conclui que há poucas reflexões sobre a ação dos agentes produtores do espaço urbano que ultrapassem a díade consumo/produção econômica, o que requer que se busquem analisar os elementos políticos presentes nas espacialidades. Enfim, faz-se necessário discutir "[...] a acessibilidade, integralidade, efetividade dos direitos sociais e humanos que, de alguma forma, não efetivam a construção plena da

cidadania pela forma seletiva em que as políticas públicas se espacializam no urbano” (Rocha, 2012, p. 100).

Bueno e Lima (2014) analisaram as interfaces entre a Geografia e as Políticas Públicas a partir de um dos projetos da Agenda 2015 de Teresina (instituída como Plano Diretor em 2002) voltado para o setor saúde da cidade. Para os autores, as formas e conteúdos espaciais se dinamizam com a implementação de uma dada política, por ensejar novas práticas socioespaciais. Ou seja, asseveram que:

[...] as ações sobre o espaço geográfico, prevista nos programas da Agenda 2015, trazem e trarão, materializadas em sua completude, uma série de modificações espaciais, que abrangem desde a disposição das coisas físicas (as formas) até as práticas sociais (os conteúdos) que nesse espaço se desenrolam (Bueno, Lima, 2014, p. 16).

Ribeiro (2014) discute a contribuição geográfica no campo das Políticas Públicas por meio do conceito de Território usado. Considera que a díade forma/conteúdo (objeto e ações) é condicionante para a formulação e implementação de Políticas Públicas, uma vez que as multifaces do poder permitem examinar não somente a ação estatal, mas outros atores não estatais na condução das ações governamentais. Aponta que as inter-relações analíticas entre Território usado e Políticas Públicas direcionam para três perspectivas de estudos: 1) O território preexistente representa rugosidades ou facilidades à execução de políticas. 2) O território é (re)produzido por uma multiplicidade de sujeitos. 3) Compreensão do território usado como totalidade, o que permite a implementação de Políticas Públicas menos setorializadas.

Rodrigues (2014) tece considerações acerca de como o geógrafo pode contribuir para o debate e ação política em novos contextos e rearranjos espaciais. Nessa vertente, a autora situa sua discussão nos campos temático, epistemológico e metodológico. Ao compreender as Políticas Públicas como intervenções de sujeitos investidos de poder público, as quais irão incidir diretamente em práticas territoriais, afirma que a contribuição do geógrafo consiste em análises das dimensões espaciais dos problemas públicos, uma vez que decisões e ações promoverão a (re)construção de novos (re)arranjos espaciais.

Vaz (2014), ao analisar uma política setorial, argumenta que o conceito de Espaço é relevante para que as políticas de saúde possam atingir seus objetivos. Com efeito, a Geografia, por meio da análise espacial, deve ser utilizada na

elaboração, implementação e avaliação de Políticas Públicas em saúde. Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas, o autor cita os sistemas de informações geográficas, cartografias temáticas, análises ambientais, dentre outras.

Souza (2015) examina as relações entre Políticas Públicas e desenvolvimento territorial a partir da análise do Programa Territórios da Cidadania em São Paulo. Apesar de discutir uma política específica, o Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), o autor busca compreender as implicações socioeconômicas e espaciais dessa ação governamental em espaços rurais, o que o faz relacionar Políticas Públicas com desenvolvimento territorial. Suas conclusões apontam que descortinar a ação, a participação dos agentes, a disputa de poder na busca por recursos e infraestruturas, e a formação de instâncias coletivas não são suficientes para a compreensão do desenvolvimento territorial, incitado pela formulação e implementação de uma dada política pública. Na perspectiva do autor, faz-se imprescindível que, para estudar:

[...] uma política pública ou programa de governo com a interface do desenvolvimento, na perspectiva dos espaços rurais, e buscar subsídios com base em suas realidades, é preciso ter claro a questão de temporalidade, espacialidade, agentes envolvidos, a noção de desenvolvimento e territórios definidos nas diretrizes e na operacionalização dos programas (Souza, 2015, p. 332-333).

As ideias de Souza (2015) remetem às multifaces da produção espacial, seja urbana, seja rural, as quais condicionam e são condicionadas em todo o ciclo das Políticas Públicas. Com efeito, para entender como as ações públicas dinamizam a díade forma/conteúdo e promovem (re)arranjos espaciais por meio de práticas, compreendidos como “[...] ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos[...], caracterizadas por uma escala temporal limitada” (Corrêa, 2007, p. 68-69), é necessário que se pense na dimensão política embutida nos processos espaciais.

Fernandes (2015) analisou a produção de trabalhos da Geografia que versam sobre Políticas Públicas, deste modo, parte do pressuposto que as Políticas Públicas possuem uma dimensão espacial que tem sido pouco explorada pelos geógrafos. Nesse sentido, visou historicizar o papel da Geografia no campo das Políticas Públicas e discutir os estudos já produzidos no Brasil a partir das teses dos programas de Pós-Graduação em Geografia acerca dessa relação. Suas incursões concluíram que ainda é frágil o interesse dos geógrafos pelas Políticas Públicas, e,

quando tal interesse ocorre, em geral, se concentra em estudos de casos. Contudo, verifica-se que, apesar da fragmentação das pesquisas nesse campo temático, é notório o crescimento do número de estudos que analisam a espacialidade das Políticas Públicas.

Teixeira e Paula (2017) discutem as interpenetrações entre Estado, Políticas Públicas e Território, com base em quatro programas governamentais, são estes: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). Suas análises deduziram que o território deve ser pensado desde a formulação até a avaliação das políticas públicas, uma vez que as estruturas sociais presentes em cada fração espacial são condicionantes para a materialização das políticas.

As discussões tecidas apontam que a Geografia pode contribuir na análise das Políticas Públicas de forma substancial a partir de seus conceitos analíticos, principalmente o de Território. Na verdade, os estudos aludidos, mesmo que não coloquem o Território como central em suas digressões, indicam que as materializações das Políticas Públicas empreendidas se dão sobre um espaço dotado de objetos e ações, os quais podem ser lidos a partir das espacialidades.

1.4. TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

A (re)produção espacial se concretiza na configuração de territórios, territorializações, desterritorializações e reterritorializações, entendidos, na perspectiva de Corrêa (2007), como processos e práticas espaciais. Nesse sentido, muitos estudos geográficos têm se debruçado sobre o conceito de Território e sua operacionalização para o entendimento das produções espaciais cotidianas. De fato, a noção de território, seus processos e práticas espaciais tornam-se primordiais para os estudos das inter-relações entre a Geografia e as Políticas Públicas em função de que um conceito serve como elemento que dá significação e permite descortinar os objetos sobre os quais se aplica (Spósito, 2004).

As pesquisas de Silva (2010; 2016), Fernandes (2013) e Fuini (2015; 2015a, 2016; 2017; 2017a; 2017b; 2018) procuram sistematizar a historicidade do avanço conceitual de território na geografia brasileira e suas nuances com os estudos internacionais. Esses estudos evidenciam que a partir de 1980, o conceito agregou

novas configurações com o fito de compreender os fenômenos em sua dinamicidade espacial e social.

Silva (2010) realizou uma pesquisa sobre o conceito de Território, na história do pensamento geográfico brasileiro, a partir de revisão bibliográfica e entrevistas com notáveis geógrafos que abordam a temática. Suas conclusões apontam que há diversidade de concepções desse conceito, uma vez que não há um consenso quanto a posicionamentos teóricos e metodológicos, o que resulta em epistemologia, convergência filosófica e política diferenciadas. Com efeito, surge “[...] a pluralidade das abordagens acerca do território, da Geografia, do que é geográfico, da finalidade “estratégica” do saber geográfico” (Silva, 2010, p. 318).

Noutra produção, Silva (2016) investigou as abordagens territoriais na produção geográfica brasileira de 1980 a 2012, a partir de levantamentos das pesquisas apresentadas nos eventos da Associação Geográfica Brasileira (AGB) e nas dissertações e teses dos diversos programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil. Suas conclusões indicam que as temáticas abordadas centram-se em microterritorialidades, desterritorialização, movimentos sociais e luta pela terra, território, fronteiras e soberania na Geografia política, planejamento e ordenamento territorial, e, por fim, políticas territoriais e ideologias geográficas. Destarte, a ideia de território é concebida como “[...] polissemia (muitos sentidos e significados são atribuídos ao conceito de território) e polifonia nos estudos que têm o território como categoria central de análise ou como conceito” (Silva, 2016, p. 42).

Fernandes (2013) analisou os conceitos de território e lugar, no âmbito da Geografia, e como esses se fizeram presentes nas teses dos cursos de Pós-Graduação em Geografia no período de 2001 a 2011. Conclui que são diversas as concepções teóricas e metodológicas das pesquisas escrutinadas, mas com alguns traços em comum: 1) Identificação do Território com as relações de poder. 2) Dissociação de Território com a figura do estado, tão marcadamente presente na Geografia tradicional. 3) Entendimento do Território por meio das ações cotidianas, a produção simbólica e suas concretizações no espaço.

Fuini (2015) discute a contribuição de autores brasileiros para a incorporação de novos elementos na constituição dos territórios, e afirma que, atualmente, os elementos econômicos, produtivos e culturais permitem a saída de uma visão do Território apenas do ponto de vista político e histórico para uma concepção que internaliza “[...] a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do

espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais” (Fuini, 2015, p. 139). Outra análise foi produzida para discutir a concepção de Território em Milton Santos, em que se concluiu que o território usado é central nas obras miltonianas, o qual revela a complexidade social em todas as suas faces e a dialética em sua produção, fruto do comportamento do Território como recurso e como abrigo das relações de produções do espaço (Fuini, 2015a).

Fuini (2016) busca compreender a popularização e construir um panorama da produção da Geografia acerca do conceito de Território, com base em pesquisas geográficas que o colocam como central desde os anos de 1980. Suas conclusões apontam que tem havido produção crescente sobre esse conceito, identificado principalmente com a Geografia humana, e sob diversos objetos, uma das revelações de seu caráter multidimensional atual. Ademais, verifica-se um espraiamento do interesse pelo Brasil, mas com concentração no eixo São Paulo – Rio de Janeiro.

Caracterizar a conceituação de território, na Geografia brasileira, a partir de suas dimensões política, econômica, social, cultural, além de identificar as influências filosóficas e de outros campos disciplinares, é o escrutínio realizado por Fuini (2017). Sua exposição aponta, em uma perspectiva histórica da abordagem territorial, para seis grandes eixos temáticos nos estudos de território na geografia brasileira: 1) Território como substrato contemplativo – descrição de formação territorial realizados por autores do século XIX. 2) Território como unidade orgânica da nação – fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, análises do território como espaço de ações estatais. 3) Discussões no âmbito da geopolítica. 4) Território como produto e condição das relações de produção – baseado numa releitura da teoria marxista. 5) Território definido por relações de poder multiescalares – vislumbra entender a lógica reticular do poder e suas concretizações espaciais. 6) Território material/imaterial de autonomia e soberania – mais contemporânea, que herda as dimensões das anteriores e incorpora o viés cultural em suas discussões.

Na verdade, Fuini (2017) conclui que os estudos de território incorporam, atualmente, derivações (territorialidades, microterritorialidades, processos de T-D-R, dentre outras) para compreender as ações de poder espacializadas, suas dinâmicas históricas e espaciais. Com efeito, tais aplicações materializam o conceito como instrumento analítico da realidade socioespacial. Nesse sentido, os pesquisadores,

ao trabalhar com o conceito de Território, buscam examinar como as relações de poder dinamizam processos e ações sobre os objetos, o que faz convergir para uma noção de território em redes, com limites variáveis.

Em Fuini (2017a), há um debate acerca da transição modernidade e pós-modernidade, e como o conceito de Território tem se conformado nesse contexto de transformações. Para o autor, os eixos Território e territorialidades no rural e urbano, Território e territorialização do desenvolvimento e a governança, Território e ativismos sociais/sindicais e Território na geografia escolar, possuem nuances que precisam ser melhor captadas e que evidenciem um território menos enraizado na escala nacional e passe para a local/regional, bem como revele as multifaces que estruturam e são estruturadas no Território.

A produção bibliográfica de Rogério Haesbaert, acerca de Território e suas variâncias, foi objetivo analítico em Fuini (2017b). Nessa direção, afirma o autor que Haesbaert em suas obras concebe o território como materialização nas formas espaciais das “[...] forças e estratégias de dominação material e apropriação simbólica sobre o espaço e que envolve mais de uma dimensão (não só a política) e diferentes perspectivas espaciais escalares (do local ao global) [...]” (Fuini, 2017b, p. 27). Com efeito, essa dinâmica é resultante de uma lógica zonal e reticular de redes, a qual promove “[...] enraizamentos e desenraizamentos cada vez rápidos e desestabilizadores que configuram um universo de multiterritorialidades e territorialidades múltiplas (sucessivas)” (Fuini, 2017b, p. 27).

Ainda no âmbito de sistematização de pesquisas já elaboradas acerca do conceito de Território, Fuini (2018) mergulha na produção de geógrafos brasileiros sobre a temática. Destarte, faz-se uma caracterização das ideias e matrizes dos principais autores desde os anos de 1970 para inferir que a noção de Território ganha novos aspectos para além da vertente político-histórica, uma vez que há substanciais avanços nas dimensões econômicas e culturais, o que permite a conceituação do território não mais como espaço fixo e material, mas como concretizações de territorialidades plurais e multiescalares.

Dentre os geógrafos brasileiros, Haesbaert (1995; 2002; 2003; 2006; 2007; 2010; 2011; 2014; 2015; 2020; 2021) tem se dedicado profundamente à discussão epistemológica de Território e sua operacionalização como forma de compreensão das produções espaciais atuais. Suas reflexões centram-se nas dimensões políticas e culturais incorporadas à dimensão econômica do território, o que o leva a

compreendê-lo como a dimensão espacial das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço, conotações materiais e simbólicas do território, ancorando-se na discussão lefebvriana de dominação e apropriação espacial, em que busca entender o Território em uma visão integradora.

A ideia de identificação e apropriação espacial via territórios construídos cotidianamente pela sociedade remete ao poder, que é imanente na construção de territórios. Decorre, portanto, que se devem distinguir os sujeitos que exercem o poder efetivamente e que controlam o(s) espaço(s), assim como os processos sociais que o(s) compõe(m) para compreender o território e os processos de (des)territorialização (Haesbaert, 2007).

A concepção mais antiga e pouco utilizada na atualidade de Território refere-se a ele com base nas relações sociedade e natureza, particularmente na relação “natural” dos homens com o ambiente físico, elaborada, principalmente, a partir das proposições ratzelianas, em que o meio acaba por determinar as práticas sociais sobre o espaço (Moraes, 2005; Haesbaert, 2011).

Atualmente, a ideia de Território é compreendida sob três dimensões: 1) Política – nesta, refere-se às relações entre espaço e poder em geral, assim como as já institucionalizadas jurídico-politicamente, em que o território se constitui em um espaço delimitado, com fronteiras definidas, vinculado, principalmente, ao poder político estatal. 2) Cultural ou simbólico-cultural – nesta, o território é analisado a partir da dimensão simbólica e subjetiva como resultado da apropriação e valorização do espaço vivido. 3) Econômica – nesta, o território é visto como fonte de recursos e incorporado aos conflitos das classes sociais e na relação entre capital e trabalho (Haesbaert, 2011).

Essas dimensões que conformam o território não são dissociáveis, mas inter-relacionadas. Nesse sentido, o desvendamento dos conteúdos e espacialidades dos territórios, assim como dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), requer uma abordagem que considere dois binômios: 1) Materialismo-idealismo. 2) Espaço-tempo como historicidade e geograficidade enquanto definidores da produção do espaço geográfico (Haesbaert, 2011).

Dessa forma, a noção de Território remete à ideia de um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, as quais fomentam a identificação e gestão de um grupo social por um dado espaço (Haesbaert, 1995) e envolvem as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais que permeiam a sociedade. A partir dessa

compreensão, torna-se possível discutir a acessibilidade territorial no binômio i-mobildidade (Haesbaert, 2015) e vislumbrar os processos de contenção existentes nos territórios (Haesbaert, 2014). Enfim, o Território deve ser analisado “[...] num sentido relacional, isto é, através dos processos de des-re-territorialização, em toda a complexidade das relações de poder e i-mobilidades aí envolvidas” (Haesbaert, 2015, p. 92). Destarte, compreende-se o território por e a partir das relações de poder, desde o “[...] poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2011, p. 79).

As ideias de tessituras sociais realizadas diariamente e suas nuances com as relações de poder traduzem o papel da sociedade em animar, funcionalizar, simbolizar e significar as formas espaciais, o que confere distintos conteúdos aos territórios eivados de relações de dominação e apropriação do binômio sociedade/espço, as quais “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica [...]” (Haesbaert, 2011, p. 96).

As investigações sobre Território nos estudos de Haesbaert (2020; 2021) enveredam para a perspectiva decolonial, momento que se busca compreender as espacialidades produzidas com olhar latino-americano, o qual pode ser sintetizado em três abordagens:

- [...]a) A abordagem que, em intenso diálogo com referências europeias (especialmente anglo-saxônicas, mas também francesas) e norte-americanas, propõe o território como o conceito geográfico mais pertinente para analisar as relações espaço-poder, especialmente entre os grupos subalternos, ampliando a concepção de poder através de sua dimensão simbólica (construção identitária), o que representa uma clara imersão na decolonialidade do poder, sobretudo a partir de sua face étnico-cultural e de gênero, contra ou anti-hegemônica.
- b) A abordagem que, principalmente a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, o “corpo-território”, proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência.
- c) A abordagem que amplia de tal forma a concepção de território que faz dele praticamente sinônimo de espaço de vida – embora já sugerido (mas pouco desenvolvido) por alguns geógrafos, trata-se de uma proposta oriunda de trabalhos como o do antropólogo Arturo Escobar com comunidades afrodescendentes (Haesbaert, 2020, p. 76).

Haesbaert (2020), ao escrutinar a segunda abordagem, acaba por propor as designações de corpo-território e território-corpo (da terra), as quais procuram fazer uma leitura pelo viés ontológico do território, em que se o defende como espaço de vida, da existência humana. Enfim, como afirma Haesbaert (2020, p. 87)

[...]falar em corpo-terra-território (nas diferentes combinações destes termos) é falar, como vimos, tanto da etno quanto da biodiversidade, conjugando-as. Assim, temos derivações de controle territorial dependendo do elemento mais importante a ser controlado – ao lado da mais genérica terra-território podemos ter a água-território e, no caso da defesa das matas, a floresta-território ou, até mesmo, uma montanha-território, no caso da luta contra o grande extrativismo mineral.

Contribuem para a discussão de território as pesquisas de Saquet (2006; 2007; 2009; 2010; 2011), as quais se pautam na literatura italiana e suas nuances com a brasileira, com o fito de evidenciar que o Território precisa ser analisado em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais (E-P-C-N), em uma perspectiva relacional, em que as relações de poder contidas nas tessituras sociais se fazem presentes numa dialética de dominação e apropriação, o que acaba por configurar o território como uma espacialidade fruto das relações socioespaciais.

Com efeito, a compreensão de Território como produto da relação espaço/tempo implica analisar as formas espaciais empreendidas pela sociedade em um dado momento e as ações necessárias à sua constituição e manutenção. Desta forma, para a compreensão do Território, deve-se partir de abordagens relacionais-processuais, as quais possuem uma história e multiescalas, o que requer que a díade ideia e matéria seja analisada em unidade (Saquet, 2010).

Saquet (2006) se debruça sobre a formação do Território a partir dos movimentos socioespaciais de temporalidades e territorialidades, o que o torna um resultado e condição do processo histórico e com relações trans-escalares. Com efeito, argumenta que alguns aspectos são essenciais para que se compreendam as dinâmicas das (re)produções territoriais: 1) Análise das des-continuidades inerentes nas contradições e relações de poder tecidas pelas dinâmicas econômicas, políticas e culturais. 2) Compreensão das múltiplas formas e relações interativas entre essas dimensões. 3) Identidade territorial. 4) Articulações em rede como movimento único. 5) Exame das condições naturais dialeticamente nos processos territoriais. É essa dinamicidade que leva Saquet (2007) a elaborar sua abordagem múltipla e (i)material do território, a qual “[...] significa identidade, entendida como produto de

interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza” (Saquet, 2007, p. 71), e que configura múltiplas formas e conteúdos.

A ideia de constituição das territorializações em movimento, realizadas pela sociedade a partir da dominação e apropriação espacial, significa também que os sujeitos devem controlar os fluxos e criar referenciais espaciais que os identifiquem. Nessa senda, afirma-se que “[...] o território é um ato, uma ação, uma *relação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle (Haesbaert, 2011, p. 126-127).

A discussão dos processos de T-D-R implica analisar as relações de poder que se estabelecem, se conflitam e se tornam consensuais no jogo das relações sociais, uma vez que o poder se encontra, também, nas microrrelações sociais. Nesse sentido, o poder passa a existir entre os sujeitos sociais quando eles se unem, desaparecendo com a dispersão desse grupo. Poder, nesse sentido, envolve um campo de forças que extrapolam a atuação estatal, por envolver e estar envolvido na vida cotidiana. Destarte, o “[...] território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade [...]” (Saquet, 2010, p. 33).

Raffestin (1993), em sua análise da geografia do poder e suas repercussões sobre a produção espacial do Território, infere que o poder é objetivado por meio de relações sociais de dominação. Sob este aspecto, as ações humanas sobre um dado espaço implicam em produções de territorialidades espaciais, as quais “[...] assentam-se na construção de *malhas*, *nós* e *redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade” (Saquet, 2010, p. 75-76).

As dinâmicas de construção de redes que delimitam campo de ações e de poder dos agentes produtores do espaço na (re)produção de territórios ensejam que se relacionem as transformações que o processo de globalização encerra nos movimentos de T-D-R, uma vez que a instantaneidade comunicacional vivida permite a construção de redes que “[...] configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastantes distintos da territorialização dominante da modernidade clássica” (Haesbaert, 2011, p. 281).

A ideia de territórios descontínuos, fragmentados e superpostos e suas relações com o processo de globalização, discutida em Haesbaert (2011), se

sustenta nos avanços tecnológicos, nos meios de transportes ou nos de telecomunicações, os quais possibilitam novas configurações de redes, materiais e imateriais. Assim, de acordo com Santos (2006), o Território deve ser tomado a partir do seu uso e dos atores que deles se utilizam, o que implica a valorização diferenciada dos espaços pelo capital. Essas diferenças consistem nas infraestruturas que os lugares oferecem para a reprodução e organização das relações capitalistas de produção.

Nessa direção, “[...] uma territorialização ou desterritorialização é, *sempre e em primeiro lugar*, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço [...]” (Souza, 2013, p. 102). Compreender, assim, o território e a territorialização como processo leva à noção da (i)materialidade processual, uma vez que “[...] as *obras* estão nos *conteúdos*, nas territorialidades, e estas nas *obras* [...]”. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade, na vida [...]” (Saquet, 2010, p.160).

A ideia de (i)materialidade do Território exige que se pense nas articulações entre o substrato físico e as ações humanas que nele são tecidas diariamente, pelos diversos agentes produtores do espaço, e as diversas inter-relações entre o local e o global. Portanto, o território “[...] *multiescalar e multitemporal*; processual/relacional; identidade/unidade e movimento. Há, sempre, *recriação*, *novas* territorialidades, *novas* identidades, *novos* arranjos territoriais, *redefinições*, *novos* significados, com *des-continuidades*” (Saquet, 2010, p. 163).

Por conseguinte, ao pensar em Território e em sua construção, se faz necessário entender que ele se define “[...] antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (Haesbaert, 2006, p. 54). Contudo, não se pode esquecer que essas relações de poder são, primeiramente, mediadas pelo espaço, e mediação espacial não significa apenas o substrato físico determinante dos comportamentos sociais, posto que ele serve como base da (re)produção social da vida cotidiana e influencia os relacionamentos entre as pessoas e entre elas e os espaços que as rodeiam. Então, o espaço físico constitui-se como produtor e produto de uma dada realidade social, estabelecendo-se em uma dialética infundável; daí poder afirmar-se que refletir sobre o Território implica examinar as suas internalidades e externalidades (Haesbaert, 2011).

É, pois, numa perspectiva de dinamicidade, marcada por ritmos de circulação e produção do território, que esse é entendido como relacional, ou seja, uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material, envolvendo, portanto, “[...] o movimento, a fluidez, as conexões” (Haesbaert, 2006, p. 55). A noção de território relacional se assenta na ideia de que, se a produção do território se realiza em um substrato físico, é a natureza das relações humanas que dá sentido à vida do território. Com efeito, relações de poder emergem das práticas sociais empreendidas sobre o espaço, o que revela os conteúdos das formas e permite que se discutam as articulações e desarticulações intra e interurbano, concretizando uma dinâmica local, regional, nacional e global (Haesbaert, 2010). Nessa perspectiva é que Souza (1995) afirma que o território se torna quase sinônimo de espaço social, entendendo-se a forma como importante, mas não suficiente, para o prisma do olhar geográfico, fazendo-se necessário desvelar o conteúdo nelas impresso.

Logo, o Território é apreendido como um espaço definido por e a partir de relações de poder, as quais têm origem nas apropriações e usos dos substratos físicos espaciais, que se materializam nas relações sociais presentes nessa espacialidade, desde sua gênese à sua gestão (Souza, 1995). Concebendo-o assim, a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e se inter-relacionam na condição de técnica, seja na sua realização, seja em sua funcionalidade (Santos, 2008). Discutir a gestão do território é analisar as práticas que criam e controlam a organização espacial, centradas na díade forma/conteúdo. Como afirma Corrêa (1992, p. 35), “[...] em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e a reprodução da sociedade”.

Pensar a gestão do Território como mecanismo que viabiliza a existência e reprodução da sociedade significa compreender os agentes produtores do espaço e suas ações ao longo do tempo, o que torna necessário analisar os processos e práticas espaciais (Corrêa, 2007). Nesse sentido, os produtores do espaço – proprietários fundiários, promotores imobiliários, detentores dos meios de produção, Estado e grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989) – agem ora de forma articulada ora conflituosa, em determinados momentos, na busca de manutenção de reprodução do sistema, seja no intento de maior equidade social, seja na manutenção das desigualdades existentes.

Com efeito, as Políticas Públicas formuladas e implementadas sobre uma dada realidade incrementam os processos de produção espacial uma vez que dinamiza os conteúdos que produzirão (re)arranjos espaciais. Essas novas (re)configurações espaciais, materializadas em processos e práticas espaciais (Corrêa, 2007), ensejarão a (re)constituição de territorializações, desterritorializações e reterritorializações (Haesbaert, 2011) na (i)materialidade do território (Saquet, 2011). Nesse sentido, o conceito de Território possui instrumentalidade significativa para analisar as espacialidades das Políticas Públicas.

Na verdade, Souza (2006), ao traçar os elementos intrínsecos das Políticas Públicas, permite que se reflita como a Geografia pode contribuir nesse debate. Ao admitir que a Política Pública envolve diversos sujeitos e níveis de decisão em todo o seu ciclo, revela elementos variados a serem analisados. Um dos primeiros aspectos a serem discutidos refere-se às relações de poder presentes nos momentos de formulação, implementação e avaliação das Políticas Públicas, as quais incidirão sobre o espaço, o que determina o caráter eminentemente político deste, uma vez que não se pode pensar espaço sem refletir sobre relações de poder (Raffestin, 1993).

Destarte, ao se formular uma Política Pública concebe-se que os atores envolvidos possuem poderes diferenciados que interferirão significativamente na formulação, execução e avaliação. É nessa perspectiva que Melazzo (2010) infere que as elaborações de Políticas Públicas acabam por se constituir em um campo de lutas, no qual se travam conflitos de interesses diversos e politizam a temática, além de evidenciar que não somente os atores estatais se configuram como centro de poder e da política.

A reflexão das relações de poder liga-se intimamente com a (re)produção de territórios, uma vez que, para sua compreensão, se faz necessário perceber como se dão os usos, a gestão e as ações de poder pelos agentes envolvidos em sua produção. De fato, os processos de T-D-R partem da perspectiva de que “[...] o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida [...]” (Santos, 2006, p. 14).

A ideia de Santos (2006) aponta para a discussão do Território usado, o qual a partir de seus elementos materiais e imateriais condiciona e é condicionado pelas Políticas Públicas. Com efeito, as análises do ciclo das Políticas Públicas podem se utilizar dos referenciais dos Territórios para que se vislumbrem os atores, suas

composições e realidades vividas. Enfim, o Território pode ser visto como conceito referencial na mediação entre as ações estatais e as populações objeto dessas ações, uma vez que “[...] a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território [...]” (Santos, 2006, p. 13).

As palavras de Santos (2006) trazem à tona o quão a Geografia, por meio do conceito de Território, possibilita discussões ricas das interfaces entre esse campo disciplinar e as Políticas Públicas, uma vez que é a dimensão espacial da temática que permite refletir indagações sobre “[...] a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil [...]” (Serpa, 2011, p. 37).

De fato, ao se refletir sobre as inter-relações entre Política Pública e Território verificam-se dinâmicas produzidas pelas atuações políticas sobre um dado espaço em função de quatro considerações: 1) Apropriar-se do espaço-território significa localizar, assentar e funcionalizar com o fito de reconhecimento e identidade pelos agentes produtores. 2) Controlar o espaço/território requer uma organização social sintonizada nas dimensões econômica, política e ideológica-cultural. 3) A gestão do espaço e a intervenção territorial pressupõem uma organização territorial que vise concretizar os objetivos perseguidos pelos sujeitos detentores do poder. 4) A política territorial, compreendida como um conjunto estratégico de propostas, deve assumir formas adequadas ao espectro de interesses que controlam o poder político (Mello-Théry, 2011).

As considerações de Mello-Théry (2011) indicam que as produções territoriais são (i)materiais (Saquet, 2001) e concretizam territórios múltiplos (Haesbaert, 2011) que requerem imersões em todas as relações sociais para que se compreenda sua (re)produção. É nesse sentido que as reflexões de Serpa (2011) visam compreender como se configuram a cultura e o poder na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial e cultural e suas interfaces entre as escalas geográficas e a regionalização na Bahia. Ao ater-se na primeira fase do ciclo das Políticas Públicas – formulação, o autor discute acerca da participação social nesses encontros propiciados pelas possibilidades que os programas dos Ministérios da Cultura (MINC) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) concretizaram na Bahia.

As discussões sobre participação social remetem Serpa (2011) a relacioná-la com cidadania, em que uma de suas faces seja a apropriação do território (i)material. Assim, as relações entre sociedade civil e Estado nos processos de formulações de políticas públicas evidenciam o tripé conceitual de território – poder, gestão e identidade. A Geografia nessa temática pode contribuir com reflexões sob, ao menos, duas questões: 1) Proporcionalidade entre sociedade civil e Estado na formulação e avaliação das políticas públicas. 2) Os recortes espaciais utilizados são apropriados para aproximações da sociedade e as instâncias de planejamento e gestão territorial (Serpa, 2011). Na verdade, Serpa (2011) analisa uma das facetas das relações entre Políticas Públicas e território – formulação, para definir os dois aspectos a serem discutidos, fato que enseja outras indagações para os processos de implementação e avaliação das ações públicas sobre um dado espaço.

Com efeito, pensar sobre planejamento e gestão territorial exige que o conceito de território seja uma das bases para o estudo das políticas públicas. Por isso, mesmo guardando as devidas proporções do seu uso conceitual, os estudos de Melazzo (2010), Serpa (2011), Mello-Théry (2011), Theis e Galvão (2012), Rocha (2012), Ribeiro (2014), Vaz (2014), Rodrigues (2014), Souza (2014), Bueno e Lima (2014) e Teixeira e Paula (2017) indicam a operacionalidade conceitual de território para a análise das interfaces entre Geografia e Políticas Públicas. De fato, em todas as fases do ciclo das políticas públicas têm-se a produção de novos (re)arranjos espaciais, os quais incidirão em processos de T-D-R (Haesbaert, 2011) dada a (i)materialidade do território (Saquet, 2010).

De fato, apesar de ser recente o interesse dos geógrafos pela dimensão espacial das Políticas Públicas, verifica-se uma quantidade significativa de pesquisas produzidas no Brasil sobre a temática nos programas de Pós-Graduação em Geografia. Ademais, desde 2013, há um grupo de discussão sobre “Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais” no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE).

Políticas públicas referem-se às decisões e ações voltadas para a resolução dos problemas sociais por parte dos agentes estatais. Com efeito, as interfaces entre a Geografia e as Políticas Públicas são reveladas quando se analisa a espacialização dessas sobre o espaço geográfico. Na verdade, refletir sobre a concretização de Políticas Públicas requer que se pense em todo o seu ciclo –

formulação, implementação e avaliação, fato que sugere a compreensão de toda a dinâmica espacial na (re)produção do espaço.

Nessa (re)produção espacial, os territórios são (re)constituídos constantemente – territórios relacionais e processuais, e seus usos, gestões e relações de poder nele imbricados são condicionados e regulam a execução de Políticas Públicas. Destarte, discutir os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e suas inter-relações com ações públicas que promovem novos (re)arranjos são contribuições significativas da Geografia. Na verdade, a apropriação, controle e gestão do espaço/território remetem para as dinâmicas contidas nas políticas territoriais, as quais podem ser apreendidas a partir do conceito de território.

Enfim, compreender a espacialidade das políticas públicas não significa apenas analisar suas interferências nas disposições físicas das coisas, mas examinar as repercussões nos conteúdos presentes nos espaços, os quais possuem dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Nessa toada, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novos dinamismos na díade forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território.

CAPÍTULO 2

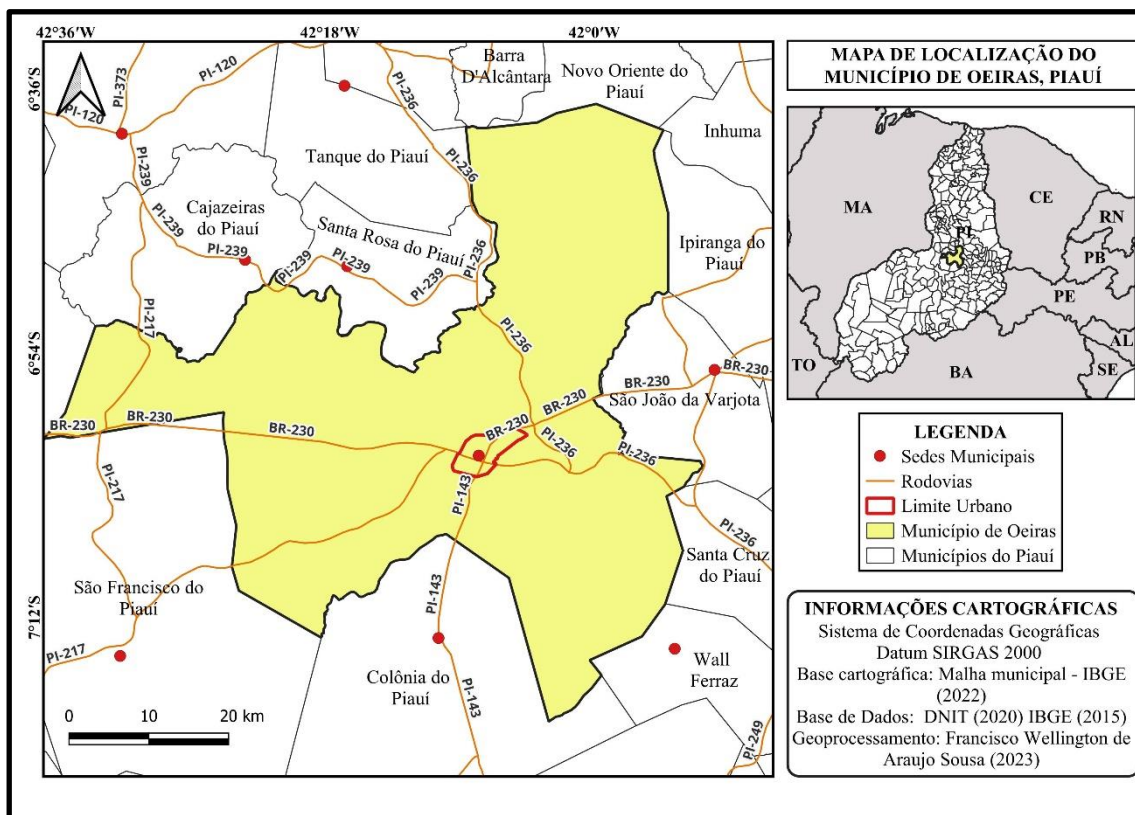
2. OEIRAS EM DESTAQUE: CARACTERIZAÇÃO GEOFÍSICA, PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E DINÂMICAS RECENTES

O capítulo em tela visa apresentar o espaço oeirense em suas características físicas, históricas, socioeconômicas e seu processo de urbanização. Nessa direção, assim se delineia: 1) caracterização geofísica de Oeiras – localização, geologia, hidrografia, geomorfologia, climatologia e vegetação. 2) processo de urbanização – breve histórico da cidade e caracterização socioeconômica atual. 3) dinâmicas recentes da urbanização – análise a partir dos lançamentos dos loteamentos no tecido urbano oeirense no decurso de 2000 a 2017, essa demarcação temporal decorre, principalmente, do acesso delimitado aos dados no cartório de registro de imóveis da cidade, que se circunscrevem a esse período.

2.1 CARACTERIZAÇÃO GEOFÍSICA DE OEIRAS

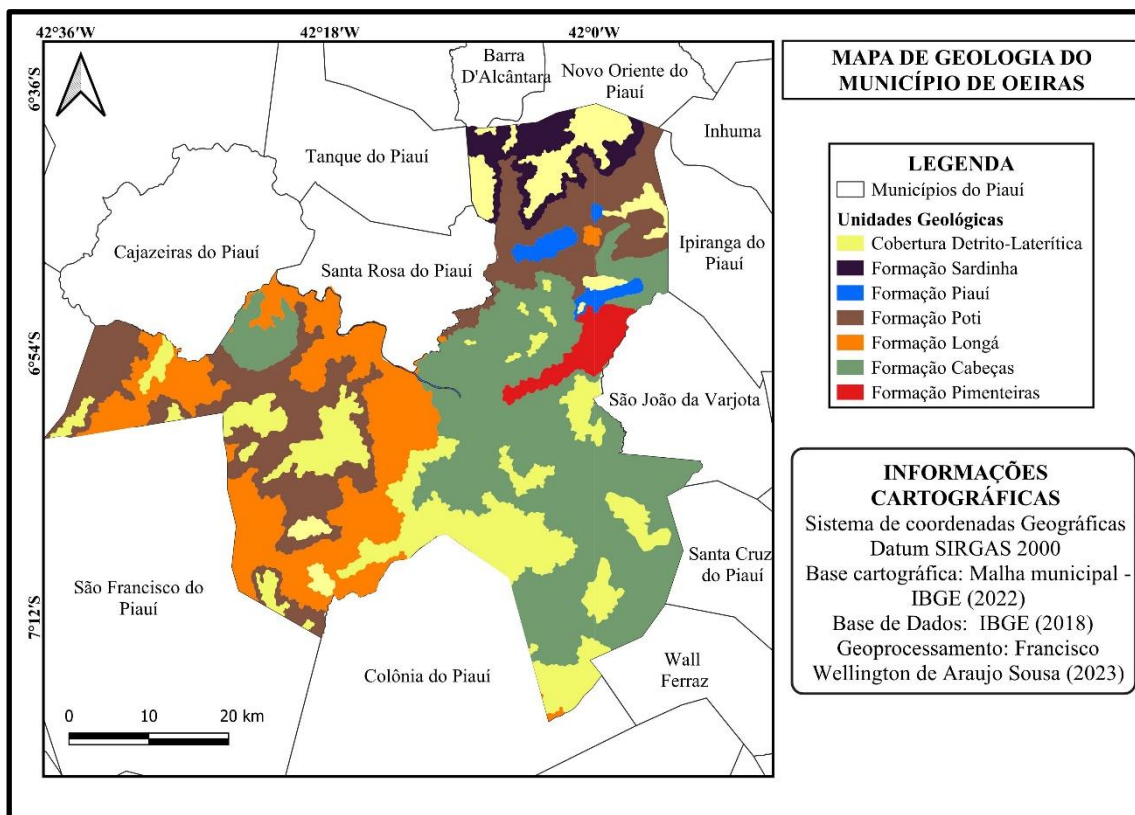
Oeiras, localizada a 07° 01' 31" de Latitude Sul e 42° 07' 52" de Longitude Oeste. Os municípios limítrofes, conforme figura 2, são: 1) ao norte - Barra D'Alcântara, Tanque do Piauí, Novo Oriente do Piauí e Santa Rosa do Piauí. 2) Ao Sul - São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí e Wall Ferraz. 3) A Leste - São João da Varjota, Santa Cruz do Piauí, Inhuma e Ipiranga do Piauí. 4) A Oeste - Santa Rosa do Piauí, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí e Cajazeiras do Piauí (CEPRO, 2013).

Figura 2 – Localização de Oeiras e seus municípios limítrofes. 2024.



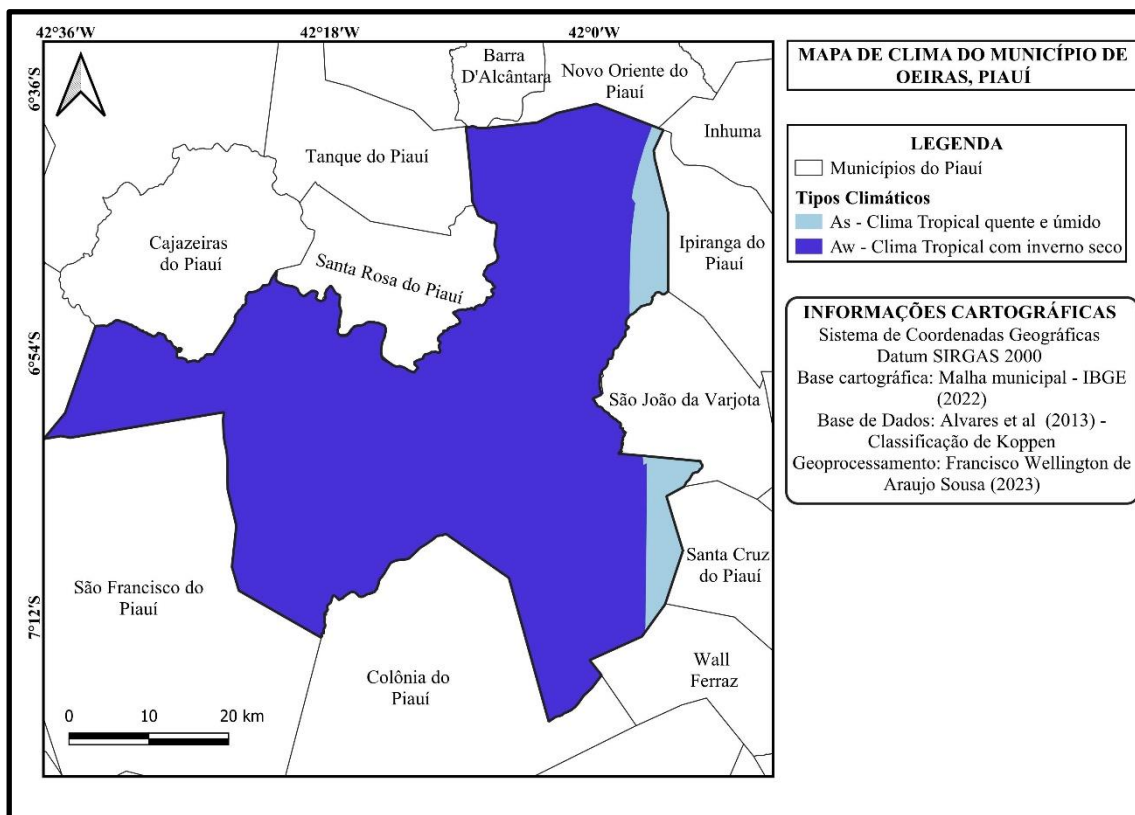
A geologia de Oeiras tem como principais formações geológicas Cabeças, Longá e Poti, conforme figura 3. A formação Cabeças tem dominância arenosa com estruturas sedimentares tipo sigmoidal. Ademais, predominam arenitos médios a finos, por vezes grosseiros, pouco argilosos. Intercalam-se, subordinadamente, siltitos laminados e folhelhos micáceos de coloração arroxeada e avermelhada, oriundos da deposição de um sistema nerítico plataformar, em regime de maior energia deposicional, ocorrido no final do Devoniano (Neofrasniano/Eoframeniano). A formação Longá é caracterizada por folhelhos cinza-escuros, físseis e micromicáceos, os quais foram depositados em ambiente nerítico plataformar, sob condições de mais baixa energia deposicional, posicionados através de fauna de invertebrados no Neofameniano (Devoniano). Já a formação Poti é formada por arenitos finos-médios, subangulosos e argilosos e siltitos cinza, micáceos e, por vezes, carbonosos. Sua formação foi depositada em ambiente deltaico e em planícies de maré, no início do Carbonífero (Mississipiano) (Pfaltzgraff, 2010).

Figura 3 – Geologia de Oeiras



No que se refere ao clima do município, conforme figura 4, registra dois tipos climáticos: 1º) clima tropical quente e úmido (As); 2º) clima tropical com inverno seco (Aw). O primeiro tipo climático se caracteriza por ocorrerem chuvas de verão/outono que se estendem de janeiro a maio – os meses de fevereiro/março/abril formam o trimestre mais chuvoso, enquanto o período mais seco se verifica nos meses de agosto/setembro/outubro. Já o segundo tipo climático tem suas chuvas influenciadas pela massa equatorial Continental, a qual por ser quente e nevoenta provoca precipitações em forma de aguaceiros. O período chuvoso ocorre de novembro a março, com precipitações pluviométricas variando entre 1.000 mm a 1.400 mm - os meses de dezembro/janeiro/fevereiro são os mais chuvosos, já os de junho/julho/agosto correspondem ao trimestre menos chuvoso (Lima *et al*, 2020).

Figura 4 – Tipos climáticos de Oeiras

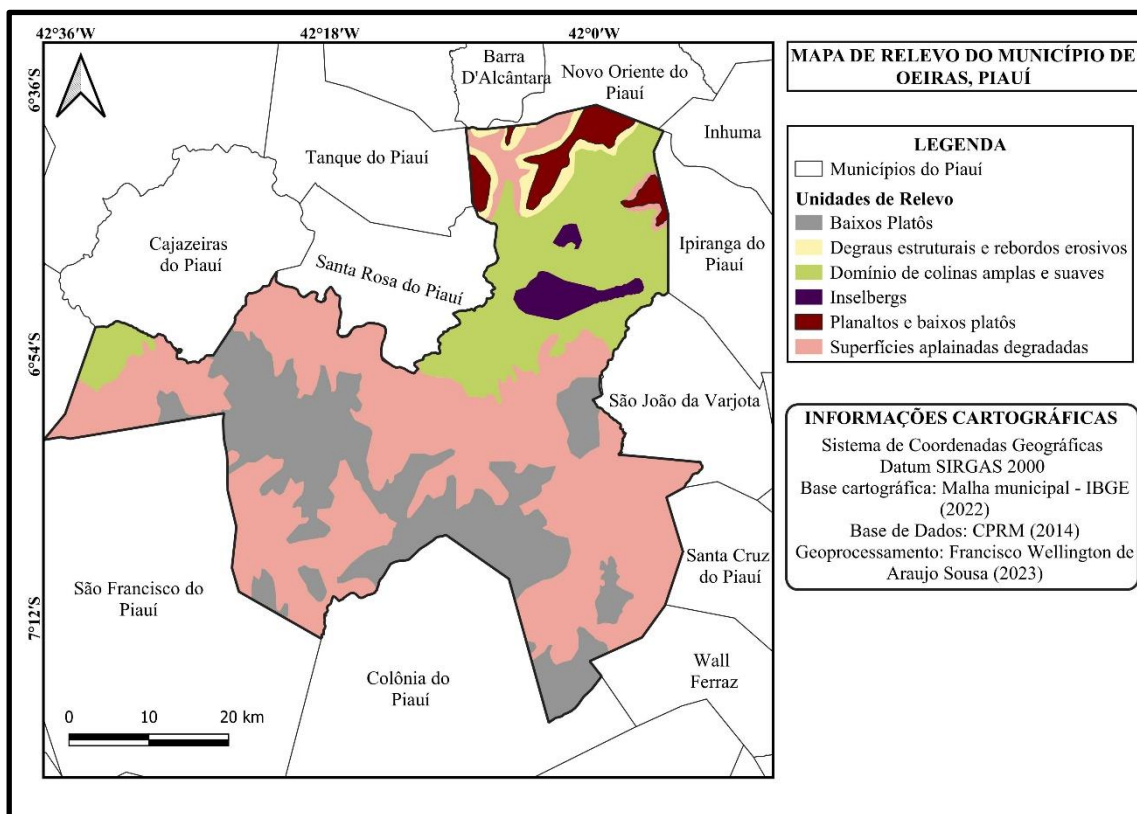


As unidades de relevo com maior representatividade no município de Oeiras consistem em superfícies aplainadas degradadas, baixos platôs e domínio de colinas amplas e suaves, conforme figura 5. Nessa direção, tem-se que as superfícies aplainadas se caracterizam por serem uma imensa superfície arrasada por processos de erosão generalizados do relevo, o que ocasionou altimetrias com cotas baixas, entre 50 e 300m. Na verdade, essas superfícies de aplainamento são suavemente onduladas, as quais foram desencadeadas pelo arrasamento geral dos terrenos com processos posteriores de retomada erosiva proporcionada pela ação suave de uma rede de drenagem incipiente.

A unidade de relevo dos baixos Platôs é uma formação que sofreu erosões em rochas sedimentares, com superfícies ligeiramente mais elevadas que os terrenos adjacentes e formam colinas tabulares. Em função de terem uma rede de drenagem de baixa densidade, geraram um relevo pouco dissecado de amplos topos tabulares e sulcado por vales encaixados com vertentes retilíneas e declivosas, resultantes da dissecação fluvial recente. Já o Domínio de colinas amplas e Suaves representa um relevo que sofre degradação em qualquer litologia, com predominância de rochas

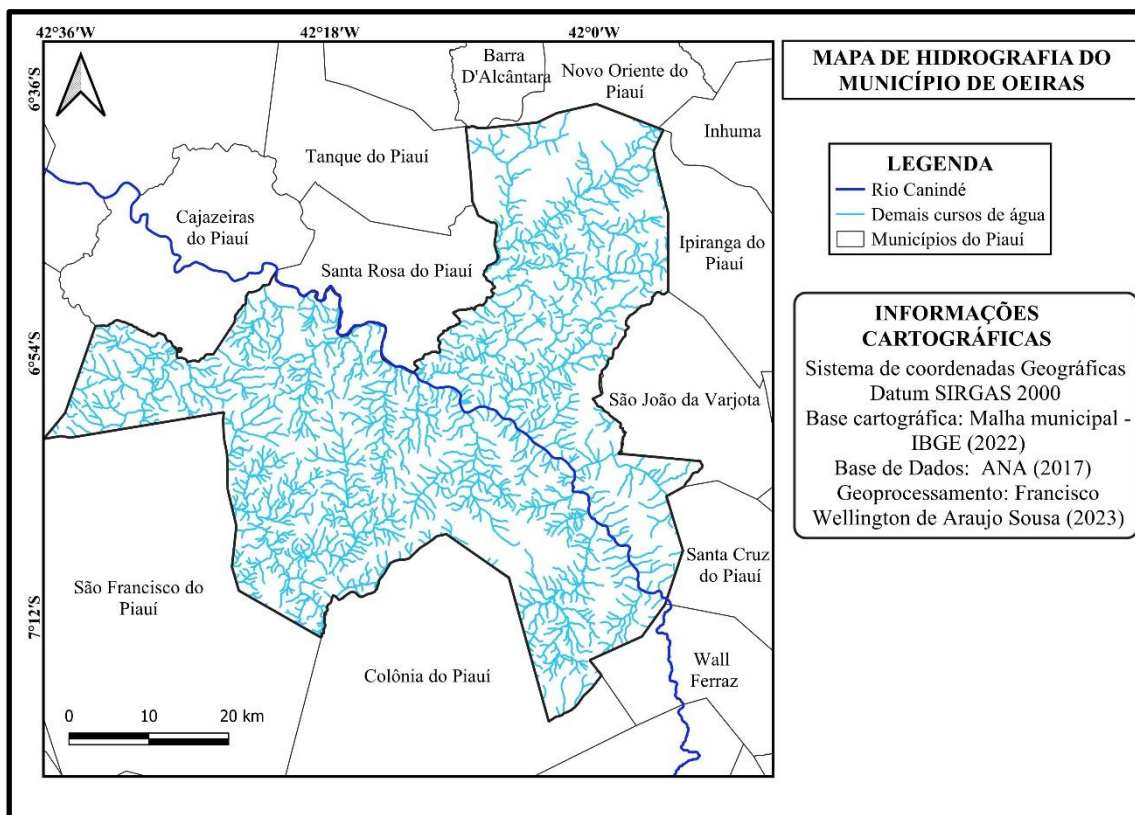
sedimentares e tomam formas com colinas pouco dissecadas, de morfologia tabular ou alongada (Pfaltzgraff, 2010).

Figura 5 – Unidades de relevo de Oeiras.



Oeiras localiza-se na bacia hidrográfica dos rios Canindé – Piauí, a qual abrange uma área de cerca de 74.988 km² (algo em torno de 30% do semiárido piauiense) e drena 95 municípios, total ou parcialmente (Lima, 2023). Nessa direção, o rio Canindé, cujo principal curso d'água margeia a cidade, conforme figura 6, é alimentado por outros diversos afluentes de vazões menores, quase todos intermitentes. Esse rio, intermitente, nasce na Serra da Tora/Dois Irmãos, em Acauã, a 500 metros de altitude, possui uma área aproximada de 80.800 Km², extensão de 340 quilômetros, vazão média de 2,80 metros cúbicos no trimestre mais seco e 88,00 metros cúbicos no mais chuvoso (Araújo, 2006). Ademais, por se encontrar em uma zona topograficamente rebaixada, as superfícies aplainadas degradadas, acaba por apresentar uma rede de canais de padrão dentrítico a subparalelo (Pfaltzgraff, 2010).

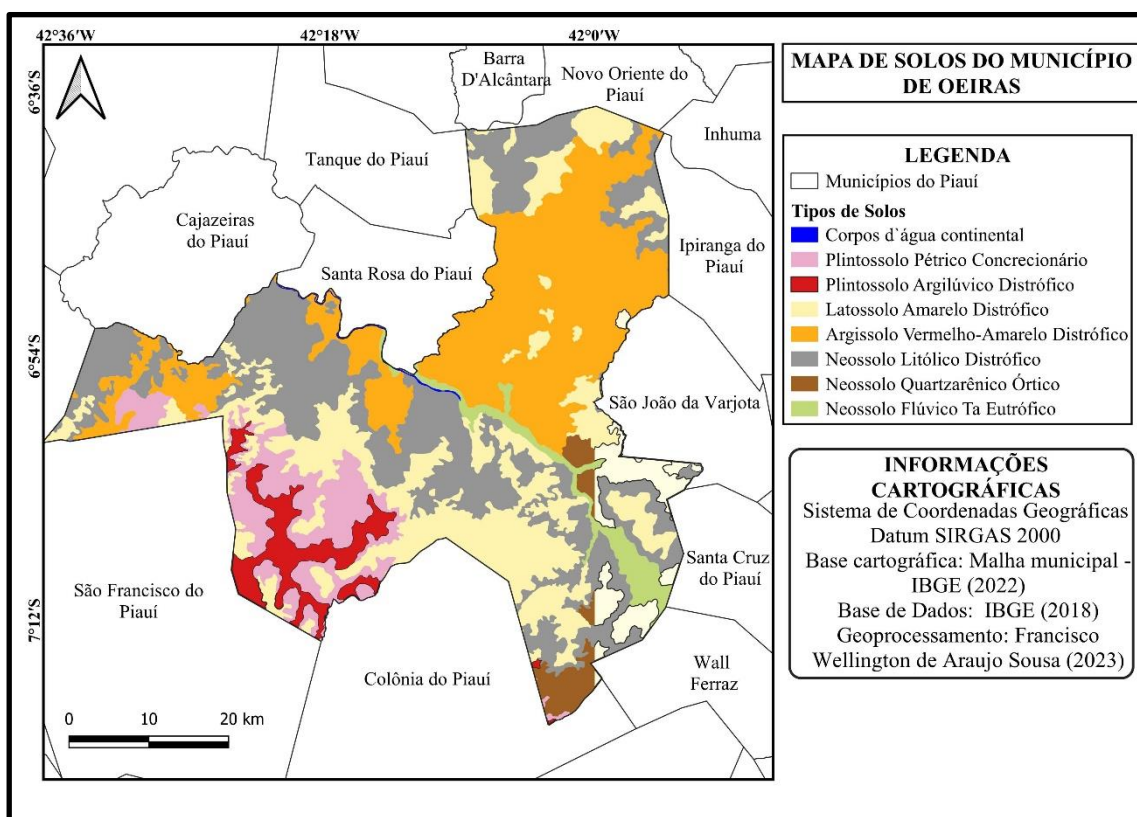
Figura 6 – Hidrografia de Oeiras



Os solos mais presentes no município de Oeiras, conforme figura 7, são os distróficos, o que denota solos ácidos, intemperizados, profundos e argilosos, o que os caracteriza com baixa fertilidade e, por isso, necessitam de adubação para uso agrícola. A característica distrófica denota solos ácidos, intemperizados, profundos e argilosos. Os principais são: 1) Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico – apresenta argila acumulada em subsuperfície, ou seja, horizonte B textural. Possui minerais bem desenvolvidos e drenados, o que o situa em profundo a muito profundo e o permite ter boa capacidade de armazenamento de água e efluentes. Seu principal uso é para agricultura, pastagem, silvicultura e como base para construção de estradas e casas. 2) Neossolo Litólico Distrófico – caracteriza-se como raso e pedregoso, formado a partir de qualquer tipo de rocha. Com efeito, o uso agrícola e não agrícola é limitado em função da pequena profundidade efetiva e capacidade de armazenamento de água, grande quantidade de materiais pedregosos e alta suscetibilidade à erosão, o que faz com que seja utilizado como pastagem natural e para cultivo de subsistência em áreas planas, predominantemente. 3) Latossolo Amarelo Distrófico – é bem desenvolvido, ácido, profundo e bem drenado com horizonte B latossólico, com ocorrências, principalmente, em relevo suave ondulado a plano. Dessa forma, possui

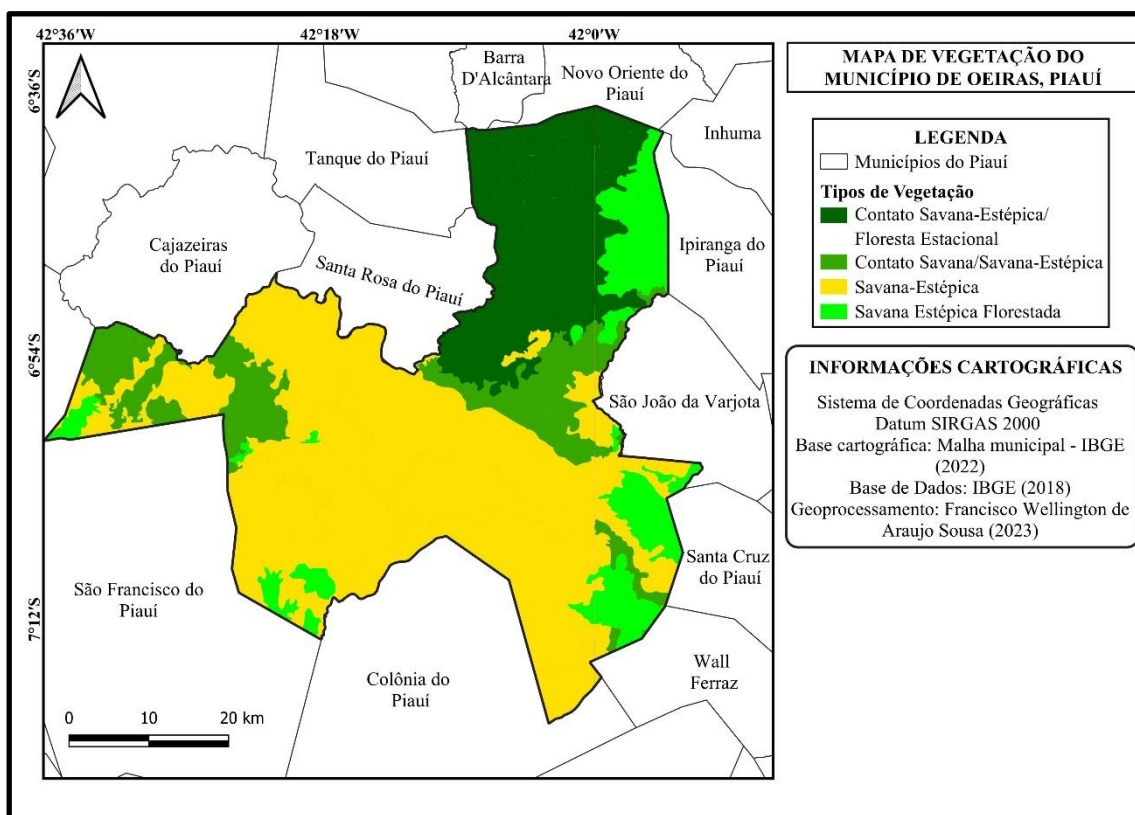
capacidade de armazenamento de água e efluentes significativas, o que lhe confere bom potencial para uso com mecanização agrícola e agricultura irrigada, apesar da baixa fertilidade natural (EMBRAPA, 2014).

Figura 7 – Solos de Oeiras



As formações vegetacionais presentes no município de Oeiras, de acordo com a figura 8, são as Savanas estépicas (caatinga) e áreas de contato entre estas e a floresta estacional (a grosso modo, cerrado). Nesse sentido, a caatinga tem como característica o xeromorfismo das espécies vegetais, uma de suas adaptações às condições climáticas de baixos índices pluviométricos e elevadas temperaturas do ar e solo. Ademais, suas plantas perdem as folhas no período seco (plantas caducifólias) como forma de se proteger das condições adversas de clima. Já a vegetação de cerrado ou nas transições entre este e a caatinga, apresenta-se vegetação mista, na qual as características do cerrado são árvores com troncos tortuosos, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas (Araújo *et al*, 2006).

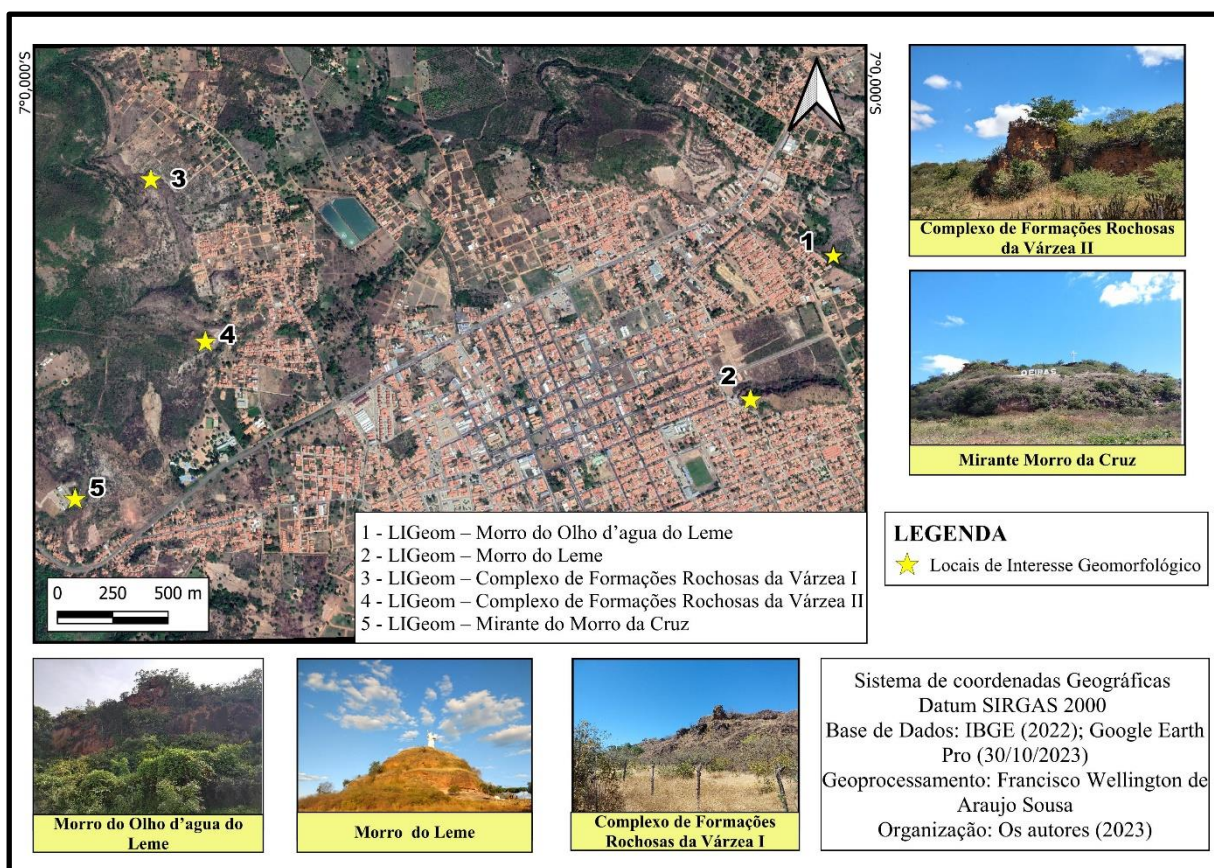
Figura 8 – Tipos de vegetação em Oeiras



As condições físicas presentes na municipalidade de Oeiras influenciaram no processo histórico de formação da cidade e em seu processo de urbanização. Na verdade, a presença de algumas áreas de maior elevação, denominadas de morros, fez com que a cidade se adaptasse à sua distribuição espacial no tecido urbano. Nessa direção, a pesquisa de Sousa, Lima e Bueno (2023) buscou examinar a geodiversidade da cidade de Oeiras, a partir da identificação do geopatrimônio e seu potencial geoturístico. As conclusões de Sousa, Lima e Bueno (2023) apontam que Oeiras possui relevante patrimônio histórico e cultural, bem como um ambiental ligado aos aspectos geomorfológicos que podem subsidiar atividades turísticas relacionadas à geodiversidade.

Em suas análises, os autores identificaram quatro Locais de Interesse Geomorfológico (LIG) na cidade: LIG1 – Morro do Leme, LIG2 – Mirante do Morro da Cruz, LIG3 – Complexo de Formações Rochosas da Várzea I, LIG4 – Complexo de Formações Rochosas da Várzea II e LIG5 – Morro do Olho d'água do Leme, conforme figura 9.

Figura 9 – Mapa dos locais de Interesse Geomorfológico da cidade de Oeiras. 2023.



Fonte: Sousa, Lima e Bueno (2023).

2.2 URBANIZAÇÃO DE OEIRAS: BREVE HISTÓRICO

São poucos os estudos que discutem a produção urbana de Oeiras (PI), principalmente no âmbito geográfico. Na verdade, as poucas pesquisas que aludem à formação da cidade e suas dinâmicas urbanas são mais centradas na historicidade, patrimônio e aspectos religiosos da cidade. Dentre essas, destaca-se as de: Vilhena (2016), que discute a história da mudança da capital no Piauí (1800 a 1852); Cortez (2014), que examina as concepções sobre docência, ensino e aprendizagem na prática pedagógica de professores em áreas rurais no município de Oeiras (2000 a 2013); Righi e Carval (2006), que discutem a urbanização de Oeiras sob influência do urbanismo pombalino; Rocha (2015), que investiga as contradições na formação do espaço urbano oeirense (1900-1945); Santos (2015), que analisa a religiosidade e patrimônio cultural de Oeiras na perspectiva do turismo religioso; Tapety (2016), que objetivou analisar a rede de sociabilidade entre intelectuais oeirenses com base nas documentações pessoais de Possidônio Nunes Queiroz (cartas, crônicas, artigos da Revista do Instituto Histórico de Oeiras e programas de rádio) e Lima (2022), que analisou os processos de patrimonialização oeirenses e como os mesmos contribuíram para construções identitárias e impregnação na memória social da cidade com o título de “Capital da Fé”.

As duas investigações que mais adentram no processo de urbanização oeirense consistem na realizada por Arraes (2012), o qual examinou a influência da pecuária, das regulações advindas de Lisboa e o papel da igreja católica impressa nas marcas no traçado intraurbano de Oeiras. Temporalmente, a reconstrução histórica e geográfica da cidade permeia todo o período colonial, inclusive durante o império. O atual espaço oeirense, ganhou *status* de Vila em 1711, mas somente em 1717 instalou-se a Vila da Mocha, em substituição à Freguesia Nossa Senhora das Vitórias. A denominação Oeiras, ocorrida ainda no século XVIII, foi em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras.

A outra, examinada por Pereira (2015) no âmbito da geografia do patrimônio cultural, visou analisar os espaços urbanos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e como tais políticas públicas se desenvolveram no país com vistas a construir um patrimônio identitário nacional. Nesse sentido, buscou historicizar como o estado concebeu esses espaços citadinos, inicialmente como cidade-monumento até chegar à cidade-histórica e cidade-documento. Suas

reflexões, pautadas na compreensão lefebvriana de urbanização e funções iniciais das cidades, elegeram três urbes como objeto de pesquisa: Iguape (SP) – função política, Oeiras (PI) – função mercantil e Cataguases (MG) – função industrial.

Pereira (2015) parte do entendimento de que, em Oeiras, o processo de urbanização se deu a partir da função comercial, no caso a pecuária bovina, fato que favoreceu a ocupação do sertão nordestino. No que se refere às políticas de preservação do patrimônio, evidencia-se que o tombamento do centro histórico de Oeiras, ocorrido em 2012, objetivou identificar e preservar marcas paisagísticas que revelam o processo socioespacial de formação do espaço urbano da cidade. Suas análises indicam, para além da descrição material e imaterial do patrimônio cultural oeirense, que a germinação da cidade se deu de forma híbrida, entre planejada e construções espontâneas, as quais obedeciam às rugosidades físicas que o sítio urbano oferecia.

Tapety (2016) objetivou analisar a rede de sociabilidade entre intelectuais oeirenses com base nas documentações pessoais de Possidônio Nunes Queiroz (cartas, crônicas, artigos da Revista do Instituto Histórico de Oeiras e programas de rádio). A partir da vasta documentação produzida por Possidônio fez-se possível traçar a cidade e suas transformações urbanas, sociais, culturais e políticas.

Lima (2022) analisou os processos de patrimonialização oeirenses e como os mesmos contribuíram para construções identitárias e impregnação na memória social da cidade com o título de “Capital da Fé”. Para a empreitada, elencou três períodos distintos: 1) décadas de 1930-1940, momento dos primeiros bens tombados pela política federal; 2) décadas de 1970-1980, periodicidade que se tem a retomada institucional da salvaguarda, germinação das ações estaduais e ativismo da sociedade civil; 3) 2000 a 2012, época da patrimonialização do Conjunto Histórico-Paisagístico que amplia os bens culturais da cidade.

Construir no imaginário social a titularidade de “Capital da Fé” a partir dos processos de patrimonialização dos bens culturais da cidade constitui-se suposto de Lima (2022) para responder sua indagação central: como a construção de uma história e memória sobre a cidade, pautada nas relações do que é escolhido para ser patrimonializado forjou em Oeiras sua identificação imaginária?

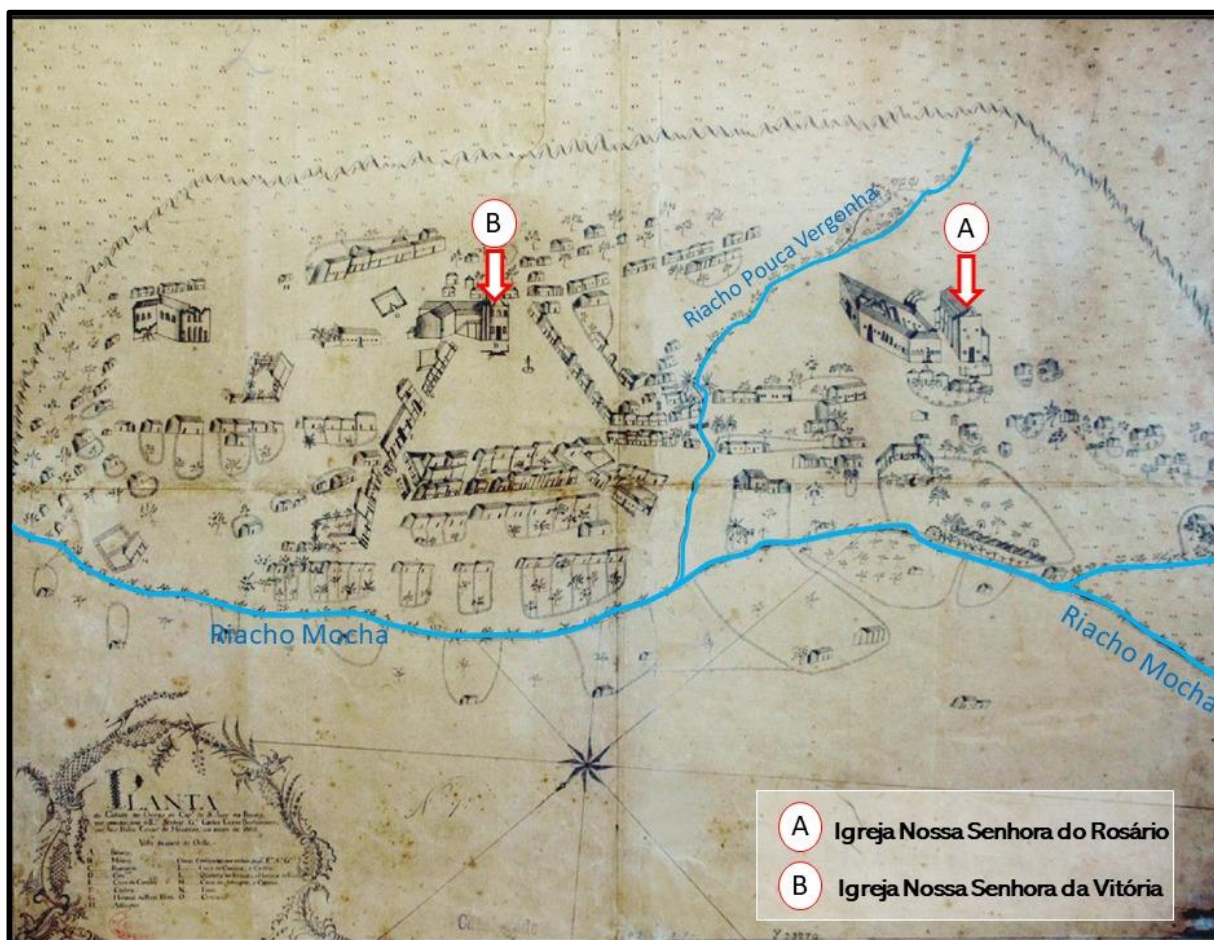
As conclusões de Lima (2022) apontam que o primeiro momento do processo de patrimonialização foi substancial para a formação da ideia “Capital da Fé”, em que se utiliza o passado, por meio de seu patrimônio, como suporte material para tal

construção. Ademais, as ações estatais, em especial as promovidas pelo governo federal, têm erguido em Oeiras uma narrativa que assegura a cidade com o título aventado, a qual se apoia em edificações consolidadas, dotada de usos e significações, em especial as ligadas à religiosidade católica.

A literatura aponta que, em termos de historicidade, Oeiras, a primeira capital do Piauí até 1852, teve seu processo de ocupação ligado à expansão da pecuária para o interior nordestino no final do século XVII. Entretanto, duas vertentes indicam seu núcleo embionário: 1) evolução de um aldeamento missioneiro criado, em 1676, por Julião Afonso Serra para proteger seu gado e terras. 2) território da fazenda Cabrobó de Domingos Afonso Mafrense. Independentemente da origem, tem-se que a criação e expansão do espaço oeirense objetivou o povoamento do sertão nordestino pela coroa portuguesa (Arraes, 2012).

Seu sítio inicia-se com o erguimento da Igreja dedicada à Nossa Senhora das Vitórias. Posteriormente, em função da dinâmica social, econômica e religiosa, amplia-se com a origem do atual bairro Rosário, a partir da instalação do Hospício dos Jesuítas no Piauí, por volta de 1733. Com efeito, serão esses dois espaços nucleares, configurados por meio de duas instituições religiosas, os vetores de crescimento da atual Oeiras. Ressalte-se, que desde sua origem, a área central destinou-se aos mais ricos, enquanto que as camadas populares ocuparam a periferia inicial, materializada nas redondezas do largo do hospício, denominado, posteriormente, de Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em 1809, 48 anos após sua elevação a categoria de cidade, o governador Paulo Cezar Burlamaqui providenciou a execução de uma planta da cidade, em que se verifica a pouca expansão da malha urbana, conforme visualiza-se na figura 10 (Arraes, 2012).

Figura 10 – Planta de Oeiras de 1809.



Fonte: IPHAN, 2024 (Adaptado).

No primeiro censo realizado na capitania do Piauí, sob comando do governador João Pereira Caldas, em 1762, Oeiras foi seccionada em 5 espaços urbanos: Praça, bairro do rosário, Bairro do Deserto, Bairro do Caquende e Subúrbio. Na verdade, durante todo o século XVIII e XIX, a cidade se mantém sem muitas modificações em suas formas citadinas em função da crise da pecuária, conflitos administrativos do governo local e secas periódicas (Righi, Carvalho, 2006; Arraes, 2012). Enfim, como afirma Tapety, (2016, p. 25),

a estrutura espacial da velha cidade permaneceu praticamente a mesma após a mudança da sede administrativa, com o agravante de alguns velhos casarões não resistirem às provocações do tempo, ruindo completa e seguidamente. Entretanto, alguns exemplares dessas velhas edificações conseguiram permanecer intactos até hoje, como a Casa da Câmara e Cadeia (construção do engenheiro alemão naturalizado brasileiro, Pedro Cronemberger, durante o governo do Visconde da Parnaíba) o Palácio dos Presidentes da Província, o Sobrado do Senado da Câmara, o Palácio João Nepomuceno, a Casa da Pólvora, as casas da morada do Coronel Orlando Barbosa de Carvalho, de Odilon Clementino de Carvalho (atualmente do Dr.

Antônio Gentil de Sousa Mendes), do Dr. José Luís da Silva Moura (cirurgião-mor), do vigário geral da província, cônego João de Sousa Martins (que também serviu de sede do governo, estando hoje bastante desfigurada), além das três igrejas: a de Nossa Senhora da Vitória, a da Conceição e a do Rosário. Muito poucas habitações foram edificadas em pedra e cal.

No século XX, particularmente entre 1900 e 1945, conforme apontam as reflexões de Rocha (2015), Oeiras moderniza-se com a construção de algumas formas espaciais e novas dinâmicas de seus conteúdos urbanos, como a chegada do telégrafo, energia elétrica, aumento das atividades comerciais, de serviços e populacional, teatro, escola pública, dentre outras. Na verdade, essas modificações se espacializaram pela área central da cidade, o que deixou sua parte periférica fora dos planejamentos urbanos da gestão local. Nesse sentido,

Oeiras está ligada à Teresina pelas rodovias federais BR-316 e BR-230. O sistema de abastecimento d'água deste município foi construído em 1968, pela Companhia de Águas e esgotos do Nordeste (CAENE). A energia elétrica foi instalada em Oeiras em 1937, fornecida por uma usina termoeletrica movida à lenha. No final da década de 1960 e início da década de 1970, o sistema antigo foi substituído, e a energia passou a ser gerada pela hidrelétrica de Boa Esperança, localizada no rio Parnaíba, fronteira fluvial entre os estados do Piauí e maranhão (Tapety, 2016, p. 26).

Essas transformações espaciais nas formas e conteúdos urbanos dinamizaram a vida social oeirense e dividiram a cidade em Oeiras velha e a nova, visto que

Do Canela se dirigindo ao mesmo mocho, passando pelo fundo da Igreja do Rosário, e da Igreja por um ângulo agudo, indo ter ao velho riacho, que é causa primeira da existência de nossa terra. Isto era Oeiras, a Oeiras velha, por contrafacção à Oeiras Nova, que se expande das linhas descritas e já passa do Morro do Leme” ... De novidade, temos quase tudo o que se encontra nas grandes cidades: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco do Estado do Piauí, Caixa econômica Federal... Todas as ruas calçadas, alguns trechos asfaltados, televisão, telefone, com discagem direta a distância etc... Ginásio, Colégio, Escola Nacional, Curso de Comércio, oito grupos escolares (hoje denominados unidades escolares), escola de música, Centro de Cultura do Estado, Órgão de Cultura Municipal, os namoros rivalizam com os das metrópoles; que isso se copia do cinema e da TV. A cidade é ligada por estradas asfaltadas a todos os grandes centros do país. Mas nos falta uma linha de aviões. Temos um campo regular, que serve apenas para nos trazer o governador do estado, outras autoridades notáveis e algum grandaço, quando vem por estas paragens. Oeiras progride, se bem que devagar (Queiroz, 1989 *apud* Tapety, 2016, p. 29).

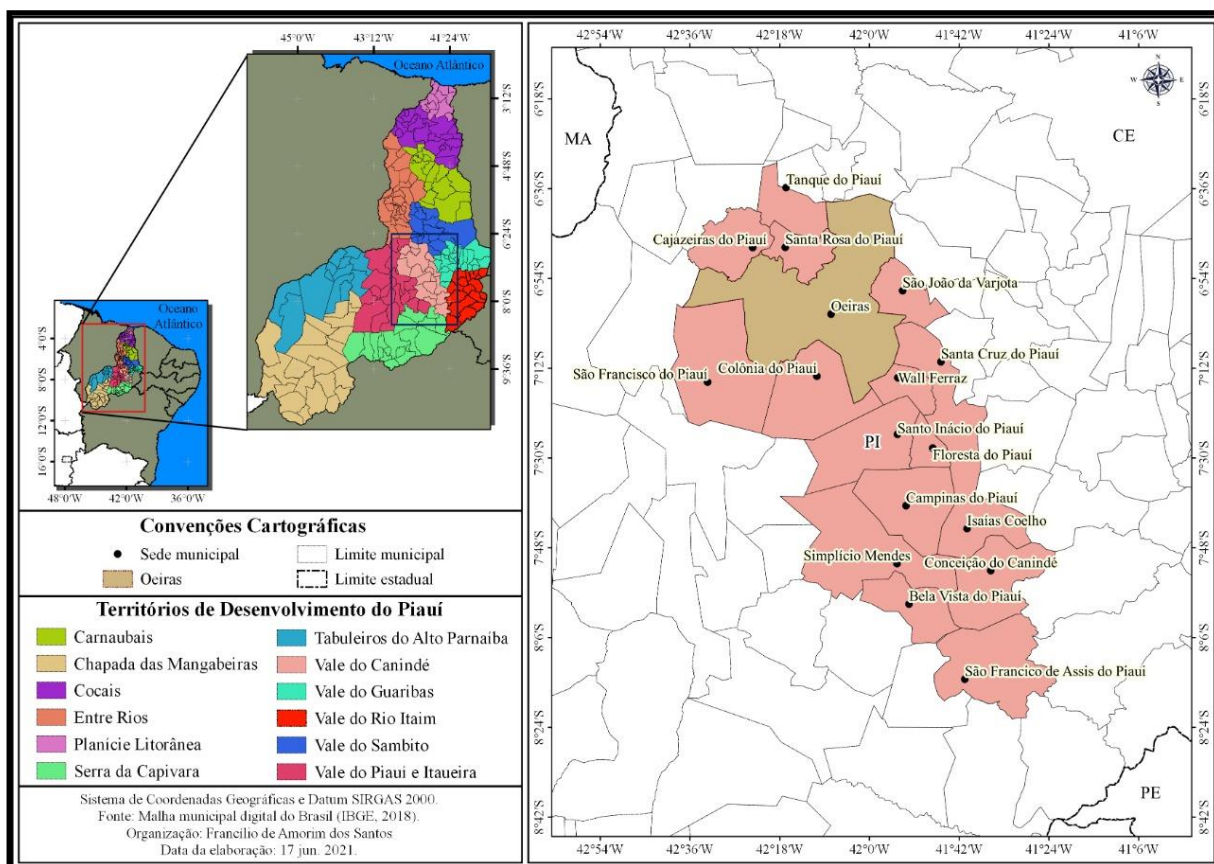
Enfim, historicamente sintetiza-se que

[...]com o nome de 'Mocha', tomado de um riacho ali situado, formou-se uma povoação, com capela filiada à freguesia de Cabrobó, da Diocese de Pernambuco. Essa povoação passou ao nível de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, em 1696, e foi elevada à categoria de vila em 1712. Ao ser criada a Capitania do Piauí, em 1758 (Carta Régia de 29 de julho), a vila de Mocha, que era o seu maior núcleo, tornou-se sede do Governo. Somente em 1761 ganhou ela foros de cidades, passando, então, a denominar-se Oeiras, em homenagem ao Conde de igual nome, depois Marquês de Pombal. Oeiras é considerada o núcleo mais antigo do Piauí e berço da história e colonização do Estado [...] (IBGE, 2020).

Na verdade, a transferência da capital para outro espaço em território piauiense foi fruto de ações governamentais que visavam buscar uma localização com mais mecanismos para o desenvolvimento econômico do estado, justificativa utilizada para a edificação de Teresina como nova sede da administração estadual. Essa mudança provocou rupturas, ressentimentos e impactou as dinâmicas urbanas oeirenses, como apontam, cada um a seu modo, os estudos de Nunes e Abreu (1996), Vilhena (2016), Cortez (2014), Rocha (2015), Santos (2015), Pereira (2017), Tapety (2016) e Lima (2022).

Atualmente, na regionalização estadual, localiza-se no Território Vale do Canindé. Na verdade, o Piauí, conforme lei nº 87 de 22 de agosto de 2007, foi dividido em territórios de desenvolvimento, em um total de 11 e por intermédio da Lei Estadual nº 6.967, de 03 de abril de 2017, criou-se mais um, Território Vale do Itaim, totalizando 12 atualmente. Oeiras localiza-se no Território Vale do Rio Canindé, conforme figura 11, o qual é composto por 17 municípios: Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplício Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz.

Figura 11. Territórios de desenvolvimento do Piauí, com destaque para a localização do Território Vale do Rio Canindé. 2020.



Fonte: IBGE, 2018.

Os 17 municípios que compõem o Vale do Canindé possuem dinamismo econômico centrado principalmente nas receitas advindas dos repasses governamentais e da agropecuária de subsistência, em que a cidade de Oeiras desponta como polo de atração frente às demais cidades (Bueno e Nascimento, 2022). Isso acontece uma vez que a mesma se constitui na única a ofertar ensino superior público (Universidade Estadual do Piauí, Polo de Unidade de Ensino à Distância da Universidade Federal do Piauí e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí), a possuir hospital de médio porte, a abrigar quatro agências bancárias (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa econômica Federal e Bradesco), além de um comércio mais diversificado quando comparado às demais cidades circunscritas no território.

Além disso, conforme classificação do IBGE (2008) para as cidades brasileiras e suas áreas de influências, Oeiras configura-se como Centro de Zona A e localiza-se entre dois Centros Sub-regionais A, Picos e Floriano. Em termos populacionais, é Oeiras que possui maior contingente quando comparada às demais. Na verdade, só

dois municípios desse território possuem população acima de 10 mil habitantes (Oeiras e Simplício Mendes), o que torna as diferenças entre essas realidades urbanas bem significativas, com evidências em seu tamanho populacional. Oeiras possuía em 2000, 33.890 habitantes, em 2010, 35.640 habitantes, e estimativa de 38.161 habitantes em 2022. O município com menor número de habitantes é Floresta do Piauí, a qual contava com 2.415 habitantes em 2000, 2.482 em 2010 e se projeta para 2.333 habitantes em 2022. Os números populacionais desse território indicam que em 2000 havia 110.465 habitantes, em 2010, contava com 121.097 habitantes, e em 2022 detinha 111.180 habitantes, conforme tabela 1.

Tabela 1 – População dos municípios do Território Vale do Rio Canindé, considerando os anos de 2000, 2010 e 2022.

Mun. do Terr. do Vale do Rio Canindé	Total populacional		
	2000	2010	2022
Bela Vista do Piauí	2.959	3.778	4.091
Cajazeiras do Piauí	2.659	3.343	3.108
Campinas do Piauí	5.131	5.408	4.938
Colônia do Piauí	7.253	7.433	9.994
Conceição do Canindé	4.916	4.475	4.932
Floresta do Piauí	2.415	2.482	2.333
Isaías Coelho	7.659	8.221	7.774
Oeiras	33.890	35.640	38.161
Santa Cruz do Piauí	5.777	6.027	5.831
Santa Rosa do Piauí	5.224	5.149	4.650
Santo Inácio do Piauí	3.442	3.648	3.646
São Francisco de Assis do Piauí	3.802	5.567	5.572
São Francisco do Piauí	6.351	6.298	5.392
São João da Varjota	4.362	4.651	4.383
Simplício Mendes	10.968	12.077	13.870
Tanque do Piauí	2.316	2.620	2.316
Wall Ferraz.	3.997	4.280	4.059
Total	110.465	121.097	111.180

Fonte: IBGE, 2000, 2010, 2022.

Oeiras, na década de 1990, teve seu território municipal fragmentado com a criação de 5 novos municípios: Cajazeiras do Piauí (Lei Estadual n.º 4.810, de 14 de Dezembro de 1995), Colônia do Piauí (Lei Estadual n.º 4.477, de 29 de Abril de 1992); São João da Varjota (Lei Estadual nº 4680, de 26 de janeiro de 1994); Santa Rosa do Piauí (Lei Estadual nº 4477, de 29 de Abril de 1992) e Tanque do Piauí (Lei Estadual nº 4810, de 14 de dezembro de 1995), conforme IBGE (2022).

Nesse sentido, conforme quadro 2, a maior parte da população municipal vivia nessas comunidades tidas como rurais até 1991. Com efeito, a criação das novas

municipalidades provocou uma diminuição significativa de sua população, uma vez que em 1991 havia 51.891 habitantes, em 2000 caiu para 33.910 habitantes, elevou-se para 35.630 em 2010 e 38.161, em 2022.

Quadro 2 – População de Oeiras. 1940 a 2022.

Opção	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbana	1.971	2.042	6.017	9.650	12.390	16.002	19.629	21.997	
Rural	36.429	42.518	33.931	31.926	34.929	35.889	14.281	13.643	
Total	38.400	44.560	39.948	41.576	47.319	51.891	33.910	35.630	38.161

Fonte: IBGE, 2010; 2022.

Os dados do último censo revelam que Oeiras possui população de 38.161 habitantes (IBGE, 2022), o que a torna a 13^a maior cidade do estado e a mais populosa do Território Vale do Canindé. No que se refere ao trabalho e rendimento, dados de 2021, tem-se que o salário médio mensal dos trabalhadores formais estava em 1,7 salários mínimos, com uma população formalmente ocupada de 4.356 pessoas (11,73% da população). Esses dados evidenciam quadros de pobreza que ainda atingem os oeirenses, uma vez que 41,9% das pessoas vivem com renda de até meio salário mínimo.

No tocante ao quadro educacional da cidade, assim se caracteriza em 2021: a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade corresponde a 97,9%, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental, na rede pública, de 6,4, e nos anos finais 5,8. No ensino fundamental havia, em 2021, 5.237 matrículas, no ensino médio 1.952 matrículas. O corpo docente municipal é composto por 282 docentes no ensino fundamental, 192 no ensino médio, distribuídos em 33 escolas do ensino fundamental e 12 do ensino médio (IBGE, 2022).

Bueno e Nascimento (2022) analisaram as condições socioeconômicas dos dezessete municípios do Território Vale do Canindé com vistas a revelar uma das faces de suas vulnerabilidades socioespaciais centradas, principalmente, no fator renda. Na empreitada, partiram dos indicadores de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal, Percentual das Atividades que compõem o PIB municipal, Pessoas Inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), Pessoas em Situação de Extrema Pobreza, Pessoas com Renda *Per Capita* até 1/2 Salário Mínimo, Famílias Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF), e percentual de população ocupada, obtidos a partir de dados secundários do IBGE e Ministério da Cidadania para os anos de 2016 a 2020.

As conclusões de Bueno e Nascimento (2022, p. 159) indicam que

[...] com exceção de Oeiras, Simplício Mendes e Conceição do Canindé, os demais entes federativos têm na administração pública os maiores percentuais na composição de seu PIB, uma das faces do pouco dinamismo econômico nas atividades agropecuárias, de serviços e indústrias. Na verdade, suas economias frágeis refletem as condições socioeconômicas vulneráveis, verificadas a partir de pessoas cadastradas na base de dados do governo federal, nos assistidos pelo Programa Bolsa Família, nos percentuais de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, nos que vivem com até meio salário mínimo, e no pessoal ocupado, que os condicionam a sobreviverem em situações de vulnerabilidades socioespaciais graves.

Na verdade, as atividades industriais e agropecuárias tem participação tímida quando se compara ao peso das de serviços de administração na fonte de receitas na composição do PIB dos municípios do Vale do Canindé. No caso de Oeiras, em sua composição do PIB, conforme tabela 2, houve algumas modificações entre 2011 e 2021, com destaque para as diminuições das participações das atividades agropecuárias, industriais e administrativas, e aumento das atividades de serviços. Nessa direção, registra-se que em 2011 as atividades ligadas à agropecuária respondiam por 4,9%, as industriais 9,7%, os serviços por 47,3% e as da administração 38,1%. Já em 2021 as atividades agropecuárias respondiam por 3,8% do PIB, as industriais por 8,1%, as de serviços por 52,5% (aumento de 5,2% em uma década) e a administrativas por 35,6%. Vale dizer que esse setor componente do PIB, a administração, envolve os trabalhadores ligados aos poderes públicos municipais, estaduais e federais. Com efeito, se, de acordo com IBGE, em 2022 detinha-se 11,73% da população oeirense formalmente ocupada, tem-se ideia da fragilidade econômica do município, uma vez que parte significativa desses empregos formais estão nos serviços públicos.

Tabela 2 – Percentual das atividades na composição do PIB de Oeiras – 2016 a 2021

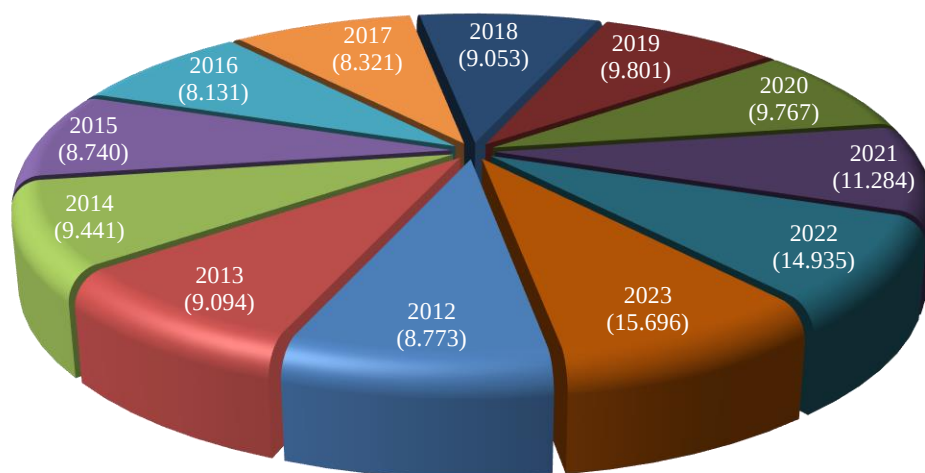
Município	Atividades	2011 %	2012 %	2013 %	2014 %	2015 %	2016 %	2017 %	2018 %	2019 %	2020 %	2021 %
Oeiras	Agropecuária	4,9	3,3	4,6	4,0	3,8	3,1	3,9	3,2	2,7	3,4	3,8
	Indústria	9,7	9,2	6,6	10,4	9,9	9,9	9,0	8,0	7,2	10,6	8,1
	Serviços	47,3	48,3	49,6	49,6	48,9	50,9	50,4	50,5	51,8	48,9	52,5
	Administração	38,1	39,2	39,1	36,0	37,4	36,0	36,7	38,3	38,2	37,1	35,6

Fonte: Brasil (2024).

De fato, os baixos percentuais das atividades agropecuárias, industriais e de serviços na composição do PIB oeirense refletem a baixa empregabilidade no território municipal, o que torna os munícipes aptos a serem assistidos por programas assistenciais das esferas governamentais, os quais são inscritos no Cadastro Único do governo federal e aptos a serem assistidos pelos programas de transferência de renda.

Nessa direção, conforme gráfico 1, em Oeiras haviam 8.773 famílias cadastradas no CadÚnico em 2012, 9.094 em 2013, 9.441 em 2014, 8.740 em 2015, 8.131 em 2016, e chegou a 9.767 em 2020, primeiro ano da pandemia da COVID 19 que assolou o mundo. Nos anos seguintes verifica-se um aumento significativo de famílias em situação de vulnerabilidades, uma vez que em 2021 haviam 11.284 famílias inscritas no banco de dados do governo federal, passou para 14.935 em 2022 e chegou a 15.696 em 2023.

Gráfico 1 – Famílias cadastradas no CadÚnico. 2012 a 2023 (referência de dezembro de cada ano).

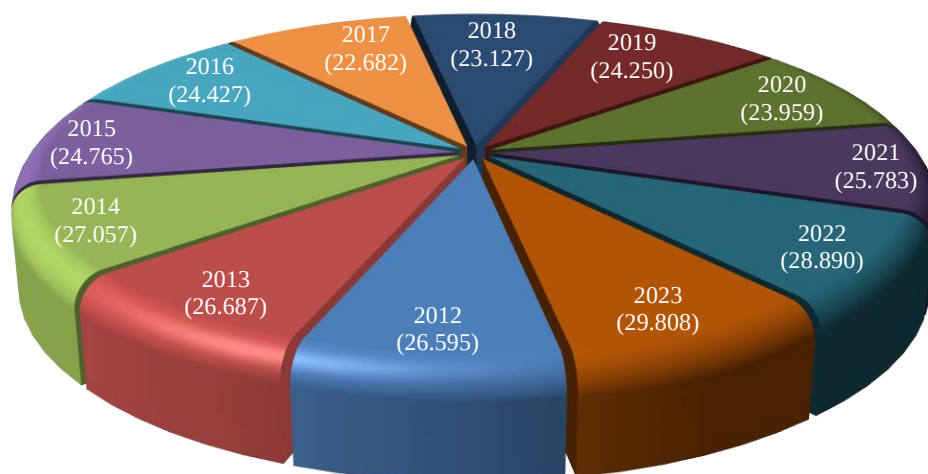


Fonte: Brasil, 2024

No que se refere as quantidades de pessoas inscritas no CadÚnico, os números são elevados ao se comparar com o total populacional de Oeiras. Em 2012 haviam 26.595 pessoas inscritas, números que caíram a partir de 2015, ano que se registrou 24.765 pessoas cadastradas e chegou em 2020 a 23.959 pessoas. Contudo, o momento pandêmico e seu pós revela que aumentou significativamente os inscritos,

em que se registrou 25.783 habitantes no CadÚnico em 2021 e 28.890 pessoas em 2022. Já em 2023, dos 38.161 habitantes de Oeiras (IBGE, 2022), 29.808 estavam inscritos, 78,1% da população municipal (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Pessoas inscritas no CadÚnico 2012 a 2023 (referência de dezembro de cada ano).



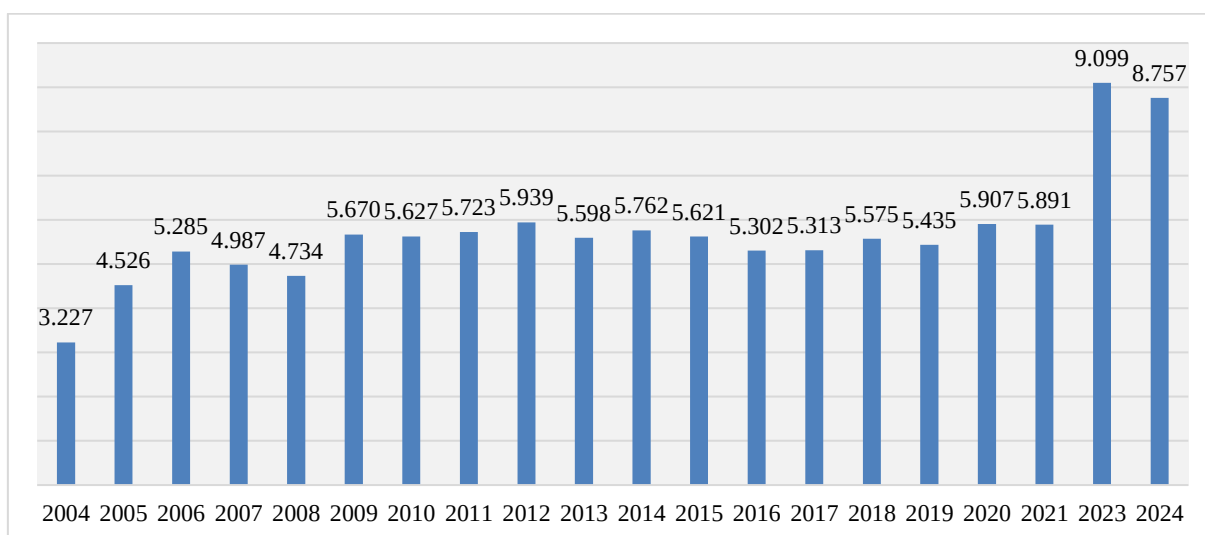
Fonte: Brasil, 2024.

Esses dados de inscritos no CadÚnico revelam as vulnerabilidades socioespaciais a que estão submetidos os oeirenses, as quais podem ser identificadas e entendidas como um processo interativo entre as condições do território e as características potenciais de seus habitantes. Nessa direção, as singularidades populacionais e suas interações com as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais resultam nas graduações de vulnerabilidades dos lugares. Enfatize-se que o conjunto das estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território concretizam a vulnerabilidade socioespacial (Penna, Ferreira, 2014). Nessa toada, entende-se que os números de inscritos no cadastro do governo federal evidencia as fragilidades sociais e econômicas dos oeirenses, uma vez que em junho de 2024, das 15.192 famílias inscritas no CadÚnico, 9.323 (61%) se encontravam em situação de pobreza, 1.259 (8%) são de baixa renda, e apenas 4.610 (30%) das famílias possuíam rendas acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (Brasil, 2024).

As vulnerabilidades socioespaciais dessas famílias, vividas, sobretudo, por conta dos poucos recursos financeiros, são atenuadas pelos programas sociais do

governo federal. Nessa direção, desde a criação do Programa Bolsa Família, em 2004, Oeiras teve famílias assistidas. De acordo com o gráfico 3, o qual não contém os dados de 2022 em função de não constar na base de dados pesquisado, Oeiras possuía 3.227 famílias no PBF em 2004, e manteve-se na faixa entre 4.526 a mais de 5.000, de 2005 a 2021. Em 2023, verifica-se aumento significativo em relação a 2021, posto que se registrou 9.099 famílias, em 2023, fato justificado pela inclusão desde 2022 de famílias mononucleares no programa, e reduziu para 8.757 famílias em 2024. Na verdade, as oscilações ao longo dos anos se deram mais em função de ajustes no programa quanto à entrada de novos assistidos, bem como revisões sistemáticas efetivadas sobre os usuários ao longo da temporalidade em relevo.

Gráfico 3 – Quantidade de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Oeiras¹. 2004 a 2024.



Fonte: Brasil, 2024.

As revelações de extrema pobreza de parte considerável da população oeirense são frutos do pouco dinamismo econômico municipal. Nessa senda, revela-se, na Tabela 3, que Oeiras possuía, em 2016, apenas 3.847 pessoas com ocupação formal do mercado de trabalho (o que representa 10,6% da população), números que pouco se modificaram em 2021, uma vez que se registrou 4.356 pessoas formalmente empregadas, 11,7% da população, aumento de 1,1%. De fato, reitera-se que esses dados de empregos formais, quando correlacionados com as atividades que mais

¹ Os dados são referentes aos quantitativos totais registrados no dia 01 de dezembro de cada ano, com exceção de 2021 (registro de 01/10/2021) e 2024 (registro de 01/06/2024).

respondem pelo PIB municipal, propiciam o raciocínio de que são os poderes públicos, em suas distintas esferas, um dos maiores empregadores dos oeirenses.

Tabela 3 – Pessoas ocupadas formalmente no mercado de trabalho em Oeiras. 2016 a 2021.

Municípios			2016	2017	2018	2019	2020	2021
Oeiras	População do Município		36.385	36.432	36.971	37.029	37.085	37.136
	Número de Pessoas ocupadas		3.847	3.670	3.605	3.552	4.000	4.356
	% de Pessoas ocupadas		10,6%	10,1%	9,8%	9,6%	10,7%	11,7%

Fonte: IBGE (2024)

Os dados das condições socioeconômicas dos oeirenses analisados revelam as vulnerabilidades socioespaciais as quais estão submetidos, uma vez que parte significativa da população é beneficiária dos programas de transferência de renda do governo federal, fato que lhes reduz acesso a uma qualidade de vida satisfatória para o desenvolvimento da pessoa humana em sua completude. Enfim, essas condições socioeconômicas conduzem à reprodução do círculo vicioso da pobreza, conforme discussão de Myrdal (1997), uma vez que a miséria condiciona mais problemas de saúde aos sujeitos, o que implica em menor produtividade e agrava os quadros de pobreza. Entretanto, mesmo em condições tão adversas, verificou-se melhoras do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm), posto que Oeiras saiu do índice de 0,445, em 2010, para 0,634 (CEPRO, 2016).

Na verdade, a realidade oeirense segue a toada verificada no estado e no país, qual seja, em razão da melhoria nas condições de renda, universalização da educação básica, saneamento básico, acesso aos serviços médicos e hospitalares, dentre outros, elevaram-se as expectativas de vida dos brasileiros entre 2000 e 2010, conforme quadro 3, conjunto de elementos que trouxeram os índices de IDHm para patamares mais próximos de condições ideais de vida (Brasil, 2020; CEPRO, 2016).

Quadro 3 – IDH dos municípios do Território Vale do Canindé - 2000/2010.

Municípios do Território Vale do Canindé	IDHM 2000	IDHM 2010
Oeiras	0,445	0,634

Fontes: Brasil (2020)

Entretanto, mesmo em meio a um quadro de desigualdades sociais significativas, as dinâmicas urbanas têm promovido produções espaciais oeirenses de forma significativa, em especial no uso e ocupação do solo urbano, caso dos loteamentos lançados na cidade desde os anos 2000, os quais têm densificado e ampliado o perímetro citadino. É essa discussão que toma corpo no item seguinte.

2.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE OEIRAS: UMA ANÁLISE DE SUAS DINÂMICAS RECENTES

As cidades passam por constantes transformações na díade forma – conteúdo que promovem expansão e densificação do seu tecido urbano a partir das construções imobiliárias. Nesse sentido, tem-se que o capital transforma o solo urbano em mercadoria, o que requer “[...] compreender profundamente as conexões da habitação como mercadoria com a terra” (Melazzo, 2023, p. 4). No Brasil a transformação da terra e das habitações é um tema amplo e atual, uma vez que a partir da fragmentação do espaço urbano, verifica-se a cidade como um espaço excludente, o qual é fruto dos jogos de interesses dos seus agentes e partícipes, ou seja, interesses de quem domina o capital (Sposito, Sposito, 2020). Com efeito, as configurações espaciais das formas urbanas evidenciam o aumento das contradições socioespaciais dentro do espaço urbano, através da segregação espacial (Carlos, 2020).

De fato, o parcelamento do solo urbano enquanto mercadoria segmenta quem os acessa de acordo com a classe social a que se pertence, em que os detentores de maiores capitais se apropriam das áreas dotadas de infraestruturas e mais centrais, enquanto que as camadas populares ocupam os espaços mais periféricos (Reis, Viana, 2021; Pádua 2019). Desse modo, percebe-se que as ações dos agentes que produzem o espaço urbano promovem sua expansão e adensamento da malha citadina, seja nas cidades pequenas, seja médias ou grandes.

Logo, desvendar a historicidade da expansão urbana de Oeiras (PI) e suas dinâmicas recentes a partir das ações promovidas pelos promotores imobiliários com a abertura e comercialização dos loteamentos urbanos faz-se necessário para que se compreenda as transformações da paisagem urbana oeirense. Com efeito, argumenta-se que nos últimos vinte anos, em função das melhorias econômicas do país e efetividade de políticas habitacionais, houve incrementos relevantes nas atividades imobiliárias, as quais se refletiram no crescimento horizontal e adensamento urbano da primeira capital do estado.

A produção do espaço urbano, compreendido como condição, meio e produto das relações de produção (Carlos, 2011), é alvo de investigações geográficas há bastante tempo, assim como de outros campos disciplinares. Na verdade, já apontava Corrêa (1989) que essa dinâmica é promovida por cinco agentes, os quais ora se conflituam, ora se aliam à produção espacial urbana: proprietários dos meios de

produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos.

De fato, analisar as ações e resultados desses agentes permite vislumbrar as práticas e processos espaciais concretizados na cidade (Corrêa, 2007) e que possibilitam uso e apropriação desigual do espaço urbano pelas distintas classes sociais (Lefebvre, 2008). Com efeito, o espraimento dos grupos sociais pelo tecido citadino ocorrerá de acordo com suas rendas, uma vez que o espaço se tornou mercadoria e seus preços variam conforme alguns atributos espaciais, caso das localizações (Villaça, 2001).

Nessa direção, análises acerca dos agentes produtores do espaço urbano já possuem produção acadêmica consistente no Brasil. Uma das pesquisas que virou referência foi a desenvolvida por Corrêa (1989) que, mesmo com mais de 30 anos desde sua primeira publicação, ainda continua atual, o que justifica sua utilização como base discursiva no escrito em tela. Em seu escrutínio, Corrêa (1989) aponta os principais agentes de produção do espaço urbano, bem como examina suas formas de ações: 1) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; 2) os proprietários fundiários; 3) os promotores imobiliários; 4) o Estado; 5) os grupos sociais excluídos.

Corrêa (1989, p. 9) parte do pressuposto de que o espaço urbano é “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas [...]”, em que suas materializações se manifestam nas formas espaciais e revelam o movimento de (re)produção do espaço urbano. Nesse raciocínio, conforme Carlos (2011, p.62), concebe-se esse espaço como “[...] condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo-o como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade[...]”.

É nessa dinâmica de (re)produção que os agentes realizam suas ações, ora coordenadas, ora conflituosas, o que revela a dialética aí concretizada, uma vez que são

[...] agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (Corrêa, 1989, p.11).

De acordo com Corrêa (1989), os promotores imobiliários são os sujeitos que realizam, no todo ou em parte, as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física do imóvel e sua comercialização. As análises do autor sobre esses agentes indicam que esses, dentro do sistema capitalista, produzem uma cidade desigual, com acesso, uso e apropriação do espaço urbano conforme a renda das distintas classes sociais. Enfim, a “[...] atuação espacial dos promotores se faz de modo desigual criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista[...]” (Corrêa, 1989, p. 23-24).

Na verdade, em atuação dialética com os proprietários fundiários – detentores das terras urbanas e o Estado – atuam, na produção e regulação da cidade, os promotores imobiliários transformando o espaço em mercadoria, e os valores de uso são substituídos por valores de trocas e fazem uso de diversos mecanismos para promover a venda de seus produtos, sejam loteamentos, edifícios verticais, ou conjuntos habitacionais horizontais, enfim, os espaços habitacionais em sua totalidade.

As investigações acadêmicas sobre como as ações dos promotores imobiliários (re)configuram o espaço urbano têm quantidades expressivas no âmbito nacional. Na verdade, os objetos de estudos a partir desses agentes são diversos, vão desde loteamentos urbanos formais e informais, relações entre esses e o estado ou proprietários fundiários, marketing da cidade, cidade como mercadoria, e, ultimamente, análises acerca de como o Programa Minha Casa, Minha Vida, dinamiza as produções espaciais urbanas nas cidades de porte grande, médio e pequenas, com suas repercussões na expansão do tecido citadino e reflexos no acesso, uso e apropriação do solo urbano.

Em território piauiense, na toada da literatura nacional, algumas pesquisas analisam como os agentes produtores do espaço urbano agem e dinamizam ações que acarretam na expansão do perímetro urbano, ampliação e densificação do tecido citadino. Uma das investigações pioneiras acerca dos mecanismos utilizados por esses agentes na produção espacial urbana consiste no estudo de Façanha (1998), o qual visou examinar a evolução urbana de Teresina, ancorado nas reflexões e caminhos metodológicos de Corrêa (1989), a partir dos agentes, processos e formas espaciais concretizadas na capital piauiense. Desde então, outros escrutínios tem visado ampliar as compreensões sobre produção e expansão urbana nas diversas urbes piauienses.

Lima, Lopes e façanha (2019) analisam a expansão urbana de Teresina (PI) a partir da incorporação de novas áreas ao perímetro urbano e como os planos diretores da cidade regulam esse processo, inclusive nas temáticas ambientais. Suas investigações indicam que as dinâmicas de uso e ocupação do solo urbano por meio de produções espontâneas, implantação de conjuntos habitacionais e condomínios fechados são as razões para ampliação e novas delimitações do perímetro urbano, ao invés de critérios técnicos de densidade, condições de suporte do meio ou infraestruturas urbanas. No que tange aos aspectos ambientais, verificaram que o zoneamento urbano privilegia a preservação das margens dos rios que cortam a cidade e negligenciam os corpos hídricos de menores volumes que cortam a cidade. Em síntese, as leis e ações públicas para o controle sustentável do espaço urbano teresinense não acompanham o ritmo de produção da cidade, seja por falta de recursos públicos, seja pela morosidade burocrática da gestão.

Reis e Viana (2021) discutem o uso e ocupação de vazios urbanos por condomínios horizontais na zona Sul da capital piauiense. Na produção espacial urbana nesse espaço da cidade tem se dado, principalmente, com construções condominais de baixo padrão, voltado para as classes média baixa. Com efeito, percebe-se como os promotores imobiliários avançam na direção periférica da urbe e pressionam o poder público local por regulações e investimentos infraestruturais que valorizem os espaços produzidos, o que gera dúvidas sobre para quem se volta o planejamento urbano, se para a sociedade em geral ou para os principais agentes produtores espaciais, principalmente os promotores imobiliários.

Silva (2019) escrutinou o papel dos empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (faixa 1, voltados para consumidores de baixa renda) na expansão urbana dos quinze municípios da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) da grande Teresina, principalmente a partir de seu lançamento, em 2009. Suas investigações apontam que tais conjuntos habitacionais ampliaram o tecido urbano em função de se localizarem nas franjas das cidades, o que expandiu o perímetro urbano. Além disso, das municipalidades que compõem a RIDE, as que mais se destacaram na produção espacial a partir do MCMV foram Teresina e Timon, com maiores quantidades de unidades habitacionais construídas.

Cunha (2017) examinou a expansão urbana de Piripiri (PI), no período de 1985 a 2015, a partir de imagens de satélites e dados dos conjuntos habitacionais e loteamentos produzidos na temporalidade aludida. Suas conclusões remetem que os

principais agentes produtores do espaço urbano piripiriense são os proprietários fundiários, promotores imobiliários e estado, que ao agirem articuladamente ampliaram e densificaram o perímetro urbano e as edificações citadinas. Ademais, o PMCMV incrementou, também, a partir de 2009, as construções habitacionais da cidade.

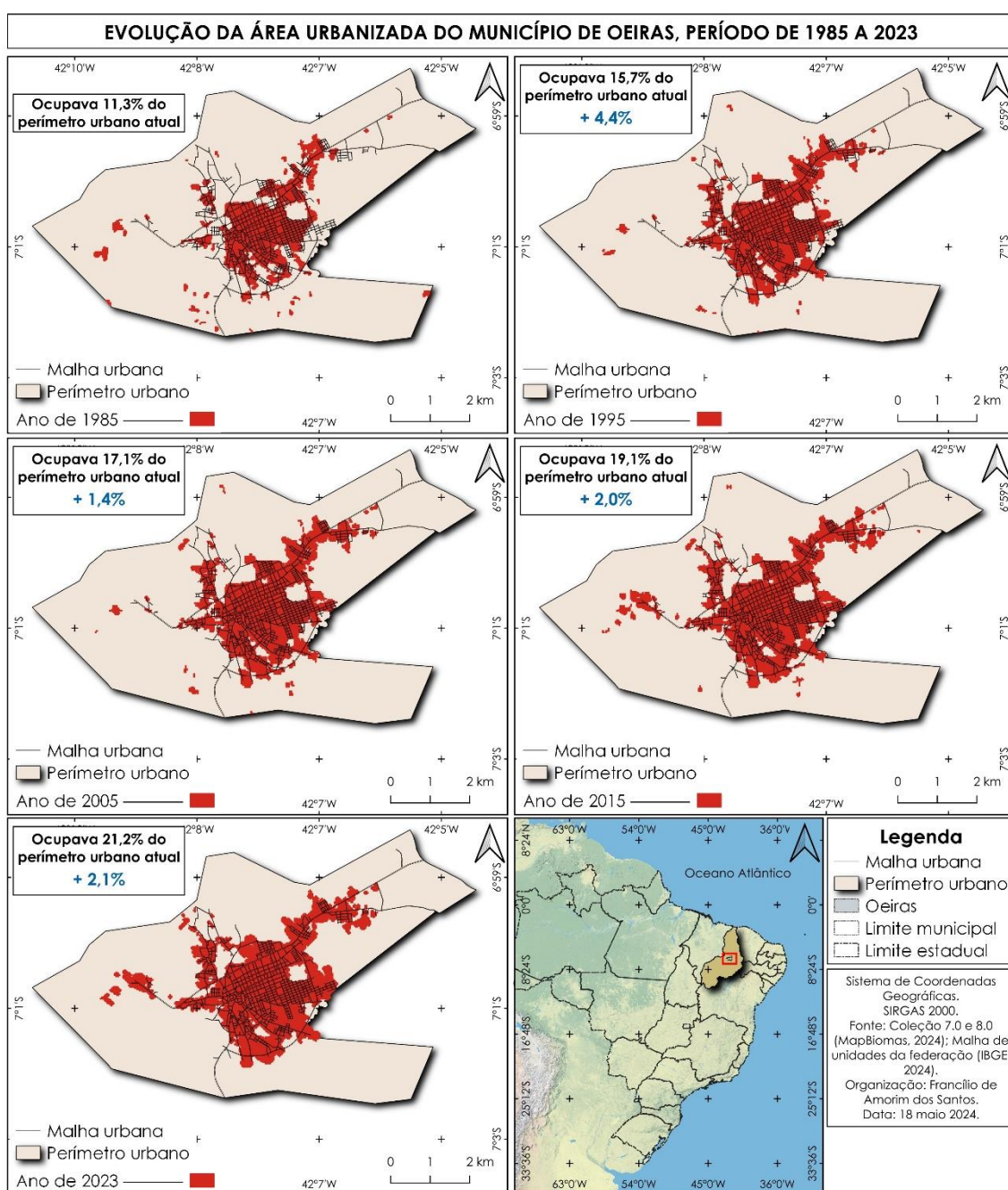
Rocha (2021) parte do questionamento de como se deu a evolução urbana de Picos (PI) para examinar a atuação dos agentes e condicionalidades que atuaram na configuração das formas espaciais da cidade em momentos históricos distintos. Nesse sentido, suas reflexões apontam que as ações públicas na implantação de infraestruturas urbanas e rodoviárias, principalmente após 1950, contribuíram significativamente na ampliação do tecido citadino, evidência do estado como agente produtor do espaço urbano. Na verdade, especialmente desde a década de 1990, teve destaque também na (re)configuração e expansão do perímetro da cidade os proprietários fundiários e promotores imobiliários. Enfim, as dinâmicas (re)produzidas em Picos ao longo de sua historicidade a tornou um dos principais centros comerciais e de serviços do Piauí, assim como um dos maiores aglomerados do estado, o que a coloca como centralizadora da dinâmica sub-regional em que está localizada, características já indicadas, cada um a seu modo, em Beserra (2016), Lima (2019) e Carvalho (2021).

Santos (2020) perscruta a realidade urbana de Floriano (PI) e suas dinâmicas incrementadas pela oferta de serviços de saúde, públicos e privados, os quais a tornam relevante centro de atração de fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações de cidades piauienses e maranhenses. Nessa investigação, conclui que desde a década de 1970, Floriano se (re)estrutura por meio da urbanização terciária com destaque para os prestadores de serviços de saúde. Com efeito, a pesquisa clarifica os agentes e processos de expansão e densificação das formas urbanas concretizadas na paisagem da cidade.

De fato, as pesquisas arroladas evidenciam as dinâmicas encerradas na produção do espaço urbano realizadas pelos promotores imobiliários, os quais, a partir das ações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física do imóvel e sua comercialização, ampliam e densificam o tecido citadino. Entretanto, pesquisas que foquem a urbanização de Oeiras, do ponto de vista geográfico, são incipientes, fato que se espera contribuir no que se segue.

O município de Oeiras possui uma área de 2.703,138 km², em que no ano de 1985 seu espaço urbano ocupava 11,3% do território, passou para 15,7% em 1995, em 2005, detinha 17,1% de área urbana, em 2015, 19,1%, e 2023, 21,2% (figura 12). Enfim, em 38 anos, a velha capital cresceu 9,9% em seu tecido urbano. Na verdade, a partir do seu núcleo central, verifica-se que o espraiamento urbano se deu com maiores intensidades nas direções leste – crescimento do bairro Rosário e arredores, e norte – acompanhando a BR Transamazônica, e de forma mais tímida para a direção Sul, sentido Floriano, e Oeste, em que se registra o adensamento do bairro Várzea.

Figura 12 – Evolução urbana de Oeiras. 1985 a 2023.



Arraes (2012) evidenciou em sua pesquisa que o crescimento urbano oeirense foi lento desde sua origem até o século XIX. Durante o século XX, diversas foram as transformações urbanas pelas quais passaram a cidade como evidencia os estudos de Vilhena (2016), Cortez (2014), Righi e Carval (2006), Rocha (2015), Santos (2015) e Pereira (2015).

Desde o início do século XXI, Oeiras tem passado por um processo de lançamento de loteamentos no seu tecido urbano, fato que tem densificado e ampliado o espraiamento da cidade. Nessa direção, com base nos dados disponibilizados pelo cartório responsável pelos registros de imóveis da cidade, de 2000 a 2017, foram lançados 58 loteamentos na cidade. Assim, é possível verificar que o maior incremento em termos de lançamentos para essa atividade foi registrado no ano de 2012, por ter sido colocado à venda lotes de terrenos dedicados à moradia alocados em 09 loteamentos, distribuídos entre os bairros: Canela, Jureminha, Várzea, Santa Rita, Rosário, Jurani, Leme e Uberaba II, que em termos de área loteada totaliza-se cerca de 40,42 ha, com lotes comercializados ao valor médio de R\$ 12.888,89. Este mesmo comportamento também se verifica nos anos de 2014, 2015 e 2017, visto que, para este período foram registrados 18 loteamentos, implantados em 60,36 ha, distribuídos entre os bairros: Rosário, Leme, Canela, Barroco, Jurani, Carcará, Várzea e Centro, com lotes de terrenos para moradia comercializados a um custo médio de cerca de R\$ 13.777,78. Por outro lado, a menor expansão foi registrada nos anos de 2002, 2005 e 2009, em que, consta em cartório de registros de imóveis da cidade o lançamento de apenas 01 loteamento em cada período, cujos espaços territoriais totalizam apenas 3,80 ha, dispostos nos bairros: Jureminha, Jurani e Leme, locais em que os lotes foram comercializados ao valor médio de R\$ 11.466,67 (Tabela 4).

Tabela 4 – Loteamentos implantados na zona urbana da cidade de Oeiras – PI. 2000 a 2017.

ANO DE LANÇAMENTO	BAIRRO	LOTEAMENTO	DIMENSÃO	VALOR MÉDIO
			m ²	R\$
2000	Rosário	Recanto do Barreiro	27.514,60	3.000,00
	Rosário	Baiano	19.302,00	4.000,00
2001	Leme	Canadá	14.835,00	3.000,00
	Leme	Jureminha	7.701,50	2.000,00
	Canela	Anel Viário	11.666,92	3.300,00
	Jureminha	Jureminha	6.936,12	4.400,00

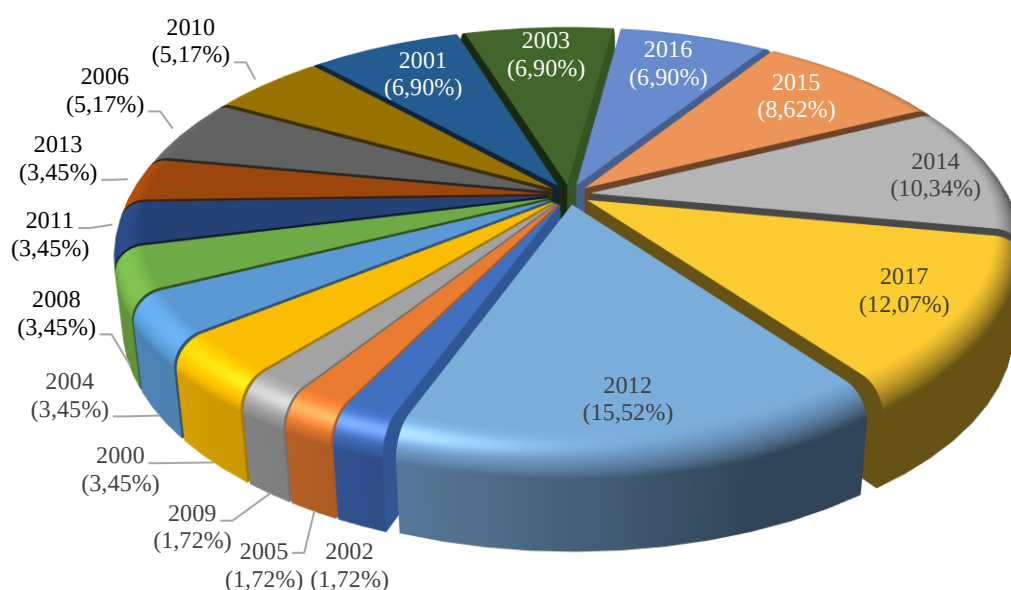
2002	Jureminha	Jureminha	6.736,50	1.400,00
2003	Leme	Leme	3.000,00	12.000,00
	Oeiras Nova	Santa Júlia	8.546,50	3.000,00
	Leme	Olho d' Água do Leme	8.075,25	10.000,00
	Uberaba	Jardim Uberaba	129.189,70	9.000,00
2004	Rodagem de Floriano	Gentil	22.957,40	9.000,00
	Várzea	O Josué	2.574,00	3.000,00
2005	Leme	Anel Viário	15.621,95	5.000,00
2006	Rosário	Nossa Senhora do Rosário	63.742,58	10.000,00
	Rosário	Parque da Bica	9.636,01	5.000,00
	Rosário	Doutor Luís Santos	18.358,27	8.000,00
2008	Várzea	Vista Alegre	36.470,00	3.000,00
	Leme	Leme	63.254,25	10.000,00
2009	Jurani	Elizabeth Sá	15.626,09	28.000,00
2010	Floriano Peixoto	Cel. Orlando Carvalho	28.216,48	10.000,00
	Leme	Jureminha	4.491,66	10.000,00
	Jureminha	Jureminha I	3.565,44	10.000,00
2011	Rodagem de Floriano	Theodolo Junior	6.006,76	22.000,00
	Rosário	Novo Rosário	2.428,82	5.000,00
2012	Canela	Amadeu Madeira Reis	30.348,38	15.000,00
	Jureminha	Emaus	8.635,60	20.000,00
	Várzea	Celeiros	2.574	3.000,00
	Santa Rita	Canção da Ema	232.227,14	8.000,00
	Rosário	Novo Rosário I	12.279,32	10.000,00
	Jurani	Dona Betinha	15.887,28	20.000,00
	Leme	Leme	40.194,71	10.000,00
	Uberaba II	Uberaba II	30.226,01	15.000,00
	Canela	Bosque dos Pássaros	31.792,25	15.000,00
2013	Barrocão	Parque Oeste	58.692,17	15.000,00
	Uberaba	Ari Meneses	139.600,56	10.000,00
2014	Rosário	Bica	15.980,41	10.000,00
	Rosário	Manoel Ferreira de Carvalho	4.321,65	12.000,00
	Leme	São José	38.321,60	10.000,00
	Canela	Dantas	14.574,21	12.000,00
	Barrocão	Barrocão	100.603,26	6.000,00
	Canela	Filadelfia	7.480,78	15.000,00
2015	Canela	Alto do Canela I	2.181,40	10.000,00
	Canela	Alto do Canela II	11.043,18	10.000,00
	Jurani	Elizabeth Sá	36.491,52	28.000,00
	Canela	Bela Vista	6.920	12.000,00
	Leme	Olho d' Água	13.967,06	15.000,00
2016	Rosário	Alto do Canela 3	21.007,13	10.000,00
	Canela	Caneleiro	3.101,31	15.000,00
	Jurani	JR	38.931,14	25.000,00
	Centro e Rodagem de Floriano	Vila do Mocha	32.830,10	30.000,00
2017	Carcará	Arlindo Carneiro	57.684,40	9.000,00
	Barrocão	Alcides Freitas	168.660,99	12.000,00
	Jurani	Elizabeth Sá II	13.806,04	28.000,00
	Centro	Cibrazem	3.942,82	25.000,00
	Canela	Dantas II	16.027	15.000,00
	Várzea	José Moreira	22.896,99	10.000,00

Carcará	Pedro Rocha	68.714,75	9.000,00
---------	-------------	-----------	----------

Fonte: Cartório do 1º Ofício de Oeiras “Anchieta C. R. Santos”, 2024.

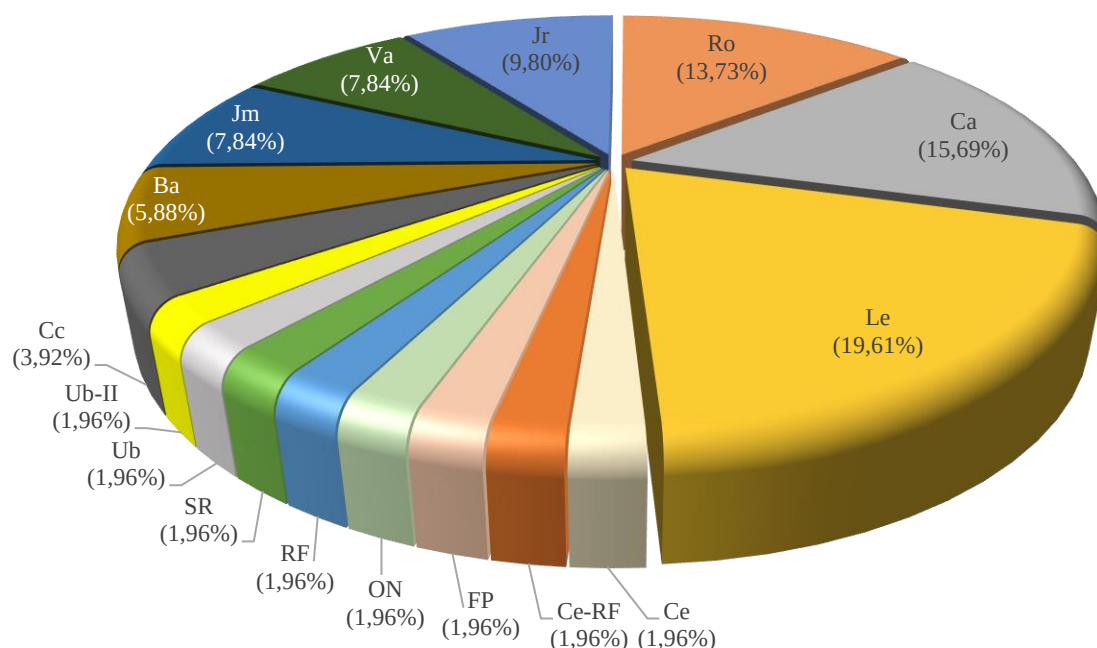
Nos ciclos e nas variações de lançamentos de novos loteamentos, conforme as tipologias informadas em seus respectivos períodos de registros, verifica-se que o maior incremento em termos de lançamentos de novas unidades imobiliárias na cidade foi registrado no ano de 2012, período em que se catalogou mais de 15% de novas áreas urbanas dedicadas ao estabelecimento de novas moradias. Já no período compreendido entre os anos de 2014, 2015 e 2017 verificaram-se as maiores variações na implantação de novos loteamentos imobiliários, em que se contabiliza 10,34%, 8,62% e 12,07%, respectivamente, e perfaz um total de 31,03% de novas unidades lançadas. Esse mesmo comportamento, porém, com variações menos expressivas, ocorreu nos anos de 2001, 2003, 2006 e 2010, para esses períodos verifica-se uma redução na implantação de novos loteamentos, partindo-se de 6,90% nos dois primeiros períodos para 5,17% nos dois últimos períodos, o que representa uma redução da ordem de 1,73% no total de novas unidades lançadas. De modo semelhante, verifica-se que as menores taxas de lançamentos de novas áreas urbanas loteadas foram registradas entre os anos 2000 e 2013, com variações da ordem de 1,73%. Neste período, é possível identificar que 3,45% dos loteamentos em foram implementados nos anos 2000, 2004, 2008, 2011 e 2013 e, apenas 1,72% dos loteamentos surgiram nos anos de 2002, 2005 e 2009 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Percentual de loteamentos implantados na zona urbana de Oeiras – PI. 2000 a 2017.



Conforme as informações contidas no gráfico 5, é possível verificar em quais locais o processo de crescimento urbano foi mais expressivo em termos de área loteada para implantação de novos empreendimentos imobiliários. Nessa direção, tem-se que a região sobre os domínios do Leme (Le), comparativamente com as outras regiões, foi o local em que o processo de crescimento urbano foi mais expressivo, concentrou cerca de 19,61% dos loteamentos registrados no período de 2000 a 2017. Em seguida tem-se as áreas ocupadas pelos Bairros Canela (Ca) e Rosário (Ro), incorporados como aqueles locais em que mais se lançaram novos lotes na cidade, visto que, de acordo com as informações coletadas, estes Bairros são responsáveis pela implantação de 15,69% e 13,73% dos empreendimentos imobiliários da cidade de Oeiras. Ademais, cerca de 9,80%, de novos loteamentos foram estabelecidos no Bairro Jurani (Jr), 7,84% desses localizam-se sobre os domínios da Várzea (Va) e Jureminha (Jm), 5,88% de novas áreas loteadas encontram-se registradas sobre a superfície ocupada pelo Bairro Barroão (Ba) e aquele perímetro caracterizado pelos domínios da localidade Carcará (Cc), com 3,92%, representa a oitava região mais loteada na cidade de Oeiras. Já sobre a esfera territorial delimitada pelos bairros Uberaba (Ub), Uberaba II (Ub-II), Santa Rita (SR), Rodagem de Floriano (RF), Oeiras Nova (ON), Floriano Peixoto (FP), Centro e Rodagem de Floriano (Ce-RF) e Centro (Ce) registram-se apenas 1,92% de lançamentos imobiliários em cada, o que configuram como espaços menos expressivo frente aos demais da cidade como parcelados para uso e ocupação do solo urbano.

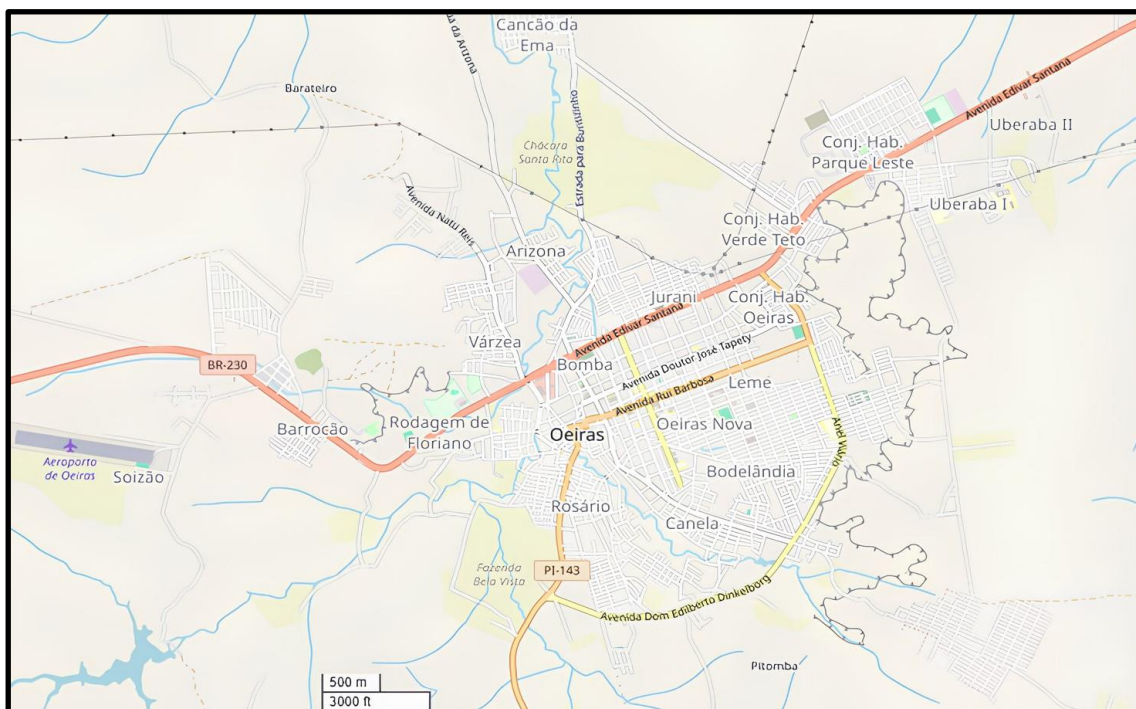
Gráfico 5 – Loteamentos implantados por Bairro da cidade de Oeiras – Pl. 2000 a 2017¹.



Como aludido, não há legislação que delimite os bairros em Oeiras, mas é possível ter uma visualização, a partir da figura 13, dos espaços popularmente nominado como os bairros da cidade.

¹ Em Oeiras não há uma legislação municipal que delimite o perímetro dos bairros, fato que impossibilitou a confecção de um mapa da divisão urbana em bairros da urbe. Entretanto, popularmente foram nominados e os que se apresentam aqui são os registrados no cartório de imóveis.

Figura 13 – Bairros popularmente nominados de Oeiras. 2024.



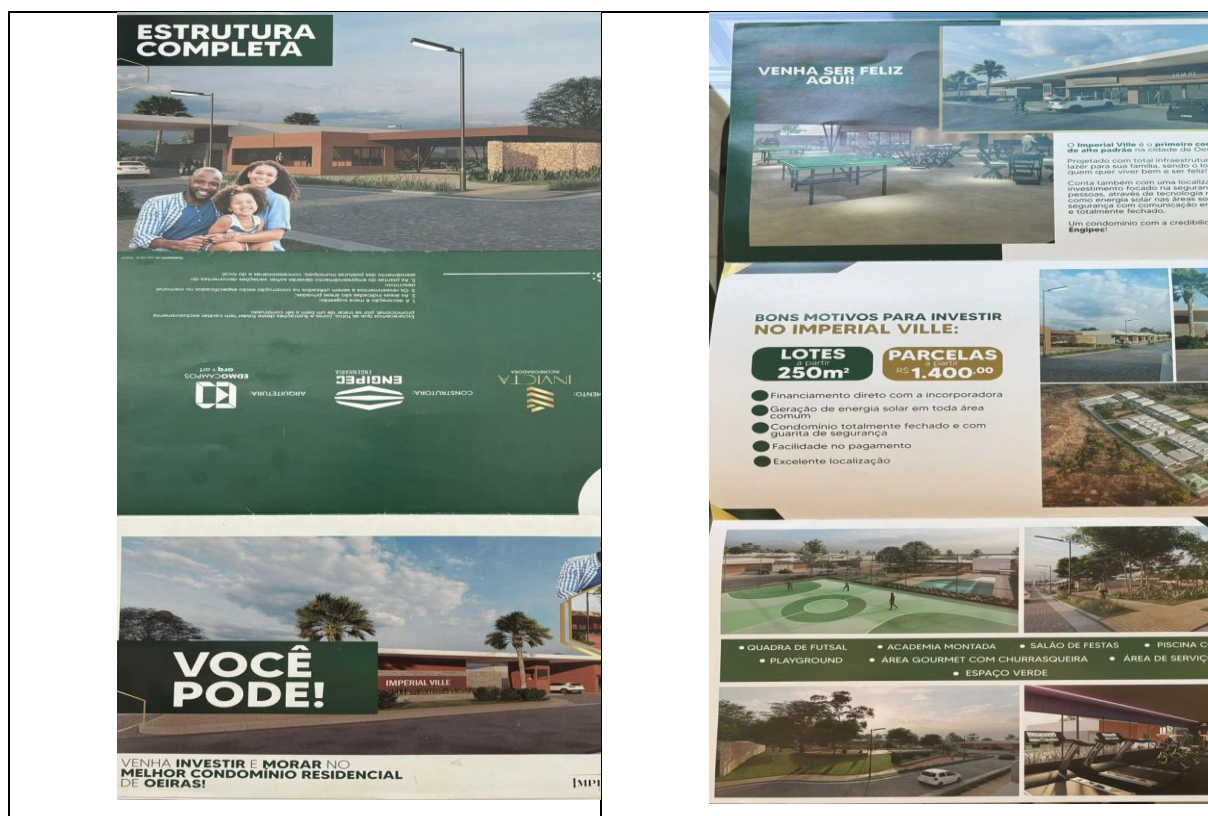
Fonte: <https://www.openstreetmap.org/#map=13/-7.0129/-42.1224>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Destaque-se que a expansão urbana oeirense, a partir dos loteamentos, tem buscado públicos distintos, social e economicamente. Nessa direção, em analogia ao que ocorre noutras cidades piauienses, já se verifica a presença de enclaves fortificados, os quais são

[...]espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto [...] (Caldeira, 1997, p. 155).

Nessa direção, colocou-se à venda, com valores de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em 2023, lotes em um condomínio horizontal fechado na cidade, localizado no bairro Parque Leste, área de expansão urbana e valorização cidadina, como apontado em Bueno (2022). Conforme a figura 14, verifica-se a que público se volta o empreendimento e os fatores aludidos para a aquisição.

Figura 14 – Lançamento de condomínio horizontal em Oeiras. 2023.



Fonte: acervo do autor, 2024.

De fato, como apontado por Caldeira (1997), as novas formas de morar e autossegregar no espaço urbano indicam viver entre pares e sem apropriação das áreas públicas urbanas, pois constroem, em seus espaços privados, os fragmentos de coletividades. Ademais, atributos como segurança, amenidades como verde e microclima, são usados como atrativos na comercialização do solo urbano.

CAPÍTULO 3

3. GEOGRAFIA ELEITORAL DE OEIRAS

No presente capítulo objetiva-se examinar a historicidade e espacialização dos votos nas eleições oeirenses. Nesse sentido, delinea três momentos temporais: o primeiro item aborda os resultados eleitorais de 1948 a 1996, o segundo, o intervalo de 2000 a 2020 e o terceiro foca as eleições de 2024.

3.1 RESULTADOS ELEITORAIS EM OEIRAS DE 1948 A 1996: UM BREVE HISTÓRICO¹

As realidades políticas na maioria dos municípios piauienses são dinamizadas por poucos grupos de pessoas em busca de cargos executivos, o que revela que famílias se revezam e se perpetuam no poder a partir de usos diversos, seja nos mecanismos econômicos, sociais ou culturais. Nesse sentido, algumas pesquisas têm procurado desnudar essa configuração para que se compreenda como esta se reproduz, com destaque para as pesquisas de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), todas da Ciência Política.

As pesquisas de Silva (1999) e Arraes Filho (2000) compreendem que a realidade socioeconômica piauiense fomentou o erguimento oligárquico ligado às atividades agropecuárias e à propriedade da terra, as quais, mesmo com os processos de industrialização e urbanização, pouco modificaram as estruturas sociais e políticas do Estado, principalmente ao longo do século XX. Nesse sentido, poucos núcleos familiares, à medida que o Brasil passou por transformações em suas configurações políticas, adaptaram-se para se manterem e se reproduzirem nos poderes locais, estaduais e nacionais. Conforme Silva (1999, p. 18), “[...] a ação do Estado converge para os interesses políticos e econômicos das redes familiares que o governaram e o governam, revezando-se no poder com poucas mudanças no corpo do grupo dirigente do Piauí até a década de 1990”.

¹ Essa reflexão foi publicada na revista Estudos Geográficos (v. 22, n. 2, 2024) sob o título de “Geografia Eleitoral de Oeiras (PI): Uma Análise dos Pleitos Eleitorais ao Longo do Século XX” com a coautoria do prof. Francisco Alysson da S. Sousa.

De fato, Silva (1999) examinou as dinâmicas da elite política do Estado do Piauí para suas manutenções e reproduções nos postos de comando de poder estaduais. Na verdade, essas estruturas familiares carregam em si elementos patrimonialísticos e de pouca vontade de transformações sociais, econômicas e políticas da realidade piauiense. Nessa direção, o argumento desenvolvido ao longo do escrito consiste em as oligarquias terem se consolidado:

as oligarquias se consolidaram na Primeira República e se reproduzem numa metamorfose onde convivem características conservadoras e modernas, preservando os atributos de uma dominação política tradicional onde o Estado é a principal fonte de poder e “*locus*” de demandas clientelísticas para a manutenção de lealdades político-eleitorais; elas vêm sofrendo mudanças e adaptando-se às transformações ocorridas no país nos últimos cinco anos e começam a perder prestígio após duas derrotas eleitorais consecutivas para o Governo do Estado (Silva, 1999, p. 39).

Em seu percurso analítico, Silva (1999) faz uso das categorias elite, elite política, sistema oligárquico, oligarquia, redes familiares, patrimonialismo político, dominação tradicional, clientelismo e instituições para desnudar a dinâmica da política piauiense ao longo do século XX. Nesse sentido, ao longo da história, os mandatários do poder no Estado metamorfosearam suas ações de manutenção nos postos de comando, em que antes figuravam os coronéis com suas bases agrárias para obterem lealdade eleitoral. Atualmente:

[...] esses limites são definidos pelo controle dos meios de comunicação na formação da opinião pública em favor dos grupos da Elite Política e dos empregos na estrutura do Estado nos níveis municipal, estadual ou federal. Apesar desses setores tradicionais assimilarem novas técnicas de dominação preservam o clientelismo e o patrimonialismo como principais formas de geração de moedas de troca eleitoral para garantir as suas lealdades políticas locais e, conseqüentemente, o mando (Silva, 1999, p. 331).

Ainda que não seja seu objeto de pesquisa, as análises de Silva (1999) indicam que a dinâmica que ocorre na política estadual se reproduz na esfera municipal e vice-versa, uma vez que se verifica “[...] eleição seguida de duas ou três gerações de políticos, passando o mandato de pai para filho, ou tio para sobrinho, irmão para irmão, em que predomina o critério da consanguinidade [...]” (Silva, 1999, p. 321). De fato:

Reproduz-se, assim, o poder municipal instalado nas diversas regiões do Estado que se consolidado em duas ou três famílias que se perpetuam nas prefeituras, revezando-se desde as décadas de 1940 e 1950. São famílias que exerceram o mando durante muito tempo de forma coronelística, com pouquíssima penetração no círculo do poder de pessoas estranhas aos laços consanguíneos. Esse domínio

começa com as conquistas das prefeituras, para depois alçar a esfera estadual, através de um mandato de deputado estadual, numa primeira instância, e de deputado federal, numa segunda (Silva, 1999, p. 323).

Arraes Filho (2000) analisou as oligarquias e elites políticas piauienses, de 1982 a 1995, que forjaram os deputados estaduais e federais nesse período. Nessa direção, a Geografia Política do Estado, a partir dos representantes na Assembleia Legislativa e Câmara Federal, divide-se em componentes da região sul piauiense, as oligarquias da região central, e as do norte do Estado. O autor parte do argumento de que as realidades socioeconômicas das diferentes regiões do Piauí promovem a composição e recrutamento do parlamento de forma oligárquica, uma vez, que quanto mais pobres e isolados forem os municípios, maiores serão as tendências de permanência do poder e padrões políticos tradicionais, pautados na alocação e na inversão de recursos financeiros nos respectivos espaços conforme a adesão a um determinado deputado.

Nesse cenário oligárquico, ilustra-se que Oeiras, região Central piauiense, desponta com duas famílias, os Tapety, ligados ao PMDB, e os Sá (Arraes Filho, 2000). Na verdade, os comandos dessas famílias se centram na tradição e nos patrimônios pecuniários e de terras, os que as tornam centro de gravitação de uma população carente socioeconomicamente. Com efeito, de acordo com Arraes Filho (p. 58, 2000):

[...] no interior dessas oligarquias dominantes, os laços internos muitas vezes são mais fortes que os partidos, e o exercício político aparece como um fim em si mesmo. A cada eleição exercem grande atividade no apoio ou mesmo entrando na disputa com filhos, sobrinhos, parentes, afilhados e compadres, pondo em jogo sua afirmação, o poder, a autoestima e a sobrevivência política familiar, geralmente saindo-se vitoriosas e robustecidas em seus patrimônios político e econômico.

Moura (2019) discutiu o familismo político na Assembleia Legislativa do Piauí, período de 1986 a 2014, e suas formas de manutenção e reprodução da herança política, as quais se baseiam no uso dos capitais político, econômico, social e simbólico. Na verdade, a reprodução de familiares nos espaços de gestão se evidenciam:

[...] nas práticas políticas regionais e locais que ainda trazem em seu bojo o uso de determinados capitais que, conjugados, possibilitam a manutenção e reprodução dos grupos familiares nas diversas estruturas formais de poder no seio do Estado. Tais capitais correspondem a: Capital Social – que repousa na rede de contatos e

relacionamentos construídos pelo grupo familiar ao longo das décadas e que perpassam a esfera do campo político; Capital Político – que corresponde especificamente ao capital político delegado, que propicia acesso às estruturas formais de comando nas esferas das instituições políticas (partido) e dos executivos municipal e estadual; Capital Econômico – que se assenta exclusivamente na capacidade de captação e posse de recursos econômicos dos troncos político-familiares; Capital Simbólico – que envolve o processo de aglutinação concomitante composto pela socialização política, pela libido social, pelo *habitus* e pelo capital cultural. A soma dos capitais conjugados propicia aos grupos familiares a apreensão patrimonial do espaço do poder político (Moura, 2019, p. 20).

Moura (2019) evidencia, por exemplo, que o tronco familiar Tapety está há cinquenta e seis anos na legislatura estadual, na qual Juarez Tapety deixa como herdeiro Mauro Expedito Reis de Freitas Tapety; enfatize-se que ambos têm passado pelos partidos PDS, PFL e PMDB. De fato, as duas famílias que dominam a cena política oeirense buscaram, ao longo dos anos, fincar seus membros tanto nos cargos de gestão do Executivo municipal, quanto no Legislativo estadual e federal.

Na verdade, as reflexões de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), mesmo que seus objetos sejam o território estadual, iluminam muitas realidades políticas locais e suas dinâmicas nos momentos pré, durante e pós-eleitoral. Em Oeiras, os dois grupos políticos têm protagonizado disputas eleitorais há mais de meio século, em que nos momentos que outros de fora se colocam como uma via distinta, suas votações são pouco expressivas. Enfim, como afirma Moura (2019, p. 110):

[...]a política é uma atividade elitista; não se acessa com êxito nesta arena sem dispor de certos capitais ou recursos estratégicos de poder, como também não se mantém os espaços conquistados sem o contínuo dispêndio de tais recursos. Levando também em consideração que o acesso aos capitais é extremamente desigual [...].

Ao longo da história de Oeiras no século XX, dois grupos políticos – desde a década de 1980 denominados Boca Preta e Tupamaro, se alternaram na gestão municipal. Nesse sentido, expõe um interlocutor que

Meu avô, Orlando Barbosa de Carvalho, pai da minha mãe, Elisabeth de Carvalho Sá, ele era natural de Amarante e quando foi no ano de 1905 ele chegou aqui por Oeiras e a gente tem notícia que a partir de 1908 por conseguinte, há mais de 100 anos é ele vem metido aqui com a política aqui de Oeiras. Ele, Orlando Barbosa de Carvalho, chegou a ser Prefeito de Oeiras naquela época da Ditadura de Getúlio Vargas, foi um Prefeito diferente e há obras que realçam ainda hoje a sua presença aqui no cenário de Oeiras. Então, depois um outro avô, o avô que criou, o irmão do Orlando, João Ribeiro de Carvalho, que criou a minha mãe, Elisabeth, o pai dela de criação e

nosso avô, também participou da política junto com o irmão tendo sido Deputado Estadual por duas vezes da mesma forma que o meu avô Orlando foi também Deputado Estadual por uma vez. Depois, veio um filho do Orlando, meu tio, irmão da minha mãe, que foi Deputado Estadual por três vezes, Luiz Valmor Barbosa de Carvalho aí nós vamos avançando mais ou menos em 1966 é foi eleito Prefeito de Oeiras, um tio, assim, um promotor público, chamado João da Mata Barbosa Nunes, que era casado com a professora Júlia de Carvalho Nunes que era irmã da minha mãe, tá certo? [...]

Historicamente, após o fim da ditadura de Vargas, 29 de outubro de 1945, as eleições para prefeito em Oeiras começaram a ser disputadas por famílias que tinham diferentes interesses ao acessar a gestão municipal. De todo modo, os postulantes ao cargo executivo municipal eram figuras destacáveis na sociedade oeirense, seja pelas profissões exercidas, seja por seus poderes econômicos.

Nesse cenário, foram fundados, nacionalmente e se reproduziram nas realidades estaduais e municipais os partidos União Democrática Nacional (UDN), oposição ao Estado Novo getulista; o Partido Social Democrático (PSD), formado por apoiadores de Getúlio Vargas; e criou-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também ligado a Getúlio (Silva, 1999). Em Oeiras, somente os dois primeiros tiveram representantes nos pleitos municipais.

Em 1947, José da Rocha Furtado, da UDN, ganha as eleições estaduais no Piauí, grupo opositor ao então presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, do PSD (SILVA, 1999). Em Oeiras, os dois grupos iniciam sua primeira disputa em 1948, para um mandato de dois anos, em que se enfrentaram Augusto Rocha Neto², PSD, contra Artaxerxes Martins de Sá³, UDN, em que o primeiro saiu vitorioso. Com efeito, houve ali um Executivo municipal, em tese, alinhado ao governo federal e opositor ao estadual.

Essa situação se modificou em 1950, momento em que foi eleito para governo estadual Pedro de Almendra Freitas, pelo PSD, uma vez que, nesse ano, elegeu-se, em Oeiras, Laurentino Pereira Neto,⁴ do grupo *Tupamaro*, ao vencer Luiz Rêgo de Carvalho⁵, do grupo *Boca Preta*, pertencente ao Partido da União Democrática Nacional - UDN.

² Filho de Adelino da Silva Rocha e Nantilde Maria Freire de Sepúlveda (Araújo, 2024).

³ Filho de Raimundo Nogueira de Sá e Tereza de Jesus Martins (Araújo, 2024).

⁴ Filho de Pedro Laurentino Pereira de Sousa e Ângela Reis de Sousa (Araújo, 2024).

⁵ Filho de José de Lima e Silva Carvalho e Leonissa Teixeira Rego (Araújo, 2024).

Em 1954, Jacob Manoel Gayoso e Almendra foi eleito governador pelo PSD (SILVA, 1999). Em Oeiras, manteve-se o alinhamento ao governo estadual, já que Mário de Alencar Freitas⁶, PSD, vence João Ribeiro de Carvalho⁷, da UDN, com maioria expressiva: 5.720 para o vencedor e 2.436 votos para o derrotado, diferença de 3.284 votos.

Em 1958, conforme Silva (1999), a oposição chega ao poder, pela primeira vez no governo estadual, com Francisco da Chagas Caldas Rodrigues, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, coligado com a UDN, vence José Gayoso de Almendra Freitas Castelo Branco, do PSD. Na primeira capital do Piauí, mantém-se a mesma toada, uma vez que Adelino de Sá Rocha⁸, PSD, obteve 3.667 votos, e venceu João Batista Barbosa de Deus⁹, UDN, o qual foi votado por 2.432 oeirenses. Mais uma vez, o Executivo municipal se oporia o estadual num mandato eleitoral.

No âmbito estadual, em 1962, Chagas Rodrigues tornou-se o primeiro governador a renunciar ao mandato para se candidatar à Câmara Federal, em que se saiu vitorioso como deputado, e assume o seu vice Tibério Nunes (UDN). Nesse cenário, dados os conflitos composicionais das chapas, quebrou-se a unidade do PTB com a UDN, o que fez com que essa se unisse a seu opositor histórico o PSD. O resultado é a vitória eleitoral de Petrônio Portela Nunes, do PSD, contra Constantino Pereira de Sousa, do PDT (Silva, 1999).

Em Oeiras, as disputas continuaram centradas nos dois partidos. Assim, em 1962, Juarez Piauiense de Freitas Tapety¹⁰, PSD, sai vitorioso na disputa com José Expedito de Carvalho Rêgo¹¹, UDN. Essa cronologia assim se delineou nas disputas de 1948 a 1962 (Quadro 4).

⁶ Filho de Antônio de Alencar Freitas e Amélia Dias de Freitas (Araújo, 2024).

⁷ Filho de Raimundo Barbosa de Carvalho e Júlia Maria Gonçalves (Araújo, 2024).

⁸ Filho de Augusto Rocha Neto, prefeito eleito em 1948, e Antônia Martins de Sá (Araújo, 2024).

⁹ Era irmão do Padre Balduino Barbosa de Deus e filho de Lourenço Barbosa Castelo Branco e Enedina Barbosa de Deus (Araújo, 2024).

¹⁰ Filho de José Nogueira Tapety e Maria Salomé de Alencar Freitas (Araújo, 2024).

¹¹ Filho de Assuero César Rêgo e Carmen de Carvalho Reis (Araújo, 2024).

Quadro 4 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras de 1948 a 1962*

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo**
1948	1º	Augusto Rocha Neto	PSD		Tupamaro
	2º	Artaxerxes Martins de Sá	UDN		Boca Preta
1950	1º	Laurentino Pereira Neto	PSD		Tupamaro
	2º	Luiz Rêgo de Carvalho	UDN		Boca Preta
1954	1º	Mario de Alencar Freitas	PSD	5.720	Tupamaro
	2º	João Ribeiro de Carvalho	UDN	2.436	Boca Preta
1958	1º	Adelino de Sá Rocha	PSD	3.667	Tupamaro
	2º	João Batista Barbosa de Deus	UDN	2.432	Boca Preta
1962	1º	Juarez Piauiense de F. Tapety	PSD		Tupamaro
	2º	José Expedito de Carvalho Rego	UDN		Boca Preta

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024 (adaptado).

* Com relação aos anos que não constam os votos, isso ocorre em função da inexistência na fonte buscada, o Tribunal Superior Eleitoral.

** Denominação de grupo dado pelo autor, uma vez que tais nomeações são mais recentes.

De fato, em quatorze anos de disputas eleitorais em Oeiras, 1948 a 1962, essas se deram com poucas famílias, nas quais saíram vitoriosos os agremiados ao PSD, partido ligado aos getulistas. E esse partido foi consolidando seu poder na cidade, pautado nas relações familistas e patrimonialistas, em analogia aos estudos de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), para a realidade estadual piauiense. Na verdade, a realidade municipal não diferiu tanto do que ocorreu em escala estadual, uma vez que:

[...] no período de redemocratização e do pluripartidarismo a alternância real de poder entre os três principais partidos (UDN, PSD e PTB), possibilitando a emergência de novos sujeitos políticos, como foi o caso de Chagas Rodrigues, até então desconhecido no âmbito estadual, embora já fosse deputado federal de dois mandatos, pois sua área de atuação e colégios eleitorais eram restritos ao litoral do Piauí. [...] durante o período da reconstitucionalização do país até o advento do Golpe Militar de 1964, as famílias Almendra Freitas e Portella Nunes em cinco legislaturas, conseguiram colocar cinco representantes, envolvendo três Governadores e um Vice-Governador (Silva, 1999, p. 211).

Em 1964, houve um golpe militar que modificou o sistema eleitoral nacional e estadual, com a instituição das eleições indiretas ou indicações militares para os postos de governadores estaduais. Entretanto, na maioria das realidades municipais, os pleitos se mantiveram, mas permaneceram no ritmo dos momentos anteriores. No caso do Piauí, Silva (1999, p. 219) destaca:

Os momentos pré Golpe Militar de 1964 e os desdobramentos do referido movimento são férteis em fatos que colocam em evidência o

papel das lideranças na cena política, movimentando-se no sentido de garantir seus interesses ou de seu grupo. No âmbito do Estado do Piauí, vai avultar a figura de Petrônio Portela Nunes que, na condição de Governador, manifesta-se contra o Golpe de 31 de março de 1964, através de um manifesto em favor da legalidade constitucional, amplamente divulgado em 1º de abril. No entanto, por motivos ainda não bem explicitados, 24 horas depois, adere ao movimento golpista. Sabe-se que essa postura evitou sua cassação, após muitas discussões com seu grupo político e líderes civis “revolucionários” que o apoiava no Estado.

Com o pós-golpe de 1964, extinguíram-se os velhos partidos UDN, PSD, PTB e outros menores para serem criados, a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, por exemplo, o ARENA, ligado aos militares, e o MDB como uma ala opositora (Silva, 1999), o qual ficou popularmente conhecido como ARENA 2. No Piauí, o partido liderado por Petrônio Portela, ARENA 1, indicou os governadores de 1966 a 1978, em que essa figura política escolheu os gestores do cargo executivo estadual com base na vinculação familiar. Assim se delinearam os citados gestores: 1966 – Helvídio Nunes de Barros, 1970 – Alberto Tavares Silva (única exceção, pois foi imposto pelos militares à revelia de Petrônio Portela), 1974 – Dirceu Mendes Arcoverde e 1978 - Lucídio Portela Nunes (Silva, 1999).

Em Oeiras, em 1966, primeira eleição municipal pós-golpe militar, João da Mata Barbosa Nunes¹², o qual foi vice-governador na chapa vencedora com Francisco da Chagas Caldas Rodrigues, em 1958, se colocou como candidato. Com a renúncia do governador em 1962, Tibério assume o Executivo estadual. Nesse sentido, indicou-se João da Mata pelo partido ARENA 1, ligado ao grupo *Boca Preta*, o qual venceu Severo Clementino de Sousa Santos¹³, ARENA 2, ligado ao grupo *Tupamaro*. Foi a primeira vez, desde 1948, que os familiares do grupo *Boca Preta* chegaram ao poder.

Contudo, em 1970, Juarez Piauiense de Freitas Tapety, ARENA 2, vence Antônio Barroso de Carvalho do ARENA 1, para um mandato de dois anos e retoma o poder para o grupo *Tupamaro*. Nesse pleito, Tapety obteve 4.445 votos ante os 3.499 de seu adversário, uma diferença de 946 votos. Em 1972, Pedro Mendes Freitas¹⁴ transita para o ARENA 1 e vence João da Mata Barbosa Nunes, do ARENA 2, que já havia sido prefeito em 1966. Essa eleição foi bastante acirrada, uma vez que o

¹² Filho de Benedito Estelita de Moura Nunes e Maria Benedita de Moura Barbosa, e irmão de Tibério Barbosa Nunes (Araújo, 2024).

¹³ Filho de Joaquim Ulisses de Sousa Santos e Maria Clementino de Sousa Santos (Araújo, 2024).

¹⁴ Filho de Mário de Alencar Freitas e Conceição de Maria Mendes Freitas (Araújo, 2024).

vencedor foi votado por 4.199 eleitores, enquanto o adversário obteve 4.173 votos, uma diferença de 26 votos.

Em 1976, João da Mata Barbosa Nunes, do ARENA 2, coloca, mais uma vez, seu nome à disposição do eleitorado oeirense, em disputa com Pedro Waldemar de R. Freitas¹⁵, ARENA 1. Pedro Freitas venceu ao obter 7.036 votos, enquanto João da Mata foi votado por 6.526 eleitores, 510 votos de diferença.

As duas eleições, 1972 e 1976, revelaram que o poder obtido pelos *Boca Preta*, em 1966, com a eleição de João da Mata, propiciou uma fidelização eleitoral significativa, haja vista que a diferença em 1972 foi de 26 votos (compareceram às urnas 8.372 oeirenses), e, em 1976, a diferença foi de 510 votos, mesmo com um aumento substancial de votantes, 13.562 eleitores, 5.190 ou 62% do eleitorado a mais que em 1972. Observe-se a sequência dessa cronologia (Quadro 5).

Quadro 5 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras (1966 a 1976*)

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo
1966	1º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 1		Boca Preta
	2º	Severo C. de Sousa Santos	ARENA 2		Tupamaro
1970	1º	Juarez Piauyense de F. Tapety	ARENA 2	4.445	Tupamaro
	2º	Antônio Barroso de Carvalho	ARENA 1	3.499	Boca Preta
1972	1º	Pedro Mendes Freitas	ARENA 1	4.199	Tupamaro
	2º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 2	4.173	Boca Preta
1976	1º	Pedro Waldemar de R. Freitas	ARENA 1	7.036	Tupamaro
	2º	João da Mata Barbosa Nunes	ARENA 2	6.526	Boca Preta

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2024 (adaptado).

* Com relação aos anos que não constam os votos, isso ocorre em função da inexistência na fonte buscada, o Tribunal Superior Eleitoral.

No final dos anos de 1980, têm início as dinâmicas do processo de redemocratização do País. Nesse contexto, os partidos ARENA 1 e MDB (ARENA 2) foram extintos e [res]surgiram outros. A partir de 1982, houve eleições diretas para governadores. Dentre os partidos surgidos, destaca-se, no Piauí, o Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB) e Partido dos Trabalhadores (PT). Na eleição estadual de 1982, os Almendra Freitas voltaram ao poder com a eleição de Hugo Napoleão do Rêgo Neto

¹⁵ Filho de Alcides de Alencar Freitas e Maria Reis Freitas (Araújo, 2024).

pelo PDS, ao vencer Alberto Silva, do PMDB, que já havia sido governador indicado pelos militares em 1970 (Silva, 1999).

Na esfera oeirense, em 1982, Benedito de Carvalho Sá¹⁶ (popularmente conhecido como B. Sá), PMDB, vence Pedro Mendes Freitas, do PDS, o que configurou oposição ao governo estadual. Nessa eleição, evidenciou-se o crescimento eleitoral do grupo *Boca Preta*, uma vez que o seu candidato obteve 7.422 votos frente aos 5.767 de Pedro Freitas, que havia ganhado em 1972 por maioria apertada. Nesse ano, compareceram às urnas 13.189 eleitores, em que B. Sá a conquistou com uma vantagem de 1.655 votos.

Em 1986, foi eleito como governador Alberto Tavares Silva, pelo PMDB, o que tornou o grupo *Boca Preta* governista. Assim, em 1988, Marco Antônio Nunes de Carvalho¹⁷, PMDB, indicado por B. Sá, dos *Boca Preta*, vence Benedito de Carvalho Nunes¹⁸, PDS, do grupo *Tupamaro*. Nessa eleição, Raimundo Nonato Pereira de Sousa, do PT, se propôs, como candidato, a enfrentar os dois grupos dominantes. Contudo, sua votação foi frágil frente às demais, uma vez que só conseguiu 270 votos. Marco Antônio obteve 11.301 votos e Benedito Nunes obteve 7.583, o que deu uma maioria expressiva ao vitorioso, 3.718 votos em relação ao segundo colocado.

O processo sucessório de governo estadual, em 1990, teve conflitos sobre quem seria indicado, o que fez com que rachasse o grupo apoiador de Alberto Silva, do PMDB, dentre eles os partidários oeirenses, os quais migraram para o Partido da Frente Liberal (PFL), partido que havia feito a maioria das prefeituras, em 1988, tinha como indicado e saiu-se vencedor Antônio de Almendra Freitas Neto (Silva, 1999).

Nesse sentido, em 1992, cinco candidatos pleitearam o cargo de prefeito: Walburg Ribeiro G. Filho¹⁹, PFL, apoiado por B. Sá; Juarez Piauiense de Freitas Tapety, do Partido Liberal (PL); Raimundo Nogueira de Sá Filho,²⁰ PSC; Valdália Reis de Freitas Tapety²¹, PMDB; e Wilson da Silva Chagas, pelo PT.

Nesse pleito, o líder B. Sá preferiu apoiar Walburg ao invés do irmão, Raimundo Sá (popularmente conhecido como Din Sá). As votações assim se configuraram: Walburg, 8.783 votos, Juarez Tapety (líder maior do grupo *Tupamaro*), 5.801 votos,

¹⁶ Filho de Raimundo Nogueira Sá e Elisabeth de Carvalho Sá (Araújo, 2024).

¹⁷ Filho de Antônio Santana Ferreira de Carvalho e Alina Rosa Ferraz de Moura Nunes (Araújo, 2024).

¹⁸ Filho de João da Mata Barbosa Nunes, ex-prefeito, e Júlia Carvalho Nunes (Araújo, 2024).

¹⁹ Filho de Walburg Ribeiro Gonçalves e Ana do Espírito Santo de Carvalho (Araújo, 2024).

²⁰ Irmão de B. Sá (Araújo, 2024).

²¹ Filha de Waldemar de Alencar Freitas e Amália Reis Freitas, casada com Juarez de Freitas Tapety Júnior, cunhada, portanto, do candidato Juarez Tapety.

Raimundo Sá, 895 votos, Valdália, 787 votos e Wilson, 325 votos. O grupo *Boca Preta* ganhou com diferença de 2.982 votos em relação ao candidato do grupo *Tupamaro*.

Em 1994, na disputa para governo do Estado o PFL indicou Átila Freitas Lira, o qual terá como opositor Francisco de Assis Moraes Sousa (“Mão Santa”) que sai vencedor. Essa mudança de poder estadual será um ingrediente a mais na eleição oeirense, uma vez que o grupo *Boca Preta* se dividiu, pois tiveram dois candidatos do grupo, Din Sá e Marcos Antônio.

Nesse novo contexto, em 1996, quatro candidatos disputaram a Prefeitura de Oeiras: José Nogueira Tapety Neto²², PMDB, ganhou com diferença de 130 votos sobre o segundo colocado, por ter tido 5.981 votos; Raimundo Nogueira de Sá Filho obteve 5.851 votos. Marcos Antônio Nunes de Carvalho (que havia sido eleito prefeito em 1988) obteve uma votação expressiva, 4.285 votos; por sua vez, Advaldo, candidato pelo PDT, obteve 286 votos. Nesse cenário, os dois candidatos pertencentes ao grupo *Boca Preta* tiveram 10.136 votos, o que daria uma vitória com maioria de 4.155 votos em relação ao candidato do grupo *Tupamaro*, caso tivessem se mantido unidos. Essa historicidade encontra-se registrada no Quadro 6.

Quadro 6 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras (1982 a 1996)

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Grupo
1982	1º	Benedito de Carvalho Sá	PMDB	7.422	Boca Preta
	2º	Pedro Mendes Freitas	PDS	5.767	Tupamaro
1988	1º	Marco Antônio N. de Carvalho	PMDB	11.301	Boca Preta
	2º	Benedito de Carvalho Nunes	PDS	7.583	Tupamaro
	3º	Raimundo Nonato P. de Sousa	PT	270	Sem grupo
1992	1º	Walburg Ribeiro G. Filho	PFL	8.783	Boca Preta
	2º	Juarez Piauyense de F. Tapety	PL	5.801	Tupamaro
	3º	Raimundo Nogueira de Sá Filho	PSC	895	Sem grupo
	4º	Valdália Reis de Freitas Tapety	PMDB	787	Sem grupo
	5º	Wilson da Silva Chagas	PT	325	Sem grupo
1996	1º	José Nogueira Tapety Neto	PMDB	5.981	Tupamaro
	2º	Raimundo Nogueira de Sá Filho	PSDB	5.851	Boca Preta
	3º	Marcos Antônio N. de Carvalho	PPS	4.285	Sem grupo
	4º	Advaldo de Freitas Sousa	PTB	286	Sem grupo

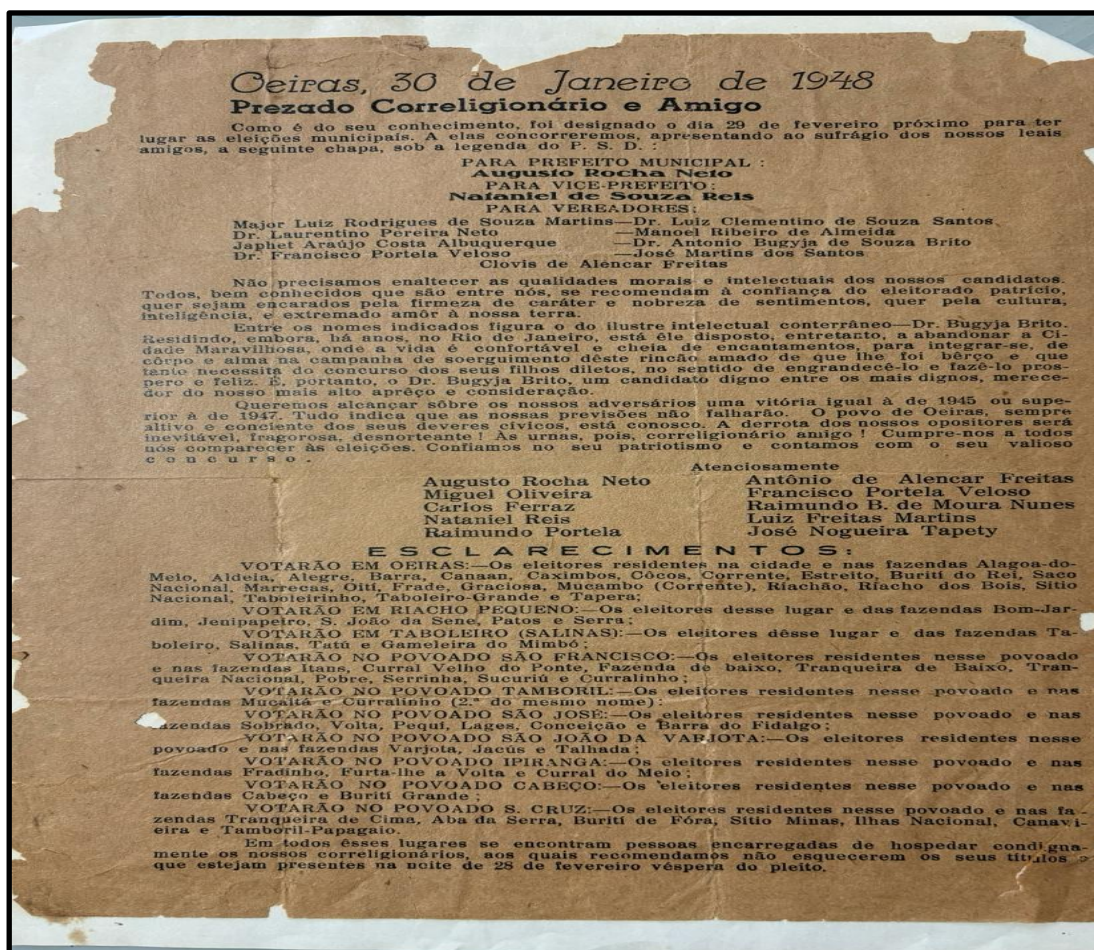
Fonte: TSE, 2024 (adaptado).

²² Filho de Juarez Piauiense de Freitas Tapety.

A historicidade exposta, registrada pelo TSE (2024), evidencia que o grupo *Tupamaro*, durante o século XX, administrou a cidade de Oeiras nos intervalos de 1948 a 1966, depois de 1970 a 1982, em seguida, de 1996 a 2000, trinta e quatro anos, portanto. Já os gestores *Boca Preta* administraram Oeiras por dezoito anos, de 1966 a 1970, depois de 1982 a 1996.

A constituição dos embates políticos dos dois grupos que se consolidariam mais tarde se inicia na Eleição de 1948. À época, a forma escrita era a maneira que se dispunha para expor as candidaturas e os componentes das chapas em um primeiro momento. Nessa direção, a chapa de Rocha Neto assim se apresentava (Figura 15).

Figura 15 – Apresentação da chapa de Rocha Neto para o executivo de Oeiras. 1948.

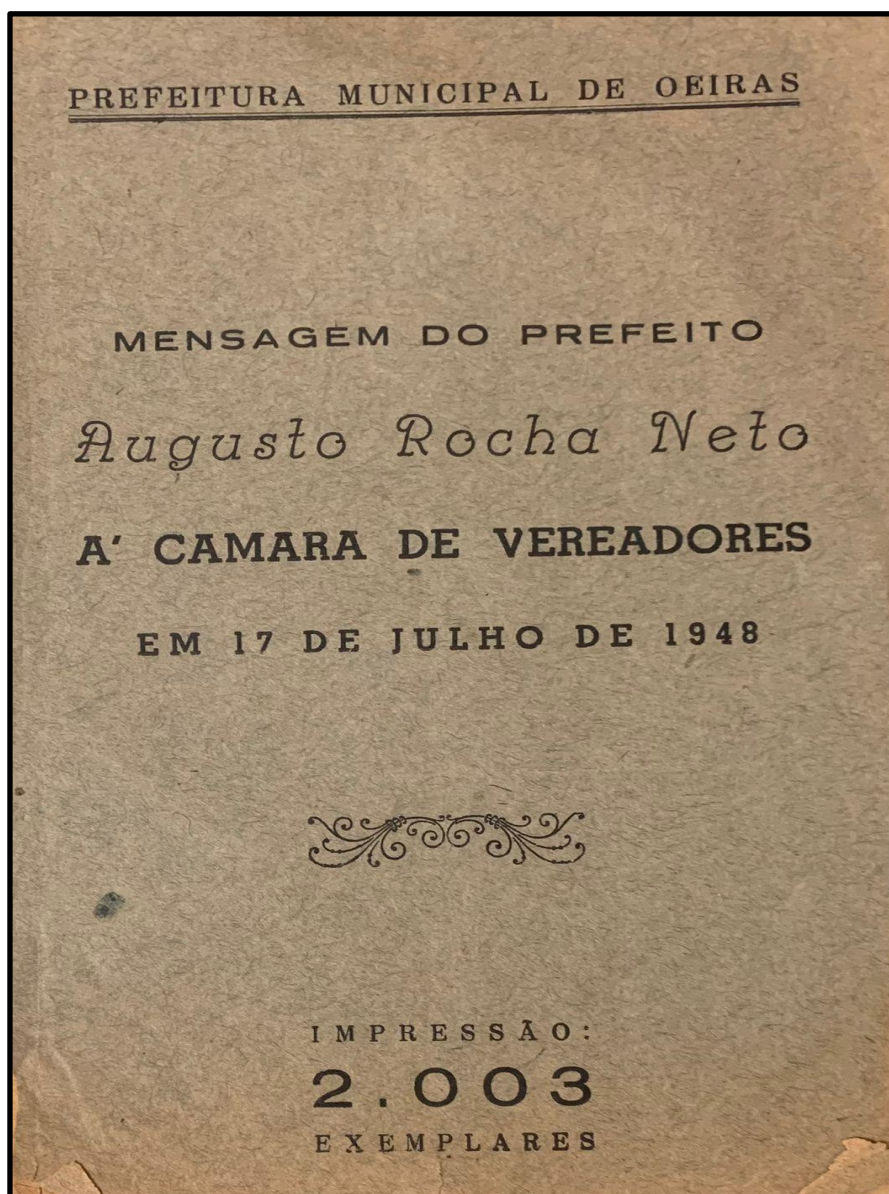


Fonte: Rocha Neto et al., 1948.

Com essa configuração, ainda que em alguns momentos as famílias tenham feito acordos, as disputas mantiveram a rivalidade e eram alimentadas pelos líderes,

como a carta de mensagem, de 1948, à Câmara Municipal, enviada por Augusto Rocha Neto em que se imprime a quantidade de cópias equivalente a maioria desse no pleito (Figura 16).

Figura 16 – Mensagem do prefeito Augusto Rocha Neto à Câmara de vereadores. 1948.



Fonte: Rocha Neto, 1948.

Em 1962, após a vitória de Juarez Tapety sobre José Expedito Rêgo, um escrito anônimo circulou na cidade com análises (treze considerações) acerca da vitória e as comemorações dos vencedores. O escrito externa que o partido vencedor se chama Partido do Seu Mário (P.S.M), alusão a Mário Freitas que havia sido eleito prefeito em 1954. Enaltece-se o candidato perdedor em função da parca minoria de votos obtida

do eleito, apesar, como diz a autoria do texto, do uso intenso dos recursos financeiros da Prefeitura. Ademais, ao final do texto, colocam-se reflexões de pessoas conhecidas sobre a pessoa de Juarez Tapety e chama a atenção para “grande prêmio para quem descobrir onde estão os dois milhões de cruzeiros que o Dep. Laurentino trouxe para o ex-futuro hospital de Oeiras”, fatos que continuariam a solidificar as disputas eleitorais em Oeiras (Figura 17).

Figura 17 – Relato após perda da eleição de 1962.

Notícias que valem MANCHETE:

1) — O “P. S. M.” (Partido de Seu Mário) perdeu, neste pleito, nada menos de 1.112 votos, pois a vitória de Adelino foi de 1.284 votos, e a GRANDE VITÓRIA de Juarez foi apenas de 172 de maioria! Quanta diferença! E é porque Seu Mário limpou e raspou todo o dinheirão que a pobre Prefeitura tem, teve e terá, para comprar votos!...

Para as pessoas sensatas, e inteligentes essa diferença tão monstruosa de votação significa uma monstruosa derrota... Só para os burros e imbecis significa “VITÓRIA”...

2) — Na comemoração dessa “vitória” em que o P. S. M. perdeu 1.112 votos houve uma “Grande” passeata composta de moleques, foguetes e a sanfona de um bêbado, porque os músicos se negaram a comparecer. Parabens! Os únicos HOMENS de responsabilidade que havia eram D. CONCEIÇÃO FREITAS e VICENTE QUEIROZ.

3) — ALCIDES FREITAS, honrado cidadão, soltou um foguete de assovio debaixo do jeep do Sr. Tibério Siqueira. Quem se emporcalhou dos dois?

4) — CONCEIÇÃO DE MARIA MENDES FREITAS, vulgo TAOZINHA, aproveitando a hora em que os homens não estavam, soltou um outro igualzinho dentro da residência do Sr. Lourenço Barbosa. Como se chama quem pratica desses atos? Qual é o feminino de moleque?

Mas é isso mesmo: cada um só dá o que tem. E quem não aprende em casa, a rua ensina...

5) — Por que não cor pareceram à passeata os que não votaram em José Expedito? Certamente com vergonha do que fizeram.

6) — CHICO PORTELA foi pegado soltando foguete à Meia-noite na porta do Pe. Balduino. Que canalhice e que covardia!

7 - Declarações do Deputado Barroso: “Esse Zé Luiz, que andava como um entulho (!) com a gente, sem pagar transporte e sem fazer despesa, ainda estava por aqui furando minhas chapas...”

8 - Do Filósofo, orador e poeta Costa Machado: “- Juarez na Prefeitura significa QUATRO ANOS DE SECA em todo o município de Oeiras...”

9 - Do venerável Sr. Elizeu Barroso: “- Eu quero que esta mão caia se pegar numa caneta para votar em Juarez...”

10 - Do Farmacêutico Raimundo Barroso: “- Eu ia votar em branco, Zé Expedito, porque não fô o Juarez, mas você sendo o candidato, votarei em você...”

11 - Do Sr. André Holanda: “Quero ser o maior Cretino se votar em Juarez”.

12 - Do Dr. José Luiz (Quando visitou José Expedito ontem à noite): “- Sua “derrota” foi uma Vitória e a “vitória” de Juarez foi uma Derrota”.

13 - Grande Prêmio para quem descobrir onde estão os DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS que o Dep. Laurentino trouxe para o ex-futuro hospital de Oeiras.

Aguardem outras notícias

Oeiras, 12 de Outubro de 1962.

As disputas entre os dois grupos políticos ensejaram que se construíssem denominações para ambos. Uma das versões revela que um grupo achou por bem chamar o outro de *Tupamaro*, em alusão à história uruguaia, dizendo também que um dos líderes desse grupo partidário, em Oeiras, tinha aparência de índio. Conforme palavras de Acelino Homero Praça, ex-vice-prefeito de Oeiras entre 1963-1966: “começou de sessenta e seis pra cá, Túpac Amaru era o chefe dos Tupamaros, então [...] eles querem dizer que Juarez é um índio, era um *Tupamaro*. E aí ele deu o nome de *Boca-Preta* pra eles” (Matos, 2013, p. 36).

Outra versão popular consiste no conto de que o cartaz do candidato B. Sá para prefeito em 1982, dado não ser um material com qualidade de pintura como nos dias atuais, durante a noite, a partir do orvalho e sereno, acabou por desbotar a tinta da barba do retratado, o que fez com que as pessoas o denominassem, no dia seguinte, de *Boca Preta* (Figura 18).

Figura 18 – foto do candidato B. Sá. 1982.



Fonte: acervo do autor (2024).

Nesse sentido, o interlocutor assim externa

Boca Preta porque disse que nós éramos cachorro que tinha medo de foguete e os adversários diziam que nós éramos, é um cachorro de boca preta, que é o que tem medo de foguete [...] Isso surgiu mais ou menos por aí por 1982, tá me entendendo? [...] Eles começaram a chamá-lo de Tupamaro, por uma alusão ao movimento Tupamaro, movimento revolucionário é digamos assim e que terminou sendo vitorioso no Uruguai e que deu dois grandes presidentes que o Uruguai

teve: Tabaré Vázquez e o seu sucessor que foi José Pepe Mujica. Enfim, e eu passei então a chamar a atenção dos nossos amigos dizendo: "Rapaz, Tupamaro é um nome muito ilustre para esse povo que não presta vambora chamar de um nome mais adequado". - "Qual é"? "Vamos chamar de Rabo Branco" e por que Rabo Branco? Porque é uma variedade de rato que vive nas gavetas que nunca se expõe todo ou bota só o focinho ou a ponta do rabo que é branco, Rabo Branco, e aí fica essa coisa que entra pelo folclore [...].

De fato, ainda que não haja consenso quanto a denominação dos grupos, verificam-se acirradas disputas entre ambos ao longo do século XX e XXI. Desse modo, como representante maior dos *Boca Preta* surge Benedito Sá (B. Sá), eleito prefeito em 1982, e Tapety Neto, do grupo *Tupamaro*, eleito prefeito em 1996, que sucede a liderança do pai, Juarez Tapety.

Nessa direção, Matos (2013) aponta que as ações dos dois grupos em seus momentos de gestão nas áreas de saúde, habitação, saneamento básico, cultura, lazer e esporte, procuraram imprimir suas marcas no município de Oeiras de maneira a modificarem suas formas e conteúdos. De fato, essas construções realizadas, sejam nas áreas rurais, sejam nas urbanas, construíram referenciais de identificação nos partidários e fidelidades eleitorais ao longo das disputas.

Nesse jogo propagandístico dos grupos *Boca Preta* e *Tupamaro*, aponta Barbosa (2015) que o rádio tem sido utilizado de forma significativa ao longo dos anos. Na verdade, os Tapety fundaram a Rádio Primeira Capital em 1982, com o fito de tecer críticas ao então prefeito eleito e propagandear os feitos dos pertencentes ao grupo *Tupamaro*. Já os Sá decidem instalar sua própria rádio, a Vale do Canindé, em 1987. Até hoje essas duas emissoras radiofônicas funcionam e se dedicam diariamente a enaltecer um grupo e minimizar o outro, seja por meio das entrevistas, seja pelos próprios profissionais que nelas atuam, visto que precisam ser partidários do grupo.

Em Oeiras, semelhante ao que Ramos (2015) aponta em suas análises sobre a etnografia do comportamento dos eleitores em *Afogados da Ingazeira em Pernambuco*, especialmente nos tempos de política, foram construídas identidades que procuram tornar os elos entre eleitores e seus representantes políticos mais sólidos. Sob este aspecto, ao grupo *Boca Preta*, nos períodos eleitorais, atribui-se a cor azul, enquanto o grupo *Tupamaro* se utiliza da cor amarela. Ademais, cada grupo faz uso de uma música que se torna sua marca. O grupo *Boca Preta* entoa "Pavão Misterioso", de autoria de Ednardo, a qual começou a ser usada desde a primeira

eleição de B. Sá, em 1982. Já o grupo *Tupamaro* utiliza “Morango do Nordeste”, de Walter de Afogados e Fernando Alves, a qual teve uso acentuado na eleição de Tapety Neto, em 1996.

Na verdade, o grupo *Boca Preta* inicia com os familiares dos Ribeiro de Carvalho (parentes do coronel Orlando de Carvalho), os Sá (a partir de 1982) e os Nunes, enquanto o grupo *Tupamaro* inicia com Rocha Neto, agrega depois as famílias dos Reis, Freitas e Tapety. Essas disputas familiares/grupais que foram travadas desde o início do século XX ainda ocorrem, com poucas modificações desde os anos 2000.

De fato, desde 1948, só apareceram candidatos que podem ser considerados conflituosos com os grupos em 1988, 1992 e 1996. Contudo, em 1970, ensaiou-se uma candidatura dissidente, representada por Acilino Homero Praça, que havia sido vice-prefeito na gestão de Juarez Tapety (1962 a 1966), mas desistiu na reta final da campanha. Seu cartaz propositivo expunha ser contra os privilégios e as oligarquias (Figura 19).

Figura 19 – Cartaz de campanha de Acilino Homero Praça (1970).



Fonte: Praça, 1970.

Ademais, se, por um lado, ao longo da temporalidade analisada, poucos foram os que tentaram entrar como terceira via frente aos grupos *Boca Preta* e *Tupamaro*, por outro tem-se uma política com predominância da figura masculina, uma vez que somente em 1992 uma mulher se propõe a ser prefeita, pertencente a uma das famílias do grupo *Tupamaro*.

A toada das disputas eleitorais dos grupos seguiu ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, as análises desses momentos e a espacialização dos votos pelo território oeirense, de 2000 a 2020, é alvo da discussão seguinte.

3.2 GEOGRAFIA ELEITORAL DE OEIRAS: ESPACIALIZAÇÃO DOS VOTOS DE 2000 A 2020

As eleições em Oeiras de 2000 a 2020 tiveram os candidatos do grupo *Tupamaro* à frente do executivo por 8 anos, de 2001 a 2008; enquanto que o grupo *Boca Preta* administrou de 2009 a 2024, 16 anos. Nessa direção, de acordo com o quadro 7, tem-se que: em 2000, Tapety Neto, do PMDB, foi reeleito ao ganhar de Benedito Sá (B. Sá), do PSDB; em 2004, o então prefeito elege seu sucessor, José Nataniel (popularmente chamado de Tiel) em disputa com José Augusto Nunes, do PPS, e Deolindo Nunes, do PC do B; em 2008, B. Sá do PSB ganha de Aleksandra Tapety, do PMDB; em 2010 há uma eleição suplementar em função da cassação do então prefeito B. Sá, o qual indica Antônio Portela, pelo PPS, que vence Aleksandra Tapety, do PMDB; em 2012, em uma eleição com 4 candidatos, Lukano Sá, do PSB, sai vencedor do seu principal adversário político, Tapety Neto, do PMDB; em 2016, José Raimundo Sá, do PP, elege-se ao vencer Abimael Rocha, do PTN e reelege-se em 2020 ao derrotar Hailton Filho, do MDB.

Quadro 7 – Resultados eleitorais para prefeito em Oeiras. 2000 a 2024.

Ano	Colocação	Nome	Partido	Votos	Votos brancos e nulos
2000	1º	José Nogueira Tapety Neto	PMDB	9.002	1.638
	2º	Benedito de Carvalho Sá	PSDB	8.632	
2004	1º	José Nataniel Lopes Reis	PMDB	9.521	1.607
	2º	José Augusto de C. G. Nunes	PPS	8.535	
	3º	Deolindo Ferraz Nunes Filho	PC do B	1.276	
2008	1º	Benedito de Carvalho Sá	PSB	10.687	1.452
	2º	Aleksandra Tapety	PMDB	9.559	
2010*	1º	Antônio Portela B. Sobrinho	PSB	10.668	873
	2º	Aleksandra Rocha A. Tapety	PMDB	9.748	
2012	1º	Lukano Araújo Costa Reis Sá	PSB	10.854	1.247
	2º	José Nogueira Tapety Neto	PMDB	9.046	
	3º	Edmilson G. de Carvalho	PT	888	
	4º	Francisco Carlos Oliveira	PSOL	71	
2016	1º	José Raimundo de Sá Lopes	PP	11.481	1.468
	2º	Abimael Soares da Rocha Neto	PTN	10.339	
2020	1º	José Raimundo de Sá Lopes	PP	11.472	994

	2º	Haílton Alves Filho	MDB	11.429	
2024	1º	Haílton Alves Filho	Solidariedade	13.540	731
	2º	José Alberto Pinheiro de Araújo	PSD	12.209	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

* eleição Suplementar.

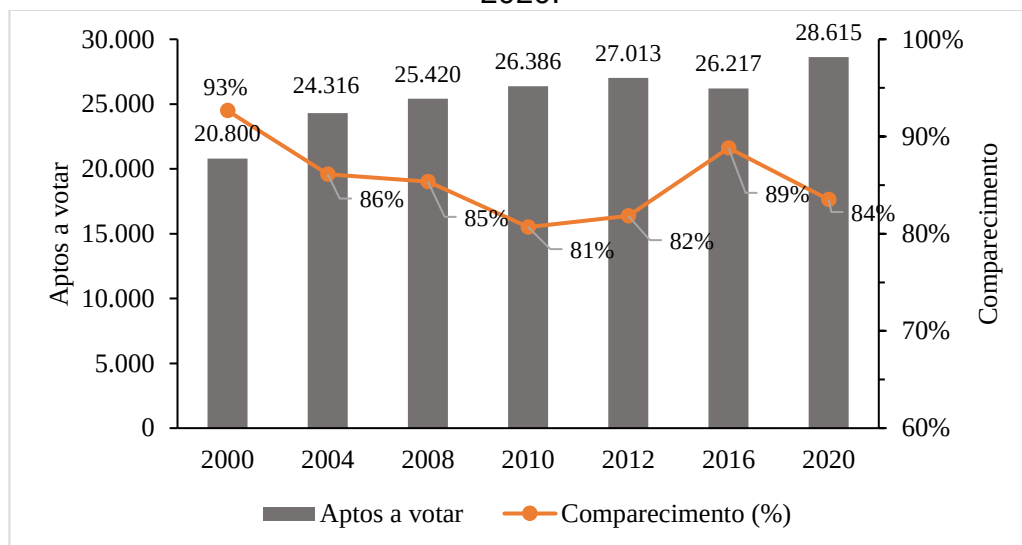
No jogo eleitoral oeirense, desde os anos 2000, dos 29 partidos registrados no TSE, 25 deles tem representação na cidade: Partido Dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Do Brasil (PC do B), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido da Frente Liberal (PFL, atual Democratas – DEM), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Liberal (PL), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da República (PR), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Verde (PV), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Progressista (PP), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Social Cristão (PSC), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Rede Sustentabilidade (REDE) e Podemos (PODE).

No que se refere às seções eleitorais em Oeiras ao longo dos pleitos, verifica-se que não tiveram muitas modificações, uma vez que em 2000 havia 94 espalhadas pelo município, com aumentos mais expressivos em 2012, com 110 seções, e em 2016, com 115 seções, em 2020 reduziu-se para 107 (TSE, 2024).

No tocante aos eleitores aptos a votarem, verificam-se aumentos significativos ao longo dos anos. Em 2000, havia 20.800 (61,4% da população municipal contabilizada no censo de 2000 do IBGE), aumentou para 26.386 em 2010 (74% da população conforme censo de 2010 do IBGE) e em 2020 chegou a 28.895. Esses dados sugerem um fluxo intenso de mudanças domiciliares dos eleitores oeirenses, uma vez que em 2012 havia 27.013 eleitores (aumento de 6.213 em relação ao ano de 2000), indo para 26.217 em 2016, queda de 796 pessoas aptas a votar e aumentando 2.398 em 2020, ano que se registrou 28.615 eleitores aptos a votarem. A quantidade de comparecimento eleitoral manteve-se acima dos 80% do eleitorado ao longo dos anos. Em 2000 compareceram 19.272 (93%) dos eleitores aptos a votar,

passaram para 20.939 (84%) em 2004 e chegaram ao final da série em 2020, a 28.615 (84%) eleitores, conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Quantidade de eleitores aptos a votar e abstenção em Oeiras de 2000 a 2020.

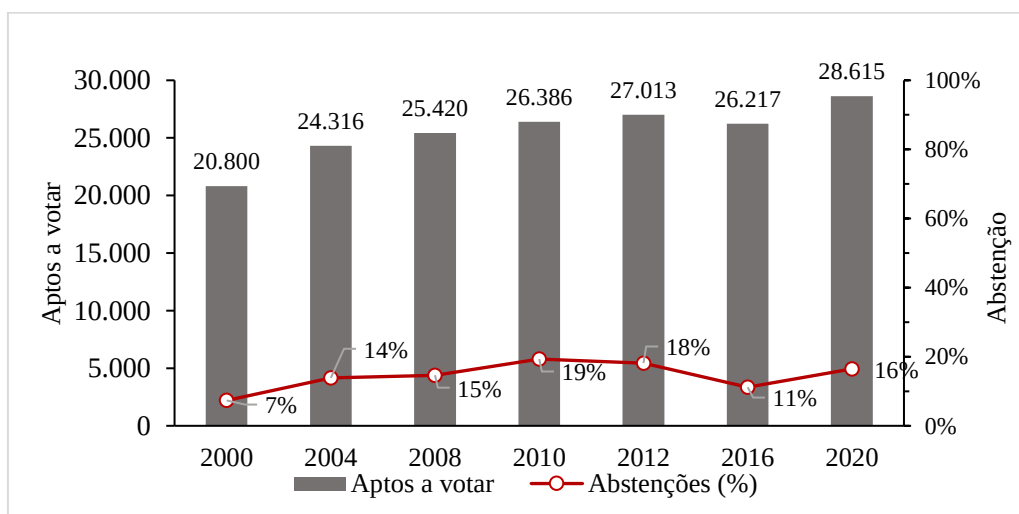


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

* eleição Suplementar.

As taxas de abstenção, o número de não comparecimentos às urnas dos eleitores aptos a votar, se mantiveram abaixo dos 20% ao longo dos anos, de acordo com o gráfico 7. Em 2000, 7% não compareceram, 14% em 2004, 15% em 2008, 19% em 2010 (maior percentual), 18% em 2012, 11% em 2016 e 16% em 2020, ano pandêmico.

Gráfico 7 – Taxa de abstenção nas eleições de Oeiras de 2000 a 2020.

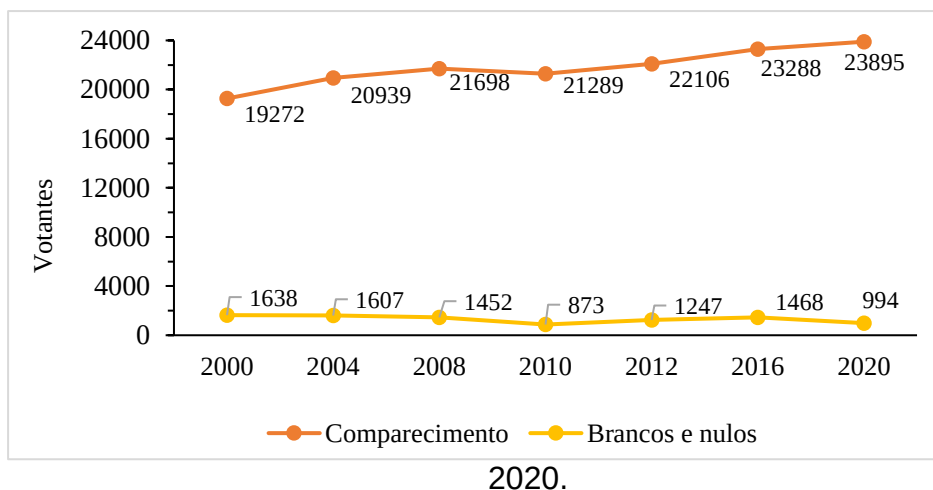


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

* eleição Suplementar.

Os votos brancos e nulos, calculados dentre os que compareceram às urnas para votarem, se manteve abaixo dos 10% ao longo dos anos em análise, com maior expressividade em 2000 – 1.638 (8,5%); 2004 – 1.607 (7,7%), e 2008 – 1.452 (6,7%) dos eleitores votaram branco ou nulo. As disputas com menos votos nulos e brancos foram as de 2010 – 873 (4,1%) e 2020 – 994 (4,1%) dos votantes (gráfico 8).

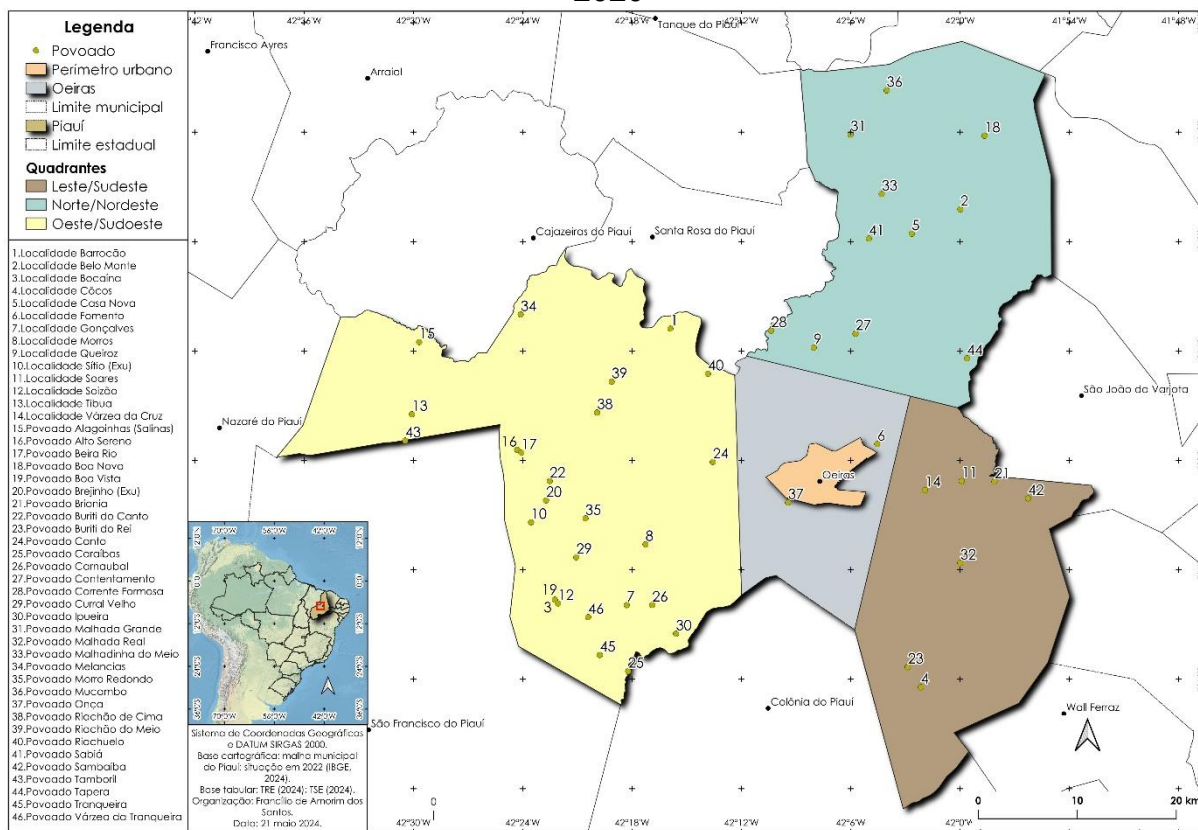
Gráfico 8 – Quantidade de votos brancos e nulos nas eleições de Oeiras de 2000 a



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.
* eleição Suplementar.

As seções eleitorais no município de Oeiras assim se delineiam, conforme figura 20:

Figura 20 – Povoados e localidades com seções eleitorais no município de Oeiras. 2020



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

É para esse cenário eleitoral, no período de 2000 a 2020, que seguem as reflexões analíticas das distribuições dos votos para os candidatos do executivo oirense. Nesse sentido, utilizar-se-á essa divisão municipal em quadrantes expostos na figura 20, a qual, didaticamente, possibilita visualizar espacialmente as votações dos propostos a prefeito de Oeiras. Ademais, segue-se a toada das investigações do item anterior, visto que dadas as correlações entre as eleições municipais e estaduais, seja por meio da adesão do gestor local ao governador do momento, seja como oposição, contextualizar esses momentos auxilia na compreensão das disputas locais. A composição dos povoados que compõem cada quadrante descreve-se no quadro 8.

Quadro 8 – Povoados dos quadrantes do município de Oeiras. 2020

Leste/Sudeste	Norte/Nordeste	Oeste/Sudoeste
Nº/Povoado	Nº/Povoado	Nº/Povoado
14 – Várzea da Cruz 11 – Soares 21 – Briônia 42 – Sambaíba 32 – Malhada Real 23 – Buriti do Rei 4 – Cocos	9 – Queiroz 28 – Corrente Formosa 27 – Contentamento 44 – Tapera 41 – Sabiá 5 – Casa Nova 2 – Belo Monte 33 – Malhadinha do Meio 31 – Malhada Grande 36 – Mucambo 18 – Boa Nova	24 – Canto 40 – Riachuelo 1 – Barrocão 39 – Riachão do Meio 38 – Riachão de Cima 34 – Melancias 15 – Alagoinhas 13 – Tibuia 43 – Tamboril 16 – Alto Sereno 22 – Buriti do Canto 20 – Brejinho 10 – Sítio 35 – Morro Redondo 29 – Curral Velho 19 – Boa Vista 8 – Morros 7 – Gonçalves 46 – Várzea Tranqueira 45 – Tranqueira 26 – Carnaubal 30 – Ipueira 25 – Caraíbas 3 – Bocaína 12 – Soinzão 17 – Beira Rio

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em 1998, Hugo Napoleão, do PFL, lança-se para a eleição com o vice Felipe Mendes, do PPB, coligado aos partidos PV, PRP, PSL, PAN e PTdoB, a coalizão reconhecia-se sob o título “Avança Piauí”. Mão Santa, do PMDB, tem como vice Osmar Júnior, do Pcdob, coligados ao PDT, PL, PPS, PSDC e PRONA, rivais históricos, e sob o lema “O Piauí em boas mãos”. O PSDB, com Francisco Gerardo, candidato a governador, alia-se ao arquirrival PT, que indicou o vice da chapa, Antônio José Medeiros, coligaram-se ao PSB e PSC. Outros dois candidatos puseram nomes, mas com votações inexpressivas (TSE, 2024).

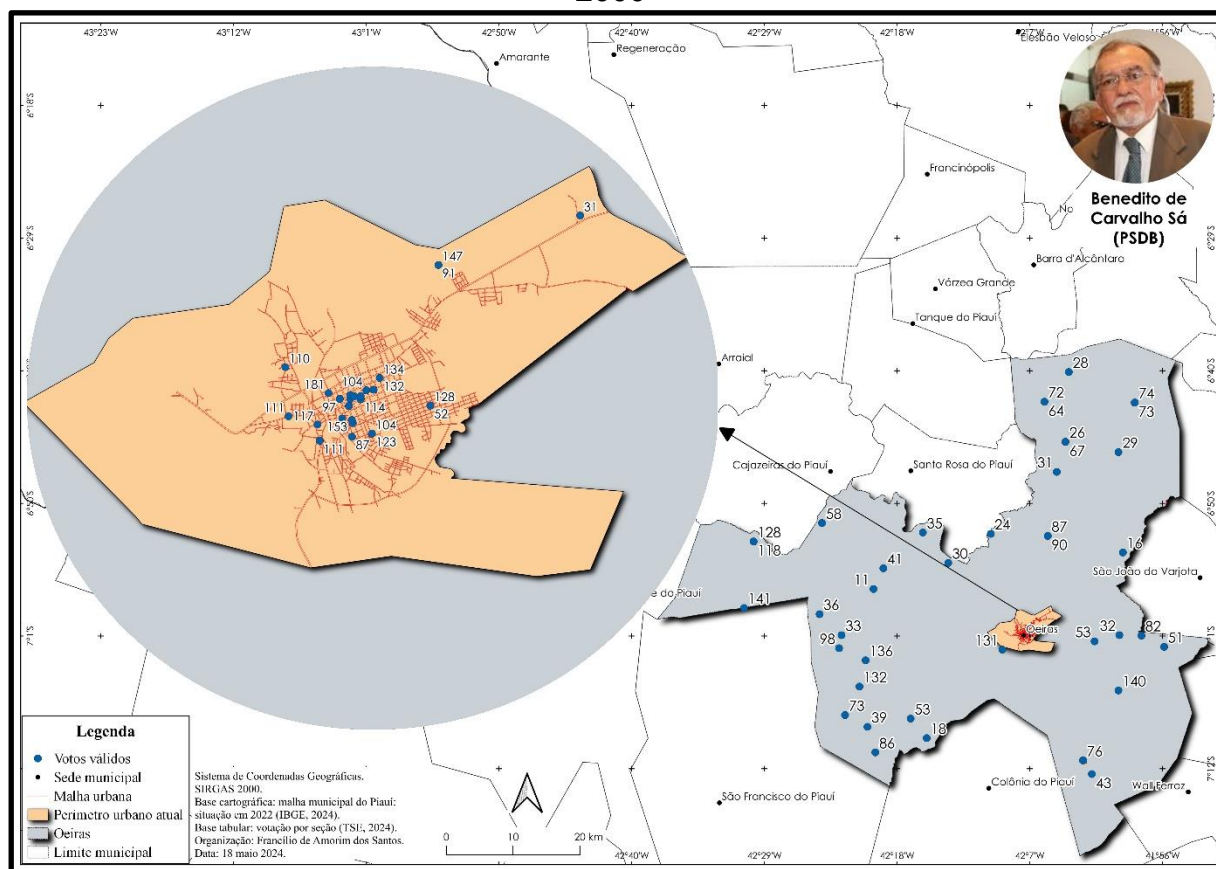
Naquele ano, Hugo Napoleão vence no primeiro turno, mas perde no segundo para Mão Santa, o que representa o início do fim da oligarquia dos Almendra Freitas na gestão do executivo estadual (Silva, 1999). Contudo, Mão Santa tornou-se o primeiro governador cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em novembro

de 2001, e o segundo colocado assume para um mandato até 2002 (TSE, 2024). Assim, a gestão de Tapety Neto inicia do lado situacional estadual para disputar o executivo municipal em sua reeleição.

Em 2000, quatro anos depois de perda do poder para o grupo *Tupamaro*, os dois maiores representantes dos grupos políticos oeirenses se enfrentam diretamente, o candidato B. Sá refaz sua aliança com Marcos Antônio Nunes de Carvalho, o qual se elegeu prefeito em 1988 e em 1996 se propôs candidato dissidente do grupo *Boca Preta*, coloca sua candidatura pelo PSDB, coligado ao PTB e PPS, intitulada “Oeiras de volta para o futuro”, e enfrenta Tapety Neto e sua vice candidata Maria de Fátima da Silva Moura, candidato à reeleição pelo PMDB, coligado ao PDT, PL e PMN, sob o lema “Oeiras no coração” (TSE, 2024).

Conforme figura 21, nessa eleição B. Sá obteve 8.632 dos votos válidos assim distribuídos: no quadrante Oeste/Sudoeste, com 18 seções eleitorais, dos 2.614 votos, votaram no grupo *Boca Preta* 1.266, com maiores votações nos povoados Alagoinhas (246 votos), Morro Redondo (136 votos) e Curral Velho (132 votos); no quadrante Norte/Nordeste, com 13 seções eleitorais, registraram-se 663 votos para B. Sá dos 1.586 votos válidos, as comunidades que lhe deram mais votos foram Contentamento (177 votos), Malhada Grande (136 votos) e Boa Nova (129 votos); no quadrante Leste/Sudeste, com 7 seções eleitorais, o candidato obteve 477 dos 922 votos válidos do setor, com votações maiores nos povoados Malhada Real (140 votos), Buriti do Rei (76 votos) e Briônia (82 votos); na cidade, dos 15.512 votos válidos, B. Sá atingiu 6.226 votos.

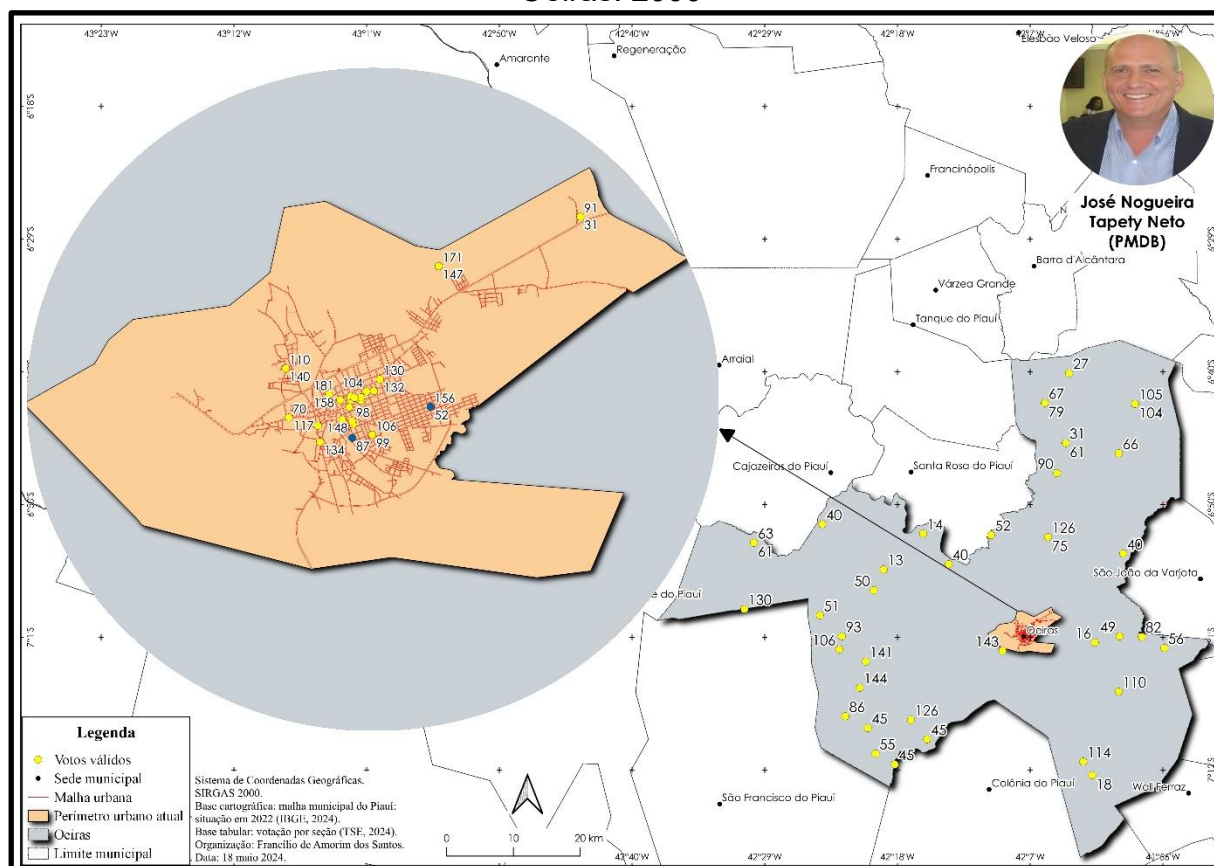
Figura 21 – Espacialização dos votos de B. Sá pelas seções eleitorais de Oeiras. 2000



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Tapety Neto obteve, nas eleições de 2000, 9.002 dos votos válidos, assim distribuídos: no quadrante Oeste/Sudoeste, dos 2.614 votos válidos, conseguiu 1.348, as comunidades que mais votaram no candidato foram Morro redondo (141 votos), Curral Velho (144) e Tamboril (130 votos); no quadrante Norte/Nordeste, alcançou 923 dos 1.586 dos votos válidos, com maiores votações nos povoados Boa Nova (209 votos), Contentamento (201 votos) e Malhada Grande (148 votos); no quadrante Leste/Sudeste, teve 445 dos 922 votos válidos, com maior expressividade nas comunidades Buriti do Rei (114 votos), Malhada Real (110 votos) e Briônia (82 votos); na cidade, dos 15.512 votos, Tapety Neto obteve 6.286 votos. Esses números tornaram-no vencedor no pleito com uma vantagem de 370 votos sobre o candidato B. Sá (Figura 22).

Figura 22 – Espacialização dos votos de Tapety Neto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2000



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

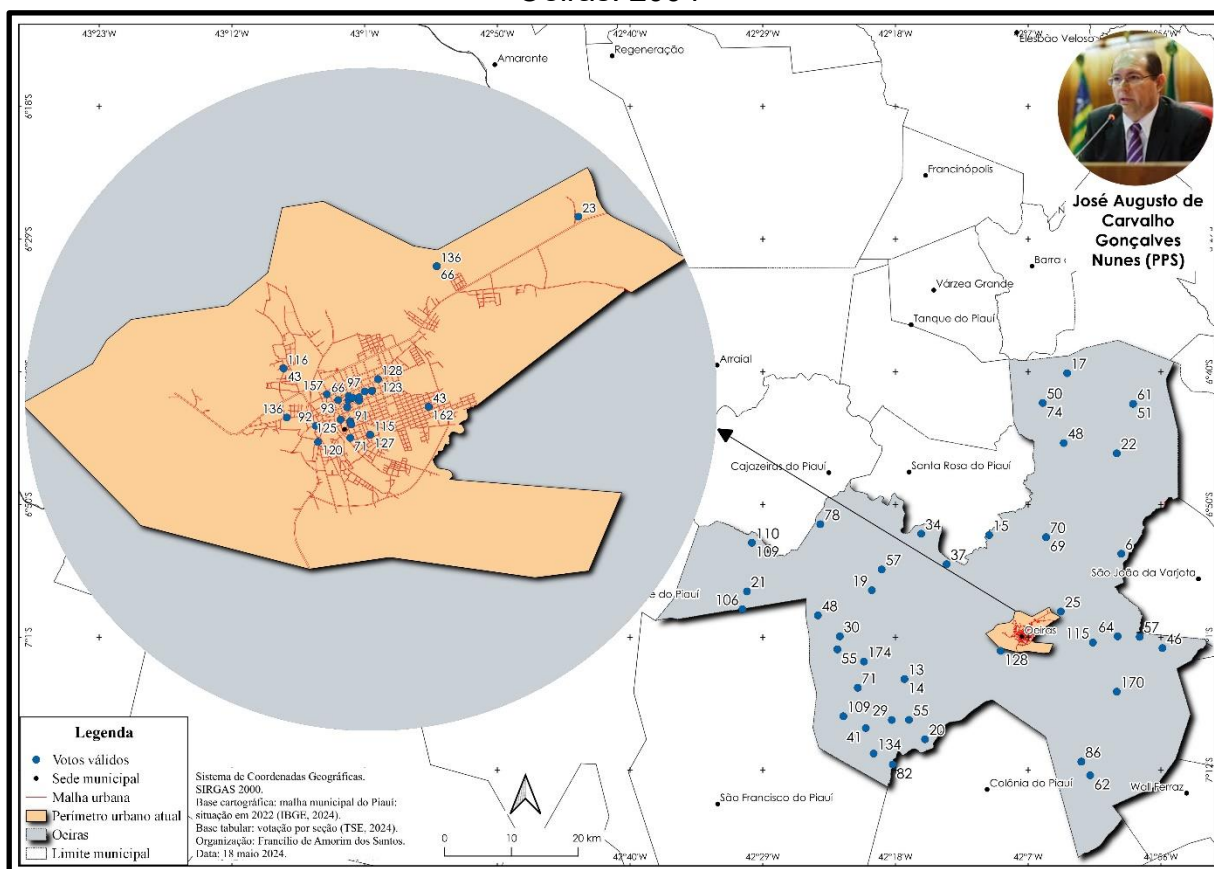
Em 2002, Hugo Napoleão concorre à reeleição, pelo PFL, com o vice Fernando Said, do PSDB. Sua coligação, intitulada “O Piauí que o povo quer”, tinha os partidos PPB, PRTB, PSDC e PRP. Como opositores teve: Wellington Dias, do PT, com o vice Osmar Júnior, do PC do B, coligados com o PL, PMN, PCB, PAN, PTN e PT do B, sob o lema “A vitória que o povo quer”; o PMDB lança Jônatas Nunes e o vice Inácio Carvalho, do PST, sem coligação com outros partidos; outros cinco candidatos também se propuseram, mas com votações frágeis. Nesse pleito, o candidato do PT ganha no primeiro turno (TSE, 2024).

No pleito municipal em 2004, três candidatos disputam a prefeitura de Oeiras. O grupo *Boca Preta* lança o candidato José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes e a sua vice Maria de Fátima da Silva Moura (então vice-prefeita da gestão de Tapety Neto), do PPS, em coligação com os partidos PTB, PL e PSDB, com título de campanha “Oeiras para nossa Gente”. Os *Tupamaro* colocam José Nataniel e o vice Pedro de Alencar Martins Freitas, do PMDB, coligado com os partidos PFL, PMN e PSB, e repete o lema da eleição anterior, “Oeiras no Coração”. O terceiro candidato

que se apresenta como alternativa para saída dos grupos dominantes foi Deolindo Ferraz Nunes Filho e o vice Rodolfo Pereira Filho, do PC do B, único candidato da situação estadual, o qual se coligou com os partidos PT e PTN, com o nome de “Mudar para Crescer”. Nesse pleito, as votações do candidato da que poderia ser chamada terceira via teve receptividade baixa em termos de votos, posto que dos 19.332 votos válidos, este obteve apenas 1.276 dos votantes (6,6% dos registrados) (TSE, 2024).

Na ocasião, o candidato do grupo *Boca Preta* alcançou 8.535 dos votos válidos, configurados da seguinte forma, de acordo com a figura 23: no quadrante Oeste/Sudoeste, do total de 2.971 votos válidos, Augusto Nunes obteve 1.446, cujas votações mais expressivas foram nas comunidades Alagoinhas (229 votos), Morro Redondo (179 votos) e Tranqueira (175 votos); no quadrante Norte/Nordeste, de 1.383 votos válidos, logrou 505 votos, com maiores votações nos povoados Contentamento (139 votos), Malhada Grande (124 votos) e Boa Nova (112 votos); na porção Leste/Sudeste, dos 1.044 votos, 600 votaram no candidato Augusto Nunes, com maiores números nos povoados Malhada Real (170 votos), Várzea da Cruz (114 votos) e Buriti do Rei (84 votos); na cidade, teve 5.984 dos 12.658 votos válidos. Essas votações não foram capazes de superar o adversário, logo, os *Boca Preta* sofreram mais uma derrota.

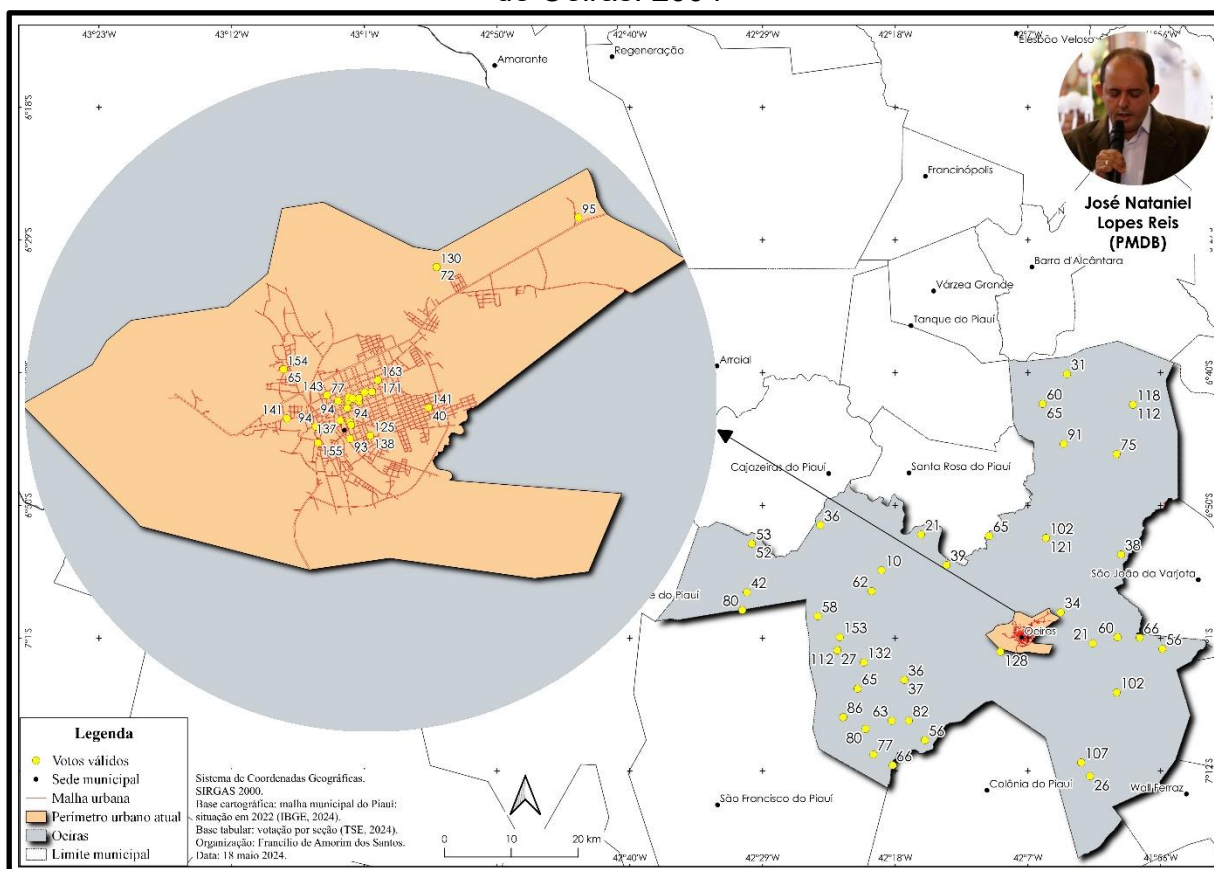
Figura 23 – Espacialização dos votos de Augusto Nunes pelas seções eleitorais de Oeiras. 2004



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

José Nataniel, popularmente conhecido como Tiel, foi o indicado por Tapety Neto para sucedê-lo nas eleições de 2004 e representar o grupo *Tupamaro*. Nesse pleito, o grupo aumentou sua votação em relação a 2000, pois obteve 9.521 votos, espacializados, de acordo com a figura 24, da seguinte forma: no quadrante Oeste/Sudoeste, dos 2.971 votos válidos, obteve 1.525, as comunidades que mais votaram no candidato foram Buriti do Canto (153 votos), Brejinho (139 votos) e Morro Redondo (135 votos); no quadrante Norte/Nordeste, alcançou 878 dos 1.383 votos válidos, com maiores votações nos povoados Boa Nova (230 votos), Contentamento (223 votos) e Malhada Grande (125 votos); no quadrante Leste/Sudeste, teve 444 dos 1.044 votos, com maior expressividade nas comunidades Buriti do Rei (113 votos), Malhada Real (102 votos) e Briônia (66 votos); na cidade, dos 12.658 votos válidos, Tiel obteve 6.674 votos. Esses números o tornaram vencedor no pleito com uma vantagem de 986 votos sobre o candidato José Augusto Nunes.

Figura 24 – Espacialização dos votos de José Nataniel (Tiel) pelas seções eleitorais de Oeiras. 2004



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Nas eleições estaduais de 2006, Wellington Dias, do PT, lançou-se à reeleição com o vice Wilson Martins, do PSB, coligado com os partidos PTB, Pcdob, PL e PRB, com o lema “A vitória da força do povo”. O candidato enfrenta Mão Santa, do PMDB, em que teve como seu vice Ciro Nogueira, PP, coligado com o PSC, PCB, PTC e PAN, sob o título “Resistência popular”. Firmino Filho, do PSDB, e o vice Luiz Menezes, do PPS, coligaram-se ao PFL, PV e PT do B, com o *slogan* “Piauí daqui pra frente”. Outras 5 candidaturas se propuseram, mas com resultados inexpressivos em termos de votação. O candidato do PT foi reeleito no primeiro turno (TSE, 2024).

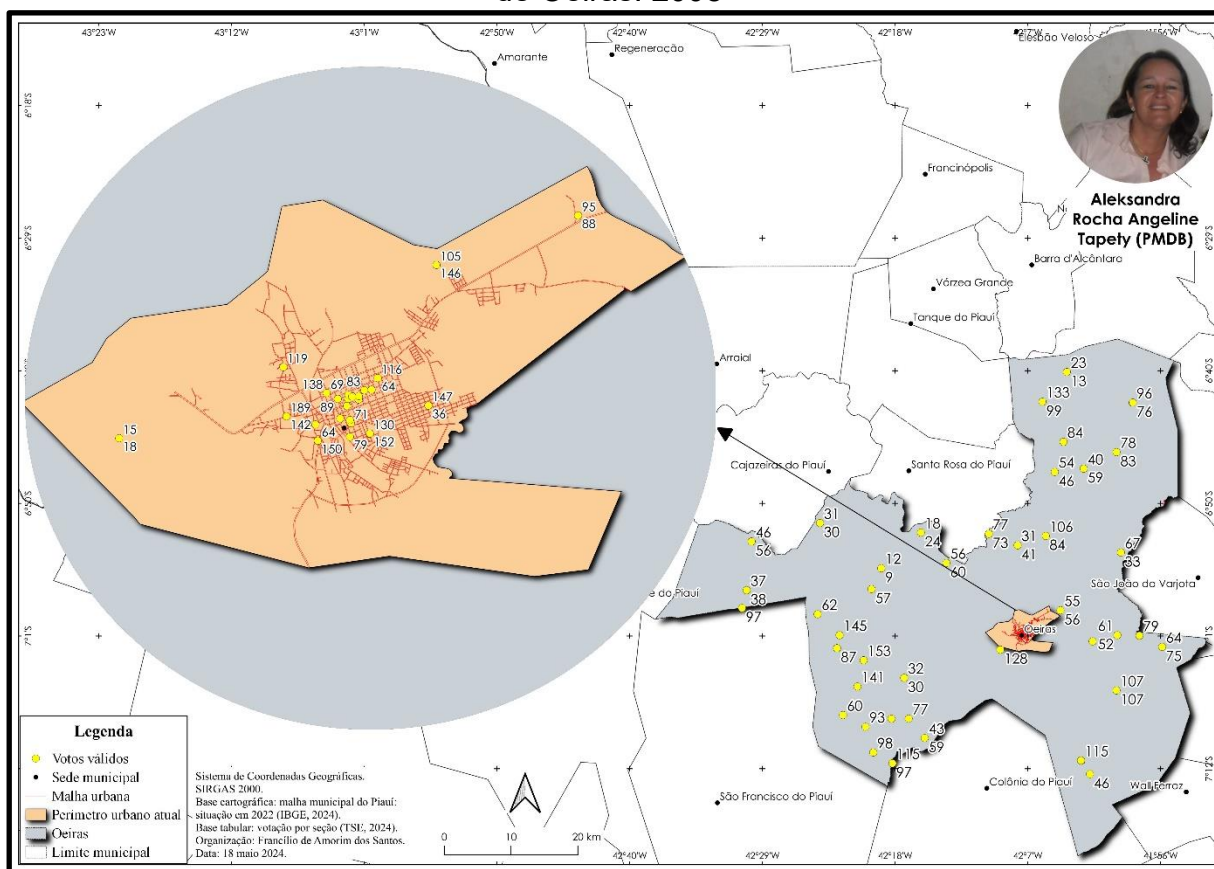
Em 2008, B. Sá, em seu exercício de mandato de deputado federal, decide afastar-se para concorrer a prefeito de Oeiras com o intento de retomar o poder perdido pelo grupo em 1996 e, portanto, 14 anos fora da gestão executiva municipal. Nessa direção, com o título de “União de Todos”, consegue unir os partidos PDT, PT, PR, PPS, PMN, PV, PSDB e PC do B ao seu PPS para disputar o executivo da cidade com seu vice na pessoa de Mário Expedito de Freitas Tapety. A adversária política que se apresentou foi Aleksandra Tapety, do PMDB, que se coligou ao PTN, PTB e DEM,

com o título de “A Vontade do Povo” e teve como vice Maria de Fátima da Silva Moura, a qual retornou ao grupo pós saída em 2004 (TSE, 2024). Na verdade, a não proposição de Tiel à reeleição indica fragilidades no que tange à administração municipal em seu mandato, o que exigiu recalibragem das forças dos *Tupamaro* com alguém bem mais familiar, no caso, a esposa de Tapety Neto, [re]eleito prefeito em 2000 e 2004.

Nesse pleito, o candidato do grupo *Boca Preta* conseguiu 10.687 dos votos municipais, assim configurados: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 1.721 dos 3.584 votos válidos, as comunidades que mais votaram em B. Sá foram: povoado Morro Redondo (229 votos), Alagoinhas (223 votos) e Curral Velho (129 votos); no quadrante Norte/Nordeste, conseguiu 856 dos 2.252 votos registrados, com maiores votações no povoado Contentamento (192 votos), Malhada grande (181 votos) e Boa Nova (143 votos); no quadrante Leste/Sudeste, alcançou 689 dos 1.395 votos válidos, com maiores votações nas comunidades Briônia (134 votos), Malhada Real (128 votos) e Várzea da Cruz (127 votos); na cidade, dos 13.015 votos válidos, B. Sá teve 7.421. Esse resultado o tornou vencedor, com maioria de 1.128 votos, e marcou o retorno do grupo ao poder executivo municipal (figura 25).

Figura 25 – Espacialização dos votos de B. Sá pelas seções eleitorais de Oeiras.
2008

Figura 26 – Espacialização dos votos de Aleksandra Tapety pelas seções eleitorais de Oeiras. 2008



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Contudo, a vitória de B. Sá em 2008 não lhe garantiu finalizar o mandato, uma vez que o político foi cassado pelo TSE em 2010, o que exigiu uma eleição suplementar. Nesse cenário, o grupo *Boca Preta* lança Lukano Sá, filho do B. Sá, que realiza todo o período de campanha contra a opositora Aleksandra Tapety. Entretanto, no dia 12 de novembro daquele ano, uma sexta-feira, o TSE indefere a candidatura do primogênito de B. Sá, e o grupo o substitui por Antônio Portela, então presidente da câmara legislativa municipal. Esse imbróglio promoveu um acontecimento inusitado: devido às eleições ocorrerem dois dias depois do indeferimento de Lukano, não havia tempo hábil para a retirada de sua foto e número partidário das urnas eletrônicas, as quais já estavam devidamente distribuídas e prontas para o momento eleitoral. Os eleitores que votaram no grupo *Boca Preta*, visualizaram a foto de Lukano, apertaram o número 40, referente ao partido PSB, mas seu voto foi depositado para Portela, do PPS. Permita-se uma licença poética para a situação e entoação dos votantes nessa eleição: “Lukano é Portela e Portela é Lukano”.

Nessa direção, em 2010, havia 26.386 eleitores aptos a votar, distribuídos em 107 seções, dos quais compareceram 21.289, gerando uma abstenção de 5.097 pessoas. Os resultados eleitorais registraram que Antônio Portela Barbosa Sobrinho, PPS, obteve 10.668 votos ante os 9.748 de Aleksandra Rocha Angeline Tapety, do PMDB, diferença de 920 votos para os *Boca Preta*¹.

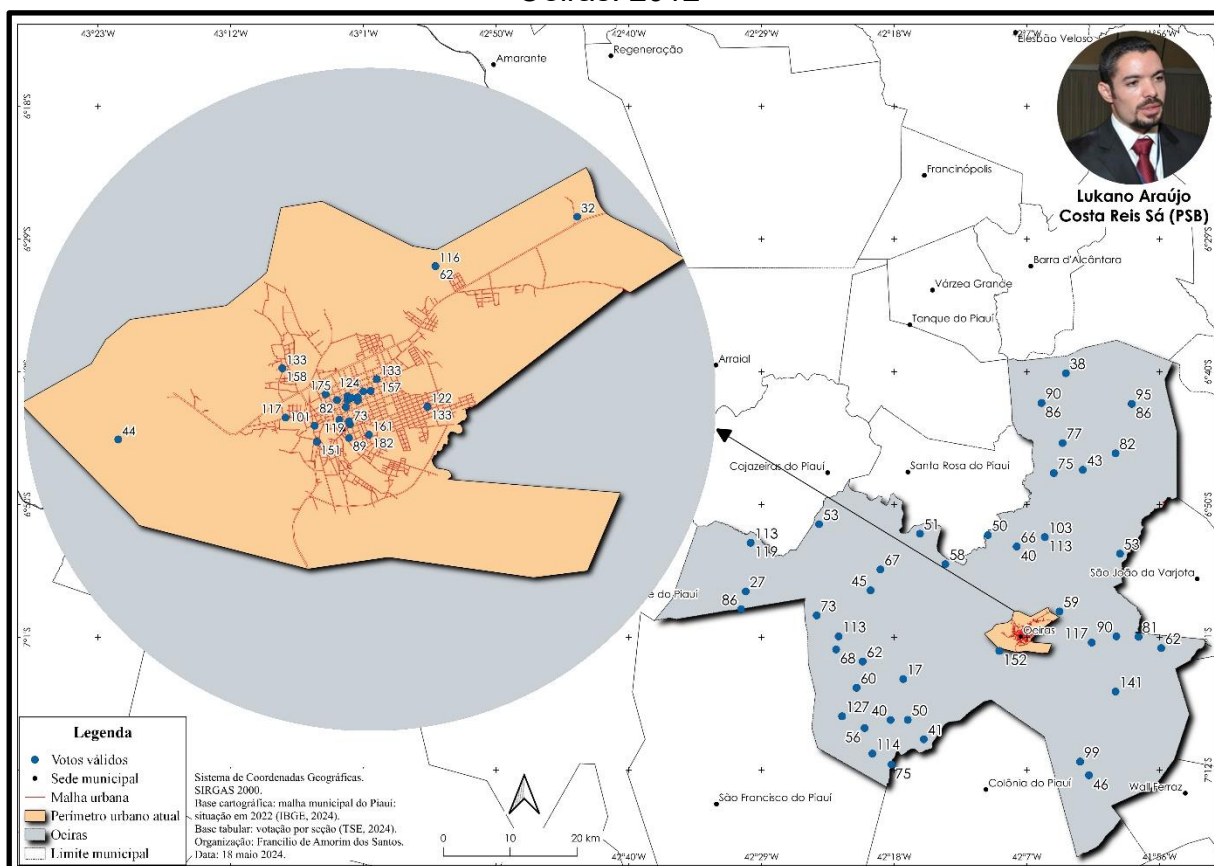
As eleições estaduais em 2010 foram disputadas por: Wilson Martins, do PSB, que era vice de Wellington Dias e que se tornou governador com a renúncia de Wellington Dias que concorrera ao senado federal, tendo como vice Antônio José de Moraes Souza Filho, do PMDB, os quais se coligaram ao PT, PRB, PTN, PR, PRP e Pcdob, com o lema “Para o Piauí seguir mudando”; Sílvio Mendes, PSDB, e seu vice R. Sá Filho (Raimundo de Sá Urtiga Filho), também do PSDB, coligados ao DEM (antigo PFL), PPS e PSC, sob o lema “A força do povo”; João Vicente Claudino, PTB, e seu vice Flávio Nogueira, do PDT, coligados ao PP, PRTB, PHS, PTC e PTdob, sob o título “Por um Piauí novo”; outras quatro candidaturas também se propuseram, mas sem votações expressivas. Nessa eleição, houve segundo turno, momento em que Wilson Martins sai vencedor ao derrotar Sílvio Mendes (TSE, 2024).

Em Oeiras, em 2012, quatro candidatos se propuseram à disputa pelo executivo municipal. Os *Boca Preta* lançam Lukano Sá, já filiado ao partido do governador do Piauí desde 2010, PSB, coligado ao PRB, PDT, PTB, PPS, PSDB e PC do B, e intitulam sua jornada de “Oeiras acima de tudo”, teve como seu vice prefeito Abimael Soares da Rocha Neto. Os *Tupamaro* colocam Tapety Neto, seu maior representante local, do PMDB, que se coliga ao PP e caminham sob o lema “O povo no poder”, teve como candidato a vice Sivirino Barbosa da Silva Filho. Edmilson Carvalho, irmão do ex-deputado federal Assis Carvalho (*in memoriam*) e líder político local, coloca-se com o lema “Oeiras: coragem para mudar” e teve como vice Marcelo José de Freitas Tapety. Neste pleito, o PT se uniu ao PTN, PR e DEM, abandonando a parceria da eleição de 2008 com os *Boca Preta*. Francisco Carlos de Oliveira, do PSOL, lança-se sozinho na disputa ao lado de Maria do Socorro da Silva. Como ocorrera em 2004, os candidatos fora dos grupos tradicionais tiveram votações inexpressivas: Edmilson, do PT, dos 21.375 votos válidos, arregimentou 888 votos (4,1% do eleitorado); o candidato do PSOL obteve 71 votos (0,3% do total) (TSE, 2024).

¹ Não se encontrou junto ao TSE ou TRE/PI os dados de votações por seções, o que impossibilitou confeccionar um mapa de distribuição dos votos pelo território municipal.

Nessa direção, a disputa deu-se, efetivamente, entre o primogênito do líder dos *Boca Preta*, Lukano Araújo Costa Reis de Sá e o líder dos *Tupamaro*, José Nogueira Tapety Neto. Lukano Sá, sem experiência na gestão com cargos legislativos ou executivos, obteve nesse pleito 10.854 dos votantes oeirenses, os quais, conforme figura 27, assim ficaram configurados: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 1.515 dos 2.850 votos válidos, com maiores votações nos povoados Alagoinhas (232 votos), Boa Vista (127 votos) e Tranqueira (114); no quadrante Norte/Nordeste, teve 1.097 dos 1.959 votos válidos, com votações maiores nas comunidades Contentamento (226 votos), Malhada Grande (176 votos) e Boa Nova (171 votos); no quadrante Leste/Sudeste, conseguiu 636 dos 1.040 votos válidos, o candidato obteve votações mais expressivas nas comunidades de Várzea da Cruz (117 votos), Canto (99 votos) e Soares (90); na cidade, alcançou 7.606 dos 14.051 votos válidos. Os números obtidos por Lukano Sá o elegem prefeito com uma maioria de 1.808 votos.

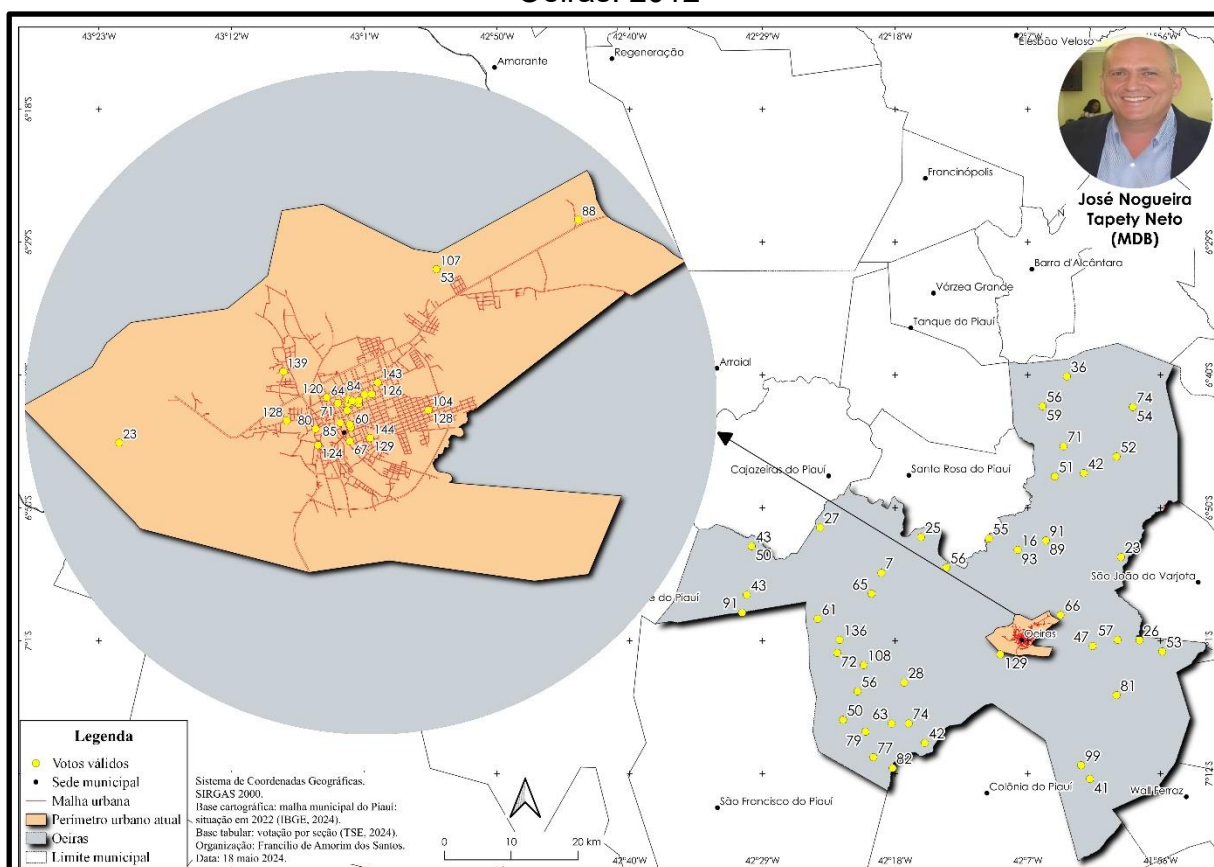
Figura 27 – Espacialização dos votos de Lukano Sá pelas seções eleitorais de Oeiras. 2012



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Tapety Neto, de acordo com a figura 28, foi votado por 9.046 dos eleitores em 2012, assim espacializados: no quadrante Oeste/Sudoeste, dos 2.850 votos válidos obteve 1.335, as comunidades que mais votaram no candidato foram Buriti do Canto (136 votos), Morro Redondo (108 votos) e Tamboril (91votos); no quadrante Norte/Nordeste, teve 862 dos 1.959 votos válidos, com maiores votações nos povoados Contentamento (180 votos), Boa Nova (128 votos) e Malhada Grande (115 votos); no quadrante Leste/Sudeste, teve 404 dos 1.040 votos, com maior expressividade nas comunidades Buriti do Rei (99 votos), Malhada Real (81 votos) e Soares (57 votos); na cidade, dos 14.051 votos registrados, Tapety Neto obteve 6.445 votos. Nesse cenário, o grupo *Tupamaro* perdeu nos interiores e na cidade, o que deu a vitória ao adversário.

Figura 28 – Espacialização dos votos de Tapety Neto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2012



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

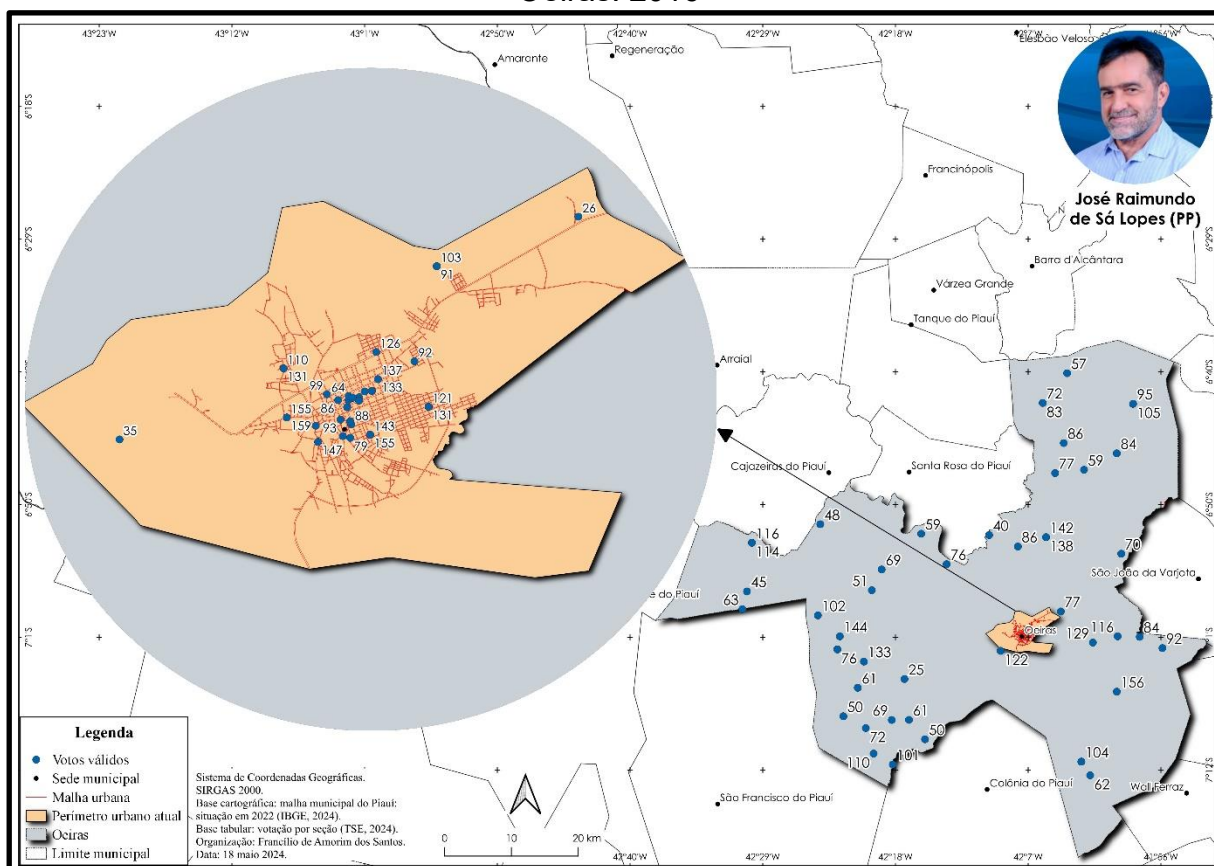
Em 2014, as eleições estaduais tiveram como candidatos: Wellington Dias, do PT, que sai do senado para concorrer ao governo, e sua vice Margarete Coelho, do PP, que se coligaram ao PTB, PR, PRP, PROS, PHS e SD, sob o lema “A vitória com

a força do povo”; Antônio José de Moraes Souza Filho, do PMDB, candidato à reeleição, teve como vice Silvio Mendes, do PSDB, coligados ao PSB, PSD, DEM, PPS, PDT, Pcdob, PV, PRB, PSL, PTN, PSDC, PMN, PTC, PR do B e PEN, sob o lema “Piauí no coração”; outras cinco candidaturas se propuseram, mas com votações pouco expressivas. O candidato do PT ganha no primeiro turno (TSE, 2024).

Em 2016, Lukano Sá indica seu Secretário de Administração como candidato do grupo *Boca Preta*, José Raimundo de Sá Lopes (PP), já filiado ao partido da vice-governadora, coligado ao PDT, PTB, PMB, PSB, PSDB, PC do B e PROS, com o lema “Competência e Trabalho”, o qual teve como vice Marinho de Meneses Sousa. A chapa adversária teve à frente Abimael Soares da Rocha Neto (PTN), então vice-prefeito na legislatura de Lukano, apoiado pelo grupo *Tupamaro*, o qual indicou a candidata a vice-prefeita Aleksandra Rocha Angeline Tapety, coligado ao PTN, PMDB, PR, PSD, PSC, PRP, PRB e PT, sob o *slogan* “Todos por Oeiras”, (TSE, 2024).

José Raimundo, teve seus votos distribuídos da seguinte forma: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 1.695 dos 3.213 votos válidos, as localidades com maiores votações foram Alagoinhas (230 votos), Buriti do Canto (144 votos) e Tranqueira (110 votos); no quadrante Norte/Nordeste, registraram-se 1.194 dos 2.138 votos computados, as comunidades com mais votos no grupo foram Contentamento (280 votos), Boa Nova (200 votos) e Malhada Grande (155 votos); no Quadrante Leste/Sudeste, obteve 743 dos 1.283 votos válidos, com maiores votações nas localidades Malhada Real (156 votos), Várzea da Cruz (129 votos) e Soares (116 votos); na cidade, Zé Raimundo alcançou 7.849 votos dos 15.176. Esses números o tornaram vencedor com 11.481 votos ante os 10.339 do candidato Abimael, uma diferença de 1.142 votos.

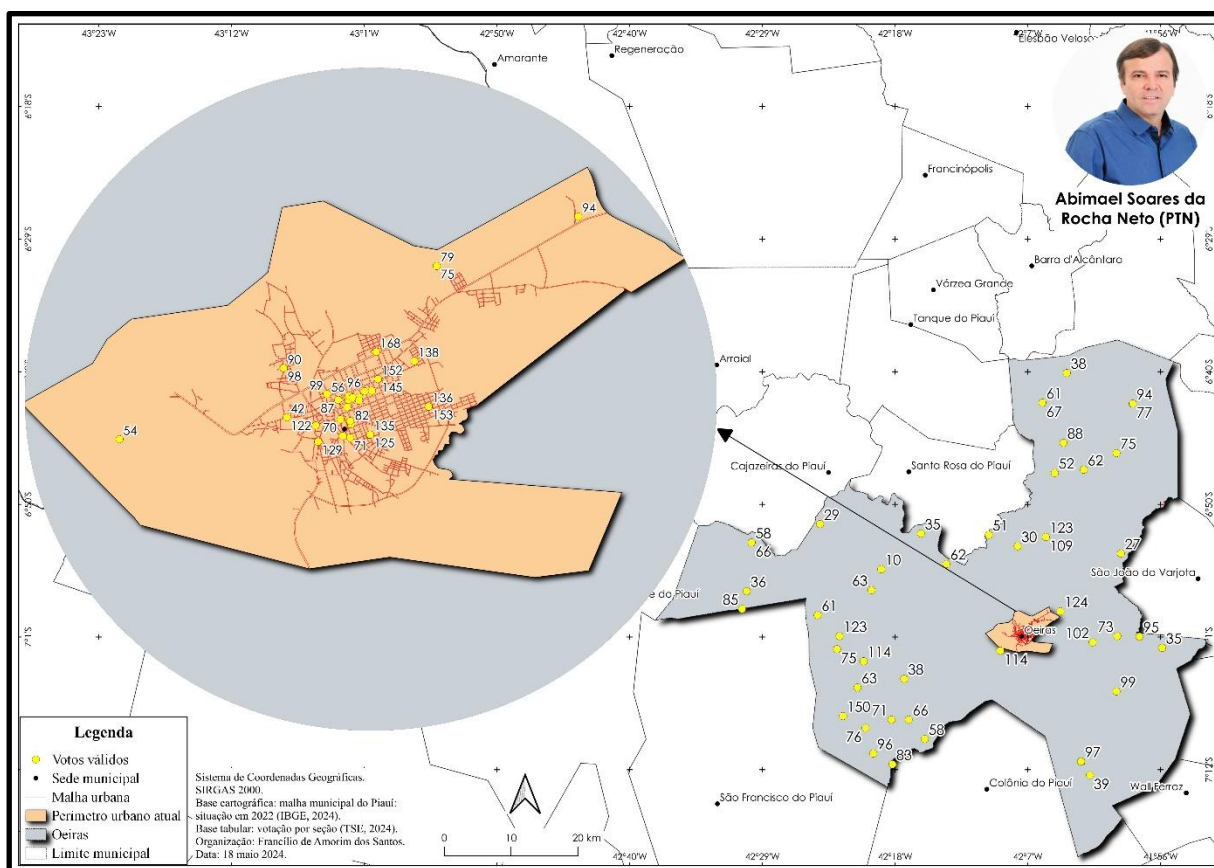
Figura 29 – Espacialização dos votos de José Raimundo pelas seções eleitorais de Oeiras. 2016



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Abimael, conforme figura 30, em 2016, foi votado por 10.339 dos eleitores, assim distribuídos: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 1.518 votos, as comunidades que mais votaram no candidato foram Boa Vista (150 votos), Buriti do Canto (123 votos) e Morro Redondo (114 votos); no quadrante Norte, teve 954 votos, com maior expressividade nos povoados Contentamento (232 votos), Boa Nova (171 votos) e Malhada Grande (128 votos); no quadrante Leste, conseguiu 540 votos, principalmente nas localidades Várzea da Cruz (102 votos), Malhada Real (99 votos) e Buriti do Rei (97 votos); na cidade, Abimael obteve 7.327 votos.

Figura 30 – Espacialização dos votos de Abimael Rocha pelas seções eleitorais de Oeiras. 2016.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

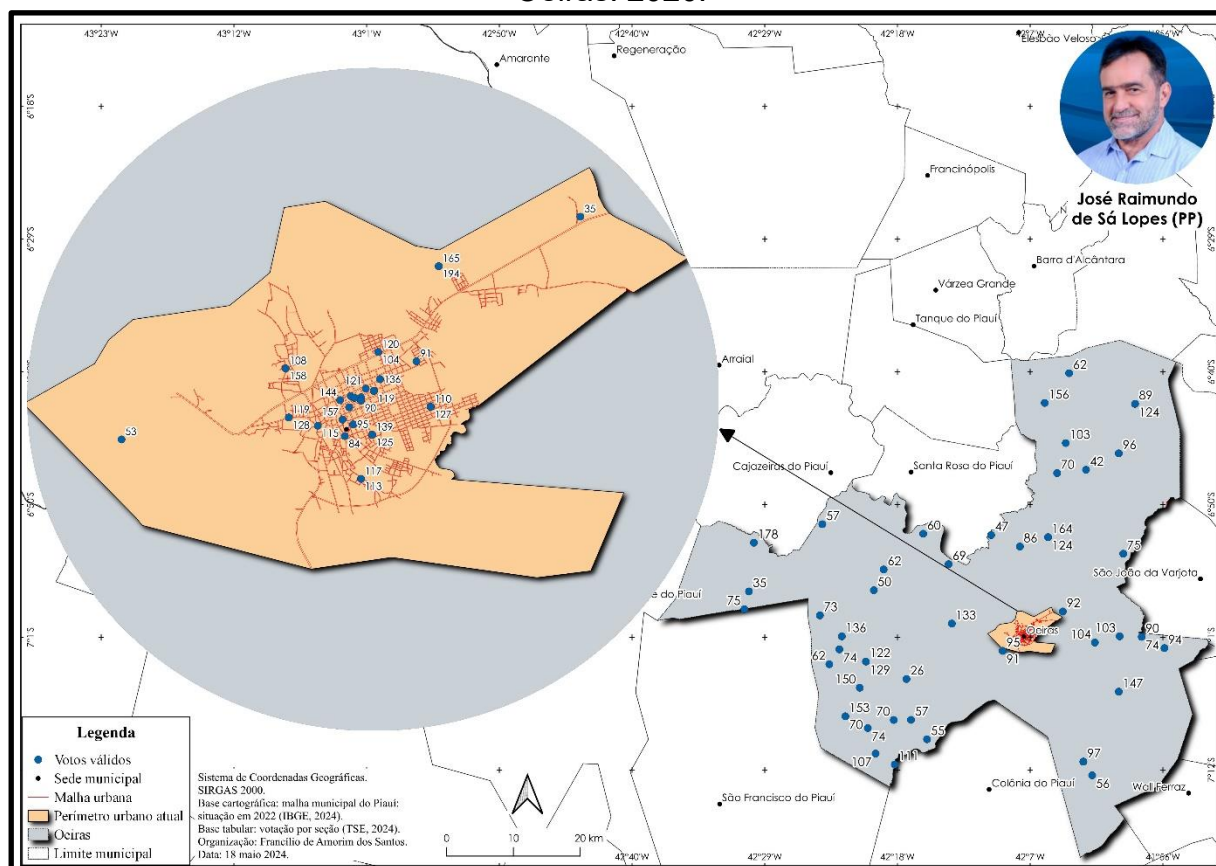
Em 2018, o governo estadual foi disputado por: Wellington Dias e sua vice Regina Sousa, uma chapa petista pura, coligada ao PP, PR, PTB, Pcdob, PRTB, PDT e PSD, com o mesmo lema de 2014; José Pessoa Leal (popularmente conhecido como Dr. Pessoa), SD, e sua vice Vanessa Tapety (filha de Tapety Neto), PTC, coligados ao PMN, PRB e PPL, sob o título “Mudar para servir nossa gente”; Luciano Nunes, PSDB, e sua vice Cassandra Moraes Sousa (filha de Mão Santa), DEM, coligados apenas ao PSB, sob o lema “Piauí de verdade”; outras sete candidaturas lançaram-se no pleito, mas com votações baixas. O candidato à reeleição venceu no primeiro turno (TSE, 2024).

Em 2020, José Raimundo se coloca para a reeleição com o vice José Alberto Pinheiro de Araújo, pelo PP, coligado ao PSB, PSDB, PSD e PDT, sob o lema “Oeiras no rumo certo”, e enfrenta Hailton Alves Filho e seu vice José Arimatéia Carvalho Júnior, do MDB, apoiado pelo PT, PODE, PTB, e REDE, com o título de “Resistência e esperança” (TSE, 2024). Essa eleição foi a segunda mais acirrada nas disputas dos

dois grupos políticos, perdendo apenas para a de 1972, a qual deu 26 votos de maioria ao vencedor; na de 2020, foram 43 votos a mais para quem venceu.

Nesse pleito, de acordo com a figura 31, José Raimundo obtém 11.472 dos votos válidos, assim distribuídos: no quadrante Oeste/Sudoeste obteve 2.188 dos 4.372 votos válidos, as maiores votações foram nos povoados Morro Redondo – um povoado com oscilação significativa dos votos no grupo, uma vez em 2008 deram 229 votos, caiu para 62 em 2012 e aumentou para 251 votos nessa eleição - Boa Vista (223 votos) e Alagoinhas (178 votos); no quadrante Norte/Nodeste, alcançou 1.238 dos 2.337 votos válidos, as comunidades Contentamento (288 votos), Boa Nova (213 votos) e Malhada Grande (156 votos) foram as que mais depositaram votos no candidato do grupo Boca Preta; no quadrante Leste/Sudeste, obteve 765 dos 1.451 votos válidos, com maiores votações nas comunidades Sambaíba (168 votos), Várzea da Cruz (104 votos) e Soares (103 votos); na cidade, dos 14.894 votos, registraram-se 7.281 para o candidato, o que o fez perder para o adversário, na zona urbana, por 179 votos. As diferenças vitoriosas nas comunidades interioranas do município consagraram os *Boca Preta* como vencedores, com margem bem reduzida, 43 votos.

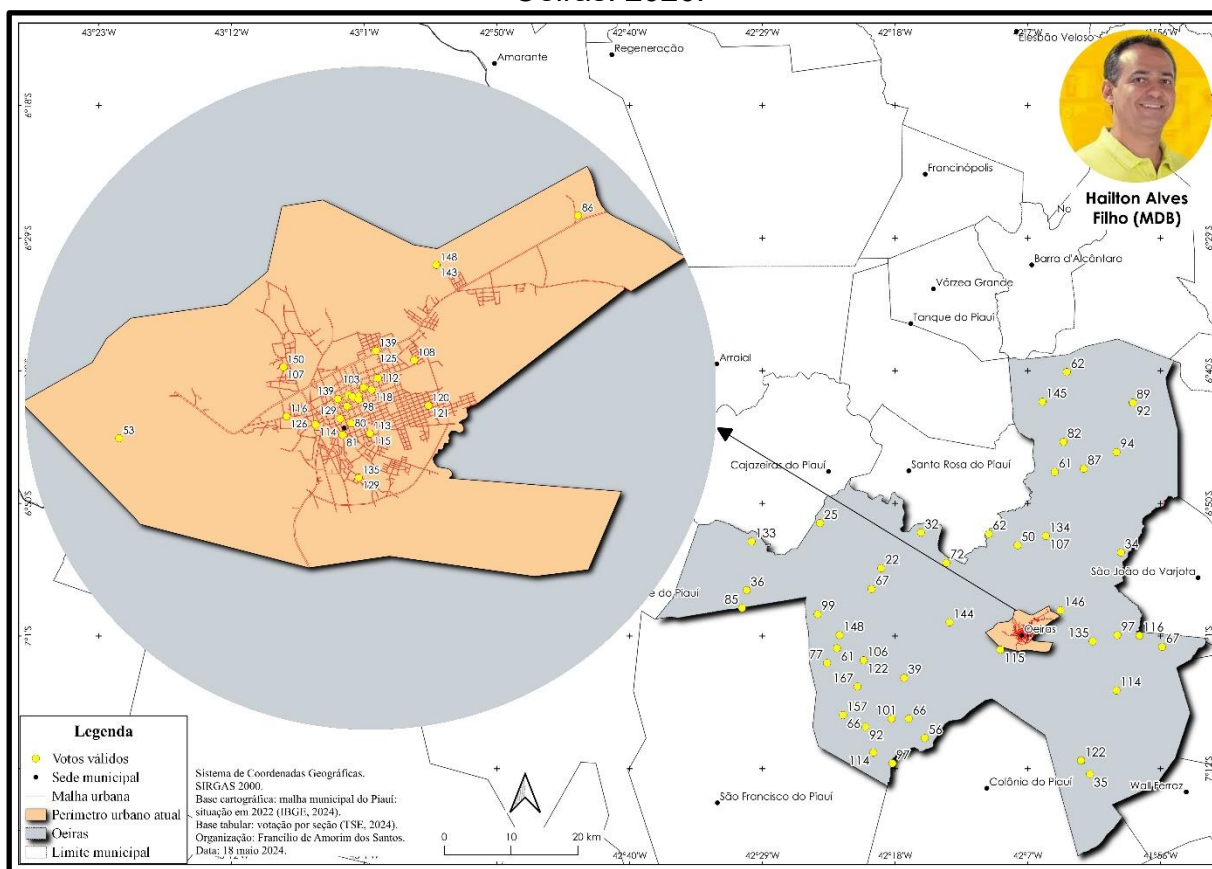
Figura 31 – Espacialização dos votos de José Raimundo pelas seções eleitorais de Oeiras. 2020.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Em 2020, ninguém do núcleo familiar dos *Tupamaro* se coloca como candidato, mas o grupo apoia Hailton Filho, que recebe 11.429 votos, assim distribuídos: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 2.184 votos válidos, as maiores votações foram nos povoados Morro Redondo (228 votos), Boa Vista (223 votos, empatou com o adversário) e Buriti do Canto (148 votos), perdeu por 4 votos para o oponente; no quadrante Norte/Nordeste, alcançou 1.238 votos, as comunidades Contentamento (241 votos), Boa Nova (181 votos) e Malhada Grande (145 votos) foram as que mais votaram; no quadrante Leste/Sudeste, obteve 765 votos, com maiores votações nas comunidades Várzea da Cruz (135 votos), Buriti do Rei (122 votos) Briônia (116 votos); na cidade, dos 14.894 votos, obteve 7.460.

Figura 32 – Espacialização dos votos de Hailton Filho pelas seções eleitorais de Oeiras. 2020.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

As espacializações dos votos em Oeiras no período em exame evidenciam que as disputas entre os Boca Preta e os *Tupamaro* são acirradas, mesmo com oscilações pleito a pleito, seja nas comunidades da zona rural, seja na zona urbana. Nessa direção, as disputas entre os maiores líderes políticos locais, em 2000, evidenciam flagrantemente essa historicidade, uma vez que Tapety Neto, foi para a reeleição em 2000 e só obteve 370 votos de maioria a seu favor, momento em que B. Sá teve maioria apenas no quadrante Leste/Sudeste.

Na verdade, esse quadrante Leste/Sudeste tem uma fidelidade ao grupo *Boca Preta*, posto ter dado maioria de votos aos candidatos do grupo nas eleições de 2000 – 477 Boca *versus* 445 Tupa, 2004 – 600 Boca *versus* 444 Tupa, 2008 – 689 Boca *versus* 706 Tupa (exceção), 2012 – 636 Boca *versus* 404 Tupa, 2016 – 743 Boca *versus* 540 Tupa, 2020 – 765 Boca *versus* 686 Tupa.

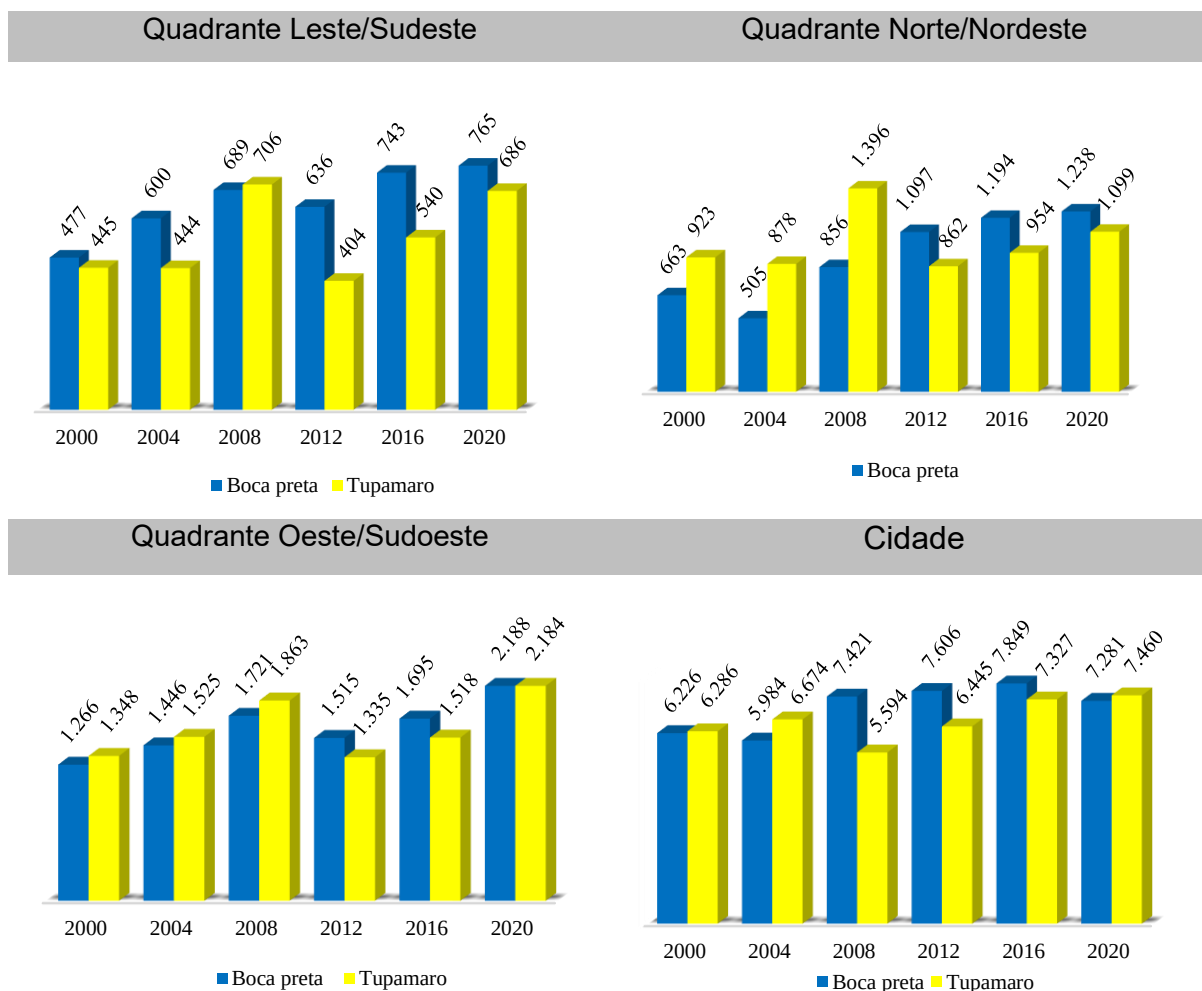
Constata-se, também, que nos momentos de reeleição ou continuidade de determinado grupo no poder, as zonas rurais dos quadrantes Oeste/Sudoeste e Norte se mantêm com maior fidelidade à situação ou ao candidato indicado pelo atual gestor,

uma vez que os *Tupamaro* detiveram maioria nesses espaços rurais em 2000 (reeleição de Tapety Neto), 2004 (elegeu o sucessor) e 2008, mesmo saindo derrotado. Já nas eleições de 2012, 2016 e 2020 (manutenção do grupo *Boca Preta*) esses setores rurais deram maioria aos candidatos representantes do grupo.

No quadrante Oeste/Sudoeste, assim se deram as disputas: 2000 – 1.266 Boca *versus* 1.348 Tupa, 2004 – 1.446 Boca *versus* 1.525 Tupa, 2008 – 1.721 Boca *versus* 1.863 Tupa, 2012 – 1.515 Boca *versus* 1.335 Tupa, 2016 – 1.695 Boca *versus* 1.518 Tupa, 2020 – 2.188 Boca *versus* 2.184 Tupa. Já o quadrante Norte/Nordeste assim se comportou: em 2000 – 663 Boca *versus* 923 Tupa, 2004 – 505 Boca *versus* 878 Tupa, 2008 – 856 Boca *versus* 1.396 Tupa, 2012 – 1.097 Boca *versus* 862 Tupa, 2016 – 1.194 Boca *versus* 954 Tupa, 2020 – 1.238 Boca *versus* 1.099 Tupa.

Os votos na cidade revelam que esses eleitores tem mais proximidade com os *Boca Preta*, uma vez que nos momentos de continuidade dos grupos no poder, as diferenças entre as votações são pequenas quando da vitória dos Tupa (maior diferença foi em 2004, 690 votos), o que se inverte nas vitórias dos Boca, como em 2012, diferença de 1.161 votos. Enfim, assim se delineou os votos da cidade: 2000 – 6.226 Boca *versus* 6.286 Tupa, 2004 – 5.984 Boca *versus* 6.674 Tupa, 2008 – 7.421 Boca *versus* 5.594 Tupa, 2012 – 7.606 Boca *versus* 6.445 Tupa, 2016 – 7.849 Boca *versus* 7.327 Tupa, 2020 – 7.281 Boca *versus* 7.460 Tupa.

A síntese das votações das eleições de 2000 a 2020, com exceção da de 2010 em função da não obtenção de dados por seção junto ao TSE, encontra-se na figura 33, a qual contém os totais obtidos pelos candidatos representantes dos dois grupos políticos oeirenses, *Boca Preta* e *Tupamaro*, distribuídos pelos quadrantes.

Figura 33 – Síntese das votações das eleições de 2000 a 2020* por quadrantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

*não se conseguiu os dados de votos por seção na eleição suplementar de 2010.

3.3 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024: SINAIS DE MODIFICAÇÕES NA HISTORICIDADE ELEITORAL DE OEIRAS

Desde 1948, momento em que se inicia, sistematicamente, a realização de eleições municipais em Oeiras, dois grupos políticos alternaram-se no poder, os *Boca Preta* e os *Tupamaro*. No decorrer desses 76 anos nenhum outro candidato externo aos clãs foi eleito ou mesmo teve votações expressivas.

Esse cenário inicia modificações ainda na eleição de 2020, uma vez que o candidato opositor ao grupo *Boca Preta*, Dr. Hailton Filho, conseguiu votação expressiva e perdeu o pleito por apenas 43 votos de diferença, em que ganhou nas urnas da cidade e perdera nas interioranas. Na verdade, esse candidato não é completamente *outsider* ao grupo *Tupamaro*, uma vez que já ocupou cargo na gestão

do prefeito Tiel (2005 a 2008) e foi indicado pelo líder Tapety Neto em 2020. Contudo, algumas ações concretizadas no pleito de 2024 permitem inferir certa construção de outra liderança política no município e, quiçá, o embrião de um novo grupo.

Se no pleito de 2020 teve-se uma realização das ações eleitorais de campanha bem diferenciados dado à pandemia de COVID-19, o que restringiu em muito os contatos corpo a corpo entre candidatos e eleitores, a de 2024 permitiu contatos, reuniões, comícios, caminhadas, dentre outras dinâmicas típicas de campanhas eleitorais, conforme aponta Barreira (2006) que discute “A política de perto: recortes etnográficos de campanhas eleitorais” e Ramos (2015) que analisa “O tempo da política: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE”.

Barreira (2006) examina, a partir do conceito de ritual, os atos de campanhas eleitorais nas metrópoles do Nordeste brasileiro. Para tanto, desenvolve o argumento de que os atos de campanha dinamizam as “[...]relações de proximidade entre o que se nomeia de política e os eleitores, viabilizando a apresentação de concorrentes e redefinindo pactos sociais que validam os princípios da representação política” (Barreira, 2006, p. 177).

Nesse sentido, a categoria de “tempo de política” funciona como lente analítica para explorar as disputas eleitorais e suas repercussões sociais, seja a partir de sons, cores, imagens ou palavras, ações que promovem festividades nos momentos de suas realizações, o que se configura como ritual (Barreira, 2006). Com efeito,

os rituais políticos explicitam conflitos entre posições, em que se demonstra também a existência de esferas de elaboração de legitimidade. Nesse sentido, atualizam os princípios e códigos que regem a ordem política, validando crenças e memórias. Os rituais de campanha eleitoral constituem, nessa perspectiva, espaços de reconstrução da política, tal como se apresentam em eventos específicos como caminhadas, comícios e atividades cotidianas que compõem a agenda dos candidatos. O conceito de ritual, na medida em que incorpora dimensões de ordem, conflito, competição e diversidade, pode constituir uma importante ferramenta analítica para se pensar sobre os atos de campanha eleitoral (Barreira, 2006, p. 179-180).

Os rituais tratados por Barreira (2006) são os denominados: 1) mobilidade espacial – consiste no andar pela cidade, tornar-se visível para o eleitor com ações como visita a instituições públicas, a feiras, mercados e outros locais públicos de concentração, participação em eventos significativos, seja cultural ou religioso,

caminhadas, comícios, carreatas, bem como participação em debates públicos, quando existem; 2) a escrita móvel – é o caminhar pelos espaços citadinos, seja nas áreas centrais, seja nas periféricas; 3) comícios – reuniões dos aderidos a campanha em locais para grandes aglomerações; 4) festa no bairros; 5) atos de campanhas; e 6) ações de proximidade e distanciamento.

Tempo de política é o foco da análise de Ramos (2015) ao examinar as dinâmicas do voto e comportamento dos eleitores em Afogados de Ingazeira (PE) nas escolhas dos candidatos a partir das motivações e as redes de sociabilidade na cidade nas eleições de 2014 para presidente da república, governador estadual, deputados federais e estaduais, além de senadores. Nesse percurso, o autor adota uma abordagem socioantropológica em contraposição ao modelo da escolha racional, ou seja, busca compreender as subjetividades comportamentais dos eleitores em suas escolhas por um dado candidato.

Dentre suas principais conclusões destaca-se que a

[...]experiência social dos eleitores demonstra que as redes de sociabilidade são fundamentais para a construção das escolhas políticas, uma vez que é a partir da convivência com outras pessoas através de seu círculo de amizades que o eleitor consegue também elaborar sua decisão. Obtendo informações, confrontando ideias e, sobretudo se inserindo em um processo dialético de análise ao definir um perfil preferencial sobre determinado candidato orientado pelas circunstâncias políticas propiciadas pelo “tempo da política” (Ramos, 2015, p. 148).

Nesse sentido, as análises individuais e coletivas dos eleitores para com suas escolhas pressupõem compreensões da importância do momento eleitoral, da eleição e seu papel frente aos desdobramentos econômicos, sociais e culturais de uma dada realidade socioespacial. Assim, para além de uma perspectiva econômica (a escolha racional), os sentimentos do eleitor têm uma significativa relevância para depositar o voto na urna em um determinado candidato. Enfim,

neste processo de disputa o voto se torna o fim almejado pelos candidatos, de modo que o eleitor tem clara compreensão de que é o período em que ganha maior visibilidade nesta arena de disputas e conquistas que se configura a cidade. O que nos permite considerar que as pessoas votam acionando um determinado conjunto de crenças e motivações que significam as suas vidas. Votam também a partir de um referencial valorativo de atributos que configuram como importantes na escolha de um candidato, que se tornam legitimados e reconhecidos de forma positiva pela sociedade, visto que as identidades são construídas através de interações sociais coletivas (Ramos, 2015, p. 148).

As reflexões de Barreira (2006) e Ramos (2015) indicam a festa social que se realiza nos momentos eleitorais, sejam nas eleições para o executivo local, seja para o estadual ou nacional. Em Oeiras, nas eleições de 2024, verificou-se a realização dos rituais de forma densa e sistemática, os quais buscaram fidelizar o eleitorado, mostrar a força política dos candidatos, bem como promover novas adesões. Nesse sentido, os dois candidatos, Dr. Hailton Filho (Solidariedade) e José Alberto (PSD), que se propuseram para a escolha do eleitorado para gestor municipal, realizaram os mesmos atos, alguns em locais coincidentes.

O candidato Dr. Hailton Filho, derrotado nas eleições de 2020, então filiado ao MDB, manteve-se desde então como o nome das oposições na cidade, representadas pelos grupos *Tupamaro* e do PT, além de outras agremiações. Essa união construiu a projeção de que em 2024 ele continuaria a ser o candidato opositor ao grupo *Boca Preta*, gestor da cidade há 16 anos, e teria como vice em sua chapa Ícaro Carvalho, filho Assis Carvalho (*in memorian*) que fora deputado Federal, além de ter exercido outros cargos na administração estadual.

Contudo, alguns conflitos no grupo fizeram com que Hailton Filho desistisse da provável candidatura, exposta em um comunicado com o seguinte teor, conforme Portal Integração (2023):

Oeirenses, há algum tempo, desde a campanha de 2020, venho caminhando, dialogando e buscando o fortalecimento da oposição de Oeiras. Tivemos uma votação expressiva, demonstrando a insatisfação e o desejo de mudança. O grupo de 2020 cresceu, consegui adesões de grandes lideranças para somar a nossa luta em 2024. Recentemente em uma entrevista à rádio Primeira Capital declarei minha pré-candidatura a prefeito de Oeiras, no entanto, além de homem público, político, sou essencialmente um profissional médico, que vive da medicina e a qual tenho grande responsabilidade. Dedicar-se à política e a medicina tem se tornado algo difícil de equilibrar. Sendo assim, tomei a difícil decisão de renunciar a pré-candidatura a prefeito de Oeiras. Permanecerei nas trincheiras ao lado daqueles que venho lutando. Entendo que existem outras formas de trabalhar pela minha cidade e meus conterrâneos.

Dr. Hailton Filho

Essa desistência durou uma semana, mas foi suficiente para fraturar o grupo, ao menos inicialmente, o que fez com que Hailton Filho se desfiliasse do seu antigo partido, o MDB, e se filiasse ao Solidariedade. Ao voltar a se colocar como candidato ao executivo, incentivado pelo então deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Franzé, o companheiro de chapa futura, Ícaro Carvalho decidiu

caminhar sozinho como também postulante ao executivo oeirense, apoiado pelo então governador do estado, Rafael Fonteles, ambos do PT, e pelo líder dos *Tupamaro*, Tapety Neto.

Esse andar paralelo das oposições durou até abril de 2024 (Cidade verde, 2024), momento que Ícaro Carvalho desiste de sua pré-candidatura ao executivo e volta a apoiar Hailton Filho. Com efeito, o núcleo dos *Tupamaro* também tivera que retornar ao apoio da candidatura do ex-aliado. Essa configuração resultou na chapa para 2024 composta por Hailton Alves Filho como candidato a prefeito pelo Solidariedade e, como vice, Fortunata da Silva Fontes, pelo PT, com o *slogan* “Amar e mudar Oeiras, nos interessa mais”. Essa união partidária contou com a Federação Brasil da Esperança (Fé Brasil) composta pelos partidos PT, PC do B e PV. Aliou-se também o Podemos e MDB.

Esse conjunto partidário indicou quantidade expressiva de candidatos a vereadores: MDB – 6 postulantes, PODEMOS – 13 postulantes, SOLIDARIEDADE – 14 postulantes, Federação Brasil da Esperança – Fé Brasil (PT/PC do B/PV) – 13 postulantes, o que totalizou 46 candidatos a vereadores do grupo opositor.

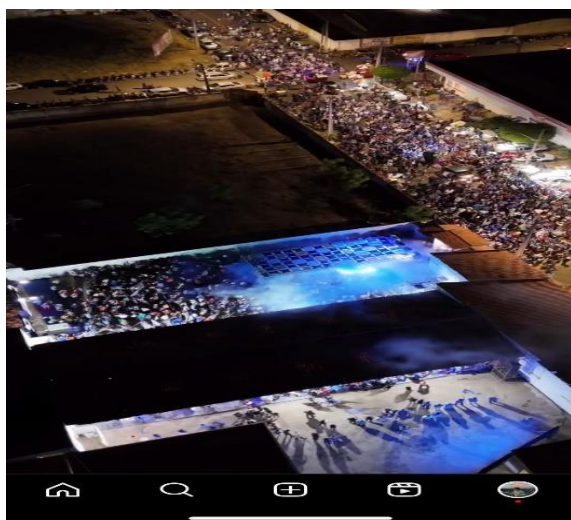
O Grupo *Boca Preta* durante o último mandato do prefeito José Raimundo (2021 a 2024) manteve-se indeciso na indicação de quem seria o candidato, o que resultou na não construção de um nome que ganhasse projeção ao longo da gestão. Em uma disputa interna do grupo entre o vice-prefeito, Jozé Alberto, o vereador Letiano e Dr. Abimael (foi candidato opositor ao grupo em 2016 e vice de Lukano Sá – 2013 a 2016), o então vice ganha e é lançado candidato do grupo ao executivo municipal. Contudo, dado o desgaste da gestão, evidenciada na vitória apertada em 2020 e em pesquisas eleitorais que apontavam Dr. Hailton bem a frente, o grupo coloca, como candidato a vice, o líder maior do grupo, B. Sá. Essa ação visou recalibrar as forças dos *Boca Preta* para o enfrentamento da campanha eleitoral. Nesse cenário, o atual prefeito desfilia-se juntamente com seu vice do PP, vai para o PSD e leva os vereadores situacionais. Com efeito, forma-se a chapa, Zé Alberto (PSD), candidato a prefeito, com B. Sá (PP), intitulada “Humildade e Trabalho”. O grupo contou com 14 candidatos a vereador, todos filiados ao PSD.

Nessa direção, o primeiro ato de aglomeração eleitoral foram as convenções partidárias, momento em que se lançam os candidatos do executivo e legislativo municipal. A festividade do momento são significativas e envolvem toda uma arquitetura de campanha que se desenha. A reunião do grupo *Boca Preta* ocorreu em

um clube da cidade, com pequenas aglomerações em bares da cidade para posterior caminhada até o espaço de concentração final. A do grupo *Tupamaro*, também ocorrida em clube, contou com a presença do governador do estado, Rafael Fonteles, e do Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington dias, uma evidencia que forças políticas estaduais e federais se juntaram para conquistarem o poder executivo (figura 34).

Figura 34 – Convenções dos candidatos Zé Alberto e Dr. Hailton.

Convenção Zé Alberto



Convenção do Dr. Hailton



Fonte: acervo do autor, 2024.

Após os lançamentos das candidaturas, segue o segundo ritual, os chamados “Arrochão” – termo usado pelo grupo *Boca Preta*, e “Arrastão” – termo usado pelos partidários do Dr. Hailton. Esses momentos organizam vindas de eleitores da zona rural da cidade e serve para evidenciar as forças das candidaturas a partir da mobilização e aglomeração. As duas ocorreram em uma rua estreita, o que dificulta a dispersão, denominada, popularmente, “Rua do Meio”. Em analogia ao descrito por Ramos (2015), essas reuniões tornam-se pauta dialógicas da população antes, durante e depois dos atos, em que se discute quem conseguiu juntar mais gente, quem fez mais bonito, que fantasias, músicas e organização das caminhadas até o espaço foram mais pulsantes (figura 35).

Figura 35 – Primeiro “Arrochão” e “Arrastão” em Oeiras. 2024.

1º “Arrochão” Boca Preta



1º “Arrastão” do Dr. Hailton

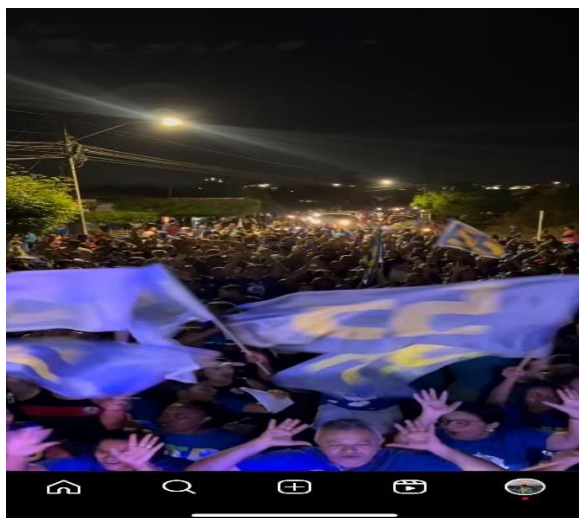


Fonte: acervo do autor, 2024.

Em consonância com as reflexões de Barreira (2006), as caminhadas nos bairros da cidade, bem como reuniões nas comunidades rurais são momentos de aproximações dos candidatos com seu eleitorado. Nessa direção, durante os dias de campanha são visitados diversos bairros, alguns em uma mesma noite (figura 36)

Figura 36 – Caminhada no bairro Rodagem Floriano em Oeiras. 2024.

Boca Preta



Tupamaro



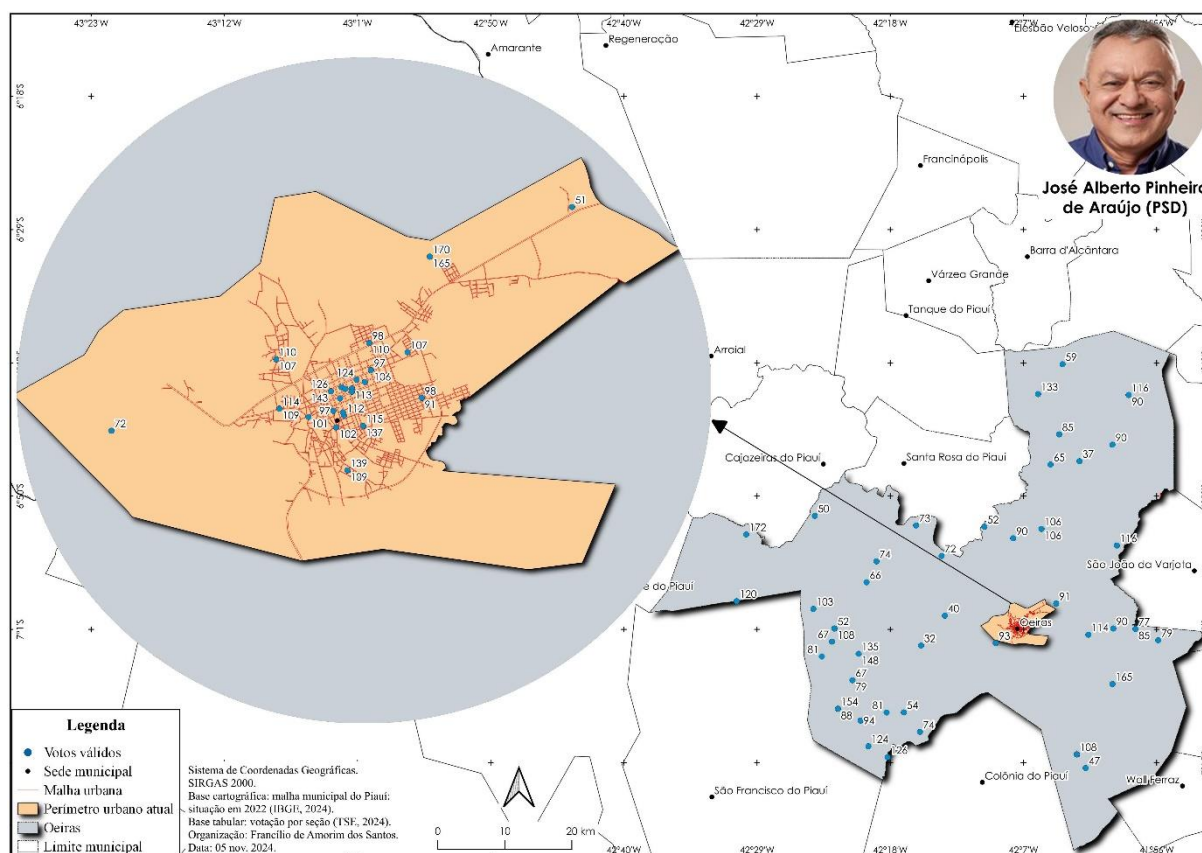
Fonte: acervo do autor, 2024.

Em Oeiras, como em Afogados de Ingazeira (Ramos, 2015), o tempo de política é vivenciado significativamente. Com efeito, esses rituais eleitorais são momentos em que se busca mostrar força, fidelização eleitoral e gerar discussões comparativas entre o eleitorado, o que dinamiza e interfere nas decisões de escolha do candidato por parte do eleitor.

As eleições de 2024, em Oeiras, contaram com 116 seções com urnas disponibilizadas para 31.255 eleitores aptos a votarem. Destes, compareceram 26.480 (84,72%), o que resultou numa abstenção de 4.775 (15,28%). Os votos em branco totalizaram 213 (0,80%) e os nulos 612 (2,31%).

Zé Alberto, conforme figura 37, teve seus votos distribuídos da seguinte forma: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 2.334 dos 4.727 votos válidos, as localidades com maiores votações foram Alagoinhas (172 votos), Morro Redondo (283 votos) e Caraíbas (126 votos); no quadrante Norte/Nordeste, registraram-se 1.145 dos 3.391 votos computados, as comunidades com mais votos no grupo foram Contentamento (212 votos), Boa Nova (206 votos) e Malhada Grande (133 votos); no Quadrante Leste/Sudeste, obteve 765 dos 1.613 votos válidos, com maiores votações nas localidades Malhada Real (165 votos), Várzea da Cruz (114 votos) e Briônia (162 votos); na cidade, Zé Alberto alcançou 7.965 votos dos 17.018.

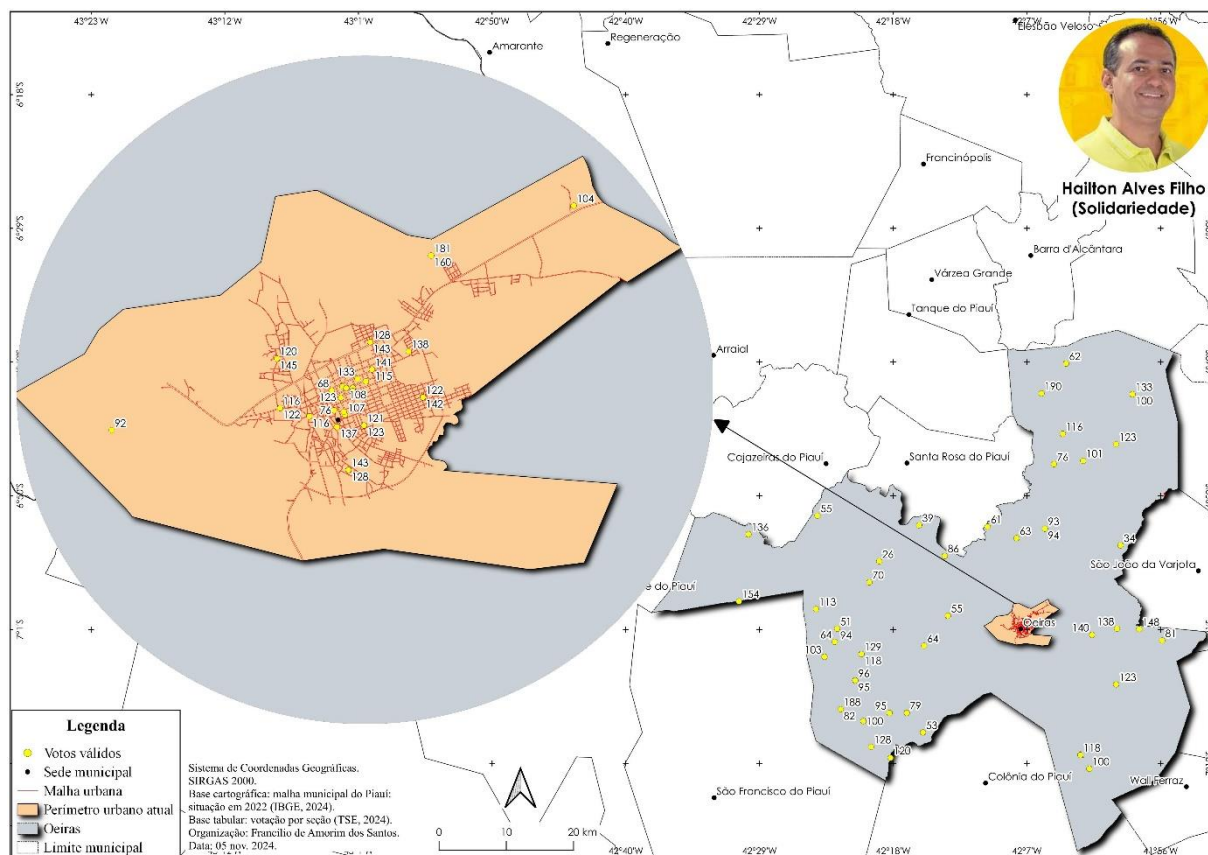
Figura 37 – Espacialização dos votos de Zé Alberto pelas seções eleitorais de Oeiras. 2024.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Os votos do candidato Hailton, de acordo com a figura 38, assim se distribuíram: no quadrante Oeste/Sudoeste, obteve 2.393 votos válidos, as maiores votações foram nos povoados Boa Vista (270 votos), Morro Redondo (247 votos) e Tamboril (154 votos); no quadrante Norte/Nordeste, alcançou 1.246 votos, as comunidades Boa Nova (233 votos), Malhada Grande (190 votos) e Contentamento (187 votos) foram as que mais votaram; no quadrante Leste/Sudeste, obteve 848 votos, com maiores votações nas comunidades Briônia (148 votos), várzea da Cruz (140 votos) e Soares (138 votos); na cidade, obteve 9.053 votos.

Figura 38 – Espacialização dos votos de Hailton Filho pelas seções eleitorais de Oeiras. 2024.

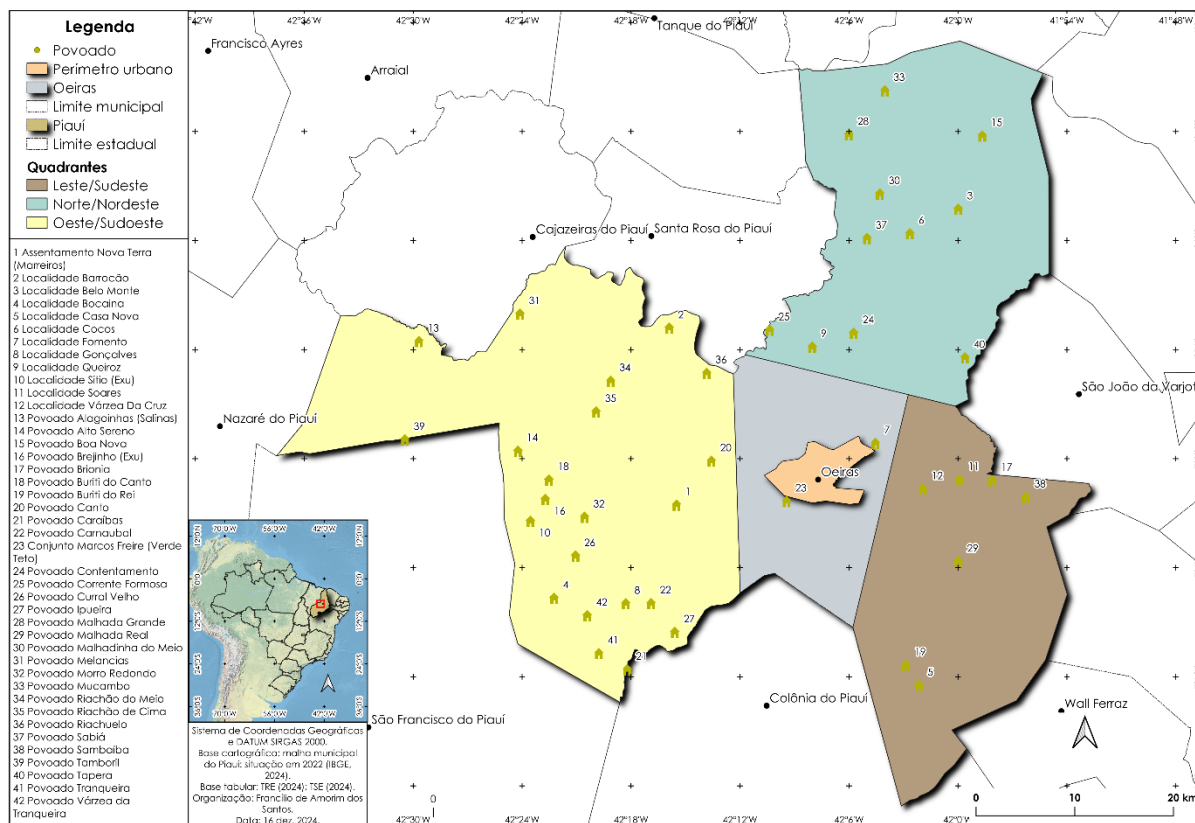


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (PI), 2024.

Nas eleições de 2024 foram disponibilizadas urnas eleitorais em 40 comunidades da zona rural de Oeiras, conforme figura 39. Nessa direção, o candidato da situação, Zé Alberto, obteve vitória em 13 localidades (32,5% do total), assim distribuídas: no quadrante Oeste/Sudoeste venceu nas localidades Barroirão (73 votos para Zé Alberto e 39 para Dr. Hailton), Riachão do Meio (74 votos para Zé Alberto e 26 para Dr. Hailton), Alagoinhas (172 votos para Zé Alberto e 136 para Dr. Hailton), Buriti do Canto (160 votos para Zé Alberto e 145 para Dr. Hailton), Brejinho – Exu (67 votos para Zé Alberto e 64 para Dr. Hailton), Morro Redondo (283 votos para Zé Alberto e 247 para Dr. Hailton), Caraíbas (126 votos para Zé Alberto e 120 para Dr. Hailton) e Ipueira (74 votos para Zé Alberto e 53 para Dr. Hailton); no quadrante Norte/Nordeste venceu na comunidade Queiroz (90 votos para Zé Alberto e 63 para Dr. Hailton), Contentamento (212 votos para Zé Alberto e 187 para Dr. Hailton) e Tapera (116 votos para Zé Alberto e 34 para Dr. Hailton); e no quadrante

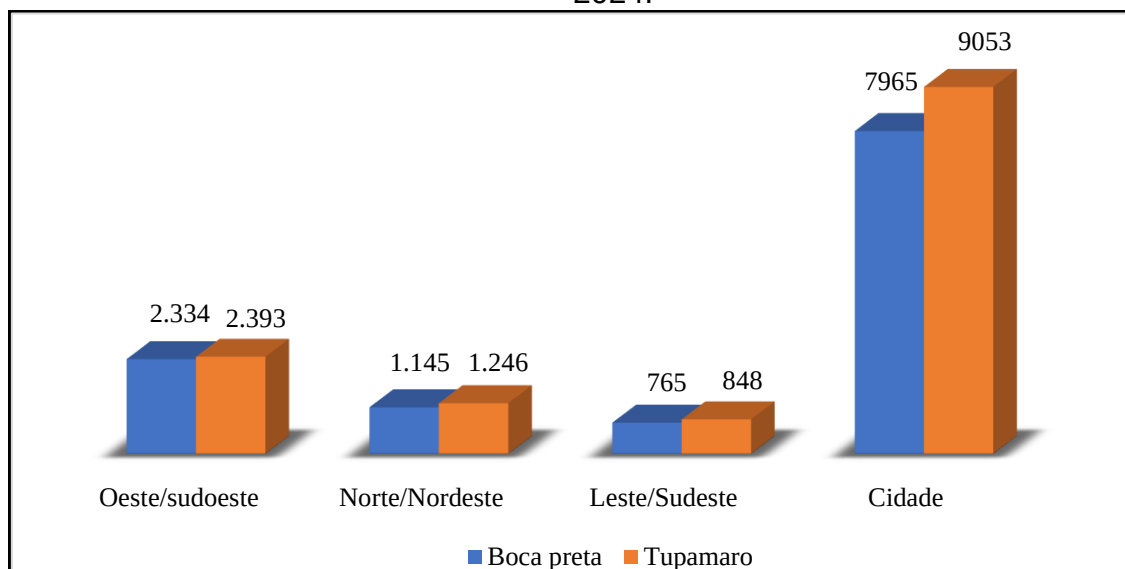
Leste/Sudeste venceu na Briônia (162 votos para Zé Alberto e 148 para Dr. Hailton) e Malhada Real (165 votos para Zé Alberto e 123 para Dr. Hailton).

Figura 39 – Comunidades com urnas eleitorais em Oeiras nas eleições de 2024.



De fato, as eleições de 2024 evidenciaram pequenas modificações nas escolhas eleitorais dos oeirenses, uma vez que o Dr. Hailton ganhou em todos os quadrantes. Sinteticamente, conforme gráfico 9, no quadrante Oeste/Sudoeste o candidato dos *Boca Preta* obtiveram 2.334 votos e os *Tupamaro* 2.393 (59 votos de diferença), no Norte/Nordeste, os *Boca* foram votados por 1.145 eleitores, os *Tupamaro* por 1.246 (101 votos de vantagem), No Leste/Sudeste, espaço com maiores identificações com o grupo *Boca Preta* ao longo das eleições do século XXI, Zé Alberto registrou 765 votos contra os 848 do Dr. Hailton (83 votos de diferença). Na cidade, a tendência verificada na eleição de 2020 de preferência pelo candidato opositor ampliou em termos quantitativos, uma vez que o grupo *Boca* recebeu 7.965 votos ante os 9.053 dos *Tupamaro* (diferença de 1.088 votos). Esses números deram a vitória ao Dr. Hailton com maioria de 1.331 votos no total e tiraram o grupo *Boca Preta* do controle do executivo municipal após 16 anos de administração.

Gráfico 9 – Síntese dos votos na eleição de Oeiras para prefeito por quadrante. 2024.



Os dados aqui analisados sobre a historicidade e espacialidade das eleições oeirenses permitem inferir que as escolhas dos candidatos por parte dos eleitores seguem o raciocínio de Augusto (2012): a identificação pessoal prevalece sobre a partidária. De fato, os candidatos do grupo *Boca Preta* transitaram em várias agremiações ao longo do tempo, com pouca interferência em suas votações. Quem mais se manteve fiel partidariamente foram os *Tupamaro*, na maioria das eleições estiveram em um único partido. Enfim, em analogia ao escrutinado por Silva (1999) para a realidade política piauiense, mas que se adequa à oeirense, os partidos políticos, antes de se constituírem como instrumentos de posturas ideológicas, funcionam, de fato, como instrumentos para a concretização dos anseios das redes familiares.

Enfim, em Oeiras segue-se a toada das disputas estaduais, em que

[...]a elite política piauiense assimilou a prática da adesão como constitutiva de sua cultura política, marcada pela necessidade de os políticos pertencerem à situação. A partir dessa evidência, a cultura política da adesão da elite política piauiense de uma situação a outra, para não perder o controle político, transmutando-se, ou melhor, convertendo-se a uma nova situação, com facilidade, vai-se constituir como um fato recorrente durante toda a história política do Piauí nos momentos de crise institucional ou, simplesmente, de uma mudança de comando no poder central (Silva, 1999, p. 335)

Ademais, as votações dos grupos revelam a sistematicidade dos processos eleitorais em Oeiras, o que aproxima das reflexões de Cunha (2014), uma vez que se verifica que as ações desencadeadas pelo grupo que venceu uma dada eleição criam

laços de fidelidade votacional na eleição seguinte, seja na zona rural, seja na zona urbana oeirense.

Na verdade, baseado nas reflexões de Silva (1999), Arraes Filho (2000) e Moura (2019), as condições socioeconômicas presentes no município de Oeiras ainda são frágeis, com índices de pobreza significativos, cenário que favorece a manutenção familiar mais favorecida em seus capitais econômicos, sociais, políticos e culturais na gestão municipal. De fato, a prefeitura acaba por se tornar um empreendimento que abriga parte significativa da população oeirense, desde o núcleo gestor até os partidários que são contratados para as diversas atividades intrínsecas à dinâmica da ‘coisa’ pública. Nesse sentido, em Oeiras, a Administração Pública municipal tem contribuição relevante na composição de seu PIB.

O exercício dos comandos da política oeirense e de chegada ao poder são elitistas e dominado por homens. Somente em três pleitos, mulheres se candidataram ao cargo majoritário, em 1992 com Valdália, em 2008 e em 2010 com Aleksandra Tapety, ambas não lograram êxito. O elitismo é evidenciado pelo fato de que nenhum candidato fora dos dois grupos alçou vitória nos pleitos, com votações pouco significativas quando das proposições de nomes como uma terceira via, vide o candidato do PT em 2012, em que tinha alinhamento ao governo federal, irmão deputado federal e apoio de senador do partido, teve votação pouco significativa, 888 votos.

Contudo, o grupo *Tupamaro*, sob a liderança do Tapety Neto tem evidenciado fragilidade na manutenção da fidelidade eleitoral e força do líder, uma vez que após perderem as eleições em 2008, 2010 e 2012, a partir de 2016 não indicaram mais o candidato majoritário. Nesse cenário, surgiu em 2020 Dr. Hailton como uma liderança em construção e que em 2024 conseguiu vitória significativa frente ao grupo *Boca Preta*. A consolidação desse político ainda estar por vir, mas indica modificações na historicidade eleitoral de Oeiras.

4. CONCLUSÕES

A geografia política tem retomado um vigor considerável desde os anos de 1990 nas produções acadêmicas e debates em eventos nacionais e internacionais. Na verdade, ao partir do pressuposto de que as ações desencadeadas na sociedade têm seus rebatimentos nos espaços, em suas formas e conteúdos, a política e suas dinâmicas requerem compreensões de como ela condiciona e é condicionada pelas características espaciais, seja nas áreas rurais, seja nas urbanas.

Na diversidade temática, encorpada na geografia política, a literatura revela que as Políticas Públicas têm produções mais sólidas e extensas em território brasileiro. Entretanto, outras nuances precisam de mais investigações, como democracia e exercício da cidadania no país, estados e municípios, comportamentos eleitorais nas diversas espacialidades, dentre outras. Na verdade, esses objetos têm sido alvo de forma mais consistente na Ciência Política e nas Ciências Sociais.

De fato, os resultados da pesquisa indicam que a geografia piauiense não tem produzido estudos na temática, fato constatado na busca de dissertação no Programa de Pós Graduação em Geografia, nível de mestrado, da Universidade Federal do Piauí. As investigações encontradas situam-se no âmbito da Ciência Política, as quais tocam mais a localização geográfica dos votos do que efetivamente as dinâmicas espaciais contidas no processo eleitoral.

No âmbito das políticas públicas, evidenciou-se que o conceito de território auxilia significativamente nas análises dos ciclos das políticas públicas – formulação, implementação e avaliação, o que permite examinar as espacialidades e dinâmicas empreendidas nas formas e conteúdos territoriais. Ademais, essa categoria geográfica pode contribuir na discussão da geografia eleitoral e do voto ao iluminar as territorializações dos agentes políticos em suas ações antes, durante e após os momentos de eleições.

A geografia do voto, uma derivação da geografia política, busca, dentre outros focos, investigar a distribuição espacial dos votos e os porquês das escolhas de determinados candidatos em detrimento de outrem. Nessa direção, a procura de teses e dissertações evidenciou pequena produção na geografia brasileira com essa temática. Em território piauiense, poucos estudos lidam mais diretamente e os

analisados tocam a geografia tangencialmente. Com efeito, a pesquisa em tela contribui como mais uma para auxiliar futuros exames desse objeto.

Já a Geografia Eleitoral, também inserida na Geografia Política, permite que se compreenda como as dinâmicas da política podem promover [re]produções espaciais por meio de modificações das formas e conteúdos de uma dada espacialidade. Nesse sentido, investigações nessa vertente são relevantes e precisam de maior vigor por parte dos geógrafos, em especial no Piauí, um dos Estados mais frágeis, economicamente, da federação.

Oeiras, primeira capital do Piauí, teve um processo de urbanização lento e desigual, quando comparadas a outras urbes piauienses, características que marcam a cidade em sua paisagem. Desde 1761, seu ano de fundação, diversas intervenções urbanas intentaram modernizar a cidade, mas ainda na atualidade guarda ares provincianos, como o centro histórico e o viver social.

Nesse sentido, as produções urbanas oeirenses têm se tornado mais significativas a partir dos anos 2000, acompanhando a toada nacional e estadual, no âmbito do lançamento de loteamentos urbanos e suas posteriores construções. Na verdade, essas ações imobiliárias, ao passo que expandiram o tecido urbano, densificaram-no mais fortemente, uma vez que os espaços vazios na cidade eram muito presentes.

Oeiras tem seu PIB municipal com incrementos maiores das atividades ligadas à administração pública e aos seus serviços. As indústrias, assim como no estado, têm papel mais secundário na geração de renda. De fato, a população ocupada formalmente respondia por apenas 11,7%, 4.356 dos seus 37.136 habitantes em 2021.

Essa fragilidade econômica se reflete nas condições de vida dos oeirenses, em que a maior parte da população vive sob vulnerabilidades sociais significativas. Nesse sentido, constatou-se que em 2023, 15.696 famílias, o que totaliza 29.808 dos seus 38.161 habitantes, encontravam-se cadastradas no banco de dados do governo federal como aptas a serem assistidas pelos programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família. Com efeito, as transferências de renda via união contribuem significativamente para a economia local, realidade da maioria dos municípios piauienses.

As análises da historicidade eleitoral oeirense revelaram que a gestão municipal ficou a cargo, desde o início do século XX, de poucas famílias, as quais

acabaram formando dois grupos, que têm se enfrentado nas eleições desde então, os *Boca Preta* e os *Tupamaro*. Nesse cenário, os Sá e Tapety têm buscado fincar suas participações, tanto no executivo local, quanto nas câmaras estadual e federal, o que tem ampliado seus capitais políticos e, por conseguinte, econômicos, sociais e culturais.

Os *Boca Preta* administraram Oeiras, no intervalo de tempo de 1948 a 2024, por 34 anos. Em contrapartida, os *Tupamaro* tiveram a frente da prefeitura por 42 anos nesse lapso temporal. Essas gestões imprimiram marcas na paisagem urbana e rural do município, assim como construíram identidades entre os eleitores e os representantes dos grupos. Nessa direção, as construções e consolidações identitárias perpassam o viver cotidiano da cidade, seja via programas de rádio transmitidas nas emissoras distintas de ambas as agremiações, seja nas músicas ou cores, em que, nos momentos eleitorais, são intensificadas e vividas fortemente o tempo da política.

As análises indicam que os grupos gestores que se alternaram no poder executivo oeirense pouco se diferenciaram nos interesses econômicos e políticos, haja vista que buscaram desenvolver ações que os mantivessem no poder e ampliação dos seus capitais políticos, econômicos, sociais e culturais. Na verdade, a partir de 1983 as gestões do grupo *Boca Preta* promoveram maiores ações nas áreas da educação com construções de escolas, no abastecimento d'água nas zonas rurais do município, ampliação no atendimento da saúde da população com disponibilidade de postos de saúde e oferta de entretenimentos culturais e esportivos na cidade.

Esses serviços e obras disponibilizadas a população oeirense desde a gestão do prefeito B. Sá (1983) promoveram maior fidelidade eleitoral ao grupo *Boca Preta* no período de 1948 a 1996, fato evidenciado nos resultados eleitorais de 1996, momento que o grupo se divide com dois candidatos, Din Sá (obteve 5.851 votos) e Marcos Antônio (registrou 4.285 votos), e perdem para Tapety Neto (votado por 5.981 oeirenses). Nesse cenário, os candidatos *Boca Preta* obtiveram, somados, 10.136 votos, o que lhes daria vitória com ampla maioria, caso não estivessem como opositores.

Constatou-se que o quadro de fragilidades socioeconômicas piauienses tem promovido a ascensão de poucos grupos ou famílias que dominam a cena política municipal, caso de Oeiras. De fato, no período analisado, de 1948 a 1996, as famílias Ribeiro de Carvalho, os Sá e os Nunes se constituíram no denominado grupo *Boca Preta*, enquanto os Rocha Neto, Reis, Freitas e Tapety ergueram o grupo opositor,

como evidenciado nas ascendências familiares dos candidatos ao executivo municipal no corte temporal examinado. Esse cenário teve sua continuidade também de 2000 a 2024, como evidenciam os dados analisados.

Esses grupos, denominados de *Boca Preta* e *Tupamaro*, construíram no imaginário social oeirense suas identidades para com seus eleitores, reforçadas nos momentos de eleições, por meio de cores, músicas, símbolos e representantes maiores, com B. Sá, desde 1982, para o primeiro, e Juarez Tapety, depois Tapety Neto, desde 1996, para o segundo. Nesse sentido, como apontou a literatura, fortaleceu-se a principal motivação do eleitorado em suas escolhas para os gestores municipais, a identificação pessoal com o candidato. Essa empatia pessoal por parte do eleitorado é evidenciada nas diferenças de votos nos pleitos eleitorais, as quais, mesmo com variações, representam que cada grupo possui fidelidades eleitorais da população.

Outrossim, na temporalidade analisada não se registrou a presença feminina à frente da gestão municipal, apenas candidaturas em três momentos, 1992, 2008 e 2010. A participação política de pessoas fora do grupo nos pleitos teve papel pouco significativo no angariamento de votos, em que a maior votação ocorreu ao candidato do PT, em 2012, com 888 votos.

O exame das votações de 2000 a 2020 evidenciou que as zonas rurais compostas pelos quadrantes Oeste/Sudoeste e Norte/Nordeste são mais fiéis nos momentos de reeleição dos prefeitos ou na indicação do candidato da situação, fato evidenciado pela maioria de votos dados ao atual prefeito ou a seu candidato; enquanto o Leste/Sudeste, com exceção da eleição de 2008, tende para os Boca Preta. Esse comportamento sugere que as ações implementadas nesses interiores, seja com infraestrutura ou ganhos empregatícios de algumas famílias, acabam por torná-los mais ligados aos seus representantes. Contudo, na eleição de 2024 essa tendência se modifica, uma vez que todos os quadrantes deram maioria ao candidato da oposição.

Na cidade, o grupo *Boca Preta* tendencia a ter majorias mais expressivas quando comparada aos *Tupamaro*, mesmo nos momentos de reeleição. Nesse sentido, reflete-se que a proximidade dos eleitores com a gestão do seu espaço mais proximal seja um fator relevante na escolha eleitoral. Entretanto, essa realidade se modifica nas eleições de 2020 e 2024, dado que o candidato da oposição obteve

maioria no tecido urbano, o que sugere certo desejo de mudança de grupo gestor em função da temporalidade destes no poder executivo municipal.

Flagrou-se, também, que a população oeirense percebe o desgaste da gestão relacionado ao tempo desta, momento que opta pela alternância, mesmo que ela não se realize, fato verificado em 2020, quando a reeleição do prefeito se deu com uma diferença de 43 votos em relação à oposição. Fato ocorrido da mesma maneira, mas com troca de gestores, em 1982, eleição em que os *Boca Preta* tomam o poder dos *Tupamaro*, situação que se inverte em 1996, volta a ocorrer em 2008, com retorno dos *Boca Preta* e 2024 com a perda do poder por esse grupo.

As eleições municipais de Oeiras em 2024 evidenciaram a festa do tempo da política, momentos em que se reúnem partidários e candidatos, os quais desenvolvem uma dinâmica que [re]significa as formas e conteúdos urbanos, seja por meio das convenções, das caminhadas, dos comícios, arrojões e demais atos de campanha.

Os resultados apontaram vitória do candidato oposicionista, Dr. Hailton, em todos os quadrantes do território municipal, padrão diferente das eleições anteriores, uma vez que as comunidades rurais tendenciavam a votar no candidato da situação. Na de 2024, apenas 13 das 40 comunidades interioranas com seções eleitorais votaram no candidato indicado pelo atual gestor.

A fragilidade do líder maior do grupo *Tupamaro*, iniciada desde 2008, eleição que perderam o mando da cidade, permitiu o surgimento de outra possível liderança, a qual está em construção. De fato, a construção das candidaturas ao longo do ano de 2024 evidenciou um conflito inicial no grupo opositor, mas que vieram a gravitar posteriormente em torno do Dr. Hailton, inclusive o apoio do governo estadual.

A pesquisa em tela investigou a historicidade da Geografia Eleitoral de Oeiras, bem como as votações nos pleitos de 2000 a 2024, com o fito de compreender como se ergueram os grupos políticos que têm administrado a cidade desde o século XX. Nesse sentido, mesmo que se caracterize como um estudo exploratório da temática, buscou-se contribuir para este debate no território piauiense. Com efeito, não se encerra o exame, mas se abrem outras possibilidades de avanços investigativos, dentre as quais, citam-se as análises sobre os comportamentos eleitorais dos oeirenses e ações implementadas pelos gestores que retroalimentam o sistema de conquista e manutenção dos votos. Enfim, espera-se ter contribuído discursivamente na compreensão deste fenômeno tão instigante: a política como condicionada e condicionadora das formas e conteúdos espaciais.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

_____. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 59-87, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14781/10777>. Acesso em: 25 maio 2024.

ARAÚJO, José Luis Lopes *et al.* **Atlas escolar do Piauí: geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006. p. 202.

ARAÚJO, Magno José de Sá. **Famílias sertanejas**. Disponível em: <https://www.araujo.eti.br/default.asp>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX**. 2012. 509 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-31052012-113850/publico/Esdras_Arraes_Dissertacao.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias elites políticas no Piauí: 1982 a 1995**. 2000. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/192850>. Acesso em: 25 jun. 2024.

AUGUSTO, Daniel Cirilo. **Geografia eleitoral e decisão do voto: uma análise a partir do eleitorado de Guarapuava-PR**. 2012. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, 2012. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/tede/503/1/PR%20Daniel%20Cirilo%20Augusto.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

_____. **Comportamento geográfico do voto: a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil**. 2017. 331p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2883/1/000227015.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

_____. **Caminhos da Geografia eleitoral: o comportamento geográfico do voto**. Curitiba: Intersaberes, 2020. 343 p.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **Geousp**, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649. 2023. DOI 10.11606. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/204649>. Acesso em 25 maio 2024.

_____. **Divisão Municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul**. 2012. 121 p. Dissertação (Mestrado em

geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/795977.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. A política de perto: recortes etnográficos de campanha eleitorais. **Novos Estudos**, n 74, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/SXFVwcK3FdXvxxYqmf4DvN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BESERRA, Maria dos Remédios. **Segregação socioespacial e planejamento urbano em Picos (PI):** entre as demandas da população e as decisões do Poder Público Municipal. 2016. 213 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4972083. Acesso em: 26 maio 2024.

BRAGA, Danilo Fiani. **Pentecostalismo e política:** uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006. 2008. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716527.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Análise de dados abertos.** Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 01 jun. 2024.

_____. **Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu município.** Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em 01 jun. 2024.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD, Ipea, FJP; 2020. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007.** Dispõe sobre o Cadastro Único para programas sociais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP:** síntese executiva: Território Vale do Rio Canindé, CODEVASF, Brasília, DF: TDA Desenho e Arte Ltda., 2006.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

BARBOSA, Janildo Mendes. **Mito, carisma e política:** atuação do partido boca-preta em Oeiras (1983-1996). 2015. 60 p. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2015.

BUENO, Paulo Henrique de C.; NASCIMENTO, Celso Samuel da S. Território Vale do Canindé (PI): uma análise de suas vulnerabilidades socioespaciais a partir das condições econômicas. **Estudos geográficos**. v. 20, n. 3, 2022, p. 143-164. DOI: 10.5016/estgeo.v20i3.16653. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16653/12694>. Acesso em: 26 maio 2024.

BUENO, Paulo Henrique de C.; ANDRADE, Carlos Sait P. de. Território e Políticas Públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 404–419, 2019. DOI: 10.14393/RCG207145896. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45896>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BUENO, P. H. de C.; LIMA, A. J. de. As interfaces entre a Geografia e as Políticas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Santa Catarina: Florianópolis, v. 15, n. 106, p. 140-160, jan./jun. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p140/pdf_5. Acesso em: 1 setembro de 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-176, 1997. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-47/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARVALHO, Francisco Antônio Gonçalves de. **Gestão pública e desenvolvimento urbano na cidade de Picos (PI): uma análise do rio guaribas**. 2021. 117 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFPI, Teresina, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3137/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20com%20o%20parecer%20do%20CEP%20e%20ficha%20catalogr%c3%a1fica%20-%20Francisco%20Ant%c3%b4nio%20G.%20de%20Carvalho.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 maio 2024.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 224 p.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 300p.

_____. Geografia política: o que é afinal e para que serve. **Espaço & Geografia**, vol.24, n.2, p. 1-26. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40254/31297>. Acesso em: 25 maio 2024.

CASTRO, Iná Elias de; AZEVEDO, Daniel Abreu de. Porque é preciso falar de municípios e de geografia política. **Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado**, vol. 12, n.29, p. 31–54. 2022. DOI 10.32335/2238-0426.2022.12.29.8345. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8345/7066>. Acesso em 25 maio 2024.

CORRÊA, R. L. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, SP, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>>. Acesso em: 1 setembro de 2018.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**. 1992, v.15, p. 35-41. Disponível em:<<http://ppegeo.igc.usp.br/pdf/anigeo/v15/v15a06.pdf>>. Acesso em: 15 junho de 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORTEZ, Baltazar Campos. **Reelaboração das concepções sobre docência, ensino e aprendizagem na prática pedagógica de professores rurais: um estudo no município de Oeiras (PI) dos anos 2000-2013**. 2014. 230 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Piauí, 2014. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/08TESEBALTAZAR20190704162059.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

CUNHA, Ricardo Borges da. **Geografia eleitoral e o emprego de uma análise sistêmica: um estudo de caso sobre o processo político no município do Rio Grande/RS**. 2014. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4038/2014_cunha_geografia_eleitoral_emprego.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2024.

CUNHA, Cassandra de Sousa. **Análise da expansão urbana de Piripiri-PI (1985 – 2015)**. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2017. Disponível em: https://ww2.uva.ce.gov.br/apps/common/documentos_mag/dissertacao_39749c681dc2e9e046965eaec16b1efc.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

DANTAS FILHO, Adauto de Galiza. **A geografia política da Assembleia Legislativa Piauiense (1998-2014)**. 2018. 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1468/a%20geografia%20pol%c3%adtica%20da%20assembleia%20legislativa%20piauiense%20%281998-2014%29.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 maio 2024.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: EDUSP, 1999. Cap. 1, 2. p. 11-56.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Solos do Nordeste**. 2014. p. 1-8. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1003864/solos-do-nordeste>. Acesso em: 26 maio 2024.

FAÇANHA, Antônio C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade.** 1998. 235p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FERNANDES, M. de O. **Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001 a 2011.** 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9389/FERNANDES%20%2c%20MARIANE%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FERNANDES, S. W. R. **Contribuições da ciência geográfica às Políticas Públicas.** 2015. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015_SuellenWalaceRodriguesFernandes.pdf. Acesso em: 2 agosto de 2018.

FERRARI, Dércio Fernandes Moraes. **A ascensão política de José Mujica no Uruguai: de guerrilheiro Tupamaro a presidente da república.** 2016. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Oeste do Paraná, Toledo, 2016. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2033/1/Dercio%20F%20M%20Ferrari.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FUINI, L. L. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. **Geographia**, vol. 20, n. 42, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/740/786>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. **Cuadernos de Geografía**, v.26 (1): 221-242, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5798674>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Revista Orbis Latina**, v. 7, n. 3, jul. 2017a. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/968/798>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017b. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. A pluralidade do território na geografia brasileira: um panorama contemporâneo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 38, v.2, p. 5-23, ago./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5498/4097>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. A tradição da geografia brasileira na discussão sobre o território: uma investigação preliminar. **Revista estudos Geográficos**, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/9800/6841>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. **Brazilian Geographical Journal – Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba**, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan./jun. 2015a. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/28837/18014>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO. **Diagnóstico socioeconômico**: Oeiras. 2013. p. 1-6. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_d0e0fba598.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. **IDHM dos municípios do Piauí por Território de Desenvolvimento**. Fundação CEPRO, Teresina, 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1 ed, Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021. 396 p. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia** (UFF), v. 22, n.48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 26 maio 2024.

_____. Sobre as i-mobildiades do nosso tempo (e de nossa cidade). **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 83-92, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0083.pdf>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Regional – Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.17-38.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

HARVEY, D. Que tipo de Geografia para que tipo de Política Pública? In: **Boletim Campineiro**, v. 7, n. 2, p. 485-498, 2017. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/361/2017v7n2_Traducao_DHarvey>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS. **Trecho drenagem**. Disponível em: <https://visualizador.inde.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de faces e logradouros do Brasil**: situação em 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Malha municipal digital do Brasil**: situação em 2022. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Sedes municipais do Brasil**: situação em 2015. Disponível em: <https://www.quoos.com.br/index.php/cursos/9-geoprocessamento/120-sedes-municipais-do-brasil-ibge-2015>. Acesso em: 10 abr. 2023.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=downloads&c=2211001>. Acesso em: 16 jun. 2024.

_____. Biblioteca. **Recenseamento geral do Brasil**: 1872 a 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 29 abr. 2022.

_____. **Censo 2022**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/oeiras/panorama>. Acesso em: 31 mai. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Central do IPHAN**. 2024.

LAGO, Ivann Carlos. **O significado do voto em eleições municipais**: análise dos processos de decisão de voto em eleições para prefeito em Itajaí/SC. 2005. 185 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em:
https://necip.ufsc.br/files/2011/12/Dissertacao_Ivann.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3 reimpressão. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Ariane dos Santos. **A capital da fé e os momentos de patrimonialização em Oeiras – PI**. 2022. 275 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/271635/001194100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 maio 2024.

LIMA, Juscelino Gomes de. **O chão do sertão em transformação: interações espaciais e reestruturação urbano-regional piauiense**: Uma análise da região de influência da cidade de Picos/PI. 2019. 289 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul (RS), 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2481>. Acesso em: 26 maio 2024.

LIMA, Marineldo de Brito. **Transformações na paisagem da região hidrográfica Canindé - Piauí no semiárido piauiense**: uma análise da dinâmica de uso e cobertura da terra entre 1985 e 2020. 2023. 80 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023. Disponível em:
<http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3496/4-MARINELDO%20DE%20BRITO%20LIMA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 maio 2024.

LIMA, Milcíades Gadelha de et al. **Climas do Piauí**: interações com o ambiente. Teresina: Edufpi, 2020. 144 p. Disponível em:
https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LIVRO_CLIMA_E_MEIO_AMBIENTE_220201020201106.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

LIMA, S. M. S. A., LOPES, W. G. R., FAÇANHA, A. C.. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019

MATOS, Marcelo Nunes de. **A cidade visível**: o biopoder em Oeiras do Piauí a partir do bipartidarismo dos bocas pretas e tupamaros de 1980 a 2012. 2013. 70 p. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade Estadual do Piauí, Oeiras, 2013.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de Políticas Públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. In: **TÓPOS**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253/2062>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: **ANPOCS**. 1999. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-iii-ciencia-plitica/648-estado-governo-e-poiticas-publicas/file>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MELLO-THÉRY, N. A. de. Política (e ação) Pública, Território e o papel da Geografia. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6549/3548>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em:

<http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Myrdal.pdf>. Acesso em: 14 Jul. 2021.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005

MOURA, Germano Lúcio Pereira. **Familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)**. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2174/GERMANO%20L%20C%20CIO%20PEREIRA%20MOURA__disserta%20a7%20a3o%20final.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jun. 2024.

NAVES, Witer Fonseca. **Geografia do voto no Tocantins: influências e disputas territoriais nos processos eleitorais entre 2002 E 2014**. 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1746/1/Witer%20Fonseca%20Naves%20-%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEVES, Adriano Craveiro. Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí. 2010. 109 p. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NOGUEIRA, Braian de Alencar. **Geografia Eleitoral e Identidade: um Estudo de Caso da Zona Norte de Goiânia**. 2020. 77 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/c0523eea-36de-4d81-9018-a0fee2759fac/content>. Acesso em: 25 maio 2024.

NOTÍCIAS que valem manchete. 1962. Cartaz.

NUNES, M. C. P; ABREU, I. G. Vilas e Cidades do Piauí. In: SANTANA, Raimundo. N. M. (org.) **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectiva**. Teresina. Fundap, 1996, p. 85-111.

PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, dec. 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>. Acesso em: 7 Jul. 2021.

PEREIRA, Danilo Celso. **Cidades Patrimônio**: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil. Dissertação. 2015. 188 p. (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122015-101754/publico/2015_DaniloCelsoPereira_VCorr.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

_____. A cidade-patrimônio de Oeiras-PI e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no século XXI. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.9, n.16, Jan./Jul.2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/8941>. Acesso em: 26 maio 2024.

PEREIRA, Bruno Magnum. **Geografia eleitoral**: análise espacial dos votos dos deputados estaduais de Goiás nas eleições de 2006 e 2010. 2014. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5230/2014_pereira_geografia_eleitoral_analise.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 maio 2024.

PFALTZGRAFF, Pedro Augusto dos Santos *et all*. **Geodiversidade do estado do Piauí**. Recife: CPRM, 2010. 260 p. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/16772>. Acesso em: 26 maio 2024.

PIAUI. **Lei n. 6.967, de 03 de abril de 2017**. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201905/SEP03_8d4698d08e.pdf. Acesso em: 1 Jul. 2021.

_____. Lei Complementar n. 87 de 22 de agosto de 2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 7.0 e 8.0 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil**. Disponível em: <<https://bit.ly/3Kjzej3>>. Acesso em: 03 abr. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Carlos Eduardo Q. P. S. **“O tempo da política”**: uma etnografia do comportamento eleitoral na cidade de Afogados da Ingazeira-PE. 2015. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina

Grande, Paraíba, 2015. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/163/3/CARLOS%20EDUARDO%20QUEIROZ%20PESSOA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%20CH%202015.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2024.

REIS, E. B.; VIANA, B. A. S. Condomínios horizontais e a ocupação de vazios urbanos na cidade. **Formação**, v. 28, n. 53, p. 345-370, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/7779/6026>. Acesso em: 26 maio 2024.

RIBEIRO, L. H. L. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/31738/16934>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

RIGHI, Roberto. CARVAL, Silvia Maria de Góes. A CIDADE DE OEIRAS E O URBANISMO POMBALINO. In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 2006. **Anais [...]**. São Paulo. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1iBLfnkmWth0uoY1ilHhsALFnlpA0Q1qh>. Acesso em: 27 maio 2024.

ROCHA, A. S. da. Seletividade espacial das Políticas Públicas e o Território urbano - algumas reflexões. In: **GeoUERJ**, v. 1, n. 23, 2012, p. 99-113. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3711/258>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

ROCHA NETO, Augusto. Mensagem do prefeito Augusto Rocha Neto à câmara de vereadores. Oeiras, PI: Prefeitura Municipal de Oeiras, 1948.

ROCHA NETO, Augusto et al. Prezado correligionário e amigo. 1948. 1 Cartaz.

ROCHA, Paulo Henrique Luz. **Evolução Urbana de Picos (PI)**. 2021. 199 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPI, Teresina, 2021.

ROCHA, Zulene de Holanda. **Modernização e ressignificação: as contradições da formação do espaço urbano oeirense (1900 - 1945)**. 2015. 146 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/498/ZULENE%20DE%20HOLANDA%20ROCHA%20-%20e2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGH%20CH%202018.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 26 maio 2024.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093/pdf_>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

SANTOS, Nívea Maria Barros Vieira. **Religiosidade e patrimônio cultural: a imagem da cidade de Oeiras - PI como destino turístico na perspectiva dos turistas e**

da comunidade. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade Vale do Itajaí, Balneário Camboriú - SC, 2015. Disponível em: <https://siaibib01.univali.br/pdf/N%C3%ADvia%20Maria%20Barros%20Vieira%20Santos.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Cap. 1).

SANTOS, Wanderson Benigno dos. **A dinâmica urbanorregional de Florianópolis (PI) conforme os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde**. 2020. 163 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em:

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1795/1701>. Acesso em: 3 abril de 2014.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan.-jun, 2007.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, n. 15, 2006. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/189/181>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SERPA, Â. Políticas públicas e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 37-47, out. 2011. Disponível em:

ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6551. Acesso em: 30 março de 2012.

SILVA, A. C. da. O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 27-47, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/40364/20620>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o século XXI**: o território na trama das significações imaginárias. Tese. 578f. (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105068/silva_ac_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. **Expansão urbana na RIDE da grande Teresina: os efeitos territoriais da política habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2019. 135 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27291/1/Expans%c3%a3ourbanaride_Silva_2019.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

SILVA, Roberto John Gonçalves da. **Metamorfose das oligarquias: O caso do Piauí**. 1999. 363p. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

SOARES, Renato Morgado. **Um voto na Geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002**. 2019. 153 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22122020-204142/publico/2019_RenatoMorgadoSoares_VCorr.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

SOUSA, Francisco Wellington de A.; LIMA, Iracilde Maria de M. F.; BUENO, Paulo Henrique de C. Geodiversidade e Geoturismo na cidade de Oeiras, semiárido piauiense. *In: Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia*. 2023. Palmas. **Anais [...]** Campina Grande: realize editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/102516>. Acesso em: 26 maio 2024.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, S. P. de. **Políticas públicas e desenvolvimento Territorial: o Programa Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo**. 2015. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente: UNESP, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123405/000824481.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004. 199p.

TAPETY, Audrey Maria Mende de F. **Rede manfresina: sociabilidade e diálogo epistolar entre intelectuais piauienses de 1980 a 1995**. 2016. 301 p. Tese (Doutorado

em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19772>. Acesso em: 26 maio 2024.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. A formulação de políticas públicas e as concepções de Espaço, Território e Região. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, 2012. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101/3999>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

TEIXEIRA, V.; PAULA, R. F. de. Estado, Políticas Públicas e Território: um debate a partir da Geografia Política. In: **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 19, n. 2, p. 21-34, 2017. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/315/314>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. **Mapa da localização geográfica dos locais de votação no estado do Piauí**. Disponível em: <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/locais-de-votacao>. Acesso em: 10 maio 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Portal de dados abertos**: votação por seção em 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>. Acesso em: 10 maio 2024.

VAZ, D. dos S. A Geografia e as Políticas Públicas em saúde, uma vertente a ser explorada. In: **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia** – Alfenas, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Dirley%20dos%20Santos%20Vaz.pdf>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

VILHENA, Gustavo Henrique Gomes de. **Os fazedores da cidade - uma história da mudança da capital do Piauí (1800 - 1852)**. 2016. 273 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17281/1/GUSTAVO%20VILHENA%20-%20TESE%20DE%20DOUTORADO%20-%20OS%20FAZEDORES%20DE%20CIDADE.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.